

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO**

**ANDRIOLLI DE BRITES DA COSTA**

**O IMAGINÁRIO DO JORNALISMO -  
FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS PARA UMA CRISE SIMBÓLICA**

**PORTO ALEGRE**

**2019**

Andriolli de Brites da Costa

**O IMAGINÁRIO DO JORNALISMO -  
FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS PARA UMA CRISE SIMBÓLICA**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor pelo PPGCOM, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Taís Martins Portanova Barros  
(Presidente/Orientadora)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Maria Dalla Zen

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Gislene Silva

---

Prof. Dr. Felipe Simão Pontes

---

Prof. Dr. Carlos André Dominguez

Linha de pesquisa: Cultura e Significação

**PORTO ALEGRE**

**2019**

### CIP - Catalogação na Publicação

Costa, Andriolli

O imaginário do jornalismo - Fundamentos epistemológicos para uma crise simbólica / Andriolli Costa. -- 2019.

234 f.

Orientadora: Ana Taís Martins Portanova Barros.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Jornalismo. 2. Mito. 3. Imaginário. 4. Teoria do Jornalismo. 5. Epistemologia. I. Martins Portanova Barros, Ana Taís, orient. II. Título.

*Para o Vô Oliveira, e tudo o que ele começou*

## AGRADECIMENTOS

Numa noite desconcertante, em meados de 2014, fui assombrado por pesadelos. Sonhava estar perdido em uma floresta, perseguido por um monstro, escapando à devoração. Meus colegas do Imaginalis, grupo de pesquisa ao qual eu ainda viria a fazer parte, eram pegos um a um. Acordei sem saber se havia ou não conseguido fugir.

No dia seguinte, pensei em desistir do projeto de pesquisa que se tornaria esta tese. Não me sentia seguro com os estudos do Imaginário, havia um caminho muito mais confortável para mim em outras linhas. Agradeço, portanto, à professora Ana Taís por ter me acolhido já neste primeiro momento de dúvida. Uma pesquisa tradicional me daria respostas que eu já esperava conseguir, ela alertou. Escolhi o desconhecido. Hoje sei que fui devorado.

Se tive coragem de seguir este percurso, foi graças às lições que aprendi em minha experiência no Instituto Humanitas Unisinos - IHU, onde o projeto foi gestado. Em especial aos queridos Ricardo Machado, Márcia Junges, e ao padre Inácio Neutzling que em mim depositou tamanha confiança. Foi lá que introjetei a máxima de maio de 1968 e que guia este projeto: “Arrisca teus passos por caminhos pelos quais ninguém passou; arrisca tua cabeça pensando o que ninguém pensou”. Aceitei o risco, e é com orgulho que olho para o resultado desta decisão.

Sinto-me obrigado a agradecer também à CAPES. A bolsa que financiou esta pesquisa é um privilégio que fico feliz por ter podido usufruir. Que meus futuros colegas possam ter o direito a este benefício sem que instâncias alheias à academia (para não dizer anti-acadêmicas) ditem o que deve ou não ser estudado.

Na entrevista para o doutorado, aguardando ser chamado, lembro de ter cantarolado *Trem do Pantanal*, de Geraldo Roca e Paulo Simões. Ali estava eu, vindo do Centro-Oeste e pronto para embarcar em outra jornada. Eu temia o devir, mas me acalmava com a certeza de que o medo viaja sobre todos os trilhos da terra. Agradeço ao PPGCom por me receber e ajudar a enfrentar este temor.

Jamais pensei que este trabalho fosse se tornar tão pessoal, por isso me permito a deriva inclusive nestes agradecimentos. Muito do que sou hoje,

reconheço, devo ao meu pai, Edgar Aparecido da Costa, que sempre me desafiou e inspirou intelectualmente. “Você deve ser maior que eu em tudo, inclusive em conhecimento”, lembro de ouvir desde o Fundamental. Marcas titânicas que não podem ser rompidas, mas respondidas. Ainda hoje as respondo.

Quando concluí o mestrado, agradei minha mãe, Alda Maria Ferreira de Brites, porque mesmo talvez nunca tendo entendido exatamente o que eu estudava, me apoiava e se orgulhava de minhas conquistas. Hoje vejo o quanto estava errado. Minha mãe sempre entendeu o que era mais importante: eu persigo meus sonhos. Encontro no fantástico não desejo de fugir, mas de voar. Fazer isso com a força que ela me dá sempre me permitiu ir mais longe.

Em meio a tantas mudanças que o doutorado me trouxe, foi um alívio ter comigo a constância dos laços com amigos queridos que construí no início desta vida na pós-graduação. Agradeço à Maíra Sousa pela companhia ao longo destes anos todos de insegurança, me ouvindo quando eu mais precisava, falando quando sabia que devia. Sem ela, a Universidade seria muito mais árida do que deveria ser. E também ao Guilherme Guerreiro Neto, meu grande interlocutor a quem sempre admirei. Nossas trocas, mesmo à distância, deram forma ao meu pensamento sobre o jornalismo.

Quando ganhei o prêmio da Intercom, falando de imaginário e simbolismo diante de tantas pesquisas tradicionais, o companheiro Lawremberg da Silva, da Rede Folkcom, perguntou se eu me via então como jornalista, folclorista ou mitólogo. Naquela noite eu soube a resposta: eu sou isso tudo. Obrigado por me permitir assumir essa condição plural.

A jornada foi longa e o caminho muitas vezes pareceu solitário, mas só quando se chega ao fim vemos o quanto cada pessoa que passou por nossas vidas colocou um pouco de cor no grande mosaico desta tese. E quem caminhou comigo por todo este processo, sem nunca soltar minha mão, foi minha namorada e agora noiva Jessika Moreira. Ela que soube ser minha família (composta também por dois gatos amados), minha parceira e minha âncora. Foi ela quem ajudou a trazer ordem ao vazio angustiante do caos que me rodeia.

*Difícil fotografar o silêncio.*  
*Entretanto tentei.*  
**- Manoel de Barros**

## RESUMO

Este trabalho se desafia a compreender as transformações no imaginário do Jornalismo na passagem do período industrial – o século XIX, quando a imprensa era detentora do monopólio da produção e circulação de notícias – para o pós-industrial, quando a mídia de massas dá lugar à massa de mídias. Para tanto, busca ampliar o olhar das Teorias do Jornalismo a partir do aporte da Teoria Geral do Imaginário, fundada por Gilbert Durand na década de 1960. Ao construir estes nexos, a expectativa é que seja possível compreender, em um ambiente onde as fronteiras midiáticas se tornaram tão permeáveis, quais as variâncias e reminiscências nas imagens que permeiam o campo epistemológico do jornalismo, de modo a encontrar as perguntas e respostas certas para investigar um objeto em crise. Esta leitura simbólica é construída a partir da mitocrítica de obras clássicas para a epistemologia do jornalismo no Brasil, ainda em seu momento industrial, e tendo o olhar direcionado pelas inquietações provocadas pelo relatório *Jornalismo Pós-Industrial: Adaptação ao presente* produzido pelo Tow Center em 2012 e que representa um marco na compreensão do atual ecossistema comunicativo. Para cercar a “presa mítica”, à essa leitura fazemos dialogar textos correlatos, de modo que, como sugere Durand, nada de humano nos seja estranho. A análise nos permitiu compreender que as imagens que constelam no imaginário do jornalismo são dinamizadas a partir de suas respostas imaginantes a pulsões ancestrais: *Mitos do Tempo*, e sua necessidade de resistir à devoração constante do presente; *Mitos de Visão*, e a ânsia moderna por distinção, separação e revelação; *Mitos do Progresso*, quando a técnica coloniza o pensamento e a eficiência faz perder de vista o lastro humano e *Mitos da Ordem*, que derivam de um desejo primitivo de controlar a angústia diante o Caos e se traduzem tanto em controle quanto em revolução. Compreendemos, ao fim do percurso mitocrítico, que o jornalismo pós-industrial não está ligado a imagens de conexão e comunhão, mas à epítome de imagens fáusticas de Progresso. O que se delineia para o futuro não é a insistência em sua relevância enquanto revelador ou atestador eficiente da verdade – elementos profundamente ligados à fase industrial -, mas como organizador do Caos que deve recuperar o mitema da Beneficência para trazer o humano e o bem comum para a centralidade de seus processos.

**Palavras-chave:** Jornalismo; Mito; Imaginário; Teoria do Jornalismo; Epistemologia.



## ABSTRACT

The challenge of this thesis is understanding the imaginary of Journalism transformations in the transition from the industrial period - the 19th century, when the press industry held the monopoly of news production and circulation - to the postindustrial period, when the mass media gave place to the media of the masses. To this end, it seeks to broaden the Journalism Theories perspective based on the contribution of the General Theory of Imaginary, founded by Gilbert Durand in the 1960s. In constructing these links, we expect to better understand, in an environment where the media frontiers have become so permeable, what variances and reminiscences in the images permeate the epistemological field of journalism, in order to find the right questions and answers to investigate an object in crisis. This symbolic reading is constructed from the mythocritic of classical Brazilian journalism epistemology books from the industrial period, regarding concerns riven from the report *Post-Industrial Journalism: Adapting to the Present* produced by Tow Center in 2012 and which represents a milestone in understanding the current media ecosystem. In order to surround the "mythical prey", we make to this reading dialogue with related texts, so that nothing human is foreign to us – as suggested by Durand. The analysis allowed us to understand that the images constellating in the imaginary of journalism are dynamized from their imaginary responses to ancestral drives: *Myths of Time*, and their need to resist the devouring of the present; *Myths of Vision*, and the modern yearning for distinction, separation, and revelation; *Myths of Progress*, when the technique colonizes thought and efficiency makes us loses sight of human being and *Myths of the Order*, which derive from a primitive desire to control the anguish in the face of Chaos and translates into both control and revolution. We understand, at the end of this mythocritic journey, that postindustrial journalism is not linked to images of connection and communion, but to the epitome of Faustian images of Progress. What is outlined for the future is not the insistence on its relevance as an efficient revealer or attester of the truth - elements deeply linked to the industrial phase - but as the organizer of Chaos that must recover the mytheme of the Philanthropy to bring the human being and the common good to the centrality of their processes.

**Keywords:** Journalism; Myth; Imaginary; Theory of Journalism; Epistemology.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Mito do Tempo x Mito da Técnica.....	p. 139
Gráfico 2 – Mito do Caos e os Imperativos da Ordem.....	p. 207

## SUMÁRIO

1. INICIAÇÃO.....	13
1.1 Primeiros Passos.....	13
1.2 Para o Olhar Deslocado.....	24
1.3 A Revelação das Imagens.....	31
1.4 O Trajeto da Apostasia.....	37
1.5 Para Construir Pontes.....	44
1.6 Imaginário para quê? Jornalismo para quem?.....	48
1.7 A Metodologia do Mito.....	53
2. PARA PERSEGUIR A PRESA MÍTICA.....	64
2.1 O Nome do Mito.....	64
2.2 O Esqueleto da Imaginação.....	70
2.3 O Movimento do Mito.....	75
2.4 Os Mitos que nos Guiam.....	79
3. EXPLORAÇÃO DO TERRENO.....	84
3.1 Jornalismo é Mito?.....	84
3.2 Jornalismo Relator de Mitos.....	93
3.3 Jornalismo Construtor de Mitos.....	99
4. OS MITOS DO TEMPO.....	105
4.1 Cronos, o Tempo que Devora.....	105
4.2 Armas contra o Dragão.....	114
4.3 A Era de Ouro.....	121
5. OS MITOS ESPECULARES.....	135
5.1 Para Abrir os Olhos.....	135
5.2 A Vista da Nação.....	143

5.3 Ver é Prever.....	151
6. OS MITOS DO PROGRESSO .....	158
6.1 As Luzes da Técnica.....	158
6.2 Um Jornalismo sem Jornalistas .....	168
6.3 O Pacto Fáustico .....	176
7. OS MITOS DA ORDEM .....	183
7.1 O Caos Primordial .....	183
7.2 Ânsia pelo Controle .....	191
7.3 Crise e Caos .....	197
7.4 Revelação, Revolução .....	203
8. CONCLUSÃO – OU O FIM .....	210
REFERÊNCIAS.....	219

# 1. INICIAÇÃO

## 1.1 Primeiros Passos

Esta tese se desafia a investigar a crise do jornalismo contemporâneo a partir da perspectiva do simbólico. Para tanto, busca ampliar o olhar das Teorias do Jornalismo a partir do aporte da Teoria Geral do Imaginário, fundada por Gilbert Durand na década de 1960. Ao construir estes nexos, a expectativa é que seja possível compreender, em um ambiente onde as fronteiras midiáticas se tornaram tão permeáveis, quais as variâncias e reminiscências nas imagens que permeiam o campo epistemológico do jornalismo nesta passagem do período industrial ao pós-industrial. Esta, portanto, é a *Pergunta de Pesquisa* que vai permear todo o texto.

Opto por iniciar este trabalho não com uma convencional *Introdução*, mas sim com uma *Iniciação*. Tenho consciência de que a primeira opção já me permitiria atender boa parte do que me seria exigido numa investigação acadêmica – das motivações pessoais à justificativa da pertinência do tema. Ainda assim, ao longo destes anos debruçado sobre a pesquisa, percebo que isto não seria suficiente. Para a total fruição de um trabalho centrado nos estudos do imaginário, algo que parece tão extrínseco à Academia, não basta apenas que o assunto seja introduzido ao leitor. É preciso sensibilizá-lo para a discussão vindoura. É preciso iniciá-lo.

Meu próprio processo iniciático foi fundamental para o desenvolvimento dessa pesquisa, e expô-lo se torna inevitável e necessário. Não por acaso, a escolha de palavras que nos leva a esse imperativo de iniciação remete a uma gramática ritualística; como um conhecimento transmitido aos acólitos. É que uma vez percorrido este percurso as relações se evidenciam e entendemos que “a experiência dramática pela qual o alquimista faz a matéria passar, levando-o à morte, ao sofrimento, à ressurreição, é comparável a uma experiência de pesquisa em que a separação sujeito – objeto não impera” (BARROS, CONTRERA, 2018, p. 34). É a experiência e a relação estabelecida entre ambos que gera a transformação.

A Alquimia fundou bases de conhecimentos compartilhadas mais tarde por ordens herméticas e místicas, mas não se deve esquecer que foram também os alquimistas os precursores da Química, Física e Medicina quando estes campos ainda não tinham se separado – e está aí o signo da relação que este trabalho persegue. E se a busca pela “pedra filosofal” do conhecimento parece ser mera figura de linguagem, ao longo desta tese entenderemos como as metáforas que guiam nossos modos de sentir, pensar e agir permanecem tão vivas e operantes como sempre estiveram; insubmissas aos saberes institucionalizados, hegemônicos e reconhecidos.

Caso seja este trabalho, em boa parte ou na sua totalidade, considerado antes de tudo um “ensaio”, penso que terei falhado. Não por deixar de reconhecer a potência do ensaio enquanto forma, assumindo o papel interpretativo e autoral em lugar do hegemonicamente relatorial (ADORNO, 2003), mas por não ter dado atenção suficiente a clarificar as lógicas que busco estabelecer neste pacto com o leitor. Pontuo, portanto, logo de início: as escolhas que aqui faço não tem como objetivo a mera distinção “estética” – simplificação, por si só, questionável. A Forma sobre a qual este trabalho se construiu foi transformada pelo contato direto com o objeto, o Imaginário do Jornalismo, e se abracei sua transformação não foi em uma tentativa de confundir ou impressionar, mas para estabelecer um efetivo diálogo com o que pesquisava.

Por outro lado, reconheço e me solidarizo com o estranhamento que o tema pode causar, especialmente ao buscar construir as pontes entre dois campos tão díspares. Raros são os pesquisadores dos estudos do Imaginário que se dispõem a lançar os olhos com mais atenção sobre o fenômeno jornalístico, via de regra, encarado como mera produção ideológica que “emana de estruturas subjacentes” – estas sim dignas de nota – espelhando a denúncia de Adelmo Genro Filho (2012, p. 20). Os estudos de Jornalismo, por outro lado, quando mais do que apologéticos, buscam centrar-se em si mesmos para consolidação de um campo acadêmico autônomo e valorado, tendo como nexos a peculiaridade do olhar sobre o objeto jornalístico. Há vários tipos de “hermetismos” operantes na academia e, percebe-se, nem sempre vinculados a essa estreita relação com o simbólico.

Para a devida fruição desta pesquisa tanto por aqueles familiarizados com a amplitude dos estudos do imaginário quanto dos centrados nas especificidades do jornalismo, este trabalho se compromete a ser o mais claro possível, sem buscar na linguagem especializada e na dúvida o subterfúgio para mascarar respostas não alcançadas. Reafirmo esta preocupação mesmo após ter considerado a ponderação de Barros e Contrera (2018, p. 35), segundo a qual os ritos não são passíveis de explicação, sendo o caminho percorrido por um pesquisador do imaginário inexoravelmente distinto daquele trilhado por outro – escapando, pois, da falseabilidade pertinente ao método científico.

Ao fazer isso, manifesto o reconhecimento de que um trabalho de pesquisa não é estático, mas exige movimento. Tanto no caso do autor, em direção à ampla compreensão de sua obra, quanto no do leitor em seu deslocamento interno rumo ao que o pesquisador se propôs. É mais um dos termos do pacto a serem evidenciados. E se não é possível garantir que a mesma leitura simbólica seja feita por dois pesquisadores, por meio dos rastros que identifico nesta perseguição à presa mítica do imaginário do jornalismo, espero ser capaz de mostrar indícios tão marcantes de sua presença que o mito se revele em flagrante *hierofania*<sup>1</sup>.

Manifestando o sagrado, um objeto qualquer torna-se outra coisa, e, contudo, continua a ser ele mesmo, porque continua a participar do seu meio cósmico envolvente. Uma pedra sagrada nem por isso é menos uma pedra; aparentemente (com maior exatidão: de um ponto de vista profano) nada a distingue de todas as demais pedras. Para aqueles a cujos olhos uma pedra se revela sagrada, a sua realidade imediata transmuda-se numa realidade sobrenatural. Por outros termos, para aqueles que têm uma experiência religiosa, toda a Natureza é susceptível de revelar-se como sacralidade cósmica. O Cosmos na sua totalidade pode tornar-se uma hierofania” (ELIADE, 2001, p. 25).

Isto posto, podemos prosseguir. E ainda que não seja correto afirmar que a inquietação que hoje movimentava e norteava esta tese de doutoramento tenha sido a mesma desde o momento de sua concepção, também é verdade que para mim já se torna impossível iniciar de outra forma. Fato é que escrever é reescrever, e este

---

<sup>1</sup> Hierofania: do grego *Hiero*, sagrado, e *faneia*, manifesto.

processo nem sempre é feito no papel ou computador, mas no próprio ato de reflexão e autorreflexão sobre o trabalho. Neste constante ruminar, uma lembrança passou a se insinuar constantemente sempre que eu refletia sobre meu projeto, de maneira tão clara que era quase surpreendente que eu não tivesse percebido logo de início sua relevância. O ano era 2006 e eu acabara de ser aprovado no vestibular em Comunicação Social: Habilitação em Jornalismo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. O início de uma trajetória que me levaria primeiramente ao mercado e então de volta à academia, num ciclo que permite que eu escreva com outros olhos sobre aquele mesmo acontecimento mais de uma década depois.

Ocorre que, ao saber da auspiciosa notícia, meu avô – sertanejo grave e macambúzio - sentenciou em lamento: “Meu neto vai ser um mentiroso. *Todo jornalista é mentiroso*”. Meu avô se mostrar desgostoso com minha escolha de carreira poderia ser apenas mais um exemplo de incomunicabilidade entre gerações, ou um pequeno dilema familiar resolvido anos mais tarde com o orgulho manifesto por ele após minha diplomação. Mas não é assim que vejo o caso. Oliveira Serafim da Costa tinha quase 80 anos de idade quando conversamos. Muitos dos quais convivendo com uma surdez avançada e não combatida que o fez deixar de assistir televisão com qualquer interesse que não a movimentação das imagens há mais de 20 anos. Ele também não lia jornais, fosse pela dificuldade de acesso ao produto na zona rural, fosse por problemas ainda em sua alfabetização.

De acordo com o Ibope, quanto maior o grau de instrução acadêmico, maior a desconfiança em relação à mídia<sup>2</sup>. Longe de querer generalizar esta experiência tão particular, considero um interiorano com pouquíssimo contato com produtos jornalísticos ter tamanha visão negativa sobre o campo e seus profissionais algo no mínimo intrigante. Sintomático, até. Em verdade, tão sintomático quanto o jovem universitário, hiper-conectado e imerso na vida da metrópole que compartilha a

---

<sup>2</sup> Ver *Pesquisa exclusiva mostra que população desconfia do que é publicado pela mídia*, publicada pelo Portal Imprensa em 04 Set. 2012. Disponível em: [portalimprensa.com.br/noticias/brasil/53286/pesquisa+exclusiva+mostra+que+populacao+desconfia+do+que+e+publicado+pela+mídia](http://portalimprensa.com.br/noticias/brasil/53286/pesquisa+exclusiva+mostra+que+populacao+desconfia+do+que+e+publicado+pela+mídia).



mesma desconfiança nas redes sociais, por vezes até mesmo elegendo a Globo - ou outro grande conglomerado – como metonímia para toda a imprensa<sup>3</sup>.

Aquela certamente não foi a primeira crítica ao jornalismo que eu ouvira até então, mas foi a primeira feita quando eu já integrava de certo modo as fileiras dos (pretensos) profissionais de imprensa. Conforme eu me assenhorava dos espaços, das dinâmicas e da cultura profissional peculiares ao campo, diversas outras críticas vieram se somar a esta. Questionamentos quanto à isenção das coberturas jornalísticas; denúncias sobre as relações e interesses entre a imprensa, partidos políticos e o setor privado; protestos contra o mau uso das concessões públicas pelas grandes empresas midiáticas e, em resumo, um amplo descrédito contra as organizações noticiosas. Várias destas problematizações acompanham conceitos formalizados dentro do próprio campo da Comunicação, inspirados numa vertente sociológica da crítica à Mídia de Massa e à Indústria Cultural, enquanto uma força burguesa à serviço da manipulação e da manutenção do *status quo* (GENRO FILHO, 2012, p. 22). A discussão, no entanto, deixou os muros acadêmicos e passou a comandar os discursos de e sobre o jornalismo no âmbito societal. Sensocomunizou-se, nos termos de Boaventura de Sousa Santos (2010).

Curioso recordar que, quando propus esta pesquisa, ainda em 2014, movido por indícios e, principalmente, por *impressões* de que este temaurgia, não poderia imaginar que chegaríamos a tal nível de descrédito das instituições jornalísticas. Tempos em que o jogo midiático foi vencido por analistas e marqueteiros, que sequestraram as pautas da mídia e tomaram a opinião pública; na qual a sensação de insegurança levaria a desejos de abolição de direitos e liberdades – inclusive de imprensa; e nos quais o jornalismo, que já foi interventor do povo perante os governantes, balança que equilibrava e fiscalizava os poderes, detentor da chave para a informação compartilhada, passou a ser apontado como inimigo do Estado

---

<sup>3</sup> Coleta feita por Fábio Malini, pelo sistema de cartografia das redes sociais do Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (Labic) mostram que em junho de 2013, no ápice dos protestos das Jornadas de Junho, a hashtag #opovonãoéboboaabaixoaredeglobo foi compartilhada por mais de 43 mil usuários em 65 mil RTs. Uma derrota que, para o pesquisador, a imprensa brasileira ainda não superou. Ver: <https://medium.com/@fabiomalini/isso-a-globo-n%C3%A3o-mostra-junho-de-2013-e-a-imprensa-91f3748b789c#.8zhcymoym>.

(ou do Povo<sup>4</sup>) e, conforme a conveniência, instrumento de confirmação enviesada de discursos.

Evidentemente, esse movimento de descrédito coletivo não surgiu do nada. Asa Briggs e Peter Burke, ao investigarem a história social da mídia, ressaltam: “o papel da imprensa e dos jornalistas que vivem dela sempre foi controverso. A falta de confiança nos ‘jornalistas’ já era lugar-comum no século XVII. As acusações sobre ‘denúncias de corrupção’ também são antigas” (2006, p. 12). Para recorrer a fontes de época que confirmam esta declaração, é possível conferir, por exemplo, a comédia *O Mercado de Notícias*, escrita pelo dramaturgo britânico Ben Jonson em 1625. Nela, o jornalismo das gazetas, em seu estágio inicial, é apresentado em submissão à Pecúnia - personificação cênica do capitalismo burguês também emergente. As notícias, no texto de Jonson, eram vendidas ao gosto do freguês, como legumes na quitanda. Se não houvesse notícias boas no plantel, fabricavam-se novas (MUGGLI, 1992, p. 332).

Os paralelos entre *O Mercado de Notícias* e o jornalismo contemporâneo, ávido por cliques e compartilhamentos, e que anuncia aos berros seus produtos na grande feira que as redes sociais se tornaram, serviram de inspiração para o diretor Jorge Furtado lançar em 2014 um documentário homônimo – que parte do texto original do dramaturgo para fazer uma ode ao “bom jornalismo”. A descoberta do texto de Jonson pelo diretor, inclusive, veio da própria leitura da obra de Briggs e Burke<sup>5</sup>.

Para uma referência igualmente antiga, só que mais centrada na academia, é possível ir àquela que é considerada a primeira tese sobre o jornalismo já publicada. Trata-se do trabalho de Tobias Peucer, defendido em 1690 na Universidade de Leipzig, na Alemanha. Os redatores de periódico, critica ele, frequentemente “omitem o que seria útil e fácil de ler, envernizam com documentos

---

<sup>4</sup> Em dezembro de 2018, Olavo de Carvalho, o principal “guru” da direita conservadora que assumiu o governo brasileiro sentenciou: “jornalistas são os principais inimigos do povo, seja no Brasil ou nos EUA”. Entidades de classe manifestaram repúdio à declaração. Ver <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/jornalista-e-o-maior-inimigo-do-povo-diz-olavo-de-carvalho.shtml>.

<sup>5</sup> Ver *Jorge Furtado fala sobre o jornalismo na época de redes sociais*. TV Brasil, 2014. Disponível em <http://tvbrasil.abc.com.br/estudiomovel/episodio/jorge-furtado-fala-sobre-a-importancia-do-jornalismo-em-epoca-de-consolidacao>.

o que ouviram dizer por outros e, por fim, quando não tem coisa exatas, fazem passar por histórias as suspeitas e conjecturas dos outros” (PEUCER, 2004, p. 18). São questionamentos quanto à credibilidade das notícias e à isenção dos veículos, cujos ecos muito se fizeram ouvir desde então.

Não seria correto, entretanto, compreender essas reminiscências como um índice da imutabilidade os periódicos. Esse jornalismo ao qual Peucer se refere, das gazetas e que girava em torno dos interesses mercantis – as chegadas e partidas de navios dos portos, taxas de câmbio, etc. – representam a primeira fase deste campo que mais tarde seria cooptado pelas políticas partidárias e por fim moldado pela revolução industrial e a consolidação do capitalismo global. E se certamente o papel da imprensa nunca foi uma unanimidade, a história validou sua importância na organização do debate e da opinião pública que por fim levaram à transformação da ordem social.

Entretanto, ao saltar alguns séculos na história da imprensa mundial, encontramos Philip Meyer, em *Os jornais podem desaparecer?* (2007, p. 26-27) que trabalha em paralelo com os gráficos de queda na confiança jornalística e de queda na leitura dos jornais, em um período que vai de 1960 até os anos 2000. Duas linhas íngremes bastante semelhantes que caminham em paralelo, servindo de índice para o descrédito do leitor e para a crise no modelo de negócios da indústria de notícias. Continuassem as projeções, aponta Meyer, a confiança dos leitores nos periódicos estadunidenses chegaria a zero ainda em 2015 (2006, p.26).

Ao buscar uma lógica de eficiência mercadológica, representada pela substituição das chefias por administradores e empresários (e não mais jornalistas), apostando em pautas que por vezes visavam mais interesses comerciais do que o interesse público, Meyer aponta que os veículos perderam de vista os próprios leitores (2007). Fenômeno parecido parece ter ocorrido no Brasil. Ao ponto em que o jornalista Ricardo Noblat, em um dos livros mais recorrentes na bibliografia dos cursos de Comunicação brasileiros, provoca: os proprietários e jornalistas estariam fortemente empenhados na missão de acabarem eles próprios com a imprensa do País (NOBLAT, 2002, p. 13).

Como resultado, a queda na credibilidade – fortalecida a partir do momento em que essas ligações começam a ser expostas – leva a um ciclo interminável de esvaziamento das redações, em que a debandada de leitores/espectadores guia para uma diminuição na audiência e na circulação, o que por sua vez gera menos retorno aos anunciantes. Com menos capital entrando, a necessidade de cortar na carne torna-se pungente. O resultado desta equação são equipes cada vez mais enxutas e sobrecarregadas que reiniciam a espiral do jornalismo precário.

Na mesma obra, Meyer cita um relatório produzido pela *American Society of News Editors* no final da década de 1990. “Uma sondagem na mente do público revela uma imagem conturbada do jornalismo”, escreve a autora do texto, Christine Urban (1999), que identifica seis grandes motivos para a baixa confiança do público nos jornais. Os erros técnicos, especialmente os factuais, de apuração e escrita, aparecem como os mais identificados pelos leitores e pelos próprios jornalistas entrevistados para a pesquisa. Um lastro que encontra facilmente a crítica feita por Peucer com 300 anos de antecedência.

Mais do que diagnosticar, Meyer busca explicitamente *salvar* o jornalismo com sua pesquisa. E aquele de boa estirpe. “O jornalismo está em apuros. Este livro é uma tentativa de fazer algo a respeito” (2007, p. 9), pontua. Assim como ele, diversos outros pesquisadores tem se esforçado de maneira mais ou menos direta para oferecer soluções a uma percebida crise do Jornalismo. Qual de fato é esta crise - ou se ela sequer deva ser tratada no singular, já é por si só motivo de longa discussão.

Seria uma crise no *modelo de negócios*, causada pela concorrência com veículos nativos digitais – agora mais dinâmicos e sem o peso da tradição que atrasava a inovação? Quem sabe uma crise de *credibilidade*, causada por anos de promiscuidade da relação da imprensa com os poderes políticos e econômicos? Ou seria ainda uma crise no próprio *contrato comunicativo* entre leitores e jornais tradicionais, uma vez que a internet permitiu a ampla circulação da informação noticiosa, para além do antigo monopólio da indústria de notícias? Há ainda aqueles que se questionam se esta não seria apenas mais um movimento natural e necessário para as revoluções científicas, a partir da proposta de Thomas Kuhn

(2006), embora - necessário frisar – a consciência e aceitação da crise estão longe de serem sinônimos para seu entendimento.

Algo ocorre, percebido no dia a dia, mas ainda em vias de ser capturado pela teoria, que permanece “muda em relação às evidências e contradições da prática, quando deveria transformá-las numa linguagem racional” (GENRO FILHO, 2012, p. 10). Um trabalho agravado pela dificuldade em refletir sobre um processo ainda em andamento, e cuja compreensão depende da disponibilidade de se permitir sentir a “respiração do social” – para usar um termo recuperado por Cremilda Medina (2003, p. 67).

Este ambiente de crises permanentes e turbulências constantes é o que caracteriza o que os pesquisadores da área têm chamado de *jornalismo pós-industrial*, especialmente a partir do trabalho organizado por C. W. Anderson, Emily Bell e Clay Shirky (2012). O termo, de certa forma, é um guarda-chuva que abarca as certezas e incertezas que cercam o presente e o futuro do campo jornalístico. Apesar de naturalmente imperfeito, situa de maneira mais ou menos precisa este momento vivido pelo jornalismo contemporâneo em oposição a um momento anterior, o do *jornalismo industrial*, desenvolvido a partir do final do século XIX.

Esta não é a única tentativa de nomenclatura do atual momento em que vivemos. A partir das reflexões do sociólogo Zygmunt Bauman sobre a "modernidade líquida", o pesquisador Mark Deuze propõe pensarmos em um *jornalismo líquido*, centrado na fluidez dos processos produtivos (2008). Luiz Martins da Silva indica a existência de um *pós-jornalismo*, no qual o compromisso dos profissionais com a cobertura factual e objetiva se amplia para um “compromisso missionário” de engajamento não com partidos, mas com causas que promovam a vida cívica e democrática. Ir além do partidarismo e da factualidade, para Silva, seria justamente a superação do Protojornalismo anterior ao século XIX e do Jornalismo moderno que se consolidou na virada para o século XX (2014).

Os pesquisadores canadenses Jean Charron e Jean Bonville propõem outra subdivisão para a história do jornalismo. Para os autores, é preciso saber distinguir mudanças regulares de crises paradigmáticas, que alteram estruturalmente os arranjos anteriores. No caso, Charron e Bonville compreendem que o *jornalismo de*

*informação* que emerge no final do século XIX e se consolida a partir dos anos 1920, começa a dar lugar a partir de 1970 a um *jornalismo de comunicação*. Este momento, no qual ainda estaríamos inseridos, se caracterizaria pela diversificação e “superabundância” na oferta da informação, o que esfacela o mercado anteriormente dominado pelos veículos tradicionais.

A digitalização e a miniaturização dos equipamentos, o desenvolvimento das telecomunicações e, mais recentemente, a implantação rápida da internet são técnicas cujo uso tende a colocar em questão as normas e as práticas usuais de produção, de difusão e de consumo da informação e que colocam produtores e consumidores de informação em um ambiente midiático em plena mutação. (CHARRON, BONVILLE, 2016, p. 30)

Observando estas tentativas de classificação, optamos pelo pós-industrial por entendermos que é a categoria que melhor dá conta da incerteza da contemporaneidade, sendo ao mesmo tempo propositivo sem chegar a imposições normativas. No jornalismo pós-industrial, temos a dimensão do impacto da internet no ecossistema midiático, localizando nela uma possibilidade de liberdade inédita na história da comunicação. Charron e Bonville, por sua vez, compreendem a internet como parte de um mesmo sistema coerente num espectro de quase 50 anos (2016, p. 62). É por reconhecer este lugar distinto da internet na transformação das relações entre sociedade, poder e jornalismo que esta pesquisa adota o termo defendido pelo *Tow Center*.

O jornalismo é pós-industrial porque o capitalismo também se tornou pós-industrial. Isso, é claro, segundo determinada filiação teórica. Em seu livro *Indústria de Notícias*, Virgínia Fonseca recupera alguns termos frequentemente utilizados para referenciar este momento de reestruturação do Capitalismo pós-crise dos anos 1970, desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação e informação e de globalização de mercados. Muitas delas acompanhadas do prefixo “pós”. O pós-fordismo, o pós-modernismo, o capitalismo tardio ou até ainda o mais famoso destes, o pós-industrialismo advogado pelo sociólogo estadunidense Daniel Bell (FONSECA, 2008, p. 15).

O livro de Bell, *The Coming of Post Industrial Society*, de 1973, foi certamente uma das inspirações que levaram ao uso do termo relacionado à imprensa

contemporânea. No caso, por Doc Searls, que o descrevia inicialmente como um “jornalismo que já não é organizado segundo as regras da proximidade do maquinário de produção” (apud ANDERSON, SHIRKY, BELL, 2012, p. 12), e mais tarde expandido para caracterizar todo um ecossistema midiático que ultrapassa o antigo monopólio da indústria de notícias. Cabe explorar que o “pós”, neste caso, não é – ou não deveria ser - um indicativo de evolução cronológico, mas um espaço de observação deslocado, atópico, que permite a interpretação.

Críticas, controvérsias e até mesmo crises – em determinado nível - são constantes na historiografia do jornalismo. No entanto, apesar dos pesares, esse jornalismo romântico, filho da modernidade ilustrada e herdeiro do progresso tecnológico, ainda era capaz de evocar sobre si imagens heróicas e *solarizadas* – isto é, iluminadas, ascendentes. E assim o foi durante muito tempo. Os profissionais da imprensa eram vistos – e se percebiam – como “campeões do povo” (MEDINA, 1978, p. 129). Os repórteres, com lama nos pés, tinham a rua como índice do Real. Deveriam *revelar* a verdade, iluminar os acontecimentos. Eram heróis que habitavam um tempo igualmente mítico: as famosas Eras de Ouro do jornalismo, sempre pretéritas e inalcançáveis. “Cães de guarda da sociedade” (PETERSON, 1956, p. 74), estes sentinelas da consciência eram os guardiões – “gatekeepers” - que colocavam sub judice os acontecimentos do cotidiano (WHITE, 1950). Eram, afinal, juízes capazes de distinguir a verdade da mentira, um “quarto poder”, informal, para além do Executivo, Legislativo e Judiciário (BOND, 1962).

Nelson Traquina faz uma reflexão parecida, embora seu uso do termo mito caia mais para o lado da estereotipia construída a partir da cultura profissional:

A mitologia jornalística coloca os membros desta comunidade profissional no papel de servidores do público que procuram saber o que aconteceu, no papel de "cães de guarda" que protegem os cidadãos contra os abusos de poder, no papel de "Quarto Poder" que vigia os outros poderes, atuando do a quem doer, no papel mesmo de herói do sistema democrático [...]. (TRAQUINA, 2008, p. 51)

Hoje não vivemos mais uma Era de Ouro, mas de incertezas. Os repórteres de sapatos sujos, agora ídolos com pés de barro, são admirados nos veículos,

laureados com prêmios e distinções, mas convivem diariamente com as contingências de redações precarizadas, demissões em massa e rompimento de vínculo empregatício como pessoa física<sup>6</sup>. Os cães estão perdidos (MARCONDES FILHO, 2000), os portões foram escancarados, e agora resta apenas a observação e a curadoria do *gatewatcher* (BRUNS, 2003). Não mais um *quarto poder*<sup>7</sup>, o jornalismo tornou-se um *quarto do poder* (SOUSA, 2006, p. 195). A alcova onde interesses políticos e econômicos se relacionam às escondidas. “Imagens conturbadas” sobre o jornalismo, conforme os termos de Urban (1999).

Este trabalho é pautado pelo pressuposto de que a crise que se consolidou nesta passagem do jornalismo Industrial para o Pós-Industrial vai além do escalonamento do gráfico de desconfiança jornalística. Está além de falhas em modelos de negócios supostamente ultrapassados ou de concorrências na disseminação de um discurso da atualidade. É uma crise no âmbito do simbólico. Uma transformação que percorre todo o imaginário evocado pelo jornalismo em suas mais diversas instâncias; em sua própria epistemologia.

## 1.2 Para o Olhar Deslocado

Ao apresentar como pressuposto a compreensão de que vivemos sob a égide de uma crise simbólica do jornalismo, somos direcionados para dois possíveis desdobramentos. O primeiro é que, com isso, subscrevemos a existência de uma *crise* propriamente dita – e em proporções distintas das demais outrora experimentadas pela historiografia do jornalismo, visto que parece anteceder e talvez originar as demais. O segundo é que essa assertiva poderia sugerir uma

---

<sup>6</sup> Segundo a Associação Brasileira de Imprensa, apenas em 2016 foram cerca de 1200 profissionais de mídia. No mesmo período, 15 veículos, entre emissoras de rádio, TVs e jornais encerraram suas atividades. O mais impactante foi o caso do Jornal do Commercio do Rio de Janeiro, que após 189 anos de circulação fechou suas portas em abril de 2016 alegando não conseguir superar a *crise*. Ver <http://www.abi.org.br/2016-ano-tragico-para-a-imprensa-1-200-demissoes/>

<sup>7</sup> Em sua dissertação de mestrado, Guilherme Longo Triches propõe que no Brasil o verdadeiro quarto poder já é o Ministério Público, efetivamente investigando os demais e pautando denúncias feitas pela imprensa. Ver TRICHES, Guilherme Longo. *Relações entre jornalistas e membros do Ministério Público: atuação fiscal e interesse público*. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. UFSC, Santa Catarina, 2013. Acesso em 05 mai. 2019. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/107448>.



necessidade imperativa de comprovar este pressuposto. Quanto às duas sentenças, cabe cautela.

Por certo que ao longo de todo o texto argumentaremos em favor desse momento crítico para o simbólico, construindo as relações entre esta impressão inicial e as reflexões que se desprenderam das análises. Entretanto, podemos *comprovar* a origem desta crise no imaginário do jornalismo apenas na mesma proporção em que outros pesquisadores poderiam comprová-la a partir de caminhos tradicionalmente mais exploradas (econômicos, históricos, sociais). Temos clareza de que esta não é uma leitura absolutizante, mas dentro de nossa argumentação, perspectiva teórica e amplitude de olhar sobre o objeto, é a resposta que se delinea.

Quanto à existência de uma ruptura brusca que coloca em cheque o objeto analisado, é verdade que a tratamos sim enquanto ponto pacífico. Alguma crise há, e a justificativa e os fundamentos para ela poderão ser encontrados ao longo de todo este trabalho. A cautela mencionada, no caso, não é voltada para a observação aqui feita, mas justamente para o comportamento manifesto por parte do campo acadêmico que se recusa a aceitar sua existência ou relevância. O mercado fala em crise, os profissionais falam em crise e, principalmente, também falam em crise “as pessoas anteriormente conhecidas como o público” (ROSEN, 2006b) - e que agora atingiram um nível inédito de autonomia como agentes comunicativos. Insistir na negativa é reiterar a crítica de Adelmo Genro Filho quanto aos desnecessários abismos entre Teoria e Prática (2012).

Por certo que o senso comum não deve ser o ponto de chegada, mas sim o de partida para o conhecimento acadêmico. Porém, fechar os ouvidos e menosprezá-lo não é uma alternativa válida, especialmente em uma pesquisa que busca outras sensibilidades para problemas correntes. De nada adiantaria promover esta amplitude no olhar sobre as teorias, mas manter o “fiel da balança”, como diz Latour (2011), pendendo sempre para os saberes institucionalizados.

Por mais que se fale sobre o tempo, por mais que se façam piadas sobre os meteorologistas, o tempo deles é forte o bastante para pesar mais que todos os outros. Se alguém perguntar: "este verão foi normal ou excepcionalmente quente", embora todos digam ou

sintam que foi um verão muito quente, as opiniões vivas das multidões poderão ser desconsideradas no interior da rede da Associação Internacional de Meteorologia. "Não" - dirão eles - "neste verão tivemos apenas 0,01 grau acima da média". As certezas de bilhões de pessoas passaram a ser meras opiniões sobre o tempo, cuja essência é definida pelos poucos milhares de meteorologistas. (LATOURET, 2011, 282-283)

A novidade desta abordagem não está no ineditismo do objeto - visto que a crise do jornalismo é uma inquietação constante nas pesquisas da área em todo o mundo, mas sim no deslocamento do ponto de vista. Ou seja, a busca pela compreensão das transformações do jornalismo para além do fenômeno, daquilo que é "observável". A forma de *conhecer* o jornalismo, e de como o próprio jornalismo se reconhece, sofreu consideráveis mudanças nos últimos anos. E isso se deve, como diagnostica Ignácio Ramonet, à passagem de um sistema de mídia de massas para um de massa de mídias. Marco histórico deste movimento, para o autor, é a queda do *meteorito Internet*, que "semelhante àquele que fez desaparecer os dinossauros, tem provocado uma mudança radical de todo o ecossistema midiático" (RAMONET, 2012, p. 15).

É evidente que, basta levar em conta a variável *Tempo*, para perceber que qualquer observável apresentará uma série de transformações em maior ou menor grau. Precisa, afinal, permanecer socialmente relevante na comunidade em que está inserido. Com o jornalismo não é diferente. Em verdade, o Jornal, como obra cultural imaterial, é teleologicamente determinado, na medida em que se orienta para o homem, sofrendo com as contingências de ordem social, histórica e econômica (GROTH, 2011, p. 34). A constatação, entretanto, não é desculpa para a leniência teórica. Como bem alerta Antonio Fidalgo, é justamente à luz das mutações passadas da atividade jornalística que é necessário apurar as alterações atuais, de modo a não cair na tentação de menosprezá-las ou superestimá-las.

O que é e não é jornalismo não é uma questão a que se responda como se responde a uma questão de física ou química, mas antes, como todas as questões que envolvem a actividade humana, uma questão a resolver em confronto com a realidade do passado, e respectivo entendimento dessa realidade, e com as expectativas do futuro. (FIDALGO, 2004, p. 2).

Fidalgo levante esta problemática num contexto de consolidação teórica do Digital para argumentar que o jornalismo online é tão jornalismo quanto as já consagradas produções impressas, para rádio ou televisão. Isto porque a essência do jornalismo estaria além de suas materialidades; de sua mera estética. Afinal, como já apontava Groth, uma ciência dos relógios deve abranger ampulhetas, relógios solares, de mola, de peso ou de água. No entanto, um brinquedo de criança construído à semelhança de um relógio não é objeto para esta ciência, pois perde de vista uma característica fundamental: medir o tempo. Assim também é com a Ciência dos Jornais, em que “a aparência, ou seja, a produção técnica não tem importância nenhuma para a definição dos conceitos e para a delimitação do objeto”. (2011, p. 36).

O texto de Fidalgo data de 2004 e ainda reflete sobre o início da web 2.0. Ou seja, “o conjunto de sites cujos conteúdos são totalmente produzidos e/ou hospedados online diretamente por usuários, sem qualquer exigência ou permissão, baseados numa arquitetura colaborativa” (MALINI, ANTOUN, 2013, p. 110). Neste ecossistema midiático descrito pelo autor, as principais referências jornalísticas na rede eram as mesmas grandes corporações midiáticas tradicionais – ainda que com redações separadas e conteúdos de certa maneira independentes. Para citarmos apenas exemplos brasileiros, o UOL, por exemplo, foi criado pelo Grupo Folha em 1996 e serviu de modelo horizontal de captação e distribuição de conteúdos para os diversos outros portais que surgiriam. O Terra foi criado a partir de uma *joint venture* com o Zaz, criado pelo grupo RBS também em 1996. O mesmo se aplica ao Globo.com, lançado nos anos 2000.

A lógica seguida por Fidalgo já se torna insuficiente para compreender a complexidade do ecossistema midiático contemporâneo. É que se antes as mudanças poderiam ser consideradas grandezas variáveis – mantendo ainda um núcleo duro mais ou menos estável - hoje as mudanças afetam o jornalismo em suas bases estruturais, como refletem Charron e Bonville (2016). Veículos tradicionais de mídia passaram a conviver com concorrentes nativos digitais – mais ágeis e inovadores, sem o peso da tradição (MEYER, 2007, p.13). Também são tensionados por outras iniciativas midiáticas produzidas por perfis em redes sociais;

blogs; startups; empresas financiadas por *crowdfunding* e construída com base no *crowdsourcing*; algoritmos curadores; inteligência artificial. As facilidades tecnológicas de acesso, conexão e distribuição de conteúdo fazem com que, da relação entre experiência e acontecimento, surja o convite à narrativa. E estas narrativas, produzidas por atores humanos ou não-humanos e recebendo ou não o selo jornalístico, passam a competir com a mídia tradicional como modos de tecer o presente.

Foi com parte deste horizonte em vista que C. W. Anderson, Clay Shirky e Emily Bell publicaram pelo *Tow Center*, da Universidade de Columbia, aquela que talvez seja uma das mais paradigmáticas reflexões sobre a imprensa da última década: o relatório *Jornalismo Pós-Industrial: Adaptação ao presente* (2012). No texto, que é “parte pesquisa, parte manifesto” os autores tentam compreender este novo cenário, ao mesmo tempo em que sugerem ações propositivas para que as antigas e novas instituições jornalísticas possam acompanhar as transformações que vivemos e as que ainda estão para chegar.

Conforme os pesquisadores, desde a modernidade o jornalismo estava inserido numa lógica industrial. Nela, ainda era possível reconhecer a existência de uma indústria de notícias de certo modo coesa, possuidora de um monopólio sobre a informação do tempo presente. Por certo sempre houve veículos de uma chamada imprensa alternativa, mas estas eram iniciativas extremamente hiperlocais e menos representativas – em quesitos de duração, circulação ou impacto. O maquinário e a infraestrutura necessária para se manter um veículo jornalístico exigia investimentos altos que, justamente por isso, integravam o projeto num ciclo de produção capitalista que excluía (ou devorava) as iniciativas menores.

Hoje, no entanto, o capitalismo não depende mais exclusivamente da grande indústria. Vivemos um capitalismo cognitivo, de ideias, de softwares, de informação. Um capitalismo que transcende as lógicas e coerências de uma indústria que trabalhava de maneira relativamente similar. “Não há como olhar para organizações distintas como *Texas Tribune*, *SCOTUSblog* e *Front Porch Forum*, ou mesmo plataformas como Facebook, YouTube e Storify, e notar qualquer coerência” (ANDERSON, BELL, SHIRKY, 2012, p. 1).

Se os exemplos fossem retirados do Brasil de hoje, seria como comparar *Folha de S. Paulo*, enquanto veículo tradicional; *The Intercept Brasil*, como um nativo digital mantido com financiamento coletivo e fundos internacionais de valorização da democracia e o podcast *Lado B do Rio*, trabalho imaterial<sup>8</sup> de amigos de esquerda, sem perspectiva financeira, mas expressão do puro desejo de comunicar. Igualmente distinto, mas pertinente para a discussão, seria levar em conta o *Conexão Política*, perfil do Twitter financiado pelo PSL<sup>9</sup> que se apresenta como jornalístico e que traz em seu cabeçalho uma curiosa frase atribuída a Dom Pedro II: “A imprensa se combate com a imprensa”<sup>10</sup>.

Ainda que sendo apenas casos exemplares, percebemos a partir deles uma grande disparidade no formato, no financiamento, no modo de fazer e nas relações que dão suporte a suas iniciativas. Anderson, Bell e Shirky centram-se nas transformações que o fim do monopólio da indústria de notícias causou no mercado, permitindo o surgimento de veículos nativos digitais, articulados em rede, e com forte engajamento com o público. Para além do que apontam os autores, uma mudança ainda mais profunda rompeu contratos sociais longamente estabelecidos, tornando o jornalismo – que com todos os seus problemas ainda era visto no século XX como o “fantasma da democracia na máquina da mídia”<sup>11</sup> – um adversário a ser desmoralizado, dirimido e controlado pelos donos do poder, seja político ou econômico. Assim, novas lideranças comunicacionais passam a ocupar espaços no direcionamento da opinião pública, ampliando essa zona de conflitos no ecossistema midiático.

---

<sup>8</sup> Acompanhando as reflexões de Negri e Lazzarato, entendemos trabalho imaterial como a extensão da produção a todo o tecido social. Superada a distinção entre produção e fruição, o que temos são sujeitos que permanecem produtivos e em constante criação para além de uma relação trabalhador-empresa (NEGRI, 2001, p. 30). Observamos este tipo de produção com a maioria dos blogs, podcasts e sites colaborativos.

<sup>9</sup> As relações a princípio obscuras entre o perfil e o partido foram expostas pela revista *Época*. Acesso em 26 jan. 2019. Disponível em <https://epoca.globo.com/opiniao-como-nasce-um-embuste-23397102>.

<sup>10</sup> Conexão Política. Acesso em 26 jan. 2019. Disponível em <https://twitter.com/conexaopolitica>

<sup>11</sup> Referência sempre repetida por Jay Rosen, professor de jornalismo da NYU, em seu blog PressThink.

Os jornais ganhavam dinheiro ao cobrar um “pedágio” do tráfego da informação em direção aos leitores, como reflete Meyer (2007, p. 43). Existem outras vias de informação agora que permitem que o caminho seja desviado. Não obstante, o pedágio hoje é menos direto. O leitor não paga pela informação, mas cede seus dados para serem comercializados para anúncios mais eficientes e automatizados. É o consumidor consumido pelas engrenagens da técnica.

Estas “mudanças tectônicas”, nos termos de Anderson, Bell e Shirky (2012, p. 103) encerram com o chão comum a partir do qual se partiam as certezas construídas sobre o objeto jornalístico. Distinguir o que é relógio e o que é brinquedo, como pede Otto Groth, já não é mais tão simples.

Exemplo disso é a inquietante pergunta que os autores oferecem quase ao final das mais de 100 páginas do documento: “Seria o Facebook, do modo como é constituído hoje, uma empresa de notícias?” (2012 p 116). Ora, a resposta, de imediato, seria não. Afinal, por mais que o Facebook empregue jornalistas em seu plantel profissional, seu escopo enquanto rede social não seria o da publicação ou circulação de notícias, mas sim o de ser um meio pelo qual a comunicação em rede se articularia. Ainda assim, Anderson, Bell e Shirky apresentam uma resposta diferente: Nem sim, nem não. A resposta é *Mu*.

O termo *Mu*, explicam eles, é utilizado por programadores para indicar que a pergunta, do modo como foi formulada, não possui resposta possível. Isto porque jornalismo e redes sociais hoje estão tão imbricados que as próprias lógicas se misturaram. A mera presença do Facebook altera o contexto da questão, colocam eles (2012, p. 116).

As notícias são escritas pensando no compartilhamento no Facebook, com títulos, resumos e imagens que se adequam à estrutura da rede. Afinal, se antes o título deveria capturar a singularidade do acontecimento noticioso em uma síntese adequada, hoje os títulos escondem a informação, escravos que são do imperativo do clique como modelo de negócios. No entanto, no próprio Facebook, as notícias circulam e recirculam ao ponto em que se tornaram uma extensão dos serviços da empresa: um agregador de notícias utilizado pelos usuários para se informarem dos acontecimentos mais importantes do cotidiano. Recentemente, inclusive, a própria

plataforma anunciou que terá equipes de jornalistas fazendo a curadoria das notícias compartilhadas no Facebook para evitar a proliferação de notícias falsas<sup>12</sup>. É o novo Gatekeeper dos jornais.

Cabe ressaltar, no entanto, que a tradução escolhida pelos autores não foi absolutamente precisa. Mu é o termo budista presente em um famoso *koan* oriental, que diz assim: “Um discípulo pergunta a Joshu: ‘tem ou não o cão a natureza de Buda?’. E o mestre Joshu responde: ‘Mu’” (TEIXEIRA, 2014). A pergunta não tem resposta, pois identifica-se com um “falso problema” bergsoniano. Um “problema mal colocado”, que busca comparações de intensidade em objetos de natureza diferente (DELEUZE, 2008, p. 10).

A parábola torna-se igualmente provocadora na sua versão tradicional. Refletir sobre ela é lançar novas matizes sobre o desafio proposto por Jay Rosen: Para levarmos os estudos no campo a sério, devemos assumir a tarefa de “desvincular Jornalismo da palavra *Mídia*, para vinculá-lo novamente a palavra *Democracia*” (2006a). Ora, se somos incapazes de sequer distinguir a diferença de natureza de um cão com a de Buda, ou do Jornalismo de uma Rede Social, a missão beira o impossível. Da mesma maneira, se continuarmos fazendo sempre as mesmas perguntas, não conseguiremos encontrar nenhuma saída para os impasses que surgem. A resposta, indefinitivamente, sempre será Mu.

### 1.3 A Revelação das Imagens

Postular uma natureza simbólica para a crise do Jornalismo pode sugerir, para leitores que ainda não passaram pela iniciação, que as implicações seriam de menor importância, ou “menos reais”. Isso ocorre pois, no âmbito do senso comum, é muito frequente que a palavra “imaginário” seja utilizada para remeter imediatamente aos domínios do sonho, do fantástico ou do delírio. É compreensível. Enquanto adjetivo, o termo parece fazer referência ao que é inexistente e, por

---

<sup>12</sup> Ver SIMO, Fidji. *Apresentando projeto Facebook para Jornalismo*. Facebook Newsroom, 2017. Disponível em <http://br.newsroom.fb.com/news/2017/01/apresentando-projeto-facebook-para-jornalismo/>

consequência, desimportante frente as materialidades concretamente postas à nossa frente.

Quando muito, o imaginário é relacionado ao âmbito do ficcional e do artístico. A própria professora Cremilda Medina levanta o questionamento: “Por que insistir no imaginário, se este é o domínio da arte por excelência?” (2005, p. 45). Certamente parece mais simples perceber a influência do simbólico na feitura de um romance, na explosão criativa do pintor, na genialidade dos compositores e em todas essas coisas tidas como inúteis em um universo do utilitarismo em que “um martelo vale mais que uma sinfonia”, como critica Nuccio Ordine (2016, p. 12).

A esse antecedente de falsidade que permeia o imaginário e tudo a ele relacionado responde Henry Corbin que o mundo das imagens é tão ontologicamente real quanto o mundo dos sentidos e do intelecto.

O mundo das imagens, (...) um mundo que requer uma faculdade de percepção que pertença a ele, uma função cognitiva, um valor noético<sup>13</sup>, tão real quanto as faculdades da percepção sensorial ou intelectual. Esta faculdade é o poder imaginativo, aquele que devemos evitar confundir com a imaginação que o homem moderno identifica como “fantasia” e que, de acordo com ele, produz apenas o “imaginário”. E aqui nos deparamos, simultaneamente, com o coração de nossa pesquisa e com nosso problema de terminologia. (CORBIN, 1972. p. 5).

Este “imaginário” entre aspas, vinculado com frequência ao sonho, à fantasia, ao delírio e à loucura não integra apenas a compreensão hegemônica do termo na vulgata. É algo que tende a encontrar eco no próprio trabalho dos pesquisadores de outros campos na medida em que não percebem a necessidade de refletir sobre o lugar da Imagem – a imagem mental, simbólica, e não a pictórica - nos processos intelectuais.

Esse processo decorre de séculos de pensamento ocidental no qual a imagem e a imaginação foram vistas como a fomentadora de erros e falsidade, a potência inimiga da razão (PASCAL, s/d). Era a “louca da casa” – que deveria ser guardada no sótão, ostracizada dos demais membros da família, estes sim sérios e racionais (DURAND, 2012, p 21). Pensadores da época a consideravam não mais

---

<sup>13</sup> Noético: aquilo que está relacionado à mente, ao intelecto.



que a Infância da consciência, objeto fantasma, pobreza essencial, tendo sido “violentamente anatemizada nos últimos duzentos anos” (DURAND, 1995, p. 22).

Gaston Bachelard nos lembra, entretanto, que imaginação não é o ato de formar, mas de deformar imagens. A formação destas imagens que serão posteriormente moldadas pela ação imaginante se dá num espectro ainda anterior. Por isso, constata: “o vocábulo fundamental relacionado à imagem não é a imaginação, mas *imaginário*” (2001, p. 1). Este imaginário, compartilhado com o gênero humano a partir de um substrato comum, nunca é estático, mas se estabelece em relação. O valor de uma imagem se mede pela extensão de sua “auréola imaginária”, ressalta o autor (2001, p. 2); da forma como as imagens simbólicas constelam – isto é, fazem gravitar outras imagens em torno de si, atraindo-as feito força centrípeta.

O lastro daquilo que nos leva à marginalização do imaginário dos processos intelectuais está nos movimentos iconoclastas que permearam nossa historiografia, especialmente no Ocidente. A palavra vem do grego, sendo uma composição entre *eikon*, imagem, com *klamos*, ação de quebrar, presumindo iniciativas que buscaram reprimir o “culto às imagens”, seja ao instituir um tabu, seja ao desvalorizar toda forma de conhecimento não vinculada ao saber vigente.

Nos bancos escolares tomamos conhecimento do termo “iconoclastia” como epíteto do combate dos imperadores bizantinos à idolatria de ícones religiosos no século VIII. Este, entretanto, é apenas um fenômeno que integra uma rede de interações ligadas não apenas à religião, mas também à filosofia e às ciências, e que nos levam, hoje, à uma sociedade que ainda recusa as imagens.

Esta leitura parece ir frontalmente de encontro a uma corrente de pensamento que compreende que hoje vivemos um “mundo das imagens”. Gilbert Durand provoca, em uma pergunta retórica para quem se debruça sobre os estudos do Imaginário: “Como pode uma civilização que transborda de imagens, que inventou a fotografia, o cinema, os inúmeros meios de reprodução iconográfica ser acusada de iconoclasmo?” (1995, p. 19). A resposta está justamente no entendimento das imagens que são ou não valorizadas por esta sociedade.

Pesquisador do audiovisual, Jacques Aumont subscreve. “Se existem imagens é porque temos olhos: é evidente” (1993, p. 17). Isso é verdade se considerarmos apenas as imagens figurativas, pictóricas ou, como o próprio autor descreve, visuais. Esculturas, pinturas, fotografias, telas digitais, todas seriam suporte para essa imagem que carece dos olhos. Mas é apenas essa imagem-objeto que é perseguida pela iconoclastia? Quando o próprio pensamento indireto é desestimulado e a razão científica se impõe sobre todas as formas de conhecimento, a quebra física de ícones (como nos casos das estátuas em Bizâncio) é a consequência mais visível, só que menos preocupante.

Em sentido amplo, descreve Norval Baitello Junior, as imagens manifestam-se nas mais diferentes linguagens. “Olfativas, gustativas, táteis, proprioceptivas<sup>14</sup> ou visuais” (2014, p. 63). No entanto, na maioria das vezes em que os autores que se identificam com a Teoria Geral do Imaginário recorrem a este termo, não estarão se referindo a representações pictóricas, nem mesmo à *imagens técnicas* - isto é, aquelas cuja materialidade foi expressa a partir de um artefato tecnológico (como a fotografia, o vídeo ou mesmo o infográfico). O que interessa a estes pesquisadores são as imagens mentais, invisíveis, que podem ser percebidas apenas pelos seus vestígios. *Imagens simbólicas*.

Não obstante, ressalta Baitello Junior, mesmo aquelas imagens que são visíveis “possuem também ao menos algumas facetas e aspectos invisíveis aos nossos olhos” (2014, p. 63). Essa é a compreensão que mais confunde os pesquisadores de áreas alheias aos estudos do imaginário, que não poucas vezes questionam a ausência dessa representação figurativa. A TGI pode servir de ponto de mirada para objetos empíricos que contenham ou não imagens técnicas, mas esta nunca será o ponto de chegada. O trajeto de pesquisa sempre levará até o desvelamento das imagens simbólicas que emergem das obras analisadas.

Sob o lume do Iluminismo moderno, o imaginário é colocado em quarentena. Porém, falamos em um processo de “marginalização”, não de “exclusão”, justamente por compreendermos que essa recusa consciente é

---

<sup>14</sup> Propriedade daquilo que é capaz de receber estímulos provenientes dos músculos, dos tendões e de outros tecidos internos.

simplesmente impossível. O próprio jornalismo, que se apresenta como lugar da linguagem objetiva e referencial, que por muito tempo recusou o invisível, o inefável e o sensível, mobilizava justamente nestas escolhas um imaginário moderno vinculado à separação e à distinção. “Se o imaginário tudo perpassa, a imprensa é *locus* fecundo de observação desses vestígios imaginais, uma vez que as notícias trazem toda a diversidade do mundo, da política e economia à arte, entretenimento e vida cotidiana” (SILVA, 2010, p. 249). Não só a imprensa, seria possível acrescentar, mas também as próprias teorias que lançam os olhos sobre o objeto jornalístico.

Quando a imaginação é despida de valor social, intelectual ou prático, ela obviamente não desaparece; imagens continuam a se proliferar de maneira escamoteada, apercebidas. É essa tessitura comum que reúne o gênero humano, capaz de suscitar sentimentos e sensações, expressar críticas e estimular a intervenção na realidade. O “cimento social” de que fala Maffesoli (2001, p. 76).

Herança das mais antigas desta rejeição à imagem é o monoteísmo da Bíblia. Quando Moisés sobe ao monte Sinai para receber as tábuas da lei, fundamentos da tradição judaico-cristã, é instruído: “Não farás para ti imagem esculpida, nem figura alguma do que há em cima no céu, nem embaixo na terra, nem nas águas debaixo da terra. Não te encurvarás diante delas nem as servirás” (Êxodo, 20, 4-5). Arlindo Machado ressalta que o texto deixa claro que não se fala apenas de figuras igualmente divinas, como o Bezerra de Ouro que posteriormente seria destruído, “mas também quaisquer imagens de quaisquer coisas existentes na terra” (2001, p. 7), um interdito que vai se repetir mais tarde em outros livros da Bíblia, como Levítico (25, 1), Deuteronômio (4, 15-18) e (27, 15).

A esta iconoclastia religiosa, acrescenta-se outro movimento iconoclasta fundante: a filosofia socrática. A lógica estabelecida pelo filósofo ateniense calcava-se num binarismo de valores, em que um enunciado só poderia ser considerado *ou* falso *ou* verdadeiro (DURAND, 2004, p. 9) sem espaço para um terceiro excluído. Isso nos leva, conseqüentemente, à interpretação de Platão de que a imagem é mero simulacro de uma realidade inacessível. Resume Machado: “A imagem, conclui Platão, pode se parecer com a coisa representada, mas não tem a sua

realidade. É uma imitação de superfície, uma mera ilusão de ótica, que fascina apenas as crianças e os tolos” (2001, p. 9). Filosofia e religião seriam coadunadas em torno da Escolástica medieval, fixando de vez o iconoclasmo no coração da sociedade ocidental.

Se encontramos estes primeiros ciclos de iconoclastia na antiguidade, a idade moderna também colaborou com os movimentos de aversão às imagens. Uma mobilização igualmente relacionada à religiosidade foi a Reforma Protestante do século XVI, que serviu de base para as tantas vertentes eclesiais hoje operantes. Embora a Reforma tenha sido logo absorvida pelos imperativos da modernidade e do progresso tecnoindustrial, ressalta Machado, “dela permaneceram a desconfiança com relação às imagens, a crítica à sua banalidade e a denúncia de sua impropriedade para mergulhos mais profundos na experiência e no pensamento humanos”. (2001, p. 10-11). Longe de ser algo que ficou no passado, tive a oportunidade como jornalista de entrevistar artesãos brasileiros que, após entrarem para cultos evangélicos, abandonaram ou cogitaram abandonar sua profissão para não ir contra a palavra de Deus – ou dos ministros da sua igreja<sup>15</sup>.

Por fim, há uma influência bastante intensa do advento do *cartesianismo* de Galileu e Descartes no século XVII e, posteriormente, do *empirismo factual* de Hume e Newton no XVIII, estabelecendo a razão científica como única forma de acessar ou legitimar o acesso à verdade. Para Durand, é do casamento entre a factualidade dos empiristas e o rigor iconoclasta do racionalismo clássico que faz surgir o positivismo e o historicismo. “Duas filosofias que desvalorizarão por completo o imaginário, o pensamento simbólico, o raciocínio por semelhança” (2004, p. 14).

Esta inadequação do imaginário ocorre uma vez que as imagens não podem ser apreendidas segundo conceitos tão estanques de “ou isso, ou aquilo”. São polissêmicas, ganhando ares de incerteza e ambiguidade. A caverna assustadora que esconde perigos ocultos pode ser também abrigo, recolhimento para a interioridade do ser, metáfora uterina para o aconchego. É esta dubiedade persistente mesmo nas materialidades que explica como, ainda que cercados por

---

<sup>15</sup> Ver o perfil de Edson Alves da Cruz no livro PELLEGRINI, Fábio (orgs.) **Vozes do Artesanato**, Campo Grande: FCMS, 2012

telas e bombardeados por estímulos imagéticos de todos os lados, o estatuto de rejeição da imagem permanece irrevogado.

É o que se percebe quando Barros recupera Vilém Flusser ao apontar a improficuidade de questionar se a casa fotografada está “realmente” na imagem retratada ou se esta é falsa. Ou ainda se a batalha transmitida pela TV ocorreu ou foi encenada. “Tais perguntas não são ‘boas’ porque a imagem não permite que sejam respondidas” (FLUSSER *apud* BARROS, 2013, p. 3). Imprevisíveis, estas imagens “alimentam-se das camadas da história e das histórias soterradas do homem, se enraízam nas profundezas invisíveis do esquecimento” (BAITELLO JUNIOR, 2014, p. 64). Essa propriedade de se “desenovelar” dentro de uma descrição infinita e uma contemplação inesgotável faz com que as imagens escapem ao binarismo, que exige “clareza e diferença” (DURAND, 2004, p. 10).

#### **1.4 O Trajeto da Apostasia**

Percebe-se que, até agora, falamos sobre a existência deste imaginário enquanto substrato coletivo compartilhado por todo o gênero humano. Entretanto, buscamos aqui investigá-lo a partir de um objeto pré-determinado; o imaginário do Jornalismo. Para dar conta deste empreendimento, é preciso por certo determinar *o que* afinal será considerado dentro deste escopo. Quais imagens simbólicas – e produzidas por quem – terão influência no fiel da balança.

A delimitação daquilo que abarca o imaginário do jornalismo é apenas o primeiro estágio desta discussão. É com esta definição que poderemos estudar e analisar a imagem em movimento, as transformações neste imaginário que parecem levar de um encantamento inicial (por vezes promulgado pelos próprios integrantes do campo) em direção à *apostasia*. O termo, vindo do jargão teológico, “indica não apenas a perda de fé religiosa, mas a rejeição de uma comunidade particular como base para auto-identificação” (CAPLOVITZ, SHERROW *apud* HUNSBERGER, 1980, p. 158).

Não que já tenhamos necessariamente atingido hegemonicamente o estágio apostático, mas é a este nível de distanciamento e recusa que a pesquisa

se refere – algo muito mais profundo e mobilizador do que a simples desconfiança da imprensa. É um movimento de descrédito e cinismo que mesmo entre os profissionais da Comunicação passa a ser corrente.

David Mindich, citado por Sponholz, é categórico: “se o jornalismo americano fosse uma religião, sua divindade suprema seria a objetividade” (SPONHOLZ, 2004, p. 147). Ao inverter a ordem dos fatores, Nelson Traquina aponta que o jornalismo moderno do século XIX, moldado na era do Positivismo, vivia em um ambiente de “culto aos fatos” (2004, p. 52). Mas hoje, diante da imprensa em descrédito e da perda do valor da factualidade frente a um contrato comunicativo rompido, *quem é o Deus do jornalismo?* Ou, nos termos que pretendemos nos aproximar neste trabalho, quais Mitos o regem?

Meu avô certamente desconhece todo esse movimento de transformação das imagens socialmente compartilhadas de Jornalismo. Ainda assim, analisando nosso diálogo na posição distanciada em que me encontro hoje, é possível perceber ao menos dois polos distintos, diante dos quais orbitavam nossos discursos. Havia um *imaginário trágico*, degradado e patente, no qual o comentário de meu avô era apenas um átomo observável de um lastro muito anterior. Por outro lado, na mesma cena percebia-se operante ainda um *imaginário romântico* e latente do jornalismo. Suficientemente forte ao ponto de permitir que jovens como eu ainda optassem pela profissão como carreira. Pungente o bastante para ainda hoje atrair estudantes aos cursos universitários, mesmo com o diploma já sendo facultativo para o ingresso no mercado de trabalho. A tensão e a coincidência dos opostos, como veremos, é parte fundamental para a compreensão destas imagens.

De fato, ainda com a queda da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão em 2009 – um marco na incapacidade do campo acadêmico de justificar sua relevância para além da questão da técnica<sup>16</sup>, os cursos de

---

<sup>16</sup> Em 2009, o ministro Gilmar Mendes, então presidente do STF, declarou que o Decreto-Lei 972/69, que estabelecia a obrigatoriedade da exigência de diploma para o exercício da atividade de jornalista não atendia às disposições constitucionais sobre a regulamentação das profissões. De acordo com ele, o jornalista não seria capaz de colocar vidas em risco, como ocorreria do mau exercício de atividades como advocacia ou medicina, e comparou o trabalho do jornalista ao dos cozinheiros e costureiros. A crítica à colocação não é um demérito às profissões comparadas, mas o reconhecimento de que jornalismo não é visto como forma de conhecimento da atualidade, mas como mera aplicação técnica de parâmetros aprendidos com a práxis.

Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo continuavam entre os dez mais concorridos no vestibular da Fuvest em 2016<sup>17</sup>. Segundo a Federação Nacional dos Jornalistas, FENAJ, existem atualmente cerca de 300 cursos ativos de graduação em Jornalismo, que colocam no mercado uma média de 9 mil novos profissionais a cada ano<sup>18</sup>. Por um lado, é verdade que nem todos estes milhares de profissionais encontrarão colocação na área e sequer seguirão na Comunicação. Por outro, em um campo que vem sendo paulatinamente questionado, desvalorizado e despido do glamour do passado por uma sociedade cada vez mais avessa a ídolos, esse número não deve ser desprezado.

O que permite que tantas pessoas ainda queiram fazer parte da imprensa, *apesar* da própria imprensa? Ao mesmo tempo, o que faz com que as imagens relacionadas ao jornalista e ao jornalismo tenham se degradado ao ponto em que mesmo os que não são expostos diuturnamente aos seus discursos os questionem? Quais as consequências disso para o campo do jornalismo contemporâneo?

Por certo que a questão da crise pode ser enfrentada por uma série de diferentes perspectivas teóricas. Entretanto, tendo exposto o pressuposto de uma aparente crise simbólica do jornalismo, fica evidente que era preciso um direcionamento teórico capaz de responder às questões postuladas. Encontramos este suporte na Teoria Geral do Imaginário, fundada por Gilbert Durand na década de 1960 e que se consolidaria na chamada Escola de Grenoble. E é a partir de suas formulações que os pesquisadores da vertente arquetipológica do imaginário encontraram um “roteiro heurístico” para suas análises.

Em um breve resumo, que mais tarde expandiremos no primeiro capítulo, podemos compreender a partir de Durand que existe uma organização a nível teórico da heurística do imaginário: reflexos dominantes (esquemas) que engendram esquemas verbais e que por sua vez se resolvem em arquétipos e então em símbolos (as imagens simbólicas). O sistema dinâmico de símbolos, arquétipos

---

<sup>17</sup> Relação candidato/vaga. Fonte: [http://www5.usp.br/wp-content/uploads/Informe-08-2016\\_Candidatos-por-Vaga.pdf](http://www5.usp.br/wp-content/uploads/Informe-08-2016_Candidatos-por-Vaga.pdf)

<sup>18</sup> Dado informado por e-mail pela atual presidente da FENAJ, Maria José Braga em 2015.

e *schèmes* é o mito, que tende a transformar-se em narrativa (DURAND, 2012, p. 62) E é justamente o mito o núcleo significativo do imaginário. Na forma de mitos diretores<sup>19</sup>, são os elementos que coadunam e reforçam modos de sentir, pensar e agir que se refletem na religião, na política, na ciência, na ideologia e nos afetos.

O mito, especialmente para os que seguem a linha barthesiana (BARTHES, 2010) é muitas vezes compreendido como sinônimo de um falso conhecimento, a ser desnaturalizado sob a luz da verdade. Um estereótipo com base em nada além da tradição. Os estudos do Imaginário de vertente durandiana compartilham uma visão diametralmente oposta no que diz respeito ao sentido de “mito”, só que mais uma vez cabe cautela. Também existe estereotipia dentro do imaginário, que se desenvolve a partir da degradação dos símbolos em sintomas sociológicos. A imagem perde pregnância - a capacidade de nos impregnar em sentido, e se afasta de sua “auréola imaginária”. O que resta é uma imagem esvaziada, “agonizando em estereótipos” (BARROS, 2014a, p. 151).

Os estudos do imaginário, especialmente os da Escola de Grenoble, mostram como a imagem nasce num fértil subsolo arquetípico, torna-se consciente em símbolos, mitos e, possivelmente, estereótipos, numa escala que vai da máxima pregnância simbólica ao seu esvaziamento total, restando, na camada mais enrijecida dessa arqueologia, uma imagem já dita que fere a ética (o preconceito). Se o arquétipo relativiza pressão dos códigos culturais (PAULA CARVALHO, 1985, p.733), o estereótipo os endossa (BARROS, 2009, p. 2).

Uma pesquisa centrada na Teoria Geral do Imaginário vai buscar a recorrência de imagens simbólicas e mitos para produzir leituras sobre uma determinada sociedade ou sobre uma obra cultural. Frequentemente, ambas se cruzam, uma vez que dificilmente se pode ler uma obra sem compreender a sociedade que a fundamenta. Por certo que a metodologia durandiana foi criada tendo em mente as artes e a literatura, mas posteriormente o próprio autor indicou

---

<sup>19</sup> Quando Gilbert Durand fala em um “mito diretor”, ele próprio sugere termos correlatos, como “motivo diretor” ou mesmo *leitmotiv* (1998, p. 254), para utilizar uma expressão já mais familiar aos estudos literários. Isso não quer dizer que o uso do termo “mito” seja facultativo nos estudos do imaginário. Longe disso. São correlações feitas para indicar esta orientação simbólica que guia sociedades ou grupos sociais em nível profundo.



sua expansão, uma vez que todo discurso cultural é, antes de tudo, “um recital de imagens” (DURAND, 2010, p. 191).

Quando nos propomos, porém, a buscar as reminiscências e transformações nas imagens relacionadas ao Jornalismo neste mais de um século que liga o período Industrial ao Pós-Industrial, estamos delimitando a amplitude de nosso interesse. Buscamos o imaginário do Jornalismo, compreendido pelas imagens simbólicas e mitos evocados a partir do campo. Mas, afinal, qual campo seria este? Quais grupos devemos levar em conta nesta produção (ou deformação, ou alimentação) de imagens?

Para responder a esta dúvida, esta pesquisa aceita o convite feito por Cremilda Medina em direção a abrangência do olhar para além da sociologia sobre o objeto jornalístico – ou sobre os elementos que compõe o *discurso da atualidade*, como prefere ela (1993, p. 30). Convida Medina:

Embora as correntes teóricas e as gramáticas operacionais tenham se fixado por muito tempo na sociologia, hoje não é mais possível alijar o conflito dos diferentes e as identidades culturais, nem tampouco desqualificar as linguagens que transcendem a realidade palpável (MEDINA, 2003, p. 77).

A opção de abrir o campo parece colocar este trabalho imediatamente em oposição a uma lógica que tem imperado nas pesquisas da área: a busca por um estatuto científico próprio do jornalismo. Seria uma impressão equivocada, causada pela frequente confusão feita entre a consolidação do campo científico e do “campo epistêmico” do jornalismo, como já diagnosticou Gislene Silva. Segundo a pesquisadora, para bem estabelecer as discussões sobre jornalismo e contemporaneidade, é preciso primeiro deixar claro *de que campo do jornalismo estamos falando* (2011, p. 199).

Há o campo científico, composto pelos pesquisadores da área; um campo teórico/acadêmico, formado pelo conhecimento produzido nas universidades; um campo jornalístico, onde se incluem os profissionais e empresas de mídia, e assim por diante. Fortalecer o campo teórico não deve ser visto como sinônimo para ignorar o restante da produção no campo científico, de outras áreas – inclusive a própria Comunicação – que se debruçam sobre o mesmo objeto.

Evidentemente a política do campo científico tem grande importância. A queda da obrigatoriedade do diploma, já explorada neste texto, representou a grande “derrota teórica da profissão, que não conseguiu justificar sua existência diante da sociedade” (MEDITSCH, SPONHOLZ, 2011, p. 22). Não é meu objetivo aqui, portanto, desmerecer a pertinência destas reivindicações. Ao mesmo tempo, é importante lembrar que o que caracteriza uma ciência, como lembra o próprio Otto Groth, não é o uso de metodologias próprias ou, diria eu, bibliografias restritas, mas sim a peculiaridade do olhar; o “modo de contemplação” (GROTH, 2011, p. 33).

A partir destas ponderações, compreendemos que o objeto jornalístico não deve ser de usufruto exclusivo das teorias do jornalismo. Os “discursos da atualidade”, afinal, são temáticas de interesse para uma série de áreas afins – da psicologia à sociologia, da história à linguística. As contribuições de cada uma delas, no entanto, são bastante diferentes, e até mesmo complementares.

Como acusa Dimas Knsch, parte do problema está em uma apropriação equivocada que costuma ser feita sobre o conceito de campo de Pierre Bourdieu. Um “conceito-muleta” que, como provoca Kunsch, quando “mal utilizado, perdida sua envergadura teórica, escamoteia todo tipo de fragilidades”. (2012, p. 205).

Para compreender a raiz desta crítica, vamos, portanto, a Bourdieu:

Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço - que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias (BOURDIEU, 1997, p. 57).

No “campo profissional”, temos as relações mercadológicas interempresariais, os constrangimentos organizacionais, as disputas internas e externas destes agentes da práxis jornalística. Por sua vez, no “campo científico”, estão incluídos pesquisadores, as universidades, os institutos de pesquisa, as revistas acadêmicas, desde aquelas voltadas para o núcleo duro dos estudos do Jornalismo até aquelas que o circundam enquanto eixo de interesse.

Os que fazem coro à manutenção do abismo que afasta a prática da reflexão correriam o risco de compreender este como sendo o campo detentor do saber verdadeiro e instituído. Não poderiam estar mais enganados. É ele que dinamiza todo um conjunto de atores em constante disputa e alternância de poder e influência. Considerar a relevância desta sociologia da ciência na produção de conhecimento é compreender que “a construção da verdade não se limita ao jogo interno do próprio conhecimento, como pressuposto no recorte epistemológico, mas se dá como expressão e como resultante do choque entre os atores sociais” (MARTINO, 2006, p. 50-51).

Apreender o lastro social – e, portanto, direcionado por interesses ideológicos, políticos, econômicos - de discussões que permeiam a academia nos ajuda a compreender sua dimensão. O próprio embate sobre a emancipação acadêmica do jornalismo tem seu lastro em contingências históricas. Meditsch recupera que, da mesma forma como a ascensão do nazismo pôs fim à “Jornalística”, a ciência dos jornais alemã (substituída pela Publicística, a ciência da propaganda), foi a tomada de poder pelos militares em 1964 que sinalizou a ruptura entre cursos de Comunicação e Jornalismo no Brasil. Neste novo projeto para a área acadêmica de Comunicação, o Jornalismo “deveria desaparecer como escola independente, e a formação profissional se voltaria para um ‘comunicador polivalente’” (MEDISTCH, 2015, p. 25), instrumentalizado para tomar parte na “guerra psicológica” contra o comunismo e para a legitimação do regime.

Qual destes campos pretendemos considerar neste trabalho? Nenhum. Ou, em verdade, talvez todos. Pretendemos nos debruçar sobre o imaginário do Jornalismo a partir do seu *campo epistêmico*, que engloba a pluralidade dos modos de se conhecer o jornalismo. Conhecimento que se dá, seja pela reflexão acadêmica, seja pelas artes ou pela filosofia (SILVA, 2009). Acrescentaria eu, por que não, por outras vias menos sistematizadas e oficiais, como o próprio senso comum do qual tanto falamos – sendo todas elas, a sua maneira, atravessadas por mitos que dinamizam angústias e desejos que nos conectam enquanto humanos.

O reconhecimento deste campo, ao mesmo tempo em que consolidaria a formação de um pensamento mais complexo sobre o objeto jornalístico, também permitiria abrir os portões dos microfendos intelectuais da academia.

Se for o caso de pretender chegar à natureza do objeto de estudo, seria à natureza do fenômeno jornalístico, apreendido não apenas como prática profissional, mas em sua integralidade, em sua configuração social, política, econômica, tecnológica, como discurso, narração, imaginário, técnica e manifestação cultural; como constituído e constituinte da vida em sociedade. [...] De imediato, incorporando o processo histórico para dar conta de que a definição de jornalismo não é estática, como todas as construções conceituais, e que por isso o objeto de uma “ciência jornalística” não se reduz ao fenômeno jornalístico tal qual temos nos dias de hoje – hegemônico, apesar das diferenças culturais (SILVA, 2009, p. 207).

Ao escolher ir além do fenômeno, o percurso em direção ao imaginário se tornou inevitável. E para o efetivo desenrolar de uma pesquisa assim, é preciso aceitar outro convite; aquele feito pelo pensador francês Gilbert Durand, o fundador da Teoria Geral do Imaginário: “enveredar resolutamente pela via da antropologia, dando a esta palavra o seu sentido atual – ou seja: conjunto de ciências que estudam a espécie *homo sapiens*” (DURAND, 2012, p. 40). Nesta mirada antropológica, tudo se torna documento, ganha ares de observável na composição do grande plano geral que nos propomos a construir. Nada de humano, afinal, nos deve ser estranho (2012, p. 41).

## 1.5 Para Construir Pontes

Os dois chamamentos, de Durand e Medina, entram em fácil dialogia, e encontramos na obra desta última o caminho para construir as pontes necessárias entre o imaginário – e os mitos que o permeiam – e o campo epistemológico do Jornalismo. Embora o foco da pesquisadora brasileira não seja de maneira direta o imaginário, a perspectiva transdisciplinar na qual se coloca permite estabelecer pontes importantes que formatam esta pesquisa.

Um referencial frequente em sua obra, por exemplo, é o pesquisador belga Jean Lohisse, que em sua tese de doutoramento de 1969 defendia que a cultura de

massa produz e reproduz conteúdos de tipos nomeados por ele “osmotípicos”, os intercâmbios culturais; “lidertípicos”, referentes à estrutura de dominação discursiva; e “arquetípicos”, carregados de valores inconscientes de modo subjacente à mensagem. Em um contexto em que a massa era percebida como um bloco passivo e indistinto, Lohisse inspirou a compreensão de uma “massa que não é massa. Por que é complexa. Porque é gente” (MEDINA, 2014), ao mesmo tempo em que demarcava a ambiência do simbólico na comunicação coletiva.

As obras de Medina frequentemente ressaltam a importância do mito para o discurso da atualidade manifesto no jornalismo, ainda que nem sempre o uso do termo tenha se dado com preocupação conceitual. Em *Entrevista, o diálogo possível*, por exemplo, mito por vezes é utilizado como sinônimo de informação mentirosa ou exagerada. É o “mito da objetividade” (2005, p. 33), ainda reiterado pelos jornalistas e cursos de formação. Ou o “mito das represálias midiáticas”, castigos que incidem sobre quem não se submete aos caprichos da grande empresa jornalística (2005, p. 42).

Por outro lado, em sua *Arte de tecer o presente*, a autora alerta sobre como o artístico, a religiosidade e o mito não devem ser vistos como negação do real concreto. Afinal, estes “expressam uma comunhão profunda e universalizante com a realidade simbólica do humano” (MEDINA, 2003, p. 78). A própria universalidade, enquanto característica essencial do jornalismo (GROTH, 2011), seria alcançada a partir do momento em que a informação que presentifica o real imediato incorporar “sínteses expressivas de mitos existentes plenamente identificáveis pelas massas anônimas dos contextos urbanos e industriais (MEDINA, 1996, p 13). Pela narrativa se constrói o cosmo que abriga nossa existência.

Para Medina, sociedade, cultura e mito se fazem presentes no aperfeiçoamento tanto do pesquisador quanto do profissional da comunicação (2003, p. 77). Isto porque a visão antropológica, diferente da visão técnica ou sociológica, incorpora e traz consigo a oportunidade de “aguçar a escuta poética, despoluir a consciência, captar ressonâncias transcendentais e se deixar contaminar pelas vozes inconscientes”. (MEDINA, 2003, p. 78). O imaginário, ou suas teorias, pode não ser diretamente mencionado, mas sua sensibilidade permeia todo o texto.

Tratar de imaginário, especialmente em uma área onde o factível e o concreto sempre foram tão imperativos quanto o jornalismo, pode facilmente causar estranhamento no leitor. É de se esperar. Como em qualquer outra perspectiva teórica, existe uma tendência de os iniciados assumirem de maneira naturalizada jargões e modos de expressão incorporados das obras de referência. Para alguém alheio às discussões do grupo, a presença de quimeras, fantasmas ou deuses antigos que são espalhados ao longo do texto enquanto o *miticiano* “persegue a presa mítica do imaginário” (ARAÚJO, 2014, p. 32) pode colaborar para a falsa impressão de que esta é uma discussão duplamente esotérica. Isto é, ao mesmo tempo mística - como percebe o senso comum, e restrita a um círculo de neófitos, interessando apenas a quem pesquise a partir da mesma visada teórica.

Muito pelo contrário, os estudos do imaginário incitam à percepção daquilo para além do que emerge do objeto. Busca a *revelação* de seus mistérios. Os mitos não são meras figuras de linguagem, nem devem ser impostos às análises acadêmicas como simples categorias de comparação. Mitos são organizações de imagens que dão sentido ao cotidiano. Estruturas ancestrais às quais recorreremos hoje e sempre.

Essa perspectiva pode levantar questionamentos iniciais sobre as próprias bases sob as quais a pesquisa se fundamenta, ou ao menos gerar um levantar de sobrancelhas. Mas não é preciso acreditar nos mitos para identificar sua agência, e veremos que mesmo a falta de fé pode indicar sua presença na esfera do pensamento. Lévi-Strauss já alertava: não pretendia mostrar como os homens pensam os mitos, mas como os mitos se pensam nos homens. E tudo isso, frisava, *à sua revelia* (LEVI-STRAUSS, 2004, p. 32).

O mito é revelador, é uma constante antropológica que conhecerá modulações específicas de acordo com as diversas épocas. Exercerá, por vezes, um papel importante, outras vezes, ao contrário, será totalmente minorado, mas seu enraizamento no imaginário coletivo é profundo (MAFFESOLI, 1998, p. 41-42)

Na construção desta antropologia como nova ciência do homem, alerta Durand, é preciso “levar a sério, e não como simples metáfora poética, a recorrência, e assumir como verdadeiros os nomes e os gestos divinos da mitologia”

(2008, p. 11). Assim, as relações estabelecidas com os mitos a partir das imagens simbólicas levantadas nas obras analisadas não tem como objetivo construir uma forma mais sedutora para a fruição, nem devem ser entendidas como derivações supérfluas que se perdem em figuras de linguagem. Os mitos, nos estudos do Imaginário, são a chave de leitura para a sociedade.

É muito frequente, entre os que travam um primeiro contato com os estudos do imaginário, a crítica de que a leitura mítica feita é predominantemente eurocêntrica. Faria sentido falar em Apolo, Dionísio ou Prometeu em um país tupiniquim? Especialmente em um contexto onde os estudos decoloniais promovem o valor do pensamento local, esta certamente é uma crítica válida, e existem respostas a ela. A brasilidade do imaginário está presente em diversos trabalhos organizados pela Associação Ylê Seti do imaginário, por exemplo – grupo pernambucano fundado pela pesquisadora Danielle Perin Rocha Pitta, que traz em seu próprio nome as referências à cultura indígena e afro<sup>20</sup>. O mesmo fazem os membros que participam do Projeto Imaginário nas Formas Narrativas Oraís Populares da Amazônia Paraense (IFNOPAP), da UFPA. Nele encontramos o aporte durandiano para dar conta de análises centradas na cultura popular ribeirinha. São iniciativas que descentram o lastro greco-romano e nos oferecem menos Hermes e mais Boto Cor-de-Rosa.

Deus das encruzilhadas, da comunicação e da pluralidade – sendo, mobilizando ao mesmo tempo, o arquétipo do Trickster enganador, o Hermes grego encontra como correlatos em algumas de suas características o Mercúrio romano, o Toth egípcio, o Wotan germânico ou o São Francisco cristão (ALMEIDA, 2014, p. 70). Isso sem falar no próprio mensageiro Exu, liberador de caminhos. Entretanto, cabe atenção: a correlação entre aspectos não deve ser entendida como sinonímia, pois a essência de cada mito é única mesmo que se aproximem no âmbito estrutural. O que vai determinar, portanto, se faz mais sentido incorporar na análise um deus grego ou um orixá não deve ser a vontade do pesquisador ou o local onde a pesquisa é feita, mas sim a relação estabelecida com o próprio objeto.

---

<sup>20</sup> Ylê significa "casa" em iorubá, e Seti tem o mesmo significado, mas em Yaté, língua dos indígenas da etnia Fulni-ô que habitam o nordeste brasileiro.

Dito isto, foi interessante perceber como os mitos gregos estão incorporados na epistemologia do Jornalismo. Fala-se que a imprensa se mantém vigilante contra o poder feito Argos, o guardião dos 100 olhos do jardim das hespérides (LIMA SOBRINHO, 2008, p. 119). Ou ainda que o jornalismo está submetido à atualidade como Prometeu ao seu rochedo, “e os acontecimentos que se sucedem são outros tantos abutres a devorar as inextinguíveis entranhas daquele que transmite à humanidade o fogo do conhecimento” (BELTRÃO, 2003, p. 75). E se é verdade que por aqui o deus mensageiro não batizou nenhum veículo - como o *El Mercurio* chileno – a justiça divina não deixou de inspirar nossos periódicos. O *Themis Matogrossense* por exemplo, considerado o primeiro jornal do estado do Mato Grosso, circulou em 1838 tendo como nome uma referência à titã Têmis, guardiã dos juramentos dos homens e da lei. Pouco antes, ainda durante o primeiro reinado, a filha de Têmis com Zeus, *Astréia*, deusa da justiça e da pureza batizou um combativo jornal liberal na capital brasileira (LIMA SOBRINHO, 2008, p. 77).

Não é de se estranhar, uma vez que o ocidente teve na cultura helênica seu berço cultural. Não apenas isso, mas as referências a mitologias europeias – de Parsifal ao graal e às tentações de Mefistófeles permeiam as reflexões sobre o Jornalismo, como veremos nos próximos capítulos. E isso, é claro, tratando apenas das menções literais. A influência latente dos mitos não nomeados pulsa de maneira ainda mais evidente conforme a análise se descortina.

## **1.6 Imaginário para quê? Jornalismo para quem?**

Ao nos encaminharmos para o fim deste processo de Iniciação, que delinea apenas os primeiros passos desta investigação acadêmica, já estabelecemos as bases que irão sustentar nossa pergunta de pesquisa; rompemos com a visão de imaginário enquanto falsidade ou ficção; construímos as pontes entre o jornalismo e o simbólico; delineamos o campo epistemológico do Jornalismo - de onde emergem as imagens simbólicas e suas constelações, e justificamos a relevância de empreender uma análise destas constelações a partir de mitos cuja presença latente e patente pulsa nos discursos (estes recitais de imagens).



Resta ainda um último ponto a ser explorado antes que possamos seguir adiante. Uma inquietação que transformou ela própria o ponto de mirada pelo qual conduzimos este trabalho: afinal, qual o alcance social desta colaboração? Qual pertinência ela teria não apenas para a academia, mas para a sociedade? Trocando em miúdos, podemos condensar esta dúvida na forma de uma pergunta mais de uma vez diretamente endereçada a mim, mas que poderia facilmente ser direcionada a qualquer acadêmico de um programa de pós-graduação: *Quantas vidas você salva com a sua pesquisa?*

A tendência natural seria responder que esta é uma visão muito limitante da pesquisa científica como um todo. Nem todo estudo precisa ser direcionado para salvar vidas da mesma maneira que fazem os farmacológicos ou biomédicos. Entretanto, isso seria escapar do cerne da questão, especialmente quando se tratam de projetos desenvolvidos com financiamento governamental, e um aluno de pós não deve de maneira alguma se furtar desta inquietação.

Que a consciência desta responsabilidade não seja confundida com uma defesa da pesquisa aplicada – especialmente aquelas cujo objetivo final é maximizar os lucros da grande empresa ou encontrar modelos de negócios voltados para a preservação de uma indústria capitalista que se instituiu, ela própria, como estrutura padrão da sociedade (GENRO FILHO, 2012). Como se o fim da crise fosse representado pela retomada mercadológica dos grandes conglomerados de mídia. O que manifesto aqui é a compreensão de que uma investigação que se restrinja aos grandes muros acadêmicos, ou que tenha a função meramente protocolar de garantir uma titulação, foge a um chamado do social que o pesquisador não deve recusar.

Foi ao ser assombrado durante um período considerável por esta pergunta que fui capaz de compreender e cercar melhor meu objeto de pesquisa. Um movimento que ajudou a esclarecer meus próprios objetivos, e também os deste estudo. A resposta foi construída a partir de reflexões teóricas, mas também da minha vivência, minhas impressões e de um diálogo com o contemporâneo – um Brasil que vive em pé de guerra com sua própria imprensa; uma imprensa que busca em imagens antigas a salvaguarda de sua relevância social; uma antiga audiência

dotada de poder comunicativo e liberdade inéditos ainda em vias de aprender como lidar com ela.

Deixamos claro: não se pretende aqui meramente refazer um trabalho já largamente explorado de resgate da História da Imprensa. Investigações muito mais competentes já foram feitas ou estão em andamento, como levanta Matias Molina (2015, p. 9). Além disso, como alerta Martino, “embora a abordagem histórica seja extremamente valiosa no tocante à definição do objeto de estudo da comunicação, ela pode ser empregada de modo equivocado se for tomada como substituto da discussão epistemológica” (2006, p. 46).

Da mesma forma, este não é um trabalho sobre uma manifestação específica do jornalismo – como os comentários de um portal, as edições de um veículo, a obra de um único autor. Este é um trabalho sobre o jornalismo e sua crise pela perspectiva do simbólico. Qual jornalismo? Ora, todo aquele que está em crise. A profissão, a academia, a forma de conhecimento do tempo presente. Em outras palavras, este trabalho pretende converter o campo epistêmico do jornalismo em objeto de pesquisa. Mergulharemos neste pensamento brasileiro sobre o campo jornalístico a partir de uma seleção de obras clássicas atravessadas por textos contemporâneos relidas pela perspectiva do imaginário.

Para um objeto de tamanha amplitude, faz todo sentido uma perspectiva metodológica igualmente capaz de abraçar a imensidão do “corpus”. Mais uma vez, justifica-se então o aporte dos Estudos do Imaginário como ponto de mirada. Afinal, como lembra Durand ainda que até mesmo um título possa ser objeto de interesse para a mitocrítica – uma das metodologias de pesquisa do imaginário, “é num conjunto de obras extensas que se torna mais fácil detectar os conteúdos míticos, independentemente da forma que eles revistam” (1998, p. 247).

A quem interessa esse tipo de pesquisa? Uma análise apressada poderia considerar que apenas aos jornalistas. Melhor dizendo, talvez até mesmo apenas aos pares acadêmicos, visto que os profissionais de mídia são por vezes tomados pelas engrenagens produtivistas, mergulhados em rotinas desgastantes que oferecem pouco espaço para a reflexão para além do trabalho do dia a dia. Percebo isso de minha própria passagem na redação de impresso, quando após a reforma

editorial do jornal – que demitiu um quadro considerável de repórteres após as festas de fim de ano, passei a fechar sozinho os cadernos de Economia e Agronegócios. Neste contexto de sobrecarga produtiva, minhas matérias todas se tornaram iguais. As fontes sempre as mesmas e as mais acessíveis – e que não desagradavam a direção do periódico, sob o risco de ter parágrafos extirpados de qualquer maneira nas horas de fechamento. O texto incorporava estruturas de parágrafos praticamente idênticas, agilizando e mecanizando um processo que cada vez mais perdia o lastro humano. Mas o jornal havia passado de R\$ 1,00 para R\$ 0,75, e a direção esperava que as mudanças afetassem positivamente o caixa da empresa.

Este não é uma mera anedota de uma história cada vez mais frequente na vida dos profissionais da área. Por padrão, as empresas jornalísticas investem mais em tecnologias e maquinário, e menos na formação humana - o que faz com que este jornalista de chão de fábrica não se veja estimulado a investir no crescimento e amplitude de seu repertório, como diagnostica Cremilda Medina. Não sem motivo, estes profissionais preocupam-se antes com o desempenho imediato, “satisfazendo as exigências dos próprios empregos” (MEDINA, 2005, p. 24).

Uma pesquisa que se centra no jornalismo, justamente pela escolha do objeto, não deve interessar apenas ao próprio jornalismo, mas a todo o corpo social. Como pensar uma área em dissociação à outra? A nível individual, o jornalismo pode salvar vidas, mas também condená-las ao trair a relação repórter-fonte; ao insistir em contar sua própria história, e não a do outro, como denuncia Janet Malcolm em *O jornalista e o assassino* (1990, p. 11). No âmbito coletivo, pode atuar para uma interpretação crítica e revolucionária do tempo presente (GENRO FILHO, 2012), ou ainda para a manutenção do *status quo*, cumprindo seu papel de suporte aos interesses vigentes no teatro político e econômico.

É refletindo este último caso, que alguns autores preferem descrever a tomada de poder de 1964 como um golpe Midiático, além de Civil e Militar (SILVA, 2014). Suporte semelhante é apontado na relação entre a mídia hegemônica e apoio ao processo que levou ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff em

2016<sup>21</sup>. A crise do jornalismo é uma crise da sociedade. Propor maneiras mais complexas de compreendê-la pode abrir caminhos que de outra forma permaneceriam fechados.

Esta pesquisa busca, portanto, *investigar as reminiscências e transformações sofridas pelo imaginário do jornalismo do período Industrial ao Pós-Industrial*, sendo este seu OBJETIVO GERAL. Faz isso escolhendo investigar não a imprensa propriamente dita, mas sua epistemologia; o pensamento do jornalismo brasileiro, plasmado em obras culturais na forma de livros paradigmáticos para seu estudo e compreensão. Ao diagnosticar estas transformações, espera-se, será possível melhor contemplar este objeto em crise de modo a entender seu lugar no mundo e no amanhã que se desvela.

Ao longo do texto, apresentamos algumas inquietações norteadoras da pesquisa. Para que possamos dar conta delas nos capítulos vindouros, podemos organizar os seguintes OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Recensar (ou seja, produzir levantamento sobre) as imagens simbólicas que permeiam a produção epistemológica do Jornalismo em sua fase industrial.
- Identificar convergências e divergências entre o imaginário do jornalismo e o imaginário societal na passagem para o ecossistema pós-indústria.
- Relacionar, a partir do compasso ou descompasso entre imagens e mitos, os motivos para sua crise simbólica.

Valiosa adição ao estudo foi feita pela professora Cremilda Medina, durante meu exame de qualificação. Dizia ela, sobre o resgate biográfico que fiz do diálogo com meu avô, que eu parecia buscar encontrar a “verdade” do Jornalismo que ele questionara tantos anos antes. O adjetivo “mentiroso” para o jornalista, afinal, está longe da mesma constatação charmosa que une os poetas fingidores, escritores e artistas visuais já acostumados com o logro.

---

<sup>21</sup> Ver, por exemplo, JINKINGS, I; DORIA, K; CLETO, M. (orgs.) *Por que gritamos golpe?* São Paulo: Boitempo, 2016.

Não encarava esta provocação como um objetivo, mas ao longo do trabalho pude perceber como a bússola da Verdade era um caminho que não poderia ser desviado. Foi instigante perceber que a resposta para essa “verdade” busco encontrar no imaginário organizado em narrativa: os *mitos*. Aqui entendidos não como histórias falsas – como sugere o estereótipo - mas, justamente, como as grandes verdades que revelam narrativas sagradas. Modelos exemplares que dão forma à nossa própria experiência de estar no mundo. (ELIADE, 2011, p. 13).

### 1.7 A Metodologia do Mito

Tendo justificado a pertinência da pesquisa, o lugar de fala onde esta será anunciada e a escolha do aporte teórico para enfrentar as inquietações do objeto, resta delinear a metodologia - os caminhos do método. Cabe lembrar, conforme Morin, que uma coisa não é redutível à outra. “As metodologias são guias a priori que programam as investigações, ao passo que o método que se desprende ao longo do nosso caminhar será um auxiliar da estratégia” (1996, p. 29).

Não se pode “aplicar” uma metodologia a uma pesquisa acadêmica como se fosse uma fórmula pronta. Um cálculo aritmético em que os resultados seriam meras variáveis. A metodologia deve ser construída como uma instância autônoma e interna à pesquisa que comporta uma disciplina ou reflexão específica sobre ela (LOPEZ, 2005, p. 83). Os métodos, por sua vez, não seriam apenas as técnicas de pesquisa, mas instâncias da prática metodológica. Ou seja, o “conjunto de decisões e opções particulares que são feitas ao longo de um processo de investigação” (LOPEZ, 2005, p. 94).

Em texto amplamente trabalhado na área das ciências humanas, Paul Feyerabend defende em *Contra o Método* (1989) que o anarquismo teórico é o mais frutífero remédio contra o modo como a epistemologia - a ciência do conhecimento - vinha sendo desenvolvida em sua época. Vale sublinhar, entretanto, que a crítica ao método não significa *ausência* dele. A grande questão é que este jamais deve servir de camisa de força para o pesquisador ao se confrontar com a

experiência imediata. Pior ainda, aponta o autor, é quando o método faz às vezes de um sapato de dama chinesa: antes de dar forma, *deforma* o pé que comprime.

Receitas epistemológicas podem parecer esplêndidas quando comparadas a outras receitas epistemológicas ou a princípios gerais — mas quem assegurará que são o melhor meio de descobrir não uns poucos ‘fatos’ isolados, mas também alguns profundos segredos da natureza? (FEYERABEND, 1989, p. 22).

Como este estudo se desenha como uma pesquisa epistemológica que se propõe a investigar o “conhecimento do conhecimento” do jornalismo a partir do imaginário, é preciso evidenciar de antemão: não há qualquer garantia de que a verdade buscada pela pesquisa seja capaz de perscrutar o campo epistêmico do jornalismo em sua totalidade. Como propõe Morin, nenhum sistema cognitivo, afinal, poderia compreender e validar a si mesmo a partir de seus próprios instrumentos. A busca pela verdade, continua o autor, está ligada a uma busca sobre a *possibilidade* da verdade. Daí se depreende que, “se não existe fundamento certo para o conhecimento, também não existe para o conhecimento do conhecimento” (1996, p. 20). Em resumo, a *incompletude* é inerente à investigação. Algo que a aproxima ao próprio Jornalismo, sempre contingente, mas cuja consciência das limitações oferece a peculiaridade do olhar.

Reconhecendo que não terei todas as respostas, espero antes de tudo poder fazer as perguntas corretas ao meu objeto, de modo que as respostas encontradas sejam construtivas, e não apenas *Mu*. O inquérito e a interpretação desta relação que se estabelece, como antecipado, se dará a partir do aporte da Teoria Geral do Imaginário, pela vertente antropológica durandiana. É importante atentar para o fato de que o imaginário, em si, não é o objeto de pesquisa, mas o meio pelo qual se pretende acessá-lo. Ana Taís Portanova Barros resguarda: “O imaginário não é um objeto de estudo em si, e sim um ponto de vista sob o qual o pesquisador se coloca, uma perspectiva que ele assume, uma dimensão que ele explora” (2010, p. 127).

As bases estão sendo estabelecidas. Perpassamos o imaginário e a sua organização, orientando um modo peculiar de ver e elencar as imagens. Esse modo, todavia, não fica somente no campo teórico, mas também pode ser percebido no

plano empírico. E isso não é uma peculiaridade dos pesquisadores da TGI. A obra cultural fala sobre seu tempo, está impregnada de Presente.

O senado romano dos filmes da década de 50 será uma espécie de senado norte-americano dos tempos da Guerra Fria, dada a semelhança de instâncias de poder; ao contemplar a pluralidade religiosa e a desagregação do Estado na decadência romana contada no *Satiricon*, o leitor contemporâneo deparará algo que pode descobrir na realidade que o cerca (LAGE, 2012, p. 89).

É possível estudar empiricamente o imaginário porque ele se epifaniza em cada manifestação criativa na forma de imagem simbólica. “Para encontrá-la, são necessários instrumentos específicos, resultantes de uma heurística peculiar ao entendimento que se tem sobre o que seja o imaginário” (BARROS, 2010, p. 127).

A manifestação discursiva do imaginário, como vimos, é o mito. É através da análise dos mitos, sua alternância e permanência, que Durand propõe uma *mitodologia*, isto é, a metodologia de análise própria aos estudos do Imaginário, fundadas na “mitocrítica” e na “mitanálise”. A primeira, ligada à crítica literária, está “vocacionada para captar e tratar os mitos e suas figuras patentes e latentes nos textos literários e poéticos” (ARAÚJO, 2014, p. 18). É ela que permite perceber as oscilações das imagens simbólicas dentro da bibliografia de um autor, reforçando ou recusando mitos diretores – afinal, tanto a revolução quanto a contrarrevolução mobilizam forças no Imaginário (MAFFESOLI, 2001, p. 80). Para além desta relação entre tese e antítese, por certo que existirão imagens isoladas destes polos, mas serão de mais difícil captura.

Já a segunda, a “mitanálise”, é desdobramento da psicanálise e se orienta no sentido de “detectar os mitos diretores que animam as sociedades ao longo do seu tempo e do seu espaço” (ARAÚJO, 2014, p. 18). A partir dela, é possível capturar não apenas a mitologia que anima uma obra, mas toda uma época – enquadrada a partir de um grande espaço de tempo<sup>22</sup> (BARROS, 2014, 152). Desta forma, é incomum que um pesquisador se dedique a produzir uma mitanálise por si

---

<sup>2222</sup> Durand sugere que uma mitanálise compreenda ao menos o espaço de 36 anos, a média do surgimento de uma nova geração. A recomendação mesmo é que, para acompanhar o ciclo completo de transformação do imaginário, percorra-se uma análise de 150 a 180 anos, o equivalente a quatro ou cinco trocas geracionais (DURAND, 2011).

só. Por outro lado, não é raro que aqueles que se debruçam sobre uma mitocrítica se deparem com preocupações sociais e culturais que ampliam a metodologia em direção à um princípio de mitanálise.

Importante pontuar que não existe um formato pré-estabelecido de se fazer essa análise mítica. Cada pesquisador fará propostas diferentes a partir do modo como articula as perguntas, o objeto de pesquisa, os mitos que elege para a análise e o arcabouço referencial ao qual é capaz de recorrer. Aí está o anarquismo teórico de Feyerabend (1989), em uma abertura condizente com a reflexão que orienta cada uma das perspectivas.

Optamos então por essa mitocrítica expandida – uma leitura simbólica que seja ao mesmo tempo sincrônica e diacrônica, entrecruzando as obras analisadas com seus períodos históricos e pulsões sociais. A pergunta que resta, portanto, é o *que analisar?* Afinal, ao nos propormos a compreender este campo epistêmico do jornalismo enquanto aquele que reúne mercado, academia e teoria com senso comum, é preciso uma metodologia que responda a essa complexidade.

A proposta nesta pesquisa, seguindo os caminhos indicados por Durand, é entrecruzar a análise figurativa de *bibliografias clássicas* para a epistemologia do jornalismo – obras fruto de imersão teórica ou de comunicações elaboradas a partir de reflexões dos autores sobre a práxis, com a história da imprensa e da sociedade no período que acompanha a transição do jornalismo industrial para o pós-industrial no Brasil. Esse conjunto de obras que serão analisadas pela perspectiva do Imaginário será tensionado a partir de críticas dentro e fora do campo acadêmico do Jornalismo, bem como de inquietações levantadas pelo senso comum.

Já vimos que o imaginário não é algo restrito ao ambiente dos livros e das artes, mas sim um universo que a tudo engloba. Entretanto, é na obra cultural que é possível perceber seus vestígios com mais facilidade. Malena Contrera, ao investigar a presença de conteúdos arcaicos no jornalismo, compreende os textos culturais como instrumentos comunicativos nos quais o mito possui um lugar de destaque, especialmente pelo seu caráter de permanência e redundância (2000, p. 41). É neste contexto que entra a metodologia, ferramental que permite encontrar na



obra cultural as redundâncias do universo mítico, que “repete-se para melhor impregnar” (ARAÚJO, 2014, p. 29).

Definida a abordagem de nossa análise e a expectativa do que buscamos atingir a partir dela, chegamos ao momento da seleção do corpus. Como e a partir de que lógica selecionar as obras representativas o suficiente servirem de índice das transformações do imaginário no campo epistêmico do jornalismo? Esta foi a resposta mais difícil de ser alcançada, uma vez que a pertinência da escolha deveria ir além das preferências pessoais do pesquisador – ainda que, vale ressaltar, toda escolha de pesquisa, em última instância, será sempre arbitrária. O resultado final desta seleção é o resultado final de uma série de processos: a) a consulta a ementa curricular de cursos com habilitação em Jornalismo; b) Indicações bibliográficas de pesquisadores que se debruçaram sobre a epistemologia do Jornalismo; c) Leitura prévia das obras para identificar o ponto de saturação da análise.

O primeiro movimento, o resgate das ementas universitárias, foi interessante por dar uma visão geral e bastante inicial sobre as obras a serem consideradas. Entretanto, segui-lo a ferro e fogo abriria espaço para um furo metodológico muito grande que não o justificaria. Ocorre que diversas universidades não possuíam as ementas disponíveis nos sites e tampouco responderam os e-mails de solicitação. Outro complicador foi que nem todo curso possuía as mesmas disciplinas (“Teoria do Jornalismo”, por exemplo, nem de longe estava presente em todas as universidades consultadas). Algumas soluções seriam considerar disciplinas próximas ou então verificar o currículo de *todas* as disciplinas obrigatórias para encontrar as obras de maior recorrência. Outra possibilidade seria considerar a ementa de disciplinas correlatas apenas em Programas de Pós-Graduação em Comunicação e em Jornalismo, o que não contemplaria o objetivo uma vez que poderia levar a uma falsa percepção da prevalência bibliográfica. Os textos que se trabalha na graduação e na pós não são os mesmos, e é na formação básica que o grosso de profissionais da área toma contato com o pensamento sobre o campo. Percebendo a dificuldade de acesso à essas informações e a inconsistência dos parâmetros, acrescentei o apreendido ao meu repertório e segui adiante.

Mais uma vez foi possível encontrar em Cremilda Medina a ponte para construir os nexos entre os dois hemisférios desta pesquisa. Em 1993, por ocasião de sua titularidade na Escola de Comunicação e Artes da USP, onde atua como professora desde a década de 1970, Medina produziu a primeira parte de *Fundamentos epistemológicos da informação jornalística*. Na obra, faz ela própria um resgate das principais referências bibliográficas que colaboraram para a construção epistemológica do discurso da atualidade.

A autora separa, de início, a produção intelectual do campo em três grandes fases: os textos referentes ao *Direito à informação*, em que o jornalismo era apontado como ferramenta indispensável para a construção de um estado democrático, reforçando os estatutos iniciais do contrato comunicativo e da liberdade de imprensa; a *validação da técnica*, onde discute-se questões referentes a objetividade e imparcialidade, estabelecendo as bases para a formação profissional e o *pensamento crítico*, onde a sociologia frankfurtiana ou a influência marxista – especialmente via Gramsci farão predominar uma visão questionadora sobre a influência dos meios.

Década após década, Medina aponta e comenta obras que contribuíram para a formação do pensamento jornalístico brasileiro. Nem sempre livros nacionais, mas que chegaram ao país gerando impactos percebidos pelo campo. Acompanhando a discussão da autora, fizemos uma primeira seleção que foi considerada no exame de qualificação. Posteriormente, uma reavaliação permitiu comparar a seleção com as obras selecionadas por José Marques de Melo para a coleção Clássicos do Jornalismo Brasileiro, acrescentando novas obras à análise e retirando outras, com foco centrada apenas na produção nacional. “Acreditamos – sem adotar uma postura xenófoba – que lições podem ser retiradas da experiência acumulada dentro de nossa própria sociedade” (MELO *in* LIMA SOBRINHO, 2008, p. 9).

Por que não incluir, então, uma obra de Cremilda Medina na análise? Certamente várias de sua autoria se enquadrariam como marcos epistemológicos para o Jornalismo. A opção foi justamente pelo desafio heurístico: encontrar manifestações do simbólico em um texto que sempre se permitiu essa porosidade não traria tamanha revelação quanto o mesmo processo desenvolvido sobre uma

obra teórica a princípio tida como mais árida ou combativa. Todavia, sua influência atravessa de alguma maneira todas as nossas leituras.

Para a escolha das obras buscamos trabalhar em pares com aquelas que, tendo em vista as fases epistemológicas identificadas por Medina, corresponderiam, aos momentos de A) Direito à informação, B) Validação da técnica e C) Pensamento crítico. Estes períodos, percebemos, foram atravessados por momentos-chave para nossa historiografia: os primeiros anos da República, quando a imprensa moderna ainda estava muito apegada ao discurso liberal; a revolução tecnológica nos anos 1960 – com a introdução do Lead e da standardização de formatos e práticas; a imprensa da Ditadura Militar e a recente democratização.

Percebe-se, com isso, que nosso foco fora os grandes marcos do período Industrial. A partir deles, buscamos encontrar as pistas para compreender as transformações que perpassaram o jornalismo em sua fase Pós-Industrial, cujo nexos que guiará o tensionamento de todas as leituras anteriores foi o próprio relatório do *Tow Center*. Os textos não foram alvo de uma leitura estratificada, mas em um movimento de dialogia constante, fazendo com que passado e presente se entrecruzasse para dar a ver suas transformações e reminiscências. Mais do que pensar nos livros relacionados como um corpus de análise, podemos compreendê-los como eixos que serão circundados pela leitura mitocrítica.

Assim, temos a seguinte seleção, acompanhada do ano de sua publicação original:

- a) Rui Barbosa - A imprensa e o dever da verdade (1920)
- b) Barbosa Lima Sobrinho – O Problema da Imprensa (1923)
- c) Luiz Beltrão – Iniciação a Filosofia do Jornalismo (1960)
- d) Danton Jobim – O Espírito do Jornalismo (1960)
- e) Nilson Lage – Ideologia e Técnica da Notícia (1979)
- f) Adelmo Genro Filho – O Segredo da Pirâmide (1987)

Em cada uma dessas obras haverá a oportunidade não apenas de perseguir a presa mítica do imaginário, mas também de recuperar o contexto histórico do

momento. Ao alinhar estes acontecimentos, percebendo os mitos que animam obra e sociedade, talvez seja possível perceber as proximidades e distanciamentos entre os mitos que orientam o jornalismo e o próprio social. Seriam eles os mesmos? Ou estaria no desbalanço simbólico entre estas duas instâncias o cerne da crise tectônica do ambiente pós-industrial? Teria sido o jornalismo capaz de se produzir novas imagens (ou deformar as antigas) para se manter relevante nos dias de hoje?

Nesta leitura simbólica, perseguindo o mito ao longo das obras analisadas, aceito a provocação de Merleau-Ponty, que em sua *Prosa do mundo*, sugere: “Jamais encontramos na fala dos outros senão o que nós mesmos pusemos” (2014, p. 35). Os signos que a comunicação apresenta nada seriam se já não tivéssemos em nosso íntimo sua significação. Sendo assim, “compreendo o que me dizem por que sei de antemão o sentido das palavras que me dirigem e, enfim, só compreendo o que já sabia, não me coloco outros problemas senão os que posso resolver (2014, p. 36). Não é exclusividade do indivíduo. O próprio Marx salientava que a humanidade só se coloca problemas quando, potencialmente, já existem as condições para equacioná-los. (GENRO FILHO, 2012).

É preciso estar consciente das limitações da interpretação. Afinal, já apontava Bachelard, interpretar a imagem é traduzi-la numa linguagem diferente do logos poético. Assumo, portanto, este lugar de *traduttore, traditore* esperando que a consciência deste papel seja suficiente para a busca da verdade possível de que fala Morin (1996). O escopo não é o de meramente escavar vestígios arqueológicos que podem ocultar-se no campo do Jornalismo, mas perceber estas constelações operantes que emergem do observável. As imagens, no fim das contas, “não valem pelas raízes libidinosas que escondem, mas pelas flores poéticas e míticas que revelam” (DURAND 2012, p. 39).

Ao elencar e categorizar a profusão de símbolos que emergem a partir da leitura das obras selecionadas, com o objetivo de fazer que se revelem os mitos que as movimentam, não buscamos acusar ou desmerecer uma obra ou autor por dar vazão a essas imagens pulsantes. Lembramos: os mitos aqui não são conhecimentos falsos ou inverdades historicamente aceitas, mas potências simbólicas imbricadas de maneira indissociável do nível societal. Aproximar a

epistemologia do jornalismo com a mitologia que a orienta não é desqualificá-la, mas sim reconhece-la e valorá-la.

De início pensamos que a divisão dos capítulos no trabalho pudesse ser guiada cronologicamente pelas obras que compõe seu corpus. Há certa lógica nesta organização, mas ela não nos serve. Fosse assim feito, subscreveríamos uma visão positiva dos estudos sobre o jornalismo, como se houvesse a partir deles uma evolução no sentido de progresso ascendente. Uma progressão geométrica qualitativa, na qual os trabalhos mais recentes seriam os mais complexos e, portanto, melhores, abandonando valores antiquados e caminhando em uma única e coerente direção. Isso não acontece.

O conhecimento científico não é uma linha reta a ser percorrida, mas uma trama de rotas que orbitam os objetos de interesse das mais distintas formas. O modo como cada autor realiza este percurso diz não apenas sobre o que o objeto evoca, mas também com imperativos institucionais, históricos, sociais e, é claro, ancestrais. Os rastros dessa caminhada estão presentes ao longo de toda obra cultural, e é para identificá-los que a mitocrítica nos prepara.

Seguir a cronologia seria uma orientação metodológica que nos aproximaria de uma estrutura padrão, mas nos afastaria da grande chave de leitura que circunda nosso olhar: o mito. O tempo mítico não é o sequencial, cujos índices são o deslizar dos ponteiros do relógio ou o arrancar das folhas do calendário. Seu tempo é o não-tempo, onde todas as ações ocorrem simultaneamente. A título de exemplo, pensemos num dos mais clássicos textos mitológicos do ocidente: a *Teogonia* de Hesíodo. No livro, que narra a origem dos deuses, anterioridade e posteridade não são noções excludentes. O tempo é adjetivo, não substantivo, como propõe J. A. A. Torrano no comentário de sua tradução.

O tempo em que cada Deus vive restringe-se ao âmbito de existência desse Deus, não é anterior a ele nem ultrapassa as fronteiras as quais o ser e privilégios desse Deus se circunscreve. (...) Não há um antes ou depois que inter-relacione as Divindades e as hierarquize segundo uma ordenação temporal, porque não há um tempo único que as transcenda e possa assim reuni-las. (TORRANO, 2007, p. 85).

A partir desta reflexão, optamos por conduzir a estrutura do trabalho não pelos livros, mas pelo imaginário. Os capítulos foram então replanejados trazendo para seu centro as imagens simbólicas que constelam em torno do Jornalismo nas obras analisadas – um recorte acadêmico que acreditamos representar em amplitude nosso objeto de interesse. A partir do desvelamento destas imagens, levantadas a partir de uma leitura de exploração, perseguimos a presa mítica na leitura em profundidade de nosso corpo de análise.

Para dar conta tanto da perspectiva sincrônica quanto diacrônica estabelecida nos objetivos, expandimos o olhar da obra para seu contexto de produção, a biografia do autor e, evidentemente, diálogos antropológicos com os símbolos observados. Com isso, não negamos as mudanças tecnológicas e na economia global, as contingências políticas ou as tônicas ideológicas. Antes, subjaz a compreensão de que todas essas transformações, independentemente de quais sejam, produzirão imagens simbólicas sobre o Jornalismo, que podem ser tanto convergentes quanto contraditórias. Da relação que se estabelece entre elas e suas constelações é que depreendemos o imaginário do jornalismo contemporâneo.

Finalmente, ao longo da feitura do trabalho, percebeu-se uma necessidade antes ignorada. O planejamento inicial centrava as problemáticas a serem tensionada no pensamento brasileiro sobre o ecossistema Industrial apenas no relatório sobre jornalismo pós-industrial produzido pelo *Tow Center*, considerado exemplar paradigmático do campo na contemporaneidade. Entretanto, o texto de Anderson, Bell e Shirky data de 2012, tendo chegado ao Brasil em versão traduzida no ano seguinte. Era um período relativamente próximo quando iniciamos o projeto que culminaria nesta pesquisa. Entretanto, hoje, com o olhar afastado, parece retratar um mundo tão distante que uma atualização imediata se fazia necessária.

Ainda não tínhamos o fenômeno Donald Trump e a sensocomunização do termo *Fake News*. A pós-verdade ainda não fora apontada como palavra do ano pelo Dicionário Oxford<sup>23</sup>, institucionalizando a desimportância do fato frente à

---

<sup>23</sup> Como visto em OXFORD LIVING DICTIONARY. *World of the Year: Post-truth*. Oxford University Press, 2016; Acesso em 13 out. 2018. Disponível em <https://en.oxforddictionaries.com/word-of-the-year/word-of-the-year-2016>.

opinião. O midiativismo de 2013 ainda não havia despontado como a salvação do jornalismo para então cair novamente numa tautologia discursiva para uma audiência de convertidos nas bolhas algorítmicas. Nem mesmo a checagem de notícias, que de obrigação deontológica tornou-se diferencial de agências especializadas, já havia sofrido acusações de meta-discurso de autoridade<sup>24</sup> e fracassado em sua tarefa de combater as mentiras com fatos. A força da materialidade factual enquanto verdade última se perde frente a discursos que negam inclusive o formato da terra sejam quais forem as evidências.

Para buscar dar conta da complexidade desse cenário, optamos por não selecionar uma nova obra para fundamenta o eixo crítico. À pós-industrialidade do texto do *Tow Center* faremos dialogar diversas inquietações que emergem da leitura de autores de áreas correlatas, memórias, senso-comum, notícias de jornal. É assim que atingiremos a amplitude desejada no campo epistemológico de modo a contemplar melhor este objeto em crise. Caminha-se, assim, para um princípio de mitanálise – a análise não de um texto, mas da sociedade. Com a esperança de que os mitos se revelem e que tenhamos olhos e ouvidos para sua mensagem, prossigamos.

---

<sup>24</sup> Ver *Agências brasileiras de fact-checking são alvo de ataques virtuais devido a parceria com Facebook contra notícias falsas*. In: Knight Center for Journalism in the Americas, 2018. Acesso em 13 out. 2018. Disponível em <https://knightcenter.utexas.edu/pt-br/blog/00-19668-agencias-brasileiras-de-fact-checking-sao-alvos-de-ataques-virtuais-devido-parceria-co>

## 2. PARA PERSEGUIR A PRESA MÍTICA

*Procuraremos um terceiro tigre.  
Como os outros, este será uma forma  
De meu sonho, um sistema de palavras  
Humanas, não o tigre vertebrado  
Que, para além dessas mitologias,  
Pisa a terra. Sei disso, mas algo  
Me impõe esta aventura indefinida,  
Insensata e antiga, e persevero  
Em procurar pelo tempo da tarde  
O outro tigre, o que não está no verso.  
- Jorge Luis Borges em "O Outro Tigre"*

### 2.1 O Nome do Mito

Nossa jornada principiou com uma Iniciação, onde os primeiros caminhos do simbólico foram delineados. Para que possamos prosseguir na caminhada, é preciso experienciar o Mistério, de modo a identificar as imagens simbólicas e perceber as linhas de força que as conectam. Ocorre que os Mitos – o imaginário dinamizado em narrativa, que coaduna constelações de símbolos – por vezes não se evidenciam. Escamoteados, disfarçam o próprio nome fingindo ser aquilo que não são. Lembro Durand: “O mito latente é um personagem em busca de um autor, (...) em busca de um nome que o fixe e o substantive. O mito está latente porque seu *ethos* foi rechaçado. Não ousa dizer seu nome” (2003, p. 139). Por outro lado, os mitos patentes – ou manifestos – sentem-se tão seguros de si mesmos que esquecem de sua própria origem mítica. Assim, a sociedade acaba naturalizando suas narrativas como se fossem histórias positivas.

Quando Adelmo Genro Filho acusa as pesquisas Funcionalistas de tratarem o Capitalismo como o estatuto padrão da sociedade, sendo tudo aquilo que foge de sua lógica uma patologia, está questionando essa naturalização a partir da perspectiva marxista revolucionária que defendia (2012). Se expandirmos o olhar para o campo do Imaginário, encontraremos uma crítica semelhante: Durand lembra que uma sociedade que recusa os mitos, a diferença, a pluralidade, aceita ela própria um único mito, autoritário e excludente que se disfarça como uma conquista histórica irrevogável. Mais grave que a eurocêntrica e cristã morte de Deus,



apregoadada por Nietzsche, é a ignorância dos *deuses*, em seu plural politeísta e polissêmico (2008, p. 10).

É por isso que se torna tão importante nos estudos do imaginário descobrir o verdadeiro nome dos mitos que emergem da análise, desconfiando daqueles que se insinuam com muita facilidade e espreitando aqueles que se disfarçam sobre outras aparências. *Nomen est numen*, nomear é conhecer. Não por acaso o processo de descoberta do nome verdadeiro é passo fundamental para o acesso ou controle das influências de seres míticos nas mais diversas tradições. Com esta consciência, podemos encontrar pistas que permitam uma melhor leitura simbólica dos clássicos epistemológicos separados para análise ao observar inicialmente os nomes assumidos pelos veículos jornalísticos. Eles, por si só, já evocam um meta-discurso pelo qual a folha deseja ser reconhecida – mesmo que, por vezes, não haja efetiva correspondência.

Em sua tese de doutorado, por exemplo, Karenine da Cunha identifica que, como mensageiro de Júpiter, Mercúrio era uma analogia indesviável para o jornalismo. “Em reconhecimento a isso, era comum que periódicos do século XVII fizessem alusão ao deus romano nos títulos” (2013, p. 139)<sup>25</sup>. Não é preciso retroceder tantos séculos para identificar essa recorrência. Jornais em língua inglesa dos Estados Unidos à Austrália ainda hoje circulam tendo na capa estampada o nome do deus. Estariam se referindo à pulsão comunicativa do mensageiro ou apenas à sua velocidade?

Na França, o periódico *Mercure de France* deixou de circular apenas no século XX, tornando-se parte de um grupo editorial. A mesma recorrência encontramos nos países de língua espanhola, como o *El Mercurio* do Chile, anteriormente citado. No Brasil entretanto, nem Mercúrio e nem sua contraparte grega, Hermes, chegaram a marcar a história da imprensa.

A partir dos veículos mencionados dentro de nosso escopo de análise a partir de Jobim (1992), Beltrão (2003) e Lima Sobrinho (2008), com suporte da leitura de Morel (2008), encontramos menção a diversos veículos que marcaram os anos

---

<sup>25</sup> A autora levanta alguns nomes, como o *Le Mercure Galant* que circulou na França entre 1672 e 1825; o *The Athenian Mercury*, com circulação na Inglaterra entre 1690 e 1697; o *The Ladies' Mercury*, também inglês, que circulou entre 1693 e 1694ax

iniciais do jornalismo impresso brasileiro. Já mencionamos a presença das deusas da Justiça, como Themis e Astréia, indicando esse imperativo legislador do jornalismo no Primeiro Reinado (1822-1831), período no qual finalmente a imprensa brasileira – inaugurada de maneira oficiosa em 1808 – encontrou espaço livre para agência. A título de comparação, a primeira tipografia chegou ao México em 1539, quase 270 anos antes.

Contudo, observar os mitos nomeadamente manifestos nos jornais fornece leitura de apenas da camada mais óbvia de sua influência. Rastros do simbólico-mítico jazem na própria construção discursiva evocada pelos veículos. No caso deste imaginário ordenador que acompanha deuses e deusas da Justiça, é possível identificar paralelos percorrendo também o título de veículos como *O Censor Maranhense* (1825-1830) ou *O Regulador Brasilico-Luso* (1822) - que não por acaso, em todas as suas edições trazia como epígrafe uma citação de outro veículo libertário, o francês *Le Desordre Regulier*: a vontade de estabelecer as instituições sobre o amor dos cidadãos e sua vontade esclarecida.<sup>26</sup> Logo de início percebemos que o desejo de que o jornalismo possa regular e trazer ordem ao caos do mundo é elemento fundamental para este trabalho, e mais à frente retornaremos a ele.

Como não poderia ser diferente, a influência da Revolução Francesa, iniciada no final do século anterior (1789-1799) teve grande impacto no pensamento que direcionou as sociedades ocidentais, e o mesmo se refletiu no Jornalismo. Lembra Morel (2008, p. 35), todavia, que o perfil dos intelectuais que atuavam como gazeteiros ou redatores não era exatamente o mesmo dos filósofos iluministas. Ainda assim, entre nostálgicos e nacionalistas libertários, todos foram de alguma maneira moldados pelo rescaldo da onda revolucionária.

Marco da Modernidade, o Iluminismo representou o desejo de emancipação pelo conhecimento, levando a uma busca combativa por liberdade nos âmbitos políticos, econômicos, científicos, filosóficos e individuais.

A própria noção de Iluminismo, Ilustração, ou ainda Esclarecimento, como o termo é por vezes traduzido, indica, através da metáfora da

---

<sup>26</sup> No original: *Etablissons nos institutions sur l'amour des Citoyens et sur leur volonté éclairée*. É possível consultar as edições do *Regulador* pela Biblioteca Nacional. Acesso em 01 jan. 2019. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/700274/391>.

luz e da claridade, uma oposição às trevas, ao obscurantismo, à ignorância, à superstição, ou seja, à existência de algo oculto, enfatizando, ao contrário, a necessidade de o real, em todos os seus aspectos, tornar-se transparente à razão. O grande instrumento do Iluminismo é a consciência individual, autônoma em sua capacidade de conhecer o real (MARCONDES, 2010, p..207).

Curioso é perceber que justamente a partir do empenho em “eliminar o oculto” e encerrar com o mistério é que a corrente Iluminista invoca para si de maneira ainda mais evidente uma série de mitos e imagens simbólicas - todas centradas no ato de distinguir, separar, excluir. O excesso de luz também ofusca, afinal de contas. É assim que surgem veículos com o *Farol Paulistano* (1827-1831) e o maranhense *Estrela Brasileira* (1823-1824), lumes capazes de guiar e orientar a opinião pública. Exemplos de veículos que carregam estes nomes permanecem correntes até os dias de hoje, para não falar nos vários *Stars* e *Suns* anglófonos.

Da luz, que afasta as trevas, podemos derivar imagens ligadas à visão. É esse saber iluminado, enfim, que se propunha a abrir os olhos do povo para a Verdade. Nesta mesma lógica encontramos o *Vigilante* no Rio Grande do Sul (1830) ou o *Sentinela da Liberdade*, de Cipriano Barata na Bahia (1825-1838) que inspirou tantos outros periódicos com o mesmo nome. Não bastava discernir, era preciso estar atento e em vigília constante. Perceberemos, assim, a força da metáfora especular<sup>27</sup> desde os primeiros anos do Jornalismo brasileiro.

Luiz Beltrão (2003) é um dos que se preocupou em refletir sobre a questão dos nomes dos veículos jornalísticos em amplo espectro. E chama atenção para dois componentes que desde sempre tiveram influência significativa: a periodicidade e a distribuição, ambos vinculados a uma inseparável relação com o tempo. A primeira seria formatada a partir da distância entre o fato acontecido e a sua divulgação pela imprensa. A segunda, calcada na evolução dos meios tecnológicos, permitiria o encurtamento dessa distância temporal. Os meses que a notícia demorava para circular da Colônia para o Império por navio era a atualidade possível na época. Algo impensável hoje, diante da imediatividade do tempo real (BELTRÃO, 2006, p. 82).

---

<sup>27</sup> Do latim *speculāre*, observar, espiar, relativo ao visual.

Encontramos o lastro dessa divulgação também impregnada no nome dos veículos. Conforme o autor, foram os correios, não a tipografia, a variável determinante para o avanço do periodismo. O que a informação carecia, mais do que uma forma, era a capacidade de ser regularmente transmitida do redator ao leitor (2003, p. 86). Não por acaso tantas folhas ainda hoje privilegiam em seus nomes esta disponibilidade de acesso à comunicação: Os Correios, *Posts e Courriers*. Editado em Londres, o *Correio Braziliense* (1808-1822) de Hipólito da Costa foi o primeiro jornal brasileiro fora da imprensa oficiosa controlada pela Família Real Portuguesa, e cumpriu bem sua tarefa de mensageiro. Como afirmava Homem de Mello: “Pode-se dizer, com segurança, que a educação política da geração que no Brasil preparou e realizou a independência foi feita pelo Correio Braziliense” (LIMA SOBRINHO, 2008, p. 71). Ainda no âmbito do mediador de uma comunicação necessária, encontramos as diversas Ágoras e Tribunas – evocando essa tarefa de congregar a opinião pública.

Vários veículos assumem para a nomenclatura um gentílico ou referência à localidade, como que reforçando seu compromisso com o público e as discussões pertinentes à região que abrange – seja a Cidade, o Estado, o Brasil ou o Globo. Outros priorizam não o lugar, mas a temporalidade. Não o *aqui*, mas o *agora*, o Hoje, o Diário, o Tempo. Complementam seus epítetos com o horário de circulação: “manhã”, “tarde”, “noite”. Isso sem falar nos implicativos do horário: Última, Primeira ou Zero Hora. Sempre urgentes, sempre imediatos. Não é sem motivo que sinônimo para o jornal – de *jour*, dia em francês – é “periódico”. Reflete Beltrão:

De tal sorte entrou a periodicidade na consciência jornalística universal que passou a servir de epígrafe a numerosos órgãos de publicidade em todo o mundo. Assim, temos às centenas os diários da manhã, as folhas da tarde, os expressos dos domingos e mais os "semanários", os "anais", os "mensários" - os quais, desde o seu título a menos importante das suas notícias, guardam rigorosamente os períodos das suas aparições (BELTRAO, 2003, p. 87).

Percebemos com estes apontamentos iniciais que não basta olhar aquilo que se evidencia, mas também o que subjaz no que há de mais natural e evidente no campo. Não há nada melhor escondido do que aquilo que se põe a olhos vistos.

Para que se possa descobrir o nome do mito, é preciso estar atento para os vestígios que este dispersa pela obra cultural a ser analisada. Esta é a missão do pesquisador dos estudos do imaginário (por vezes referido como miticiano, mitólogo ou hermeneuta): *perseguir a presa mítica*. E embora Araújo e Azevedo (2018) pesem a mão na metáfora do caçador - tendo na metodologia o cão que indica e acua o animal – não consideramos que o objetivo final seja o abate. Isto é, a caça e perseguição ao mito para enfim desmistificá-lo, como que desmascarando um conhecimento falso. O que buscamos ao perceber e seguir seus sinais é fazer com que os mitos se revelem, expandido nossa consciência sobre suas influências de modo a melhor compreender nossa relação com o mundo. Neste acompanhar, por vezes perceberemos o desgaste e apagamento de um mito, mas nunca a sua morte. Como num ciclo do eterno retorno, o fim é sempre um recomeço.

Cada um desses mitos é composto por uma unidade mais básica, atômica. Ou, por que não dizer, *singular*. Trata-se do “mitema”. Os mitos podem possuir um ou mais mitemas, que o complexificam. “Liberdade”, “Altruísmo” e “desobediência”, por exemplo, são alguns dos mitemas presentes na narrativa de Prometeu, o titã que roubou o fogo de Zeus e o forneceu aos humanos, mais tarde amaldiçoado e preso a um monte para ter o fígado diuturnamente devorado por pássaros. E é justamente este o grande mito da Modernidade e do Iluminismo que tanto inspirou a desenvolvimento da imprensa ainda anterior ao período industrial.

Um mito desgasta-se uma vez que há deriva [...] Ele nunca desaparece porque os mitemas são em número finito [...] que se combinam segundo um outro número limitado, mas mais alargado, de mitos; quando um mito desaparece, aparece outro que o substitui. Mas eles giram em círculo porque, para dizer a verdade, não há mitos novos. Paradoxalmente, qualquer mito é sempre novo porque está investido numa cultura e numa consciência, ao contrário do seu esquematismo (DURAND, 1998, p. 116).

Para que possamos empreender de maneira adequada esta perseguição à presa mítica do imaginário do Jornalismo, neste primeiro capítulo, desenham-se dois escopos fundamentais. O primeiro é o de explorar o Imaginário enquanto conceito, expandindo as principais noções previamente apresentadas e necessárias para enfim começar a esboçar a análise. O segundo é o de se debruçar, a partir das

diversas visões que relacionam jornalismo e mito, aproximações e distanciamentos entre as teorias mais vigentes e a perspectiva durandiana.

## 2.2 O Esqueleto da Imaginação

É no início do século XX que a assim chamada “descoberta do inconsciente” vai permitir aos estudos do imaginário uma nova cidadania acadêmica (DURAND, 1995, p. 36). De início isso se dá com a psicologia das profundezas de Sigmund Freud, mas se reforça principalmente com a obra Carl Gustav Jung. Em Jung, encontramos a compreensão de que existe um inconsciente pessoal, baseado nas experiências vividas no passado, que é sufocado pela socialização como o inconsciente recalcado freudiano (2008, p. 12). Mas há ainda um inconsciente que não diz sobre o sujeito, mas sobre a *sociedade*. Sobre um passado imemorial cujos ecos são compartilhados em todas as sociedades humanas (2008. p. 24).

Jung argumenta em favor deste inconsciente coletivo ao recorrer ao sonho, não por ele ser espaço do quimérico e do irreal, mas por ser uma "esfera em que nossa psique não está contaminada pela nossa intencionalidade e sabedoria superior" (2008, p. 5). Ao dar a ver imagens primitivas e ancestrais, o sonho seria, portanto, mais objetivo que a racionalidade - uma vez que esta seria antes, mediada por diversos outros processos. Nestes sonhos, o sujeito recorreria a imagens que não eram dele, não eram fruto de uma experiência pensada ou vivida, mas compartilhavam uma essência primordial. Não sendo, portanto, criptomemórias, só poderiam ser apreendidas a partir de uma herança coletiva e anterior (2008, p. 24). São imagens primitivas e analógicas revividas no presente. Os arquétipos.

Gilbert Durand recorre à obra de seus contemporâneos e antecessores, da psicologia (Freud, Jung), história das religiões (Corbin, Eliade), da Antropologia (Lévi-Strauss) e da filosofia (Cassirer), para citar alguns. Pinça conceitos e noções que considera pertinentes, e aponta as divergências, delimitando o modo de olhar desta corrente antropológica, que compreende o imaginário como produto do pensamento mítico, “um pensamento concreto que, funcionando sobre o princípio

da analogia, se exprime por imagens simbólicas organizadas de maneira dinâmica” (LEGROS et al. 2007, p. 10). Postula Durand:

A imaginação como função simbólica deixa de ser relegada, como nas concepções clássicas, para a condição de déficit, uma pré-história do pensamento saudável, como é ainda hoje o mito em Cassirer, ou então como em Freud, condenada a ser um falhanço do pensamento adequado. Também não é como em Jung, o momento único de um raro êxito sintético no qual o esforço de individuação mantém em contato compreensivo o *Sinn* e o *Bild*. A imaginação não é simplesmente o reequilibrar da objetivação científica através da poética, tal como surge em Bachelard. Ela revela-se como o fato geral do equilíbrio psicossocial (DURAND, 1995, p. 75).

Com isso, é possível perceber que mesmo com alguns autores de diversas áreas tenham passado a lançar os olhos sobre este universo do sensível, nem todos darão à imagem, ao simbólico e ao mito seu lugar de destaque. Nesta perspectiva durandiana, o imaginário é considerado o museu de todas as imagens produzidas e a produzir (2004, p. 6), o capital pensado e não pensado do homo sapiens (2012). Mas é ainda mais do que isso. “O imaginário, essencialmente identificado com o mito, constitui o primeiro substrato da vida mental, cuja produção conceitual não passa de um estreitamento” (WUNENBURGER, 2007, p. 19).

O Imaginário não é sinônimo de inconsciente. Antes, é nesse inconsciente coletivo que ele se movimenta, e por onde mobiliza imagens capazes de nos aterrorizar, inspirar ou provocar desejo. Há muito se investiga, afinal, qual seria a sua origem fundante. Conforme Bachelard, não é nas próprias imagens que o imaginário encontraria suas raízes profundas e nutritivas, mas em uma presença mais próxima, envolvente e *material*. Em outras palavras, sugere o epistemólogo, o ser humano não pensa em um disco luminoso quando lhe é sugerida a imagem da Lua, mas é atravessado por ela. “A realidade imaginária é evocada antes de ser descrita” (BACHELARD, 1998. p.126).

Essa materialidade que flui através do *homo symbolicus* é compreendida pela filosofia material de Bachelard, baseada na tetrasomia clássica: Fogo, Água, Ar e Terra, cada um entendido como “o princípio de um bom condutor que dá continuidade a um psiquismo imaginante” (BACHELARD, 2001, p. 8). É o simbólico

destes elementos que fornecerá a matéria prima para o imaginário – que pode ser apreendida das imagens, desde que estas se disponham em série.

Desde a filosofia pré-socrática que a relação entre os elementos orbita nossa tentativa de compreender nossa relação com a *physis*, a Natureza, em sua origem, movimento e transformação. Tales de Mileto trazia essa centralidade para a Água, o elemento que fundamenta a vida. Anaximenes sugeria o Ar, constituinte do próprio espírito humano. Heráclito, por sua vez, propunha o Fogo como agente transformador. Foi Empédocles de Agrigento (495 – 435 a.C.) quem reuniu aos elementos anteriores um novo a ser considerado: a Terra, que nos nutre e abriga. Considerava ele que a natureza era composta desses elementos, mantidos unidos ou separados por dois princípios cosmogônicos: o “amor” e o “ódio”. (EMPEDOCLES, 1908, p. 5).

Seria uma incorreção considerar que os pré-socráticos compreendiam os elementos a partir de sua composição objetiva. O mesmo se pode dizer sobre a reflexão bachelardiana. A imagem material busca a profundidade, a intimidade substancial que dá vida e movimento à realidade metafórica. A água que compõe 70% do corpo humano – constituindo essa relação material com a vida - é, no simbólico, a mesma água que mata a sede e refresca; a mesma que, revoltosa, afoga e devasta; a mesma que nos submerge em sentimento e nos conecta feito os afluentes de um rio caudaloso que desembocará no oceano de imagens compartilhadas. O fogo que incinera e destrói é o mesmo que aquece o corpo e afasta o frio; que cozinha a carne que nos alimenta; que esteriliza e purifica o que nos adoceria ou amaldiçoaria. As imagens são plurais, e é em sua relação que compreendemos seus sentidos.

Diferentemente de seu mestre Bachelard, Gilbert Durand acreditava que o sistema de dinamização das imagens que constituía o Imaginário não era construído a partir de estímulos externos, mas do próprio corpo humano. Com isso, não buscava despistar de razão as metáforas construídas pelo outro, mas sugerir uma anterioridade fundante. Anterior as imagens simbólicas, que se dinamizam em mitos, e antes mesmo dos arquétipos que orientam sua lógica, havia os esquemas verbais. Os *schémes*, o “esqueleto dinâmico da imaginação” (2012).



A proposição durandiana, que localiza no humano – não no indivíduo, cabe ressaltar, mas na espécie – a gênese da imaginação simbólica estava fundamentada na Escola de Reflexologia de Leningrado, bastante forte na primeira metade do século XX. A partir dos estudos do fisiologista Ivan Pavlov com animais, seguido pelas observações do neurologista Vladimir Bechterew com seres humanos, a escola defendia que existem reflexos corporais que coordenam ou inibem outros, dando a ver diferentes níveis de dominância.

Durand parte dessa constatação para classificar o que compreende por “dominantes reflexas”, capazes de engendrar imagens. Seriam três ações no total, tão naturais aos homens e mulheres que dariam forma à sua própria condição imaginante: a dominante postural, a dominante digestiva e a dominante sexual (2012, p. 54). A primeira estaria demarcada pelo reflexo voluntário de todo recém-nascido de se colocar de pé. Ao se erguer, o humano libera as mãos para a ação e amplia o alcance da visão para identificar aliados e ameaças. A segunda, manifesta-se na urgência natural de procurar alimento, nutrir-se, aquecendo-se e recuperando energia. A estas, na fase adulta, encontramos a dominância da cópula. Não se trata aqui da existência (ou controle) do desejo sexual, mas do reconhecimento do sexo como uma estrutura psicofisiológica inata que também serve de força motriz para a simbolização. Nela, não se busca o equilíbrio, mas a própria tensão da rítmica. É por isso que temos tantas imagens simbólicas relacionadas ao falo ereto ou à vagina enquanto receptáculo para a vida.

Cada uma destas funções está ligada a um verbo ou ação, e engendram um regime diferente de imagens simbólicas. Todo imaginário humano, assim, articula-se por meio de “estruturas plurais e irredutíveis, limitadas a três classes que gravitam ao redor dos processos matriciais do *separar* (heróico), *incluir* (místico) e *dramatizar* (disseminador)” (2004, p. 40). Este último também chamado *sintético*.

O schème, tal qual o arquétipo, não sofre variância enquanto a imagem simbólica a qual ele se comunica, esta sim, permanece em constante atualização. “Enquanto o esquema ascensional e o arquétipo do céu permanecem imutáveis, o simbolismo que os demarca transforma-se de escada em flecha voadora, em avião supersônico ou em campeão de salto” (DURAND, 2012, p. 62).

Seria realmente possível instituir estas como as únicas dominantes corporais? Ou ainda, qual certeza teríamos de que tais ações reflexas são contingentes à nossa existência no mundo natural e não resultado de uma cultura que nos toma desde o momento de nosso nascimento. John Locke já se perguntava: “O medo do escuro é manifestação de nossa natureza animal ou reflexo das histórias contadas pela ama?” (LEVI-STRAUSS, 1982, p. 42).

Essas questões mobilizaram antropólogos durante boa parte do século XX, especialmente a partir da descoberta de “elos perdidos” – em sua maioria, crianças abandonadas em ambientes selvagens e que cresceram sem a socialização humana. O próprio Lévi-Strauss em suas *Estruturas Elementares do Parentesco*, obra que inspirou o diálogo cultural estabelecido por Gilbert Durand nas *Estruturas Antropológicas do Imaginário*, pondera sobre o caso das crianças ferais encontradas pelo mundo<sup>28</sup>. Os relatos frequentes dizem sobre esses meninos e meninas que andavam sobre cotovelos e joelhos, se alimentam de carne crua e até mesmo uivavam para a lua. Seria essa nossa natureza selvagem, que emergiria a partir do romper com as amarras da civilização? O antropólogo discorda. Para Lévi-Strauss, a exceção à regra composta pelos casos dessas crianças estaria ligada a dificuldades cognitivas ou deficiências físicas, sendo inclusive o motivo para seu abandono (LÉVI-STRAUSS, 1982, p. 43).

Ainda a título de exemplo, foi midiaticizado em 2006 o caso de uma família na Turquia que possuía o hábito do andar quadrúpede. Levantou-se o questionamento se isso seria uma regressão a um estado simiesco. A conclusão, entretanto, foi que a postura era resultado de uma síndrome conhecida como Uner Tan – caracterizada pela falta de equilíbrio e coordenação, habilidades cognitivas reduzidas. Era mais confortável para eles andar daquela maneira. O impulso de se pôr ereto existia, mas as condições físicas não permitiam<sup>29</sup>.

---

<sup>28</sup> Lévi-Strauss menciona o caso de Dina Sanichar, menino que foi encontrado vivendo com uma alcaeteia de lobos em 1872. Resgatado e enviado para um orfanato, nunca conseguiu aprender a se comunicar como humano. O padre que o atendeu mencionava que teria algum tipo de “retardo mental”.

<sup>29</sup> Para saber mais, ver *Cientistas estudam caso de irmãos turcos que andam como quadrúpedes*. **G1**, 17 jul. 2014. Acesso em 05 nov. 2018. Disponível em <http://bit.ly/Turquia4P>.

### 2.3 O Movimento do Mito

Os estudos do imaginário nessa vertente propõem a compreensão da imagem simbólica não a partir de uma pressuposta arbitrariedade, mas de seu dinamismo criador; não de um recalçamento traumático, mas de uma negociação entre as pulsões ancestrais e as urgências do social. Não de um “espiritualismo camuflado”, mas da consciência de que a querela disciplinar é prejudicial para a compreensão do humano em sua complexidade (DURAND, 2012, p. 40). O imaginário, afinal, é esta “encruzilhada antropológica que permite esclarecer um aspecto de uma determinada ciência humana pelo aspecto de uma outra” (DURAND, 2012, p. 18), o que entra em diálogo direto com a perspectiva de abertura apontada na introdução deste texto.

O livro base para este entendimento é o *Estruturas antropológicas do Imaginário*, a tese de doutorado de Gilbert Durand defendida em 1960. Ainda sob influência da discussão estruturalista, tão em voga naquele período – em uma manifestação concreta do campo científico discutido anteriormente, Durand, de maneira alegadamente “inocente” batiza o livro com o termo que “entra na moda” das vanguardas acadêmicas (2013, p. 91). Uma decisão que futuramente o persegue, e que o levou a explicitar seu lugar de fala ao tratar do estrutural. “A estrutura não é, nem nunca foi, aquela forma estática e voluntariamente esvaziada de sentido que certo estruturalismo admite”, alerta (2013, p. 94). “Longe de haver conflito entre símbolo e estrutura, esta se deriva em seu mesmo dinamismo, diretamente da posição ‘aberta’ do símbolo” (2013, p. 94). Tentar fixar o mito, diz ele, é como quando na física quântica se tenta fixar a partícula microfísica “perde-se o seu conteúdo dramático” (DURAND, 2012, p. 97).

A estrutura em Durand não é forma estanque e imutável. Se é verdade que os esquemas permanecem rígidos, imagens simbólicas e mitos transformam-se constantemente de uma maneira ou outra. A impressão pode ser contrária, uma vez que os miticianos recorrem com frequência a entidades e deuses antigos. “Sempre os mesmos”, atacam os críticos (2008, p. 10), mas isto porque o ser humano

também permanece, em certo modo, igualmente constante. Ainda temos a morte, ainda sonhamos, desejamos e odiamos. Sentimentos ancestrais que nos acompanham a cada virada de século.

Jean-Jacques Wunenburger esclarece que a estabilidade de um imaginário mítico “vincula-se com seu enraizamento numa estrutura profunda que faz nascer uma constelação de relatos sem que nenhum possa vir a ser considerado primeiro, puro, original” (2007, p. 45). Qual seria o mito original das Sereias, mulheres-peixe ou mulheres-pássaro, como em Homero? Apolo e Afrodite não eram deuses originalmente gregos, mas foram acrescentados ao imaginário helênico após guerras e conquistas, tomando lugares antes pertencentes a outros mitos. Devemos considerá-los?

De fato, os sistemas de imaginários em sua maioria resultam de sobreposições, de cruzamentos, de miscigenações que também estão ligadas a esfera antro-po-sócio-cultural. Assim, em virtude de seu compartilhamento, de sua transmissão, o mito é chamado a uma metamorfose permanente. “Contar mitos é introduzir a diferença e, portanto, mitizar, isto é, participar da renovação, da recriação do mito” (WUNENBURGER, 2007, p. 48).

As dinâmicas de transformação do mito estão ligadas a um processo dialético de negociações com o social. Para Durand, o pesquisador do imaginário deve se colocar deliberadamente no *trajeto antropológico*, isto é, na “incessante troca que existe ao nível do imaginário entre as pulsões subjetivas e assimiladoras e as intimações objetivas que emanam do meio cósmico e social” (2012, p. 41).

Um exemplo dos mais clássicos e polêmicos: nas Estruturas, o autor indica que existe um medo ou aversão ancestral à noite e suas criaturas. Afinal, era esse o momento da insegurança, do frio e do desconhecido, no qual nossos sentidos eram anulados frente ao dos predadores. Por derivação teríamos uma aversão natural a tudo que estaria ligado à escuridão na noite, inclusive à cor negra. “É sobretudo interessante notar que esta ‘negrura’ do mal é admitida pelas populações de pele negra” (2012, p. 93).

Seria esta uma justificativa estrutural então para o racismo? Certamente que uma leitura inicial faria parecer que uma pulsão ancestral fundamentaria todo o

processo de desumanização das populações negras perpetrado por séculos de dominação por um ocidente branco e eurocêntrico uma vez que o mitema das Trevas seja desbastado ao nível do estereótipo. Mas não é bem assim. As imagens que se insinuam no inconsciente perpassam por uma negociação com os processos de socialização e a cultura compartilhada. Isto é, um grupo social que passe por uma formação excludente, preconceituosa e impositiva verá florescer seus impulsos racistas – levando à colonização, escravidão, demonização. Já uma sociedade consciente e integradora buscará desconstruir esse estereotípi naturalizada, muito como no processo que acompanhamos nas últimas décadas.

Ao acompanhar o caminho percorrido pelo mito, encontramos a assim chamada Tópica Sociocultural, que é justamente o movimento feito por este sistema dinâmico de imagens que vai do nível fundador e antropológico (o id social), passa pelo nível actancial (a ação, o ego societal) e por fim chega ao nível racional (o superego social). O mito inspira ações, verbos imperativos que mais tarde serão racionalizados e incorporados à estrutura do pensamento. É neste processo que um mito pode esconder ou evidenciar seu nome, seja em uma valorização superlativa ou esquecendo sua origem mítica e disfarçando-se de processo naturalizado. Ou, como resumem Araújo e Azevedo, é então que “o símbolo se esconde por detrás da sua máscara, ou seja, teatraliza-se em forma de metáfora” (2018, p. 78).

A metalinguagem primordial emerge na língua natural do grupo social. O inconsciente coletivo faz-se cultural; as cidades, os monumentos, as construções da sociedade vêm captar e identificar a pulsão dos arquétipos na memória do grupo. A cidade concreta vem modelar o desejo da ‘cidade ideal’, porque uma utopia nunca está isolada do seu nicho sócio-histórico. Os verbos e os epítetos que caracterizam a generalidade do inconsciente específico substancializam-se (DURAND, 2003, p. 142).

Para Durand, estas narrativas míticas encontram-se nos relatos orais ou literários, mas também estão incrustadas em acontecimentos existenciais e históricos (2013, p.30). Assim, do mesmo modo que o arquétipo engendra a ideia, o mito promove o lendário, a doutrina religiosa, o sistema filosófico e a própria narrativa histórica (2012, p. 63). E que não se pense que a ideologia está livre de influências do imaginário. Jean-Pierre Sironneau, discípulo durandiano na Escola

de Grenoble, identifica elementos de um imaginário milenarista – crença compartilhada por grupos políticos, sociais e religiosos de uma transformação fundamental na sociedade capaz de trazer “mil anos” de Utopia – tanto no socialismo e comunismo quanto no nazismo. Nos primeiros, prevalece uma visão escatológica<sup>30</sup> e um sonho de iluminação das classes trabalhadoras; já no segundo, além do desejo de um *Reich* de mil anos, prevaleceria uma nostalgia das origens usada para justificar a causa ariana (SIRONNEAU, ARAUJO, 2014, p. 63).

Em todas as épocas, em todas as sociedades existem, subjacentes, mitos que orientam, que modulam o curso do homem, da sociedade e da história. São os chamados *mitos diretores*. Da organização simbólica em torno dos mitos, uma verdadeira constelação de imagens que estas pulsões narrativas dinamizam, é possível perceber um percurso natural de transformação.

Durand evoca a imagem de um rio, que vai se tornando cada vez mais caudaloso a partir da força dos afluentes que se agregam, até finalmente secar, num processo que levará à alternância dos mitos diretores. É a chamada “bacia semântica” do imaginário, um processo geracional que pode levar mais de um século da instauração à degradação de um mito (DURAND, 2004, p. 103).

Em certos momentos, um mito estará em ascendência. Em outro, encontrará um sumidouro para então ressurgir adiante. Perceber esta influência e transitividade do mito em uma cultura determinada, para Wunenburger, ilustra bem como “o imaginário se acha submetido a perpétuas transformações, que implicam ao mesmo tempo em movimentos de emergência e de declínio de alguns mitos, mas também variações cíclicas e rítmicas de mesmas raízes semânticas”. (2007, p. 51).

Jean-Jacques Wunenburger descreve que a bacia semântica se inicia com um *jorramento cultural*. E continua:

Aparece a partir daí uma “divisão das águas” que equivale a correntes, escolas, tradições, orgulhosas no momento de confluências, antes que apareça o nome do rio que fixa a elevação em poder do mito. A história permite então a estabilização, isto é, a organização das margens antes que os materiais voltem a ser

---

<sup>30</sup> Na teologia, doutrina que se refere ao destino final do homem e do mundo.

expostos a uma disseminação semelhante ao esgotamento dos deltas (WUNENBURGER, 2007, p. 46-47).

Acompanhando esta “metáfora potamológica” (ou hidrográfica), aquela referente aos rios e seus nomes, podemos identificar as transformações no imaginário do jornalismo de modo a recensear as imagens que persistem e que se afastam, que se evidenciam e que se ocultam nestes pouco mais de 100 anos que separam o período Industrial do pós-industrial.

Gaston Bachelard, ao voltar-se para a poética do imaginário, concluiu que mais importante do que a constituição das próprias imagens eram as dinâmicas que as movimentavam (2001, p. 2). Da mesma forma, uma investigação sobre o imaginário do jornalismo seria infrutífera fosse fundada em uma visão monolítica do tema, ao pensar o jornalismo como um objeto indistinto e coeso, capaz de constelar imagens igualmente estratificadas. Não é o caso. A tensão entre os opostos é um processo fundamental nas hermenêuticas do imaginário, sem que com isso se busque qualquer equilíbrio ou síntese (ALMEIDA, 2014, p. 69). A imagem normalmente referenciada é da eterna disputa entre o universo apolíneo e as forças dionisíacas, popularizada por Friedrich Nietzsche, que esclarece.

Tomamos estas denominações dos gregos, que tornam perceptíveis à mente perspicaz os profundos ensinamentos secretos de sua visão da arte, não, a bem dizer, por meio de conceitos, mas nas figuras *penetrantemente claras* de seu mundo dos deuses. (NIETZSCHE, 1992, p.27) [Grifo nosso].

## 2.4 Os Mitos que nos Guiam

Postulamos que o Norte para a compreensão das transformações no imaginário é o desvelar da passagem de um mito diretor para um novo mito que se insinua e busca se consolidar. Qual mito seria este? Diversos autores fizeram suas próprias tentativas de desvendar o imaginário que direciona os modos de sentir, pensar e agir do ocidente cada qual seguindo suas heurísticas próprias.

Gilbert Durand vai perceber a passagem do mito de Prometeu, iluminista, pai da Modernidade, para o mito de Hermes nesta era da Comunicação -

marcadamente a partir da segunda metade do século XX. Esta seria, afinal, a era da comunicação, da troca, da conexão. Espaço adequado para o desenvolvimento de Hermes, senhor das encruzilhadas, e dos mensageiros (DURAND, 2013).

Na mitologia grega, Prometeu era um titã que por duas vezes enganou a Zeus em benefício da humanidade. É ele que rouba uma centelha de fogo do Olimpo e o devolve aos homens, restituindo-os não deste fogo material que queima, mas do fogo simbólico da inteligência (BRANDÃO, 1986, p. 167). Prometeu é um mito da técnica, que ilumina a humanidade e colabora para a cisão entre homem e Deus. Durand o identifica com os valores da Modernidade organizados na forma de mitemas: a distinção, a separação, o binarismo, a eficiência e o progresso. É na constelação deste mito que encontramos o jornalismo industrial romântico, como apresentado no início do trabalho. Aquele do repórter heroico, que traz a luz aos fatos. Do jornalismo juiz que, sob a égide do próprio arbítrio, é capaz de discernir aquilo que é falso do que é verdadeiro.

Mas o mito não é estático, e nem é assegurada sua permanência no direcionamento da sociedade. Wunenburger aponta que é possível estudar as flutuações históricas do mito através de diversas “famílias míticas” que remetem ao mito eleito enquanto *tipo ideal*. No caso prometeico, essas imagens do simbólico-mítico convergem para a relação da fé do homem contra a fé em Deus, o que “define sempre, por conseguinte, uma ideologia racionalista, humanista, progressista, cientificista” (2007, p. 46).

O próprio Durand percebe que o início de Prometeu representa a modernidade romântica com as promessas de futuro que se desenhavam. No entanto, quando o titã benfeitor da humanidade, “que obceca com a sua generosidade heroica todo o século romântico, perde o importante mitema da ‘beneficência’<sup>31</sup>, o mito se transforma. Torna-se Fausto<sup>32</sup>, o sábio ávido de saber, poder e juventude” (1998, p. 256). Aquele que aceita as promessas falsas de

---

<sup>31</sup> Ou Filantropia.

<sup>32</sup> Lembra Durand que Doutor Fausto é um mito do século XVI inspirado nas lendas depreendidas da vida do alquimista Johann Georg Faust (1480-1540). Tornou-se célebre após a peça teatral de Goethe, publicada em 1806.



Mefistófeles (a Técnica) e entrega-se à desumanidade. Guiada por Prometeu tornado em Fausto, a humanidade experimentou as Grandes Guerras, o Nazismo e até mesmo o imperialismo selvagem, cujos frutos ainda hoje colhemos.

É neste momento de degradação que surge a oportunidade para a emergência de um novo mito diretor. Durand percebe esta figura em Hermes, anteriormente deus dos pastores e camponeses, mas que se transformou no mensageiro dos imortais do Olimpo. Ao assumir-se como um deus psicopompo, isto é, aquele capaz de guiar as almas para o outro mundo, Hermes passou a ser tido como o guardião dos caminhos e protetor dos viajantes. Era o senhor das encruzilhadas, as Hermas onde os viajantes deixavam pedras em sua homenagem (BRANDÃO, 1986, p. 72). É no advento desta Era da Comunicação que Durand percebe a prevalência deste mito, que passa a se insinuar no início dos anos 1970 (2008). Hoje, mais do que a Comunicação, vivemos em um mito da Conexão, e as promessas são de integração, fim das fronteiras, diálogos abertos. Estariam elas sendo cumpridas?

Michel Maffesoli, por outro lado, percebe um direcionamento de outro deus, Dionísio, que se manifesta em um impulso ao tribalismo – à agregação social em uma aldeia global ampliada pela conectividade em rede. Somos guiados para a união e à embriaguez social dionisíaca graças a diversos fatores: “à saturação política, à mudança de valores, ao fracasso do mito progressista, ao ressurgimento do qualitativo, à importância conferida ao hedonismo, à perdurância do sentimento religioso (...)” (MAFFESOLI, 1998, p 46).

A atomização do indivíduo, tão apontada como característica de um imaginário pós-moderno, ignoraria o lastro coletivo que nos envolve – sugere o autor. Dionísio, para Maffesoli, se manifestaria de maneira ora secreta, ora discreta, ora notória. É a sua potência que se faz sentir na efervescência das revoltas, festas, levantes e manifestações. “Ela se hiper-concentra no segredo das seitas e das vanguardas, sejam quais forem, e se hipoconcentra nas comunidades, nas redes, nas tribos, nos fatos menores da vida quotidiana” (MAFFESOLI, 1998, p. 46).

Perceba que a identificação de qual mito diretor está a orientar o jornalismo ou o social não é uma escolha aleatória do pesquisador. Ela está em diálogo

profundo com a interrelação entre os mitemas – os núcleos mínimos de narrativa do mito – e as leituras do contemporâneo. A falha nesta identificação normalmente estará vinculada ao uso do mito meramente enquanto metáfora comparativa, restrita a um único mitema, enquanto uma boa análise compreenderá todos.

André Parente, em caso análogo ao primeiro exemplo, propõe dois mitos como os representativos da nossa relação com as imagens: Ulisses, ou Odisseu, o grande herói e estrategista dos Aqueus na Guerra de Troia, e Proteu, Pastor dos rebanhos de Poseidon, capaz de assumir as mais diversas formas. O autor relata que Ulisses resistiu ao canto das sereias, viu para além do mecanismo produtor da ilusão das imagens. “Ulisses se recusou a escutar o canto das sereias, recusou a metamorfose que caracteriza Proteu. Depois da prova, Ulisses se encontra tal e qual, e o mundo se encontra talvez mais pobre, mas mais seguro” (2011, p. 30-31).

A análise é falha primeiro por sabermos que Ulisses não recusou o canto das sereias. Pelo contrário, usando seu engenho – ao amarrar-se ao mastro do navio para não se deixar arrastar – foi o único que conseguiu ser arrebatado pela beleza da imagem, mas ainda se manter centrado. Sua transformação foi interior, mas não perdeu sua essência. E Proteu, por sua vez, é uma imagem pobre demais para ser explorada. “O que sabemos de Proteu além de que ele se transforma?”, questiona Durand (1998, p. 115). Quase nada, precisamos reconhecer.

Outro contraexemplo encontramos na tese de Karenine Cunha, na qual se estabelece um comparativo de que o Jornalismo estaria sob a égide ou de Hermes ou de Poseidon. O primeiro, já adiantamos, é o deus das Comunicações, encruzilhadas, conexões. Mas qual a relação estabelecida com o senhor dos mares? A autora encontra uma narrativa na qual Poseidon teria causado um terremoto, abrindo o chão e fazendo-o ser encoberto pelo mar. A partir disso, sugere, o jornalismo ao privilegiar a comunicação "é arrebatador como Poseidon, porque violenta as estruturas engessadas pela opinião preponderante abrindo a fenda para o Acontecimento" (CUNHA, 2013, p. 140). Uma metáfora vazia que nenhuma relação estabelece com a ancestralidade simbólica.

Qual o mito que atualmente governa o jornalismo? Houve realmente uma mudança de mito, ou apenas uma atualização de um mito antigo? Impossível saber sem a efetiva realização da pesquisa. Afinal, como lembra Baitello Junior:

Uma ciência que investiga as imagens e uma prática que as pretende utilizar fracassará se não se construir sobre alicerces históricos e culturais, se permanecer apenas na superfície das tipologias e nas classificações morfológicas. E principalmente estará fadada ao insucesso se projetar e executar processos de comunicação sociocultural de maneira determinística, sem considerar as facetas sombrias e silenciosas das histórias, das pessoas e das coisas que servem de ponto de partida (e de chegada) na vida das imagens (BAITELLO JUNIOR, 2014, p. 64).

### 3. EXPLORAÇÃO DO TERRENO

*A poesia fugiu dos livros, agora está nos jornais.  
Os telegramas de Moscou repetem Homero.  
Mas Homero é velho. Os telegramas cantam um mundo novo  
que nós, na escuridão, ignorávamos.*  
- Carlos Drummond de Andrade em “Carta a Stalingrado”

#### 3.1 Jornalismo é Mito?

No processo de “perseguir a presa mítica” do imaginário do jornalismo, atentos aos vestígios de sua passagem, faz-se necessário conhecer o terreno sobre o qual nos aventuramos. Podemos compreender este momento como o mergulho em outros trabalhos acadêmicos que investigaram, cada um à sua maneira, a presença do mito e do imaginário no jornalismo. Embora seja certo que poucos são aqueles que compartilham da mesma heurística que a apresentada nesta pesquisa, investigar este estado da arte<sup>33</sup> permite discernir melhor as aproximações e afastamentos com o que já vem sendo estudado na área.

Apesar disso, o trabalho não se limita a recuperar as conclusões de cada uma destas pesquisas, mas aproveita os pontos de entrada que elas nos oferecem para articular visões mais consagradas sobre o tema que, ainda que distintas da abordagem durandiana, podem oferecer pistas para a análise compreensiva do objeto jornalístico.

Existem fundamentalmente três abordagens principais para a presença do mito no jornalismo. Existe aquela que busca aproximações entre o *Jornalismo e a narrativa mitológica*, reconhecendo na notícia a persistência de padrões ancestrais no modo de contar histórias, organizando a narrativa a partir de estruturas familiares: heróis, vilões, inimigos a serem superados, vítimas a serem salvas.

Outra vertente, quase um desdobramento da anterior, identifica nas histórias contadas pelo jornalismo a sobrevivência de mitos, não na forma de organização da narrativa, mas do conteúdo imanente através do qual as histórias míticas são

---

<sup>33</sup> As teses e dissertações foram recolhidas a partir da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. <http://bdtd.ibict.br/vufind/>, sistema que parece ter certas limitações. Foram pesquisados todos os trabalhos que trouxessem como assunto ou título tanto Jornalismo quanto Mito.

recontadas e atualizadas. A grande referência desta linha é o trabalho de Joseph Campbell, cuja estruturação da Jornada do Herói tornou-se tão reconhecida e peculiar que fundamentou praticamente sozinha uma categoria própria. É o jornalismo enquanto *relator de mitos*.

Por fim, existe uma linha que identifica o jornalismo como *construtor ou disseminador de mitos*, fundamentada em Roland Barthes, para quem a imprensa colaboraria para a difusão de narrativas compreendidas como estereótipos naturalizados. Essa é das mais tradicionais nos estudos de Jornalismo brasileiro, uma vez que as provocações barthesianas tiveram rápida entrada no país. Sua primeira obra em terras brasileiras, traduzida por Leyla Perrone-Moisés, foi *Crítica e Verdade* em 1970. O livro *Mitologias*, base para essa crítica jornalístico-midiática, foi traduzido pouco depois, em 1972 (BRANDINI, 2014).

Nenhuma destas vertentes corresponde à visão que estamos buscando compartilhar neste trabalho. De maneira alguma isto as invalida, e muito menos devem ser ignoradas. Ocorre simplesmente que a pesquisa que aqui se desenha não busca lançar os olhos sobre os acontecimentos noticiosos (atualizadores de mitos); nem para estruturas textuais (tributárias a uma lógica ancestral de contar histórias); muito menos pretendemos “desmistificar” coisa alguma, já que entendemos que o mito não é conhecimento falso para que possa ser desmascarado. O que buscamos é perceber, dentro dos próprios modos de conhecer o Jornalismo, a influência do imaginário.

A corrente que identifica as proximidades da narrativa jornalística com o *sermo mythicus*, o discurso do mito, centra-se no caráter permanente e repetitivo do jornalismo, como nas históricas clássicas da mitologia, nos contos de fada ou episódios folclóricos. Isso, de início, pode parecer um contrassenso, uma vez que o ímpeto de novidade é intrínseco ao trabalho de periodista. A própria etimologia da palavra Notícia, esta “unidade básica de informação do jornalismo” (GENRO FILHO, 2012, p. 194), está calcado no novo. Em inglês ela é conhecida pelo termo *News* – sinônimo do próprio jornal, o “noticiário”. Em francês temos *nouvelle*, igualmente relacionado àquilo que é novidade.

Em português, a relação é mais direta com a origem latina; *nottitia*, derivação de *notus* – aquilo que é “conhecido”. Percebemos de início esta relação entre aquilo que é novo e o que é conhecido e desconhecido por alguém, estatuto este que a notícia se propõe a transformar. Curiosamente, *Notus* é o nome em latim da personificação do vento sul (HESÍODO, 2007, p. 99). São as novidades que se espalham com o vento, o impulso de disseminar a informação, de comunicar. Uma urgência tão marcante que, conforme Barbosa Lima Sobrinho, torna o jornalismo *escravo do progresso e servo da novidade*, e “tanto mais prospera quanto melhor sabe perceber e divulgar as notícias que inspira” (2008, p. 27).

Entretanto, uma vez que afastemos o olhar, poderemos perceber o fundamento desta observação. Como pontuam Bird e Dardenne (1993), os detalhes dos conteúdos jornalísticos, como fatos, nomes, datas e lugares, constantemente podem se alterar, mas a moldura geral na qual se enquadram permaneceria essencialmente a mesma. Em outras palavras, assim como os mitos, propõe Jack Lule em *Daily News, Eternal Stories*, as notícias “não nos contam o que aconteceu hoje, mas o que tem acontecido sempre” (2001, p. 20).

A morte de uma pessoa de destaque para a comunidade, os conflitos belicosos, uma vida inspiradora. Os personagens e cenários vão se alternando, bem como suas implicações, mas os acontecimentos que preenchem a ordem do dia no discurso da atualidade nunca são plenamente desconhecidos. Inesperados, por certo, como o estouro de uma represa, a queda de um prédio ou um atentado terrorista, mas todas estas ações já foram experienciadas e, invariavelmente, narradas. “O atual e o eterno sempre se confundem”, nos lembra Luiz Beltrão (2003, p. 73). Ele falava sobre o Jornalismo, mas ao mito a mesma máxima se aplica.

Percebemos isso, por exemplo, no trabalho de Mario Geraldo Rocha da Fonseca, que apresentou na UFMG uma pesquisa traçando os paralelos entre a cobertura do 11 de setembro e os mitos de Édipo Rei, Histórias de Heródoto e com o poema *Enûma Elish* - épico que narra o mito de criação dos povos da Mesopotâmia (2006). Fonseca constrói seu raciocínio sobre o atentado terrorista mais marcante da virada do milênio a partir da agência do próprio objeto. Prédios imensos como os do *World Trade Center*, índices da opulência e do imperialismo

estadunidense convidavam ao ato de terror. A própria mídia, num escalonamento de notícias sobre a revolta e o sentimento antiamericano teria dado indícios deste desfecho, como o oráculo que prenuncia o final. No entanto, assim como Édipo na tragédia de Sófocles se surpreende com a confirmação de que realmente havia matado seu pai e desposado sua mãe, “foi com surpresa que o mundo recebeu uma notícia que, de certa forma, já estava esperando” (FONSECA, 2006, p. 130).

Para o pesquisador, os mitos revelam tanto que o mundo possui uma origem, como também um fim. O caos dos acontecimentos narrados pelo 11 de setembro de 2001 nos lembra desta finitude, constrói imagens de fim de mundo. A consciência de que tudo nasce, cresce e morre é um enredo frequente. Justamente por isso, “a comparação com relatos arcaicos ofereceu condições para recolocar o eterno retorno dentro de um tipo de discurso, como o jornalístico, que acredita ser alimentado pela novidade e mudanças constante” (FONSECA, 2006, p. 132).

É justamente diante destes acontecimentos inesperados, mas repetidos, que aqueles que seguem esta linha de pensamento compreendem que a estrutura mítica vem à tona. Diante de situações de crise, que exigem respostas e atitudes imediatas, o jornalista passa a ação naturalizada. Deixa-se imiscuir do *habitus* da profissão, mas também de seu fundo cultural compartilhado, e recorre a molduras familiares para construir a narrativa jornalística. E não há nada mais natural do que o ato de ouvir e contar histórias. Serão estas narrativas universais que vão ajudar a estruturar a notícia e enquadrar o acontecimento em um relato que esteja em *conformidade* com as expectativas da sociedade (COMAN, 2005).

Ocorre que diante destes acontecimentos impactantes, quando as narrativas míticas tomam conta da estrutura da notícia, esta apropriação se dá de maneira esvaziada. A potência mítica é marcada pela presença da *coincidentia oppositorum*, a união entre os opostos; enquanto o jornalismo – marcadamente o moderno – tem tendência a distinção clara entre bem e mal. O mito é marcado pela insidiosidade da imagem, que engana, oculta e carrega múltiplas verdades, enquanto o jornalismo é avesso à tergiversação e à indefinição. O resultado é uma mimetização formulesca, como sugere Cristina Geraldés.

O jornalismo é produto, quer público, quer ser consumido. E busca as narrativas. Mas ele não paga o preço exigido: render-se ao imaginário, soltar-se, dar um tempo à razão instrumental, que esvazia o conhecimento e o faz refém da técnica. O jornalismo usa as narrativas, abusa delas e finalmente as transforma. No jornalismo, narrativas-vida são quase sempre narrativas-fórmula (GERALDES, 2001, p. 147).

Percebe-se que esta atitude – guiada por uma cultura profissional que internalizou esta impermeabilidade ao sensível - muitas vezes acaba levando para a estereotipia, onde mitos já desbastados de seu valor simbólico se esvaziam de sua aura imaginária e se tornam pobres de sentido. Nilson Lage via este processo de formatação padronizada nas notícias que circulavam pela imprensa brasileira: o *ladroão romântico*, o *inimigo público*, a *vítima da sociedade*. Quando há o controverso, é sempre dentro de sua própria lógica: o *herói modesto*, o *velho moço de espírito* (LAGE, 2012, p. 139).

Alexandre Souza acompanha este raciocínio de Lage. O pesquisador busca identificar nas histórias em quadrinhos as manifestações fenomênicas daquilo que aponta como mitologia jornalística: O repórter enquanto *herói*, *aventureiro* ou *detetive*. O vilão *burocrata insensível*. Há também características míticas, nos termos dele, como o *sacrifício* pela profissão ou o *mito do furo* (2013). Também parece uma visão da estereotipia, sendo os mitos apenas a redundância de elementos identificáveis na narrativa.

Souza compreende que o jornalista, escravo do tempo e incapaz de formular criticamente juízos sobre a natureza do próprio trabalho, “relega ao imaginário a criação de representações sociais que legitimem e justifiquem o papel desempenhado pelo profissional da imprensa na sociedade” (2013, p. 98). O pesquisador parece compreender o imaginário como algo dissociado do real – e de outros processos de conhecimento do mundo, entre eles o jornalismo.

Vale ponderar que as aproximações entre jornalismo e mito pela narrativa são praticamente instintivas, de modo que mesmo autores que estão longe de se debruçarem sobre as pulsões ancestrais da imprensa percebem em determinado nível esta relação. Adriano Duarte Rodrigues, por exemplo, descreve como a narrativa jornalística exerceria para o homem moderno papel semelhante à narrativa



mitológica, pois, à semelhança do mito, “os discursos mediáticos organizariam racionalmente a experiência do aleatório, integrariam representações fragmentadas da realidade num discurso organizado e ofereceriam um quadro explicativo do mundo” (*apud* SOUSA, 2002)<sup>34</sup>.

O mitema da *Ordem*, manifesto neste imperativo de “organizar” está fortemente imiscuído ao imaginário do jornalismo. Entretanto, cabe refletir sobre a problemática apresentada por Rodrigues. Por certo que o discurso construído sobre o tempo presente feito pelo jornalismo se dá de maneira fragmentada, posteriormente organizada de maneira inteligível e de apreensão facilitada. Porém, como nos lembra Genro Filho (2012), questionamentos assim carregam um metadiscurso no qual a realidade efetivamente se apresentasse de forma integral na vida das pessoas – ou em alguma instância para além do jornalismo - o que não acontece. O mundo que percebemos a partir de nossos sentidos, experiências vividas e compartilhadas, é ele próprio mero apanhado de fragmentos.

Isto posto, este não é de maneira alguma um comentário a ser descartado. Se percebemos no jornalismo um ordenador que não identificamos em nós mesmos, este é inegavelmente um sinal a ser considerado na perseguição à presa mítica do imaginário jornalístico. E a ordem, vale lembrar, não vem apenas da estrutura e enquadramento, mas pode ser instituída a partir do próprio efeito da leitura das notícias.

Retomando a obra de Lule, encontramos um conjunto de sete “arquétipos” que o pesquisador elencou para, a partir de seu recenseamento, identificar matérias publicadas no *New York Times* que comportassem estas pulsões<sup>35</sup>. Temos assim: A Vítima, o Bode Expiatório, o Herói, a Mãe Bondosa, o Trickster, o Outro Mundo e o Dilúvio. E dentro de cada um deles, narrativas que se repetem. Ir a um país afastado e fora do eixo (a partir de um referencial autocentrado, é claro) mobilizaria o arquétipo da viagem para este mundo exótico e cheio de perigos e descobertas.

---

<sup>34</sup> Não há numeração pois a referência está em uma página HTML da [www.bocc.ubi.pt](http://www.bocc.ubi.pt)

<sup>35</sup> Nos estudos do imaginário de vertente durandiana, isso não seria possível. O arquétipo é inalcançável, o que encontraríamos nos textos culturais já seriam sua dinamização em símbolos e mitos

Se um veículo norte-americano fala das Pirâmides de Gizé, a referência para seu tamanho pode ser feita em relação ao Empire State. No Brasil, as dimensões são frequentemente calculadas em relação ao estádio do Maracanã. São estratégias para manter a familiaridade, recuperar a ordem que o não-conhecido bagunça.

Mas podemos encontrar esta relação ordeira com ainda mais força ao acompanhar matérias que mobilizam o que o autor chama de “arquétipo” da Vítima. Lule recupera uma matéria na qual um idoso de cadeira de rodas é feito refém e então morto pelos sequestradores. Acompanhamos o sofrimento da viúva; o presidente liga para oferecer as condolências; o corpo é trazido para casa e recepcionado pelo governador. Transformado em símbolo de retidão, em um mundo cruel, sua morte ganha novo sentido para além da violência aparentemente aleatória: a vida da vítima foi sacrificada para os outros; para nós. Servirá de exemplo episódico, ensinará a distinção entre bem e mal, ilustrará os momentos de finitude diante uma vida midiaticamente construída enquanto heroica. “Diante do caos, a ordem é estabelecida. Diante da morte, a vida é afirmada. Diante da tragédia, a notícia se torna mito” (LULE, 2001).

Outra autora consagrada, Gaye Tuchman, em sua obra clássica para método do *newsmaking* – o acompanhamento e vivência do pesquisador nas rotinas de produção – sugere um avizinhamo entre notícia e contos de fada enquanto narrativas que tomam parte de nossos equipamentos culturais, e que carregam ao mesmo tempo elementos de fixação e variância. Um conto de fada asiático não será idêntico, em suas minúcias, a um inglês; da mesma forma que o jornalismo. “Ambos tomam recursos sociais e culturais e os transformam em propriedade pública” (TUCHMAN, 1978, p. 5).

As relações entre mídia e contos de fada tem sido uma constante nos estudos brasileiros. Notadamente estes trabalhos se concentram na produção ficcional – tanto no audiovisual quanto na literatura. Rosângela Marçola, entretanto, evidenciou as interfaces entre os contos de fada tradicionais e as notícias da editoria de Polícia. A autora traça paralelos entre coberturas de abandono de crianças com o conto de João e Maria; de violência sexual com Chapeuzinho Vermelho e de assassinato de

esposas com a história do Barba Azul. Evidentemente estas apropriações não se dão de maneira consciente, mas pelo costume (2003, p. 2).

A partir desta tendência, Flávia Dourado Maia resume:

A concepção do jornalismo como narrativa mítica sugere que as notícias são configuradas a partir de um padrão estrutural e de um acerto de temas e valores profundamente enraizados na cultura e apropriados como estratégia retórica e mercadológica pelos jornalistas com o objetivo de demarcar sua competência profissional, simplificar o conteúdo informativo, dar um significado universal aos acontecimentos narrados e, assim, produzir histórias fáceis e populares, que atraem e agradam o público (MAIA, 2011, p. 25-26).

Todas estas interpretações são bem-sucedidas em captar aspectos que o jornalismo toma emprestado das narrativas ancestrais. Porém, falham ao considerar que esta relação se dá apenas num aspecto formal, e não de propósito. O objetivo final, tanto da narrativa jornalística quanto da narrativa mitológica, está longe de ser mera fruição. São histórias contadas cujo objetivo último é o de orientar o ser humano para que ele possa *agir sobre o mundo*. “Através desse conhecimento dos fatos, o homem como que alimenta o seu espírito e fortalecendo-se no exame das causas e consequências dos acontecimentos, sente-se apto à ação” (BELTRÃO, 2003, p. 33).

Na mesma linha de raciocínio, Elizabeth Bird e Robert Dardenne afirmam que através do mito e do folclore os membros de uma cultura apreendem novos valores, definições do bem e do mal e emoções substitutivas. Isso não ocorre através de um único conto, mas de um conjunto de tradições e crenças populares que compartilham aquelas narrativas. O mesmo ocorreria na imprensa, a partir de uma matriz comunal em relação ao repertório do leitor. Assim, “enquanto processos de comunicação, as notícias podem atuar como o mito ou o folclore” (BIRD, DARDENNE, 1993, p. 4).

Curioso perceber que, enquanto os pesquisadores se contorcem em movimentos teóricos para sugerir estas relações comparativas entre jornalismo, mito e folclore, Luiz Beltrão vai além. Para ele, esta barreira inexistente. As narrativas ancestrais não se aproximam, elas são jornalismo.

Pernambucano de nascença, Beltrão é considerado um dos primeiros doutores em Comunicação formado no Brasil juntamente com José Marques de Melo. De formação seminarista, quase chegou a ser padre, enveredando mais tarde para a imprensa e então para a academia (2003, p. 12). A formação religiosa, aliada à sensibilidade para com a cultura do povo, serviu de base para o artigo fundador de toda uma linha de pesquisa própria – a “folkcomunicação”. O texto, enxuto, ainda que autoexplicativo, propunha os ex-votos enquanto veículo jornalístico. Cada pedaço de corpo esculpido em madeira oferecido em graça comunicava uma informação da atualidade: a cura do membro enfermo. A notícia era socializada e compartilhada com uma comunidade que comungava dos mesmos interesses. O folclore era o jornalismo das classes marginalizadas (BELTRÃO, 2013).

Todavia, não é necessário chegarmos à folkcomunicação para encontrar esta defesa de uma visão ampliada do jornalismo em sua obra, especialmente tendo em vista sua *Iniciação à Filosofia do Jornalismo* de 1960. Para compreender o que significaria o jornalismo para a sociedade então contemporânea, Beltrão retrocede aos tempos das cavernas. O homem primitivo, diz ele, já fazia jornalismo: transmitia aos semelhantes, com regularidade e frequência, interpretando os fatos correntes que interessavam à comunidade. Os sinais luminosos serviam como a tecnologia de transmissão das notícias – bastava acender uma fogueira para indicar perigo ou convocar auxílio (BELTRÃO, 2003, p. 35). Com a idade média, e o desaparecimento dos proto-jornais, eram os sermões do padre, os cantos dos rapsodos, os mitos e lendas que faziam as vezes de narrativa do presente.

É verdade que existe, de início, uma problemática histórica em categorizar retroativamente manifestações que só encontrariam suas condições materiais e sociais de existência no futuro. O jornalismo propriamente dito surge no século XVI a partir de necessidades específicas da burguesia emergente manter-se informada. A agência que as gazetas então permitiam era totalmente mercadológica. Manifestações anteriores, como a *Acta Diurna romana*, que poderiam ser consideradas como exemplos de proto-jornalismo, eram ao menos calcados em determinada técnica e modo de fazer – e tendo como tecnologia de distribuição a própria palavra escrita. Dentro deste bojo, a proposição abrangente de Beltrão

parece muito distante. Entretanto, diante das mudanças tectônicas do pós-industrial, quando os modos de conhecer e reconhecer o jornalismo são questionados, ter esta amplitude de percepção pode colaborar para melhor entender o nosso tempo. Compreender como o jornalismo é hoje pode nos fazer entender como ele tem sido sempre – isto é, identificar para além da imprensa aquilo que nos faz desejar a informação sobre a atualidade.

“Toda tentativa de responder à crise [no jornalismo] que não reconheça o papel mitológico do jornalismo está destinada ao fracasso”, alerta Lule (2001, p. 5). Para ele, o grande problema é que os jornalistas, erroneamente, pensam que estão no negócio da *informação*, quando na verdade estão no negócio da *narrativa*, das *histórias*. “As notícias vão permanecer sujeitas à crise enquanto continuarem a se afastar da narrativa” (2001, p. 5).

### **3.2 Jornalismo Relator de Mitos**

Desdobramento da perspectiva que identifica na estrutura das notícias a proximidade com o mito, encontramos a visão de que também no seu conteúdo imanente existe não um espelhamento, mas uma atualização e reconto das narrativas ancestrais. Dentro deste olhar, sugere Arthur Berger, “as notícias jamais desaparecerão pois consistem em narrativas que fazem um grande trabalho ao nos fornecer versões camufladas e modernizadas de mitos antigos, lidando com nossa necessidade de viver miticamente (2013, p. 3-4).

É instigante a observação final do autor. Teríamos realmente uma necessidade de “viver miticamente”? Invertendo o raciocínio, diríamos, talvez viver e reviver o mito seja inevitável. O próprio Campbell seguia este raciocínio e compreendia a Jornada do Herói sobre a qual tanto se debruçou como a própria jornada da aventura humana na terra (2007), capaz de mobilizar e envolver a todos.

Ainda assim, é muito mais fácil perceber esta potência mítica e numinosa – isto é, transcendental – como estando alheia a nós mesmos. É um processo todavia teleológico, no qual este Outro servirá de projeção e idealização para nossas próprias aspirações, especialmente quando elevado a tal condição de destaque

pelas mídias de massa. Esta é a origem dos chamados Olimpianos, termo utilizado por Edgar Morin para descrever estes seres maiores do que os meros mortais que se encontram no Olimpo das notícias dos jornais (2009).

Esta elevação ao Monte divino - no qual habitam não apenas os deuses do panteão, mas também seus protegidos - se dá justamente pela cultura de massa, da qual o jornalismo industrial também faz parte. Base para esta massificação das referências culturais foi a indústria, que barateou o acesso e distribuição, incentivando o mercado a buscar atingir públicos cada vez maiores e mais homogêneos seguindo a cartilha da eficiência. Neste processo de colonização de imagens, alerta Morin, “a cultura de massa se torna o grande fornecedor dos mitos condutores do lazer, da felicidade, do amor, que nós podemos compreender o movimento que impulsiona, não só do real para o imaginário, mas também do imaginário para o real” (2011 p. 90). Em alguma medida, está aqui descrito o trajeto antropológico.

Quanto aos habitantes desta ilustre morada, os olimpianos, alguns atingem este status pelos papéis encarnados no cinema, outros pela função sagrada ou pelos trabalhos heroicos (MORIN, 2009, p. 105). À semelhança da própria mitologia grega, quando feitos louváveis permitiam a ascensão de mortais para a terra dos deuses. Estes ídolos vivos, ressaltava Lage, podem ser um grande atleta, uma cantora de destaque, um cirurgião habilíssimo que passa a despertar interesse mesmo entre os que não apreciam ou compreendem esporte, canto ou medicina. Seus feitos são maiores que eles mesmos, tornam-se a concretização do ideal humano.

É banal dizer que o olimpiano é sempre interessante; como transcende à imagem particular de seu ofício (ou daquilo em que teve desempenho admirável), sua presença e suas palavras adquirem transcendência messiânica - e disso bem sabem os profissionais das relações públicas e os editores de revistas ilustradas (LAGE, 2012, p. 95).

Pesquisador de mitologia e religião, o supracitado Campbell inspirou-se no arquétipo do Herói de Jung para articular uma estrutura basilar sobre a qual se orientariam todas as histórias envolvendo este personagem. Nascia então, em

1949, a *jornada do herói*, que especialmente após a interpretação operacional de Christopher Vogler em *A jornada do escritor* (1998) ganhou lugar cativo em Hollywood, nas escolas de roteiro e cursos de escrita criativa. Isso sem falar dentro do próprio jornalismo.

Edvaldo Pereira Lima conta ter se inspirado em Vogler para adaptar a estrutura para sua proposta de jornalismo literário avançado ao “narrar histórias fortemente centradas em seres humanos e com o intuito de compreensão profunda, complexa, dos processos dinâmicos que configuram a realidade social, assim como a das pessoas” (2014, p. 22). Coube à sua orientanda Mônica Martinez encampar esta ideia, que se tornaria a tese de doutorado e o livro homônimo *Jornada do Herói - A estrutura narrativa mítica na Construção de Histórias de vida em Jornalismo* (2002).

Apesar da má interpretação feita pela cultura pop, a Jornada do Herói não é uma forma narrativa onde se deve encaixar tais e tais elementos, mas antes uma estrutura a qual recorreríamos consciente e inconscientemente. “Os mitos são metáforas da potencialidade espiritual do ser humano, e os mesmos poderes que animam nossa vida animam a vida do mundo” (CAMPBELL, 1990, p. 24). Dentre estes mitos, Campbell percebe uma unidade narrativa que percorreria todas as épocas e sociedades diferentes, modificando-se levemente de acordo com a cultura cujo recorte se observa: o *monomito*. É essa proximidade narrativa que permitiria falar de modo semelhante “do mito de Édipo Rei, mas também sobre o mito de Pelé” (PIEPER, 2010, p. 17).

Campbell articula os desafios do herói não a si mesmo, mas à experiência humana. Por isso a jornada sempre terminaria com o retorno à casa. O retorno a si mesmo.

A tarefa do herói a ser empreendida hoje, não é a mesma do século de Galileu. Onde então havia trevas, hoje há luz; mas é igualmente verdadeiro que, onde havia luz, hoje há trevas. A moderna tarefa do herói deve configurar-se como uma busca destinada a trazer de volta, outra vez à luz a Atlântida perdida da alma coordenada (CAMPBELL, 2007, p. 373).

A busca por identificar os modos como a cobertura jornalística “aplicaria” a jornada do herói na sua interpretação do real é o que norteia trabalhos como o de Soraya Pereira, do mestrado em Educação da UNB, que investiga a existência de mitos na programação do Jornal Nacional, identificando alguns conteúdos como o herói, o vencedor, o bem, o mal; a transformação; a inexistência da morte e do tempo, o prazer pelo fantástico e pelo terror; a necessidade de conforto e segurança; a eternidade da vida e dos valores; a ação e a aventura; vitória sobre os inimigos e a destruição deles; desejo e egoísmo (PEREIRA, 2006).

Marcela Pieper (2010) por sua vez, em dissertação defendida na USP, analisa a construção do mito do herói nas notícias sobre o “retorno” de Ronaldo Fenômeno ao futebol. A volta por cima do jogador como campeão pelo Corinthians após ter descido ao inferno simbólico perante o público graças à polêmicas envolvendo uso de drogas, filhos não assumidos, sexo com travestis e excesso de peso. Trabalho muito parecido com o feito pouco depois por Everton Cavalcanti no Programa de Pós-Graduação em Educação Física da UFPR, que estudou o mesmo caso também pela perspectiva de Campbell (CAVALCANTI, 2013).

O jogador atenderia todos os requisitos do herói arquetípico do qual fala Campbell - símbolo de esperança, audácia, persistência e vitória. “E o herói se revela como signo prontamente compreendido nessa diretriz que permeia a imaginação e passa a fazer parta da vida psíquica dos indivíduos” (PIEPER, 2010, p. 29-30). A queda é esperada. Ronaldo, enquanto personalidade midiática, é um olimpiano. Semideuses, ainda carregam algo de humano que relembre sua condição. Aí está a queda, a descida ao submundo e a luta para tornar a ascender.

O herói, por conseguinte, é o homem ou mulher que conseguiu vencer suas limitações histórias, pessoais e locais, e alcançou formas normalmente válidas, humanas. (...) O herói morreu como homem moderno; mas como homem eterno - aperfeiçoado, não específico e universal -, renasceu. (CAMPBELL, 1990, p. 28).

Pieper identifica esta estrutura nas matérias que analisa, que de início tratavam com desdém a nova proximidade de um ídolo antes distante para depois abraçar sua redenção. Assim, lembra ela, da mesma maneira que Campbell dizia



que céu e inferno habitam dentro de todos nós, o mesmo também é válido para a narrativa jornalística. A autora convida a um olhar crítico para essas emanções do discurso mitológico na mídia – não mais visto como um espaço naturalizado e alienante, mas passível de negociação. A conclusão, para a autora é que “se o jornalismo está atrelado às variáveis sociais e culturais, há a necessidade de repensá-lo sob esse âmbito também, não só mediante as perspectivas das revoluções tecnológicas” (2010, p. 137).

Estas variáveis culturais que influenciam a forma como o jornalismo reconta ou faz recircular narrativas tradicionais foi o que orientou meu próprio trabalho de mestrado. Em *A lenda nas páginas do jornal* (COSTA, 2013), pude perceber que a imprensa paraguaia, diante de episódios notadamente ligados ao fantástico – no caso, histórias sobre um tesouro misterioso escondido ainda na época da Guerra contra a tríplice aliança e protegido por espíritos – a narrativa noticiosa mantinha a mesma linguagem objetiva e factual. Algo inesperado, uma vez que por padrão acontecimentos envolvendo o universo do folclore encontram espaço no jornalismo tradicional apenas em seções de Cultura, especiais de domingo ou *Faits divers*. A conclusão alcançada foi de que os mitos de tesouros enterrados estavam imbricados de tamanha maneira na cultura e na sociedade paraguaia que era impossível ao jornalismo recusá-los ao narrar o tempo presente (COSTA, 2013). Assim, o mítico encontrava espaço nas páginas do jornal independentemente das gramáticas tradicionais do jornalismo moderno.

Embora Durand já fosse uma referência importante para minha pesquisa, localizo-a nesta seção especialmente devido ao fato de o que busquei no estudo anterior não foram os mitos no mesmo sentido que os persigo agora. Tratei do imaginário plasmado pela cultura popular, aquele que se substancia em presença, que se insinua no rabo de olho. Neste trabalho, encaramos mitos enquanto repetição de certas relações, lógicas e linguísticas, entre ideias ou imagens expressas verbalmente. No anterior, muitas vezes o mito é compreendido em *stricto sensu*, como propõe Egon Schaden, enquanto “sinônimo de figura ou criação mítica” (apud QUEIROZ, 1987, p. 39). É isto que permite que se fale de um mito do Saci ou do Curupira. Mito, nesta outra heurística, seria o personagem, enquanto a lenda

seriam os episódios exemplares, as narrativas históricas e geologicamente localizadas onde estes seres atuariam (CASCUDO, 2000, p. 396).

Curioso perceber que Pieper se fundamenta em três autores principais para discutir o mito na imprensa: Carl Gustaff Jung, Mircea Eliade e Joseph Campbell. A escolha faz bastante sentido, uma vez que os três foram membros atuantes – embora em vezes em períodos distintos – do chamado Círculo de Eranos<sup>36</sup> - piqueniques convivais onde intelectuais das mais diversas áreas se reuniam para discutir os caminhos das ciências do homem. O próprio Gilbert Durand foi um dos participantes do Círculo, o que fazia com que as ideias circulassem e as visões se influenciassem mutuamente.

Percebe-se então muito mais interface desta proposta de Campbell do que com a de Roland Barthes. Ainda assim, há afastamentos importantes. Primeiramente, a jornada do herói não se encerra com o retorno ao lar. A morte simbólica em Campbell leva ao renascimento e à vitória contra o inimigo. Já o desfecho dos heróis na mitologia é frequentemente a tragédia, o sacrifício e até mesmo o isolamento. Não há mais redenção após cumprirem seu papel.

Na universal e milenar tradição, o herói redentor ou mártir, ou ainda redentor e mártir, fica sobre si, às vezes até a morte, a infelicidade e o sofrimento. Ele expia as faltas do outro, o pecado original de sua família, e apazigua com seu sacrifício, a maldição ou a cólera do destino. A grande tradição precisa não só de castigo dos maus, mas do sacrifício dos inocentes, dos puros, dos generosos (MORIN, 2009, p. 93).

Na discussão que levantamos anteriormente, sobre a existência de mitos diretores capazes de orientar sonhos, crenças e ideologias em grupos sociais, encontramos uma recorrência de menções à Prometeu, Hermes ou Dionísio. Porém, Christian Chelebourg, faz uma proposta diferente. Para ele, especialmente graças à cultura pop – com as histórias em quadrinho e os blockbusters

---

<sup>36</sup> Barros (2014, p. 150 e 151) diz que as jornadas de Eranos foram uma iniciativa da anglo-holandesa Olga Kapteyn-Frobe, uma amante de mitologia, espiritualidade e da ligação entre oriente e ocidente. A primeira reunião ocorreu em 1933 com encontros regulares até 1988. Durand começou a frequentar como ouvinte em 1960, a convite de Henry Corbin.

cinematográficos, vivemos sob a égide de Hércules, num tempo de heróis (CHELEBOURG, 2014).

Seguindo uma perspectiva do imaginário arquetípico, porém, percebemos claramente em sua discussão um afastamento de Campbell. Aqueles que conhecem o mito apenas pelas animações da Disney de 1997 ignoram que a vida do mais famoso dos semi-deuses da Grécia é cercado pelo trágico. Haja vista que seus 12 trabalhos, as façanhas pelos quais mais é reconhecido, foram tentativas de expiar os crimes de sangue que cometeu ao matar os filhos por ciúme da primeira esposa. Tempos depois, como relata Sófocles em *As Traquíneas* (430 a.C), é pelo ciúme da segunda esposa que o Herói encontra seu fim: envenenado por ela, com o espírito queimando por dentro e a carne queimando por fora.

Para Chelebourg, se a grande característica do gesto hercúleo é o uso do poder (por vezes físico) para derrotar o oponente, esta potência traz também a melancolia do Hércules ostracizado. Diferente de uma luz apolínea que supera a escuridão, o herói hercúleo caminha ao lado das sombras na iminência da tentação (2014).

Seria este mito marcante o suficiente para dele se poder dizer que é capaz de direcionar a sociedade? Talvez não. Mas não se pode esquecer que, na narrativa mitológica, Prometeu – este mito da modernidade – é liberto de suas correntes justamente pela força de Hércules. Talvez esta proximidade seja mais um indício a ser considerado.

### **3.3 Jornalismo Construtor de Mitos**

Um dos autores mais presentes na bibliografia de quem relaciona jornalismo e mito é, sem dúvidas, Roland Barthes. O mito em Barthes é uma fala que não se define pelo objeto da mensagem, mas pela maneira como é proferida (2010, p. 199). Ou seja, não é necessário que o mito se manifeste de maneira expressa – sendo nominalmente referenciado. Ele pode se apresentar de maneira tácita, uma vez compreendido como um “saber confuso constituído por associações frágeis, limitadas” (2010, p. 210).

Para o autor, a imprensa é a grande responsável pela construção, naturalização e disseminação de imagens estereotipadas e, por que não, preconceituosas. Mitos, para Barthes, são estereótipos naturalizados que devem passar por um processo de desvelamento, a desmitificação, para que o verdadeiro conhecimento seja produzido.

O mito é constituído pela eliminação da qualidade histórica das coisas; nele, as coisas perdem a lembrança da sua produção. O mundo penetra na linguagem como uma relação dialética de atividades e atos humanos; sai do mito como um quadro harmonioso de essências. Uma prestidigitação inverteu o real, esvaziou-o de história e encheu-o de natureza, retirou às coisas o seu sentido humano, de modo a fazê-las significar uma insignificância humana. A função do mito é evacuar o real: literalmente, o mito é um escoamento incessante, uma hemorragia ou, caso se prefira, uma evaporação; em suma, uma ausência do perceptível (BARTHES, 2010, p. 234).

Resultado da dissertação de mestrado de Nilson Lage, *Ideologia e técnica da notícia* sofreu forte influência barthesiana. Lage trabalhou nos principais jornais da imprensa carioca durante o epicentro das transformações formais que vieram a partir da estruturação do Lead e de um projeto gráfico construtivista desenhado por Amílcar de Castro (LAGE, 2016, p. 454). Defensor do relato objetivo embora consciente da pluralidade das interpretações, Lage expunha falácias e artifícios como que para tornar o processo de construção de notícias o mais transparente possível, permitindo com isso uma compreensão mais abrangente do discurso que emanava da imprensa.

Dentro da própria construção textual do jornalismo, por exemplo, Lage aponta que a simples hierarquização de fatos e sua seleção arbitrária pode levar a um direcionamento na interpretação. Uma relação de causa e efeito estabelecida apenas pela proximidade das informações, e isso não necessariamente de caso pensado ou por alguma intencionalidade escusa por parte do jornalista.

A mesma inocência, entretanto, não se repete entre os poderosos. “Os juízos que se quer transmitir são reiterados, até com ingenuidade, e aceitos por força do hábito. Constrói-se o mito e o grupo dominante o manipula em seu proveito” (LAGE, 2012, p. 71). E ressalta: o mito, como unidade do discurso, inocentaria violações às

regras sociais (sob a desculpa da tradição), instauraria a dúvida e, pior, se manteria viva mesma quando desmentido pelos fatos. “Construções míticas - necessariamente ambíguas - servem à preservação dos ideais de família, ainda quando esta se desintegra na sociedade industrial, da ordem econômica, da ordem política. (LAGE, 2012 p. 71).

Percebemos que consterna o pesquisador este caráter conservador que teria os mitos dentro desta perspectiva, nomeada por Flávia Dourado Maia como *consensualista*. Aquela que enxergaria no simbólico-mítico “um instrumento de reprodução de concepções hegemônicas e de manutenção do mundo” (2011, p. 87). Dentro da argumentação estabelecida por esta corrente, comportamentos e ideias (inclusive preconceitos) seriam insistentemente reiterados ou reprimidos devido à repetição irrefletida e naturalizada do mito. Aí está o *consenso* ao qual a nomenclatura aponta. Uma vez disseminada a palavra do mito, e não a da razão fundamentada, ele se fixaria enquanto uma força de manutenção do *status quo*.

Todavia, é justamente esta a crítica que Michel Maffesoli pondera sobre os estudos de Cornelius Castoriadis. Este último, embora dotado de um olhar integrador para as potências do imaginário, as entende como sendo conformadoras de uma instituição social estável. “Ora, o imaginário, para bem ou mal, não é apenas um fator de construção ou de fixação de algo. O imaginário é uma sensibilidade, não uma instituição”, retruca Maffesoli (2001, p. 80). E ressalta: há imaginário tanto na revolução quanto na contra-revolução.

Dentro deste paradigma revolucionário, há mitos que mobilizam tanto uma tendência conservadora quanto transformadora, poderíamos dizer, e quem sabe até mesmo aspectos distintos da mesma imagem mítica. Um capitalismo industrial conservador guiado pelo progressismo e eficiência da técnica de Prometeu pode ter como antítese uma revolução marxista guiada pela proposta de iluminar as mentes do proletariado e instituir uma separação (ou *diárese*, um dos regimes do imaginário durandiano) também tipicamente prometeica.

Retomando a lógica do consenso, em sua dissertação na Unesp de Bauru, Alexandre Teixeira segue a visão barthesiana sobre mito enquanto “Fala” – ainda que não qualquer fala, mas aquela em contato direto com o curso da história. Para

ele, Mídia e Mito entram em diálogo, a partir do momento em que o termo *Mito* passa a ser entendido como objeto e ação de mitificação. Os textos culturais, portanto, levariam a uma falsa divinização de bens de consumo e produtos culturais que se “abastecem do arcabouço dos símbolos (...) herdados pela cultura de massa e das mídias para alimentar os jogos de mercado e a acumulação de capital” (2005, p. 13).

Esta relação, no entanto, não é livre de problemas. Carrega um dilema que pode ser exemplificado ao se recuperar o castigo de Eco – a ninfa prolixa amaldiçoada por Hera a nunca mais iniciar uma conversa, apenas repeti-la. O risco, então, é o mesmo: “O empobrecimento e amputação da fala, reduzindo um mundo que já não é mundo. Repetir-se na última palavra em vez de proferi-las todas, polifônicas e silenciosas, ao mesmo tempo, em busca da diferença” (TEIXEIRA, 2005, p. 80). Mais uma vez, chegamos aos ciclos de eterno retorno e repetição dentro da narrativa jornalística.

Gabriela Sardinha, em sua tese na PUC de São Paulo (2015, p. 151), parte da reflexão “tão sensível quanto admirável” de Barthes para refletir sobre como o jornalismo não apenas constrói mitos a partir dos acontecimentos que notícia, mas sobre o seu próprio fazer a partir da observação de veículos on-line. A pesquisadora levanta, portanto, três “mitos” que permeiam o discurso de auto-referência evocado pelo jornalismo digital: o mito da *simulação de presença*, o da *temporalidade* e o da *espacialidade*.

A constituição discursiva ultrassignificada encobre um mundo rápido e fervilhante que esconde-se em sua própria abundância. O registro do tempo e a marcação do espaço dos portais da imprensa denunciam que mesmo a velocidade e a inovação podem ser um mito criado pela imprensa (SARDINHA, 2015, p. 150).

No primeiro caso, também chamado por ela de simulação de interação, instala-se a prática da presunção da presença do outro nos sites de notícia. “Veja fotos”, “Saia da rotina”, “Conheça o curso”, são alguns dos exemplos levantados por Sardinha. “Este procedimento gera um efeito de sentido de interação entre eu/tu, simulando a presença do outro na construção do discurso jornalístico enunciado”

(SARDINHA, 2015, p. 133). É a falsa ilusão de que há mais proximidade, interatividade e influência do leitor no ambiente virtual.

No segundo, temos um mito da temporalidade, aquele que constrói sobre si o pressuposto da velocidade intrínseco à própria internet, mas que, para Sardinha, não se materializa. O trabalho aponta que a arquitetura de informação do portal jornalístico privilegia antes os espaços pré-delimitados de informação, como o topo da página. Assim, “a forma de dar continuidade ao procedimento de instalar 'novas' notícias na parte alta da topologia dos sítios simula um fazer atualizado e rápido, tal qual a diagramação dos tradicionais jornais impressos (2015, p 149).

Discordando quanto ao ponto de chegada da autora – no que diz respeito a essa pretensa semelhança com o impresso - é possível pegar parte deste raciocínio para iniciar a discussão de que, em verdade, a imediatividade cronológica perde espaço frente ao grande *gatekeeper* do jornalismo digital contemporâneo que é o *algoritmo*, manifesto na estrutura da web dinâmica.

Esta característica diz sobre a capacidade de um site se reorganizar para exibir não um conteúdo manualmente programado, mas sim um conjunto de postagens com base nos dados de navegação de cada usuário. Assim, alguém que leia várias notícias sobre esportes, por exemplo, provavelmente teria mais interesse em continuar vendo notícias deste tema. O algoritmo então privilegiaria tais notícias, excluindo naturalmente as outras. O mesmo é válido para as redes sociais, espaço de circulação e recirculação de notícias. Tanto Facebook quanto Twitter e Instagram privilegiaram uma linha do tempo não mais baseada na atualidade cronológica, mas na interpretação algorítmica do comportamento do usuário.

O terceiro mito apontado pela pesquisadora, da espacialidade, diz sobre a falsa imagem de que o jornalismo on-line é livre de contingências de tamanho ou quantidade de notícias, diferentemente do jornal impresso, onde as restrições – de tempo de fechamento, de espaço em página, etc. – se tornam a marca do produto. Sardinha reflete que embora haja esta pressuposição, há uma espacialidade confinada pela instância produtora do discurso, que configura “um desenho para deter o destinatário em um espaço arbitrariamente delimitado pela barra de rolagem” (2015, p. 149).

Mais uma vez podemos ampliar a reflexão e pensar a web dinâmica como algo que vai além deste limite aparente da página e sua barra de rolagem. As espacialidades são muito mais fluídas do que uma captura de tela pode deixar transparecer. No entanto, levanta-se outra questão: nesta vastidão infinita do ambiente virtual, qual a validade da publicação se não há acesso?

Há de se pensar que, a menos que as configurações tenham sido assim definidas, qualquer pessoa com um link pode acessar a informação publicada. No entanto, quando os algoritmos mascaram e escondem informações que a programação julga desnecessária; quando a quantidade de dados se torna humanamente impossível de acompanhar manualmente e quando as redes sociais mercantilizam e dominam este acesso na forma de anúncios patrocinados (sem os quais o conteúdo fica cada vez mais invisibilizado), fica cada vez mais claro que a *Difusão coletiva* de que fala Otto Groth (2011) vai muito além do que a publicação em um veículo jornalístico. Está vinculada a lógica do espalhamento. Como diz a famosa frase do guru das tecnologias Henry Jenkins, “se não se espalha, está morto. Mas às vezes os produtores preferem morrer a ter que abrir mão do controle” (2013, p. 293). O jornalismo que recusa essa lógica escolhe a morte como destino. A conclusão de Sardinha é que o jornalismo on-line “se erige sobre traços clássicos, disfarçados em rupturas modernas, apenas parecendo ensejar novas linguagens” (2015, p. 150). Ora, esta também é uma preocupação desta pesquisa que desenvolvemos. Será que, ao verificar os caminhos da transformação do imaginário do jornalismo, vamos nos deparar com a emergência de um mito diferente, capaz de direcionar nossas ações para os caminhos distintos, ou trata-se de um mesmo mito disfarçado? Será algo a se verificar.



## 4. OS MITOS DO TEMPO

*“Nada mais velho do que o jornal de ontem”*

- Ditado popular do século XIX, EUA

### 4.1 Cronos, o Tempo que Devora

Pouco a pouco, os vestígios da presa mítica se evidenciam. Sua presença já não nos é estranha, sua aparência começa a se delinear. E se no capítulo anterior pudemos nos familiarizar com este terreno onde permeia o simbólico-mítico da epistemologia do jornalismo, agora podemos nos dedicar a compreender suas peculiaridades: os valores que carrega, as aspirações e, especialmente, seus medos - sentimentos que permeiam o imaginário do Jornalismo e que em algum modo acabam sendo introjetados naqueles que adentram o campo. E não há temor maior dentro das lógicas do jornalismo do que o Tempo e a sua passagem.

Investimos os primeiros passos desta jornada acadêmica para explorar o poder dos nomes, e as pistas que eles nos forneceria para o desenvolvimento da mitocrítica. Já percebemos, portanto, que a relação com a temporalidade impacta de maneira tão fundamental o Jornalismo que sua presença se institui ainda nas nomenclaturas. Tanto na palavra Jornalismo, de *jour* no francês, este “diário” de fatos importantes; quanto em Periodismo, este inventário constantemente atualizado de acontecimentos notáveis.

“O jornalismo industrial impôs a concorrência e desta nasceu a tirania do relógio e dos competidores”, sugere Beltrão (2003, p. 87). Não que o tempo não tenha sido sempre uma constante, mas sua influência se faz ainda mais intensa a partir do século XIX. Em sua fase industrial, afinal, o jornalismo é a manifestação última de um “discurso do presente”. Embora Lage proponha que o tempo dominante na escrita de notícias é o passado - sempre se referindo ao que se passou, ao que ocorreu (2012, p. 61) - percebemos muito pelo contrário uma hegemonia do presente na própria construção textual. Marcadamente, aponta Medina, o texto jornalístico é produzido em um tempo complexo. “Nunca um presente enxuto, o momento direto, sempre o aprofundamento do presente num

raio quase atemporal” (1978, p. 116). E o que é o Presente se não este instante fugidio que, no mínimo intervalo entre o acontecer e o narrar, já desaparece, assumindo seu lugar enquanto Passado? Este momento da ação imediata que, tão logo vê a luz, é inexoravelmente devorado?

Podemos entender que a atualidade, uma das características essenciais do jornalismo, conforme Groth (2011) “é o presente, o que ocorre sobre a marcha do tempo” (BELTRÃO, 2003, p. 69). O jornalismo, então, viveria no momento, informando sobre o presente e fixando-o para o futuro. Encontramos a relação com o tempo também em outro elemento que sintetiza sua essência: a periodicidade. “A obra jornalística é constante, realiza-se praticamente dia a dia, hora a hora, na proporção em que os fatos se sucedem” (2003, p. 69). Esta comunicação periódica é uma exigência da comunidade para com o Jornalismo, visto que tais informações sobre a atualidade são necessárias para direcionar a agência sobre o mundo.

Os dentes vorazes que rasgam o Presente são os de Cronos, o “ogro primordial” (DURAND, 2012). Titã que representa a personificação do tempo que nos assola. Para entender o impacto simbólico deste elemento sobre o imaginário do Jornalismo, precisamos entender primeiramente o que representa este titanismo e quais suas origens profundas.

Como nos lembra Malena Contrera, diferente de outras figuras da mitologia greco-romana, como os Deuses e monstros sobre os quais a profusão de imagens que os cercam permite rapidamente reconhecer metáforas da alma humana, pouco se sabe sobre os Titãs. São, conforme indicam os mitólogos, forças brutas da terra, reflexo de um estado selvagem de insubmissão da natureza nascente em luta contra o espírito. “Sua meta é a dominação, o despotismo” (BRANDÃO, 1986. p. 196-197). Uma atitude corroborada pelo nome que carregam, derivação do grego *titaks* e *títene*, “reis” e “rainhas”.

Os titãs são os filhos de Urano, o céu, pai primordial, com Geia, a terra, representação da grande mãe. Céu e terra, então, estavam unidos por um casamento sagrado. Não possuíam separação e, portanto, não existia distinção entre as coisas do espírito e a materialidade. Juntos tiveram suas crias – os 12 titãs, os hecantonquiros com seus 100 braços, ciclopes com seu único olho e os gigantes,

igualmente brutais. Enquanto os monstros ligados à agência primeva foram presos no Tártaro, os titãs tão logo nasciam eram empurrados de volta para o ventre materno.

Geia então pede ajuda aos filhos, e é atendida apenas pelo caçula, Cronos. Dotado de uma foice, instrumento sagrado para a colheita, Cronos castra o pai. A virilidade extirpada de Urano, respingando sangue e sêmen, trará vida à terra. O filho, por fim, toma seu lugar como pai de todos, desposando sua irmã Réia. Afinal, como lembra Brandão:

Se a castração leva obviamente à impotência, o soberano terá fatalmente que ser afastado do poder. A função precípua do rei é a de fecundar. Da fecundação da rainha depende a fertilidade de todas as mulheres, da terra e do rebanho. Assim, na medida em que o rei, por força da idade, da doença ou porque se tornou sexualmente impotente, ou perdeu seu poder mágico, é alijado do trono e substituído (BRANDÃO, 1986, p. 199).

Antes de ser deposto, um oráculo de Urano – o céu, que tudo observa – prevê que Cronos, à imagem de seu pai, será derrotado e destituído por um de seus filhos. Assim, passa a devorar cada uma das crianças geradas pelo ventre de sua esposa e irmã. Insatisfeita, a titanide trama contra o esposo e entrega para ele uma pedra no lugar de seu verdadeiro filho, Zeus. Este, crescendo distante e protegido por Geia, emergirá quando adulto para derrotar os Titãs, força das trevas primordiais, enquanto deus da luz<sup>37</sup>. Neste terceiro embate geracional, por fim será Zeus quem assumirá como grande pai e deus dos deuses do Olimpo.

Nesta mudança de regência, ainda há uma figura de um pai arquetípico. No entanto, as imagens que cada mito constela são bem diferentes. Durval Faria reflete sobre as distinções na figura do Pai na mitologia grega a partir do campo da psicologia, e sugere: “Podemos pensar Urano como um pai ligado a uma fase matriarcal da consciência, em que a mulher é vista como criadora e se desconhece a função paterna – ele está ali simplesmente para gerar, para afirmar sua masculinidade” (2006, p. 47). Não há harmonia entre os aspectos do masculino e do feminino o que, por sua vez, sobrecarregado, termina por se vingar.

---

<sup>37</sup> Seu nome, segundo algumas versões, significaria “deus luminoso do céu” (BRANDÃO, 1986).

Cronos, filho do pai primeiro, é o tempo castrador. O titã que separa o masculino e o feminino primordiais. Enquanto Urano devolve os filhos para o ventre da mãe, Cronos os devorava, trazendo-os para dentro de si, privando-os do acesso ao feminino, das sensações, do sentimento.

Mobilizando estas imagens de um pai patriarcal, controlador e castrador, exacerbam-se elementos ligados ao imaginário diirético: a distinção, o enfrentamento, a separação (DURAND, 2012). Mais importante que a diagnose são suas repercussões: “Cronos sem Réia, sem o coração, transforma-nos a todos em seres-máquina (...) metáfora de algo que está acontecendo ‘aqui-agora’ e não no futuro” (FARIA, 2006, p. 50).

Quando Zeus assume seu lugar no Olimpo como senhor do céu, percebe-se que não o faz como um Titã, como seus predecessores, mas como um deus. Não é um impulso primitivo da terra, mas uma ordenação do espírito. Isso significa que sua relação para com os filhos, irmãos e aliados não se dá de maneira brutal. Entretanto, seria um engano considera-lo uma divindade bondosa. Zeus “não é um deus criador, no sentido cósmico, é mais um deus conquistador e ligado ao poder” (FARIA, 2006, p. 53). Não por acaso, Brandão recupera o sentido da expressão “Complexo de Zeus”, e postula: “trata-se de uma tendência a monopolizar a autoridade e a destruir nos outros toda e qualquer manifestação de autonomia, por mais racional e promissora que seja” (1986, p. 344). Zeus representa o próprio princípio da Ordem, e a institui a partir do controle mobilizado pelo poder.

O caráter impositivo e primal dos Titãs, para Contrera (2004, p. 5), deixa nossa sociedade contemporânea rendida diante de tais forças ancestrais. Política, economia, comunicação e valores estariam entregues ao titanismo em suas manifestações mais sombrias. “Os homens de nosso tempo têm fome de conhecer o presente”, registra Beltrão (2003, p. 65). É o desejo titânico mimetizado pelo humano, que nesta urgência exige cada vez mais para aplacar seu apetite.

Os Titãs sempre foram descritos mitologicamente como vorazes. E agora podemos ver que os Titãs nos devoram de maneira diferente do que imaginávamos: eles devoram nosso universo semiótico. Em uma época de hiperconectividade técnica, eles devoram nossa capacidade de estabelecer vínculos, elos, fios, conexões de fato comunicativas, imaginativas, que extrapolem a dimensão utilitarista

e funcionalista da técnica (técnica essa que sabemos não é só utilitarista e funcionalista, mas que também sabemos estar sendo quase que exclusivamente dessa maneira usada) (CONTRERA, 2004, p. 8-9).

E respondendo a esta fome – do público que se alimenta do Presente e de Cronos que implacavelmente o devora – que o jornalismo produz. E ao agir sob a égide deste pai castrador que muitas das suas características acabam sendo institucionalizadas. Na busca por responder ao desejo primitivo pelo presente, o jornalismo foi se tornando cada vez mais um produto industrial: notícias produzidas em ritmo fabril, alienante e pouco reflexivo. Tempo para raciocinar não há, apenas para fazer e alimentar a máquina. Um fazer que, se antes era condicionado pelo deadline da rotativa, hoje já se imiscuiu para além de qualquer rotina produtiva.

Na década de 1960, acompanhando a virada norte-americana do jornalismo brasileiro – que viria a impor lógicas de uma eficiência objetiva tanto por parte do jornal enquanto empresa quanto do repórter, Danton Jobim refletia sobre o encurtamento do tempo para o acontecimento jornalístico. Em seu raciocínio, a medida do tempo que interessava ao Jornalismo não deveriam ser séculos, anos ou meses. “O passado, para ele, é o dia de ontem – talvez menos que isso” (1992, p. 29). Este pretérito, inclusive, que só ganha relevância jornalística quando alguma circunstância o coloca em relação direta com o presente. Afinal, do ponto de vista da didática jornalística, diagnosticava ele, o homem aprenderia mais pela ação exemplar imediata que pela lembrança de outros tempos. Quanto mais distante do tempo o acontecimento, menos o leitor será influenciado por ele (1992, p. 32).

O jornalista move-se na realidade ‘de hoje’. Não é um historiador que, no seu gabinete, pesa os fatos e lhes extrai a lição para a posteridade. O jornalista fala aos seus contemporâneos, procurando retirar dos acontecimentos aquilo que supõe útil ao esclarecimento da conjuntura política e à causa que defende. Age como político, não como um filósofo (JOBIM, 1992, p. 28).

A história era incapaz de levar a ação, da mesma maneira que o jornalismo, pois não havia o sentimento da massa. A descoberta, ou melhor, a apresentação de um acontecimento histórico era incapaz de inspirar a agência coletiva pois sua leitura não era um ato compartilhado. Hoje, entretanto, o Twitter permite que uma

postagem que recupere um elemento histórico possa articular grande número de ações (sejam de suporte e reforço, seja de postura). De qualquer forma, o fato ainda perpassa a curadoria dos agentes comunicativos que recuperam os eventos muitas vezes em diálogo direto com o nosso tempo, nossos dilemas e demandas sociais. Mas não é sempre assim?

Jobim faz parte da leva de acadêmicos que foram organizar os jornais e reposicionar os intelectuais dentro das fileiras da imprensa, juntamente com Pompeu de Castro (PONTES, 2015, p. 38). E nesta relação dupla, nunca deixava de denunciar a fraqueza da academia em relação a prática, graças à deficiência dos cursos em representar a urgência de uma redação (PONTES, 2015, p. 62). Situação semelhante vai experimentar Caio Tulio Costa, quando passa a integrar em 1984 a equipe que consolidaria o Projeto Folha, um novo marco na padronização jornalística. Oriundo da academia, mas recebendo o influxo da práxis, sentenciava: uma vez diante das verdadeiras rotinas produtivas, “os recém formados são surrados pelos fatos na redação” (*apud* PONTES, 2015, p. 35). Mais uma vez, o motivo apontado era a falta de traquejo para lidar com o tempo.

Beltrão conclui que o jornalismo desperta o preconceito do cotidiano, do efêmero (2003). O público que exige ser informado sobre o presente, impulsionando a técnica em direção à eficiência produtiva, é o mesmo que criticará a superficialidade do relato, a alternância de versões conforme o caminhar da cobertura jornalística, os erros parcamente corrigidos diante dos fatos que massivamente se desenrolam em frente ao repórter. É o mesmo público que não hesita em satisfazer seu apetite pela atualidade com as atualizações constantes das redes, e que parecem pouco propensos a perceber a distinção entre um e outro.

É sempre fácil, todavia, olhar para o outro, mas também cabe voltar o olhar para nós mesmos. Uma crítica que sempre ouvi desde os meus primeiros meses na faculdade de Jornalismo era que os alunos não tinham o costume de ler jornais. Acabavam por se informar, em minha época, pela televisão ou pelos portais de notícia acessados aleatoriamente durante o dia. Dez anos depois, na posição de professor, a crítica permanecia a mesma.

Os alunos que não leem jornais informam-se pelo Twitter ou Facebook, confiando que a rede de contatos (e a invisibilidade dos algoritmos) faça chegar a eles não exatamente o que é *importante*, mas o que é do seu *interesse*. Chegaremos a algum lugar insistindo nessa crítica geracional, na qual bom mesmo eram os tempos áureos? Não seria esse desinteresse dos próprios integrantes do campo sobre o produto jornalístico um comportamento sintomático?

Anderson, Bell e Shirky, ao mencionarem a importância do jornalismo de considerar outros atores no ecossistema midiático de produção de notícias, se referem a um usuário do Twitter que “agiu como jornalista” ao narrar em tempo real os acontecimentos que levaram à execução de Osama Bin Laden (2012, p. 22). Se invertermos a lógica deste raciocínio, despindo a estrutura corporativista que institucionalizou a profissão, veremos que em verdade é o jornalista que age como ser humano.

A atualidade, de fato, *sempre foi objeto de curiosidade* para os homens. Mas com o desenvolvimento das forças produtivas e das relações capitalistas a atualidade amplia-se no espaço, ou seja o mundo inteiro tornava-se, cada vez mais, um sistema integrado e interdependente. A imediaticidade do mundo, através de seus efeitos, envolve então uma esfera cada vez maior e constitui um sistema que se torna progressivamente mais complexo e articulado. (GENRO FILHO, 2012, P 30). Grifo nosso.

Comunicar-se sobre as coisas do mundo, tendo a urgência como guia para a ação, sempre foi uma necessidade. “Os jornalistas primitivos recolhiam sucessos com o fim de transmiti-los incontinenti ao público” (BELTRAO, 2003, p. 72). A noção de atualidade dessa comunicação foi sendo tensionada conforme os meios de difusão da informação se transformavam. Como sugere Beltrão, a carta de Pero Vaz de Caminha estava “preche de atualidade”, mesmo chegando meses após o ocorrido (2003, p. 72).

Ocorre que com a evolução da tecnologia, experimentamos o encurtamento dos tempos em uma “atualidade em profundidade” (2003, p. 84). Kerkhove reflete inclusive que o casamento da linguagem com a eletricidade (que resultou, por fim, na *World Wide Web*) foi uma das experiências mais míticas do contemporâneo. “Como em muitos mitos de culturas antigas, que isolam poderes numinosos e os

nomeiam (...) o telégrafo é um local de encontro para dois poderes fundamentais de nosso tempo: velocidade e complexidade” (2003, P. 22).

Hoje, filhos desta hierogamia – um casamento sagrado – nascem diariamente. Ainda que, acrescentamos, continuam sendo devorados imediatamente pelo pai titânico. A conexão via internet em tempo real, reflete René Berger, “instaura um imaginário que, em vez de se remeter à separação do objeto e do sujeito, chegando no ‘produto’, se forma e se desenvolve na medida em que o laço se expressa” (2003, p. 43). Ou seja, a imediatividade em si se torna mais significativa do que o conteúdo. Como provoca Ramonet, um jornalista hoje deveria chamar-se um “instantaneista”, ou um “imediatista” (1999, p.30).

Sylvia Moretzsohn explorou esta temática da velocidade como fetiche no jornalismo ainda nos anos 2000, em sua dissertação de mestrado. Algo que estava tão introjetado que mesmo o jornalismo impresso – condicionado às horas de fechamento e distribuição muito anteriores à formatos mais imediatos, como TV, Rádio e o então recente jornalismo web – distorcia a temporalidade de sua própria maneira. É o que leva, por exemplo, veículos a lançarem as folhas de domingo ainda no sábado, ou anunciar o exemplar do dia às 19h da véspera. “Assim, muda-se a data no cabeçalho e, magicamente, o presente passa a ser também o futuro. Hoje já é amanhã” (2000, s/p)<sup>38</sup>.

Berger não acredita que o tempo real tenha abolido o tempo como conhecemos, mas compreende que este cria “atratores do imediato”, que nos fazem participar de uma gênese sempre recomeçada (2003, p. 44). Em outro caminho vai o sociólogo Manuel Castells. Ele aponta que o capitalismo industrial era marcado por um tempo cronológico que, na contemporaneidade, se vê liberto do relógio. A velocidade e imediatismo das transações e relações no mercado de trabalho, pautadas pela otimização dos lucros, teria se incorporado às próprias relações sociais. Como resultado, nesta sociedade em rede, “esse tempo linear, irreversível, mensurável e previsível está sendo fragmentado” (1999, p. 460). Para ele, não seria uma questão de eterno retorno captado pelos mitos cíclicos, mas sim que passado, presente e futuro se mesclam numa sensação de eterno presente.

---

<sup>38</sup> Não há numeração pois a referência está em uma página HTML da [www.bocc.ubi.pt](http://www.bocc.ubi.pt)



Discordamos. Mais que fetiche, velocidade é uma resposta – assim como também são as visões que buscam supostamente desconstruir, minimizar ou negar os efeitos do devir e, com ele, da morte. O tempo, afinal, não é apenas o algoz do Jornalismo. Ele é, em verdade, o grande adversário de todo o gênero humano. De toda a vida, seria mais correto dizer, mas ainda que simpatizemos com as lógicas que busquem o descentramento no homem para um pensamento mais complexo, é apenas o humano o animal simbólico capaz não apenas de sentir a passagem do tempo, mas de encontrar formas para responder a ela.

Diante o medo da fuga do tempo e da angústia perante a morte, já alertava Durand (2012, p. 75), o ser humano assume *atitudes imaginativas* que o autor distingue entre as que pertencem a um imaginário Diurno e outro Noturno. O primeiro estaria ligado ao enfrentamento, à resistência, à separação e superação. O segundo, à eufemização, incorporação e gulliverização – o ato de minimizar. Veremos ao longo deste texto qual destas atitudes aparece com maior frequência no imaginário do Jornalismo.

Enquanto escrevo, recordo de uma antiga conversa que tive com meu tio, o jornalista Fausto Brites. Repórter tão experiente que ainda hoje ostenta, com imodesto orgulho, o registro profissional de número 001 no estado de Mato Grosso do Sul. Trabalhando então há quase 40 anos no mesmo veículo, uma raridade para os padrões de hoje, ele reconhecia: “Se eu sair do jornal hoje, todos ficarão sentidos. Mas daqui um ano, ninguém mais vai lembrar de mim”. Anedótica que seja esta constatação, quem poderia dizer que a impressão não é verdadeira?

O presente que devora o jornalismo afeta sua própria memória. Não há tempo para lamentar, sempre há matérias a produzir. E assim a máquina segue. “As novas gerações chegam às redações tomadas por uma desesperada e suicida compulsão de destruir indiscriminadamente tudo o que encontram, a pretexto de uma falsa noção de modernidade”, denuncia Alberto Dines (in LIMA SOBRINHO, 2008, p. 12).

O jornalismo sobrevive ao tempo na medida em que persiste. Ele “não é obra de um dia, mas do dia, de dias, isto é, de sempre” (BELTRÃO, 2003, p. 73). Quando uma carreira se encerra, quando um veículo de imprensa fecha as portas, são

materialidades que se esvaem. Mas o jornalismo, enquanto esta forma de conhecimento da atualidade, perdura. Só que até quando?

## 4.2 Armas contra o Dragão

O jornalismo sempre foi, como relembra Antônio Olinto, *literatura sob pressão*, “feito com o olho no relógio e o pensamento nas dimensões que se dispõe” (1995). Pressão de tempo e pressão de espaço, cujas forças moldam o diamante bruto das notícias. O jornalismo recolhe e espalha acontecimentos “vivos” e “quentes”, enquanto a história os manipula já frios e decantados (BELTRÃO, 2003, p. 69). No próprio campo, inclusive, as chamadas “pautas quentes”, urgentes e produzidas no calor dos acontecimentos são imbuídas de maior valor do que as pautas frias, sem um gancho forte que as ancore ao presente imediato – por mais que sejam muitas vezes estas as feitas com maior pesquisa e reflexão.

Ainda que articulando esta crítica, Olinto era simpático para com o jornalismo e reconhecia no material periodístico a potencialidade de ser elevado ao status de obra de arte. A mesma benevolência não se percebe no senso comum, uma vez que críticas quanto à superficialidade e o caráter perecível dos jornais são frequentemente levantados. “Nada mais antigo que o jornal de ontem”, diz o dito popular.

Os jornais são mercadoria altamente perecível (LAGE, 2012, p. 14). Tendo em vista ainda o jornalismo industrial, e impresso, são toneladas de folhas que ao final de um ciclo de rotação da terra são despidas de sentido, valor e, por que não, dignidade. Substituídas por um papel ainda mais atual, resta ao antigo material tornado entulho o inglório destino folclórico de embrulhar peixes ou forrar o chão para o cachorro.

Mesmo dentro do âmbito das obras analisadas, encontramos em Danton Jobim um reconhecimento da discrepância que existe entre jornalismo e literatura em relação à temporalidade. Para ele, a literatura enquanto arte *sobrevive* ao tempo, enquanto o jornalismo não. Refletindo sobre a figura dos repórteres do início do século XX, marcadamente intelectuais e amantes das boas letras, sugere: se

sua obra resistiu ao tempo “é por que foram mais escritores que jornalistas”, (JOBIM, 1992, p. 46). A ideia de que há uma hierarquia de superioridade também subjaz em seus escritos. “No que tem de mais alto e melhor, o jornalismo *toca a literatura*” (JOBIM, 1992, p. 45)

Os motivos pelos quais a literatura seria capaz de sobreviver à devoração de Cronos são diametralmente opostos àqueles que fariam o jornalismo falhar no mesmo quesito. “Falta em regra a densidade dos verdadeiros estilos literários, que se obtém pela paciência e pela obstinação em perseguir a forma perfeita” (1992, p. 42). A proximidade, no tempo, dos fatos - a matéria prima do jornalismo – “não somente o priva da perspectiva histórica, como lhe tira, até certo ponto, a perspectiva literária” (1992, p. 42).

Percebemos nesta apreciação de Jobim, para além da crítica, um reconhecimento das próprias limitações do jornalismo, que não seria feito com o ânimo de produzir algo *perene* (1992, p. 28). Imperfeito, por natureza, impaciente e inquieto serve a propósitos distintos da análise científica ou do rebuscamento literário. Em verdade, o reconhecimento da pressão do tempo, mais que um limitador, acaba servindo como peculiaridade do próprio campo jornalístico. A imprensa, afinal, “é obra de homens, não de anjos” (JOBIM, 1992, p. 57).

Tal movimento não escapa à teoria do imaginário. Se por um lado somos defrontados por este aspecto terrível do tempo, que “assume face teriomórfica<sup>39</sup> do ogro devorador, das trevas que nos sublimam, da queda que nos atrai” (DURAND, 2012, p. 120), por outro, é justamente diante da hipérbole assustadora dos monstros da morte que a imaginação “afia em segredo as armas que abaterão o Dragão” (2012, p. 123). Este impulso ao confronto, à tentativa de superar o adversário, é um marco clássico de um regime de imagens diurno.

A ideia de que o imaginário do jornalismo poderia tentar enfrentar e vencer o tempo pode parecer alegórica, mas é justamente o que transparece nos discursos. Diante do presente devorador, a técnica se torna uma arma. As estratégias de cobertura setORIZADA, a introjeção de enquadramentos possíveis, um calendário de

---

<sup>39</sup> Que tem forma de animal

pautas recorrentes de acordo com a sazonalidade são todas maneiras que o jornalismo encontra de se antecipar ao acontecimento.

Em Jobim encontramos o conselho: “O repórter deve surpreender os acontecimentos, dando sua versão sobre eles antes que amadureçam e produzam suas consequências” (1992, p. 33). São ataques de oportunidade lançados para pegar o presente de surpresa. Em verdade, como veremos no capítulo a seguir, espera-se do jornalismo não que apenas consiga capturar o presente, mas antecipá-lo, prevê-lo. O jornalismo, diz Luiz Beltrão, é produzido por vezes sobre os efeitos do “choque”, sob o impacto dos acontecimentos, e por isso mesmo a notícia é constituída à base apenas do “discurso divinatório do profissional” (2003, p. 84).

Quando isto não é possível e o repórter é surpreendido pelo acontecimento (como no caso de tragédias, que abordamos anteriormente), é a técnica irrefletida e a estereotipia da fase actancial que assume o controle. E ainda que esta realmente seja uma situação preocupante, na qual a facilidade de reiterar preconceitos é muito maior, por vezes é a única saída possível.

Recordamos o caso do fotógrafo Massoud Hossaini, que em 2011 cobria uma celebração religiosa em frente a um templo em Cabul, no Afeganistão, quando uma bomba explodiu. Fruto de um atentado suicida, o ataque deixou mais de 80 mortos e diversos feridos. O próprio fotógrafo foi atingido pela explosão e ferido na mão esquerda. Seu relato é um caso exemplar do comportamento repetido por muitos profissionais do campo que se deparam com situações extremas: continuam trabalhando. “Eu não poderia ajudar [os feridos], por que eu também estava machucado, então aquilo foi a única coisa que eu podia fazer por aquelas pessoas. Não era apenas sobre o trabalho, era minha responsabilidade” (2012)<sup>40</sup>.

Existem outras ações imaginantes possíveis para lidar com o devir que não o enfrentamento direto, mas que por sua vez pertencerão a um outro regime, o *Noturno*. Neste, relata Durand, o “antídoto do tempo já não será procurado no sobre-

---

<sup>40</sup> Ver Massoud *Hossaini: the photographer who captured the horror of war*. Publicado pelo The Telegraph em 28 set. 2012. Acesso em 01 jan. 2019. Disponível em <https://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/asia/afghanistan/9566198/Massoud-Hossaini-the-photographer-who-captured-the-horror-of-war.html>

humano, na transcendência e na pureza das essências (...). Ao regime heroico da antítese vai suceder o regime pleno do eufemismo (2012, p. 194).

Eufemizar ou gulliverizar o adversário é uma estratégia muito distinta do embate. O monstro terrível e devorador se torna um boneco de pelúcia ou um talismã. O abismo que nos chama, e ao final do qual encontraremos nosso fim, se transforma na taça que comporta e encaixa. O medo da queda será respondido no imaginário diurno pelo voo (a asa, a flecha); enquanto que no imaginário noturno, a queda se torna *descida*.

“O que distingue afetivamente a descida da fulgurância da queda, como de resto do levantar voo, é a sua lentidão. A duração é reintegrada, domesticada pelo simbolismo da descida graças a uma espécie de assimilação, por dentro, do devir” (DURAND, 2012, p. 201). Estas são maneiras possíveis de responder à ambição fundamental de dominar o devir, vencer Cronos já não mais num simbolismo estático, mas operando sobre a própria substância do tempo (2012, p. 281).

Encontramos exemplos assim ao longo da história do percurso entre o jornalismo industrial e o pós-industrial. São iniciativas como a do *Slow Journalism*, movimento centrado em ensaios, reportagens e outros formatos de narrativa nos quais a preocupação não está em publicar primeiro (GREENBERG, 2012). Pensemos no próprio “jornalismo literário” e na literatura de não-ficção que tem crescido em espaço no mercado.

É notório o exemplo brasileiro da *revista piauí*<sup>41</sup>, publicação criada em 2006 por João Moreira Salles que sempre ressaltou ser uma publicação sem pressa. Assim, ao não procurar o furo jornalístico, muitas vezes acabava alcançando-o.

Talvez a característica mais importante de *piauí* e que mais chamou a atenção de seus leitores foi a maneira de ela lidar com o tempo. A revista não se preocupa em dar o furo de reportagem, sonho maior de qualquer publicação em jornalismo, o que ela quer é contar a história como ninguém contou, os detalhes, o contexto, os gestos, os cheiros e deixar um relato não descartável. Os repórteres de *piauí* demoram meses e até anos no processo de pesquisa e apuração de uma matéria. (SILVA, 2010, p. 67)

---

<sup>41</sup> Os redatores da *piauí* utilizam as minúsculas propositalmente.

Em última instância, podemos pensar ainda em respostas no âmbito digital. A estratégia padrão até poucos anos atrás era maximizar a receita com publicidade, seja ao incentivar o acesso aos links das notícias por meio de chamadas enganosas, porém atraentes (os famosos *click baits*), seja ao promover a publicação incessante de notícias. Em uma análise de cobertura feita em 2002, José Afonso da Silva Junior percebe que sites jornalísticos possuíam novas notícias postadas a cada quatro minutos. Edson Dalmonde, já em 2010, vai encontrar portais noticiosos com plantões atualizados de minuto a minuto – normalmente com matérias de releases ou agências de notícias. Quanto mais acervo, mais acesso; quanto mais novidade, mais cliques. E com isso era alimentada uma máquina de precariedade centrada no pagamento de anúncios não mais por pacote fechado, como no período industrial, mas pela mensuração (numérica) dos resultados (ANDERSON, BELL, SHIRKY, 2012).

Alternativa a este modelo encontramos algumas opções, das quais destacamos duas. Entre os veículos tradicionais houve uma disseminação do *Paywall* – uma barreira de acessos que, uma vez atingida, só poderia ser acessada por assinantes. Isso incentivaria não mais o clique aleatório, mas o acesso seletivo. Já entre os nativos digitais, estratégia que tem se mostrado bem-sucedida é o *crowdfunding* – o financiamento coletivo recorrente de uma ação ou um pacote de ações do veículo que demandariam tempo e dinheiro que não seriam viáveis apenas com a publicidade via acessos<sup>42</sup>.

Tais iniciativas respondem à urgência do tempo e seus imperativos. Entretanto, ainda que nem de longe sejam hegemônicas dentro campo, muitas vezes coexistem dentro do mesmo veículo com as posturas agressivas do regime diurno. Nesta interrelação, articulam uma segunda ação imaginante também peculiar ao regime noturno: a síntese. A busca não de harmonia, mas de um constante tensionamento. A aceitação de que “a noite não passa de propedêutica necessária do dia, promessa indubitável da aurora” (DURAND, 2012, p. 198). Não são poucos, por exemplo, os que acreditam que justamente as incertezas que

---

<sup>42</sup> Casos exemplares são os da *Agência Pública* ou do *Intercept Brasil*

permeiam a área é que tornam a contemporaneidade uma nova era de ouro do jornalismo<sup>43</sup>.

Percebemos que o imaginário diurno, do confronto ao tempo, é mais frequente no jornalismo do que o noturno, de eufemização ou síntese. Neste enfrentamento, as armas preparadas transformam a crítica em valor intrínseco. A incompletude, superficialidade e propensão ao erro da imprensa seriam os sacrifícios necessários para sua luta periódica contra o presente galopante. Devido a urgência do agora, ressalta Jobim sobre a figura do jornalista, “nenhum mortal está mais sujeito à incoerência do que ele” (1992, p. 28).

A consciência das limitações do jornalismo o distinguiu de outras narrativas sobre a realidade. Uma análise exaustiva e sistemática avançaria ao âmbito das ciências sociais, e fugiria do escopo da atividade jornalística, por exemplo. E diante da perspectiva de valoração exclusivamente de um jornalismo interpretativo e político, Genro Filho alerta sobre a importância de uma imprensa diária. O autor ressalta que enquanto a ciência é centrada na universalidade de fenômenos, e em sua reprodutibilidade para com isso formular leis gerais, o jornalismo é uma forma de conhecimento cristalizada no singular (2012, p. 118). Essa distinção entre abordagens não deve ser entendida como antagônica, mas complementar.

Para compreender o jornalismo a partir desta singularidade, propõe, é preciso aceitar seu caráter incompleto que decorre da natureza essencial dessa modalidade de conhecimento. “O singular convida à subjetividade, a integrá-lo numa totalidade mais ampla dotada de sentidos e valores” (2012, p. 143). A totalidade do conhecimento viria, portanto, de uma relação estabelecida com o

---

<sup>43</sup> O Tom Engelhardt, em artigo para a revista americana *Mother Jones*, defende que a nova era de ouro está no fato de que o leitor agora possui uma vasta miríade de opções para consumo de notícias na rede, e não apenas o jornal impresso (pluralidade). Ver: [motherjones.com/media/2014/01/new-golden-age-journalism-daily-newspaper-rise-internet](http://motherjones.com/media/2014/01/new-golden-age-journalism-daily-newspaper-rise-internet) James Badcock, no *The Economist*, reflete que a nova era de ouro está nas ferramentas de precisão e apuração que amplificam a capacidade investigativa do jornalista (tecnologia). Ver [shapingthefuture.economist.com/what-media-crisis-journalisms-new-golden-age/](http://shapingthefuture.economist.com/what-media-crisis-journalisms-new-golden-age/). Na mesma linha vai o comentarista político da CNN, Michael Smerconish. Em resposta ao presidente Trump, que apontou a mídia como “grande inimiga do povo americano” devido ao vazamento de informações confidenciais, Smerconish acredita que a era dos leaks – os vazamentos em massa de dados – e sua tradução em informação jornalística, caracteriza essa nova era dourada para a profissão. Ver [edition.cnn.com/2017/02/18/politics/smerconish-commentary-on-trump-media-stance-cnntv/index.html](http://edition.cnn.com/2017/02/18/politics/smerconish-commentary-on-trump-media-stance-cnntv/index.html).

leitor. O mundo imediato, percebido pelos sentidos, e o mediato, transmitido pela imprensa, seriam faces da mesma moeda. Ambos, teriam como fim, a agência.

Para uns, aquilo que informa e aquilo que opina (o jornal) são a verdade e o mandamento (dogma de fé). Para outros, é um amontoado de falsidades, de boatos alarmantes, de conceitos injuriosos, de opiniões intencionais que se lê apenas para verificar até que ponto chegam a venalidade, o despudor e a mentira (...). Seja qual for a ideia que o leitor faça do jornal, no seu espírito fica um princípio de ação muito débil ou oculto que, com o tempo, se fortalece, adquire consistência e dá sinais de vida exuberante. (BELTRAO, 2003, p. 74)

O *atual*, continua Beltrão, é aquilo que *atua em nós*, fazendo a potência se converter em ato. “O hoje tem raízes no que sucedeu ontem e é por sua vez germe do que sobre virá amanhã. Por isso o vazio da atualidade, o que não ocorre, também é notícia” (BELTRAO, 2003, p. 72). O jornalismo viveria do efêmero, do fugidio, do presente, mas é justamente neste movimento que busca penetrar e extrair “o que há de básico, fundamental e perene, mesmo que essa perenidade valha apenas por alguns dias ou algumas horas” (BELTRÃO, 2003, p. 69).

Nesta existência em meio ao fugaz, o jornalista recorreria a uma verdade “provisória e contingente”, impossível de ser verificada pelos mesmos processos de que se serve o historiador (JOBIM, 1992, p. 28). Lastro deste pensamento encontramos desde os primórdios da imprensa mercantil, quando Theophraste Renaudot (1586 – 1653), criador do primeiro hebdomadário francês, afirmava. “ A história é o relato das coisas ocorridas, a gazeta é unicamente o eco que corre sobre elas. A primeira está obrigada a dizer sempre a verdade, a segunda, bastante faz se conseguir não mentir” (BELTRAO, 2003, p. 76). A relação entre jornalismo e verdade, aos poucos identificamos, sempre foi marcada por uma flexibilidade bem maior do que uma narrativa hegemônica de afirmação estabeleceria.

Parecem justificativas autoindulgentes, mas dentro da lógica interna estabelecida no campo jornalístico eram coerentes com o que se buscava valorar. Entretanto, se este contrato comunicativo foi válido durante todo o período industrial, seria ele igualmente consistente nos dias de hoje? Como pondera Jobim, as “revisões de julgamento, as mudanças de ponto de vista em face das situações



novas, decepcionam o público e podem desacreditar um jornal, mas são inevitáveis e os verdadeiros jornalistas mudam com humildade e elegância (1992, p. 28). É humano que prefiram não confessar seu erro, prossegue, mas é razoável que não insistam nele (1992, p. 28). Mais humano ainda é não aceitar a soberba dessa resposta e, com o acúmulo de desagregos, caminhar paulatinamente para a falta de fé da apostasia.

### **4.3 A Era de Ouro**

É curioso perceber o quanto, mesmo diante de um presente devorador - que impulsiona o jornalismo não em direção ao futuro prolongado, mas ao instante seguinte – as imagens de um passado idílico onde tudo era feito de maneira diferente há muito permeia o campo epistemológico do jornalismo.

Neste período pós-industrial, a era de ouro passou a ser considerada como aquela antes do advento da internet, que emerge rompendo com o chão comum do monopólio da indústria de notícias. Era a época dos altos salários, do prestígio, e de uma noção de jornalismo enquanto serviço público. Era especialmente uma época de relativa estabilidade quando, uma vez num jornal de renome, a expectativa de carreira seguia uma progressão previsível dos cargos mais baixos até as chefias editoriais (ANDERSON, BELL, SHIRKY, 2012, p. 40).

Ao caminharmos ainda mais ao passado, encontraremos imagens de um tempo romântico, no qual a profissão de jornalista era compreendida, no sentido mais tradicional da palavra, como uma vocação religiosa (BELTRÃO, 2003, p. 147). Aquele que atendia ao chamado do “sacerdócio” que era o trabalho jornalístico talvez nunca tivesse acesso à riqueza e viveria uma vida estoica, mas feito “paladino” do povo – os lendários soldados da guarda de elite de Carlos Magno - teria a força para interceder sobre a “felicidade” do país e do povo (LIMA SOBRINHO, 2008, p. 43-44).

Este é exatamente o tipo de ideia que ainda hoje encanta e desencanta jornalistas que desavisadamente se aproximam do campo. E por vezes é a própria academia que insiste em disseminá-la. Em 2014, por exemplo, Steve Coll, reitor da

Escola de Jornalismo da Universidade de Columbia, uma das mais tradicionais da área, assinou uma carta na qual convidava possíveis egressos a se inscreverem no curso. A mensagem trazia a insinuante afirmativa: “Este é um bom momento para fazer jornalismo”.

Em entrevista ao programa *On the Media*, da WNYC, que questionou a irresponsabilidade dessa afirmação – como que posta a ludibriar os futuros calouros – ele respondeu:

Eu entendo que jornalismo é sobre a vida. É divertido fazer perguntas impertinentes em uma entrevista coletiva; estar numa sacada no meio de uma revolução; ter uma voz; poder aprender como escrever para vários públicos; pensar a cada manhã sobre o que importa e o que não importa. É um ótimo momento para ter esta vida, pois a mídia está no centro de nossa sociedade, está no centro do nosso governo, está no centro de poderosas instituições privadas. Todos andamos por aí com ferramentas de mídia em nossas mãos, consumindo mídia durante todo o dia. Quem não gostaria de estar envolvido com isso? (COLL, 2014).

É difícil dizer se a resposta de Coll, jornalista premiado que além de professor integrou durante anos a equipe da prestigiada *The New Yorker*, foi motivada por um compromisso institucional de atrair alunos ou se é realmente sua visão do que atrai no campo do Jornalismo. De qualquer forma, ela nos oferece alguns importantes ganchos para dialogar. Chama atenção, de começo, que mesmo reproduzindo uma visão áurea do trabalho jornalístico do passado, ele pouco reflete a relação entre jornalismo, vocação ou interesse de defender o bem comum. O que encontramos não é a preocupação com o coletivo, mas com uma experiência egóica e individualista relacionada ao *poder* que a égide da imprensa ofereceria aqueles que dela se investem. É o prestígio despido da responsabilidade.

Uma ponderação que não deve deixar de ser feita, ainda que evidente, foi apresentada por Anderson, Bell e Shirky. “Assim como a histórica falácia da ‘era de ouro’ do jornalismo, a crença no valor do trabalho original de reportagem muitas vezes supera o volume real ao qual é produzido” (2012, p. 23). É comum olharmos para o passado como o tempo das grandes reportagens investigativas, do repórter com os pés na lama, do *flaneur* intelectual que capta cada meandro da sociedade

sob seu olhar perspicaz. Entretanto, se em tempos anteriores essa deriva jornalística já não era a regra, mas o diferencial, quanto mais a industrialização vai se imiscuindo nos processos produtivos, mais o jornalismo se vale de releases, materiais de agências de notícias ou reescrita de apurações de outros veículos.

Perceba que o que interessa aqui não é se as imagens românticas realmente teriam correspondência histórica, mas sim que enquanto metadiscursos elas se instituíram de tal forma que passaram a alimentar um processo de simbolização que constelava estes valores no imaginário do jornalismo. Em algum momento o vínculo entre estas imagens foi se esvaindo, a origem mítica se perdeu e o resultado foi a perda do lastro de sentido. Esperava-se o mesmo reconhecimento do Jornalismo não mais pelos seus feitos e sua entrega, mas sim pelo costume e repetição.

Igualmente notório é identificar como os meios – o ferramental jornalístico – perdem os nexos com seus fins. Bem diferente de um “diálogo possível” (MEDINA, 2005) no qual a revelação (de fatos, sentimentos ou em sentido máximo, da Verdade) viria a partir de uma relação de conexão, aqui as perguntas “impertinentes” teriam como objetivo divertir, constranger ou desacomodar o entrevistado.

Ter uma voz, talvez, seja o elemento mais atraente do convite feito por Coll. Ainda assim, com a democratização do acesso à internet, a simplificação da arquitetura de informação dos sites pessoais e a popularização da estrutura de compartilhamento nas redes sociais – incentivando, cada vez mais, a transmissão ao vivo, o *life-sharing*, a serialização do cotidiano - não é preciso compor as fileiras da imprensa para poder vocalizar uma mensagem. “A notícia era algo que recebíamos, não algo que usávamos. Se quiséssemos tornar pública nossa própria opinião, precisávamos pedir permissão a profissionais”, relembram Anderson, Bell e Shirky (2012, p. 77). Essa validação vinha em subáreas do jornal, como a seção de cartas ou um breve espaço no ar em algum programa aberto à participação. A voz hoje não pede permissão, ela apenas vocaliza.

A novidade aqui não é a possibilidade de participação ocasional do cidadão. É, antes, a velocidade, a escala e a força dessa participação – a possibilidade de participação reiterada, e em vasta escala, de gente anteriormente relegada a um consumo

basicamente invisível. A novidade é que tornar pública sua opinião já não requer a existência de um veículo de comunicação ou de editores profissionais. (ANDERSON, BELL, SHIRKY, 2012, p. 80)

A própria noção da imprensa como espaço para se ter uma voz própria é bastante recente. Barbosa Lima Sobrinho, na passagem do jornalismo partidário do início do século XIX – feito normalmente por um único indivíduo, ele próprio o técnico e o redator – para o jornalismo industrial, quando os veículos se tornam estruturas complexas que reúnem vários profissionais, resumia: “O jornal deixou de ser pessoal e a sua voz é como daqueles heróis de quem Homero conta que falavam como dez mil homens”. (2008, p. 169).

Para o autor, não se recomendava nem que os repórteres assinassem o texto que escrevessem para o jornal. Primeiramente por uma questão de proteção, uma vez que os poderosos poderiam se voltar contra o indivíduo e não contra o veículo. Mas também pelo que representava aquele conjunto de textos coletivamente. O jornal, portanto, não seria dono de uma voz única; mas ecoaria a “voz de uma grande multidão” (2008, p. 141).

Hoje, ao contrário, o personalismo tomou espaço deste eco da qual fala Lima Sobrinho. No relatório do jornalismo pós-industrial, Anderson, Bell e Shirky recomendam que uma das características fundamentais para o repórter contemporâneo é o desenvolvimento de uma *persona pública*, capaz de demonstrar presença, acessibilidade e de ser alvo de responsabilização. “O processo pelo qual o jornalista conquista uma boa reputação – mantendo a integridade, agregando valor à informação, demonstrando conhecimento, revelando fontes e explicando metodologias – hoje se dá em público, em tempo real” (2012, p. 34). Mais uma vez, a presentificação extrema se mostra como superlativo do contemporâneo.

O problema, percebemos, é que a *accountability* do jornalismo, expondo de maneira transparente os processos, fontes e métodos é insuficiente para responder a uma imprensa em apostasia (a falta de fé, já aqui explorada). Políticos e controversas personalidades midiáticas mobilizam seus milhares de seguidores

para atacar perfis pessoais de repórteres que os desagradaram<sup>44</sup>, a revelia da pertinência ou da factualidade dos apontamentos. A voz foi pulverizada e desacreditada.

Não podemos perder de vista que o texto foi escrito em 2011, anos antes da massificação de ataques do Poder institucionalizado contra a credibilidade de jornais e, pior ainda, contra jornalistas. Por certo que ataques a nível pessoal sempre aconteceram<sup>45</sup>, no entanto, da maneira como são hoje orquestrados – a partir de uma lógica de espalhamento que contagia e incita – linchamentos virtuais como os de hoje nunca ocorreram. Ronson compara os ataques à versão moderna de flagelamentos em praça pública, com a diferença de que se mostram como ataques de drones remotamente dirigidos (2015, p. 44).

A metáfora não está aí por acaso. Existem, é verdade, perfis literalmente de *bots* guiados por algoritmos e programados para repetir textos pré-programados sempre que uma palavra-chave específica é mencionada (sempre vinculada às pautas a serem atacadas. No entanto, mais grave do que os robôs programados é a ação dos “robôs” humanos, que cederam sua liberdade e pensamento para um outro institucionalizado. A narrativa ao qual dá suporte é a do cosmo que deseja criar – ou que foi levado a desejar -, e frente a isso todo o restante é alheio. É a desumanidade de um imaginário colonizado.

Retomando a assertiva de Lima Sobrinho, podemos compreender que era justamente ao ecoar não a voz do indivíduo, mas de uma multidão (no caso, o público) que ao jornalismo podia se ver instituído de valor simbólico enquanto articulador e mediador desta relação com os poderes. Assim, o *gatekeeping*, a atribuição de decidir o que é ou não importante não seria predicado peculiar a um profissional da imprensa *per se*, mas resultado de um vínculo outrora indissociável.

---

<sup>44</sup> Ver, por exemplo, "Repórter é atacado por Danilo Gentili e Folha ainda o demite". Publicado pelo Catraca Livre em 16 out. 2017. <https://catracalivre.com.br/entretenimento/reporter-e-atacado-por-danilo-gentili-e-folha-ainda-o-demite/>

<sup>45</sup> Ricardo Noblat, por exemplo, foi demitido do Jornal do Brasil dias após a eleição de Fernando Collor após ampla cobertura contra o então candidato. Ver *Livro reabre polêmica sobre edição do 'JN'*, publicado pela Folha de S. Paulo em 11 dez. 1999. Acesso em 25 abr. 2019. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1112199906.htm>

Por fim, a última argumentação apresentada por Coll é a mais problemática. É verdade que agora carregamos o tempo todos dispositivos de mídia nos bolsos, e que essas imagens midiáticas preenchem boa parte do nosso dia. Mas podemos tomar Mídia realmente como sinônimo de Jornalismo?

Já mencionamos aqui a preocupação de Jay Rosen de distinguir a palavra Jornalismo de um lastro midiático, e ao mesmo tempo a revinculando à palavra Democracia. “Jornalismo e democracia são nomes diferentes para a mesma coisa” (2006a), repete o pesquisador evocando James Carey, mencionando a relação de ambos com o interesse público – algo alheio ao conceito de “mídia”. Difícil que seja esta separação, ela traz em seu bojo uma preocupação fundamental: discernir Jornalismo em essência daquele que apenas usa seu nome; e para Rosen essa essência está vinculada ao papel vigilante das liberdades coletivas e individuais que fundamentam um estado democrático.

Mais uma vez, nosso interesse está na correspondência desta visão com o metadiscurso e como ele fundamenta o imaginário que permeia o campo. O que não nos impede de recebê-la de um ponto de vista crítico. Genro Filho, por exemplo, questiona este argumento do jornalismo libertário burguês no qual a liberdade defendida sempre é aquela que convenientemente beneficia a grande empresa e seus interesses (2012). Que não se confunda, todavia, Jornalismo com o produto de uma empresa jornalística. Este, como lembra Groth (2011), é meramente uma emanção concreta de um objeto intrinsecamente imaterial. E no âmbito dessa imaterialidade, é fácil não reconhecer o jornalismo produzido em outras estruturas; ao mesmo tempo que é igualmente frequente tomar por conteúdo jornalístico aquilo que apenas segue os seus moldes aparentes.

Nilson Lage sugere a *forma* como o primeiro elemento para o reconhecimento do jornal. A mancha gráfica que no impresso distribui as informações em títulos, olhos, fotografias e colunas é a primeira pista para o entendimento de seu lugar na cultura contemporânea (2012, p. 13). Da mesma forma, justifica, os desconfortáveis impressos *Standard*, que devem ser desdobrados e folheados em movimentos nada discretos, carregariam consigo a força da tradição e da credibilidade do formato.

Uma “confirmação do estável” (2012, p. 14) – algo, por si só, fundamental para o entendimento da importância do Jornalismo na sociedade.

Podemos facilmente extrapolar estes exemplos para o âmbito virtual: uma arquitetura de informação minimamente familiar será suficiente para que o leitor reconheça ali um produto noticioso. Ocorre que o formato, ressaltamos, não comprova nada. Mais do que isso, por vezes a estética – do formato ou da linguagem jornalística - tem sido usado propositalmente para mimetizar as estruturas tradicionais em veículos que espalham notícias falsas, especulação conspiratória e desinformação. Seja em sites próprios, seja nas redes sociais.

Encontramos exemplos de casos assim em grupos subsidiados por partidos políticos, como é o caso do Raposo Fernandes Associados (RFA). O grupo administra páginas de apoiadores de Jair Bolsonaro e supostos movimentos sociais, que disseminam as notícias falsas produzidas por eles mesmos em sites como Correio do Poder, Crítica Política, Folha Política, Gazeta Social e Política na Rede<sup>46</sup>. É o mito que disfarça seu nome.

Por outro lado, também há casos não incomuns de grupos que produzem desinformação política de cunho sensacionalista tanto voltadas para a Esquerda quanto para a Direita. O site funciona, assim, como uma “fazenda de cliques”, capitalizando acessos e se aproveitando da polarização política para lucro à revelia do conteúdo. Se no caso anterior o dinheiro envolvido levava a um comprometimento de causa, neste exemplo a ideologia é apenas o lucro.<sup>47</sup>

Vale pontuar que esta relação mais explícita entre jornalismo e política foi o grande marco da imprensa no ocidente entre os séculos XVIII e XIX. No Estados Unidos, este movimento ficou conhecido como *party press*, subsidiada pelos partidos, que foi substituída com o avanço do maquinário de produção por uma *peny*

---

<sup>46</sup> Ver *Partidos de Bolsonaro e Mourão pagaram empresa que administra sites e páginas de fake news com verba pública* publicada pela Fórum em 18 out. 2018. Disponível em <https://www.revistaforum.com.br/partidos-de-bolsonaro-e-mourao-pagaram-empresa-que-administra-sites-e-paginas-de-fake-news-com-verba-publica/>

<sup>47</sup> Ver *Como funciona a engrenagem das notícias falsas no Brasil*, publicada pela Folha de S. Paulo em 19 fev. 2017. Acesso em 01 jan. 2019 Disponível em <https://folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/02/1859808-como-funciona-a-engrenagem-das-noticias-falsas-no-brasil.shtml>

*press*, com jornais que custavam apenas 1 centavo e que se sustentava pelo sistema de assinaturas e vendas diretas. Foi essa imprensa popular, como prefere Sousa (2004, p. 80.) que definiu as bases para o jornalismo moderno – sendo muitas vezes reconhecida como o primeiro Novo Jornalismo (TRAQUINA, 2004). Antes dos anos 1830 a objetividade não era uma questão a ser levada em conta (SCHUDSON, 1978, p. 4) e os veículos de imprensa eram instituições partidárias, voltadas para as classes mais abastadas, sendo os editoriais os grandes carros-chefes das publicações (SCHUDSON, 1978, p. 15).

Habermas identifica esse jornalismo partidário e opinativo como uma segunda fase vivida pela imprensa. Anteriormente, na época das gazetas, houve a primeira fase, oriunda do sistema de correspondências privadas, divulgação limitada a necessidades econômicas e comerciais geradas pelo capitalismo nascente. Entre os séculos XVIII e XIX, por outro lado, houve o desenvolvimento de uma imprensa de opinião, centrada em lutas políticas e empenhada na conquista de uma esfera pública burguesa. A terceira fase, a do jornalismo moderno e industrial, é vista por ele como uma negação das potencialidades desenvolvidas e realizadas na segunda fase. A submissão à publicidade e a transformação da notícia em mercadoria vendável distorceu a potência crítica no jornalismo de opinião (HABERMAS, 1984).

Se subjaz na crítica habermasiana uma elegia<sup>48</sup> ao passado, Adelmo Genro Filho vai perceber esse retorno “romântico” aos valores da imprensa anterior ao modelo industrial nos autores que se inspiram nela. É o caso de Ciro Marcondes Filho que, naquele momento de sua carreira acadêmica, desenvolvia uma aproximação marxista para o objeto jornalístico sugerindo seu fim e retomada a partir desta outra visão de era de ouro: um momento no qual a imprensa, insubmetida ao capital, se permitia à “transmissão de informações não conformistas”, ou seja, não vinculadas à manutenção e reforço da estabilidade do status quo, mas à transformação social (apud GENRO FILHO, 2012, p. 118).

O “tipo ideal” apresentado pelas narrativas hegemônicas sobre os tempos áureos ignoram agruras da época que, embora pudessem ser diferentes das hoje

---

<sup>48</sup> Metáfora para poema lírico de tom triste e nostálgico



experimentadas, ainda condicionavam a materialização do objeto jornalístico de formas muito menos encantadas. No Brasil, com a imprensa sendo instaurada apenas com a chegada da Família Real, a primeira fase do Jornalismo que experimentamos por aqui já foi o equivalente à *party press* americana ou à segunda fase habermasiana. E foi marcada, pontua Lage, por uma atividade sobretudo polêmica e ligada a um “panfletarianismo virulento” (LAGE, 2012, p. 38-39). Encontramos um retrato peculiar à esta época no registro de Joaquim Nabuco, citado por Lima Sobrinho:

O político é entregue sem piedade aos repórteres: a obrigação destes é rasgar-lhe, seja como for, a reputação, reduzi-la a um andrajo, rolar com ela na lama. Para isso não há artifício que não pareça legítimo à imprensa partidária; não há espionagem, corrupção, furto de documentos, interpretação de correspondência ou de confidencia, que não fosse justificada pelo sucesso (LIMA SOBRINHO, 2008, p. 39).

Defende-se essa nostalgia à fase partidária do jornalismo pois ela precederia um momento no qual o Capital passaria a submeter os interesses da imprensa. No entanto, para evitar que o poder do dinheiro tivesse qualquer influência no jornal, critica Jobim, “seria necessário que o jornalismo fosse uma religião e o jornalista um sacerdote” (1992, p. 59). Algo que, em verdade, acabava sendo defendido. Mesmo consciente deste cenário, chama atenção como os exemplos positivos, ainda que em número reduzido, sobrepujam à coletivo. O próprio Lima Sobrinho tem momentos de elegia à heróis da imprensa que com seu caráter, sinceridade, domínio da língua ou dedicação à causa entregaram suas vidas à imprensa e à liberdade - o ideal pelo qual “tem lutado bravamente, enfrentando arreganhos do poder e da força, em campanhas memoráveis, com vítimas e mártires” (BELTRÃO, 2003, p. 30). E uma luta que imersa em abnegação e entrega. O espírito liberal, resgata Lima Sobrinho, cantava louvores ao *apóstolo* da imprensa. Um sujeito “triste, como convém a um batalhador da humanidade; magro, por que o preparo do pão do próximo traz o esquecimento das próprias refeições” (2008, p. 43).

Barbosa Lima Sobrinho, que escreve *O Problema da Imprensa* em 1923 hesita entre momentos nos quais a visão do jornalismo como “sacerdócio” pertence

a um passado esquecido (2008, p. 43), deixado cada vez mais para trás pela industrialização, e em outros que tamanha entrega é o que diferencia a verdadeira imprensa de sua versão corrompida. “A imprensa é boa, há jornais que são maus”, sentencia (2008, p. 117). “Ao lado de folhas perniciosas, existem, no exercício do sacerdócio, as gazetas inspiradas no sentimento de dignidade (2008, p. 116).

Para além da imagem sacerdotal, é muito forte também neste imaginário de era de ouro a figura do jornalista enquanto cavaleiro sagrado. Não por acaso, dedica seu livro os jornalistas, “proletariado heroico”, “guerreiros do jornalismo” para os quais apenas a *esperança* serve de amparo (2008, p. 13). Seu heroísmo, indica Cláudia Lago, está “na junção que faz entre seu ofício, a necessidade de retratar o real e a crença nessa possibilidade” (LAGO, 2003, p. 5). Encarnado enquanto expressão de um anseio coletivo, atuaria em nome do *povo* – um conceito que, para a autora, passa a confundir-se com o público.

Referências a estes “lutadores com romantismo moral” (LIMA SOBRINHO, 2008, p. 44) encontramos até os dias de hoje. Ao comentar a atuação do grupo *Spotlight*, do Boston Globe, que desvendou um grave esquema de pedofilia na Igreja Católica, a rádio oficial do Vaticano elogiou os jornalistas como “paladinos da necessidade por justiça”<sup>49</sup>. Em 2018, a Time elegeu como personalidades do ano quatro jornalistas presos em países de democracia frágil e um jornal estadunidense que sofreu um tiroteio em massa. O nexos que uniu todos os casos foi o modo como a revista os creditou: *guardiões em uma guerra pela verdade*<sup>50</sup>.

Hoje, todavia, esta imagem - historicamente calcada sobre ideais nobres da democracia, da justiça e da liberdade – foi amplamente degradada. No século XXI, resume Adghirni, a imagem é outra. “Nem herói nem vilão, os jornalistas, como os guerrilheiros, estão apenas cansados” (2005, p. 46). Em Lage, encontramos uma referência guiada pela crítica: “O repórter paladino da sociedade, defensor daqueles

---

<sup>49</sup> Ver On trail of reporters, film puts 'Spotlight' on journalism, publicado pelo Business Insider em 02 Nov. 2015. Acesso em 01 Jan. 2019. Disponível em <https://www.businessinsider.com/ap-on-trail-of-reporters-film-puts-spotlight-on-journalism-2015-11>

<sup>50</sup> Ver The guardians and the war on truth publicado pela Time em 11 dez. 2018. Acesso em 1 jan. 2019. Disponível em <http://time.com/person-of-the-year-2018-the-guardians/> .

que não têm quem os defenda, pode ser a essência do bom jornalismo, mas é, do ponto de vista empresarial, um tremendo criador de casos” (2012, p. 35).

Por vezes estas imagens solarizadas do jornalismo podem ser encaradas com ironia. Danton Jobim, por exemplo, debocha: “Na mente popular, o jornal tem um destino heroico a cumprir. Em sua ingênua concepção, jornalismo não é um negócio, mas a empresa de um campeão permanentemente em guarda contra a iniquidade” (1992, p. 68). Não é nada risível, entretanto, uma vez que o próprio campo estimula estas visões, que se comunicam em um âmbito arquetípico com um imaginário diurno. “Os símbolos ascensionais aparecem-nos marcados pela preocupação da reconquista de uma potência perdida, de um tônus degradado pela queda - rei, jurista, padre ou guerreiro” (DURAND, 2012, p. 145). São imagens desta era inalcançável, mas que ainda dita a tônica do que é valorizado.

Mas o que seria, afinal, esta referida Era de Ouro no âmbito da mitologia? Encontramos uma das explicações fundamentais sobre as assim chamadas *Cinco Idades* em outra obra de Hesíodo, *O Trabalho e os Dias*, escrito provavelmente próximo ao ano de 700 a. C. De acordo com o poeta, já naquela época o homem estaria vivendo Era do Ferro, o “ápice” da decadência social e moral. Gerações anteriores, entretanto, houve outras eras nas quais a bonança reinava, e o homem desconhecia inclusive a morte. A cada uma delas, acompanhando a degeneração humana, Hesíodo nomeia a partir de um metal; sendo a primeira a Era de Ouro, seguida da Era de Prata e de Bronze. Precedia a Era do Ferro, o tempo corrente da obra, a chamada *Era Heroica*, na qual os episódios fantásticos como a Guerra de Troia ou A Odisseia fizeram o nome de mortais diante dos deuses (2012, p. 169).

Durante a Era de Ouro, Zeus havia acabado de assumir seu lugar no Olimpo como deus dos deuses após a derrota de Cronos. Consciente da instabilidade dos lugares de poder e ciente dos golpes que depuseram Urano e, posteriormente, seu próprio pai, passa a temer sua posição. Na tentativa de exercer maior controle sobre os humanos, na época seres imortais, Zeus toma deles o fogo.

Eis então que surge o titã Prometeu, um amante e protetor dos humanos. Da mesma forma como o nome é importante, nos estudos mitológicos percebemos que a genealogia também o é. Titã da segunda geração, é filho de um dos irmãos de

Cronos (no caso, Japeto). Primo, portanto, de Zeus. Prometeu, cujo nome significa *aquela que vê antes*, ou seja, o que é capaz de prever, tem como irmão Epimeteu, *aquela que vê depois*, isto é, o que age antes de pensar (BRANDÃO, 1986, p. 168). O epíteto de ambos os titãs vai delinear a potência de seus atos.

Veremos mais sobre Prometeu no capítulo seguinte, dedicado aos mitos de visão (e, portanto, de previsão). Neste momento, basta saber que foi ele quem, astucioso, rouba o fogo escondido por Zeus e o devolve para os humanos. Mais do que mero ladrão do fogo, Prometeu se torna um mito civilizador que ensina efetivamente a dominar a chama. É o que vemos em outro clássico grego, *Prometeu acorrentado*, de Ésquilo, escrito provavelmente em 525 a.C (quase dois séculos, portanto, após o poema de Hesíodo).

Não sabendo utilizar tijolos, nem madeira, habitavam como as providas formigas, cavernas escuras cavadas na terra. Não distinguiam a estação invernososa da época das flores, das frutas e da ceifa. Sem raciocinar agiam ao acaso, até o momento em que eu lhes chamei a atenção para o nascimento e acaso dos astros. Inventei para eles a mais bela ciência, a dos números; formei o sistema do alfabeto, e fixei a memória, a mãe das ciências, a alma da vida. Fui eu o primeiro que prendi os animais sob o jugo, a fim de que, submissos à vontade dos homens, lhes servissem no trabalho pesado (ÉSQUILO, 2005, p. 31-32).

A chama simbólica representa o conhecimento, a técnica, aquilo que permite ao homem separar-se do mundo da Natureza e moldar o ambiente ao seu favor. Como propõe Galimberti, filósofo da técnica, a grande diferença entre o animal e o homem é que o animal “in-siste” num mundo pré-ordenado, ao passo que o homem “ex-siste”, porque está fora de qualquer preordenação. É obrigado, portanto, a “construir para si um mundo” (2006, p. 83).

Contrariado, o pai dos deuses castiga Prometeu, acorrentando-o à uma montanha. Como sequência da punição divina, todos os dias um pássaro monstruoso viria lhe devorar o fígado, que se regenerava apenas para ser devorado novamente. Mas a vingança de Zeus ainda não estava completa. Por sua ordem, Hefesto, o deus dos artífices e ferreiros, deu forma do barro à uma mulher que recebeu de cada um dos deuses dotes para torna-la magnífica. Recebeu a criação o nome de *Pandora*, que foi levada a Epimeteu como um presente juntamente com

um jarro misterioso que nunca deveria ser aberto. Contrariando os alertas de seu irmão, para que sempre desconfiasse de Zeus, Epimeteu aceita os presentes e, encantado, desposa Pandora.

O gatilho para o fim da era de ouro, portanto, foi a abertura da famosa “caixa de Pandora”. Motivada pela curiosidade, a mulher abre o jarro e liberta sobre a terra todos os males do mundo. Assim, os mortais descobrem a morte, a doença e perdem a bonança, tendo que trabalhar com seus próprios esforços para sobreviver.

Antes, de fato, as tribos dos humanos viviam sobre a terra sem contato com males, com o difícil trabalho ou com penosas doenças que aos homens dão mortes. {Rapidamente em meio à maldade envelhecem os mortais.} Mas a mulher, removendo com as mãos a grande tampa de um jarro, espalhou-os, e preparou amargos cuidados para os humanos. Sozinha ali ficava a Antecipação (...) (HESÍODO, 2012, p. 71).

É comum na vulgata a narrativa de que Pandora consegue fechar a caixa deixando um único elemento ali preso, sendo este a “Esperança”. Por que estaria justamente um sentimento tão poderoso e puro entre doenças e malefícios é uma questão que intriga. Alessandro Rolim de Moura, tradutor de Hesíodo, como vimos no trecho acima sugere que o termo mais adequado para aquilo que resta no jarro seria *Antecipação*.

A partir daí são possíveis duas leituras: a primeira de que é realmente um problema de tradução, resultado da confusão entre palavras. Outro seria que um sentimento derivou o seguinte. Isto é, com o aprisionamento da Antecipação – como em “sofrer antecipadamente”, o ser humano ainda sofreria os infortúnios libertos por Pandora, mas apenas quando os experienciasse. Sem poder antecipar os males que virão, ainda lhe resta Esperança. Curiosamente, o mesmo sentimento que Lima Sobrinho aponta como o único amparo dos “Guerreiros do Jornalismo” (2008, p. 13).

Assim se encerra a Era de Ouro e tem início o estado de degradação da sociedade humana em direção às demais idades metálicas, a da Prata e do Bronze. Hoje, diríamos, vivemos a Era do Silício – um termo que é por vezes repetido enquanto metáfora, mas nunca com o peso mítico que acompanha o ato de nomear. Seria, esta nova era, ainda que permeada por avanços tecno-científicos, ainda uma degradação das anteriores? Talvez não seja tão simples assim.

Rolim de Moura não acredita que devamos pensar em Hesíodo ou este mito como um pessimista (2012, p. 26). O homem antes não conhecia nada além da bonança pois o mundo natural tudo lhe oferecia. A partir do momento em que a técnica se instaura e com ela a nexa que levará à civilização, o ser humano passa a ter que lutar e trabalhar para sobreviver nos dias que virão; mas também tomou para si parte do controle de sua própria vida outrora resignado aos caprichos divinos. A partir do desdobramento de seus atos, que resultou em Pandora, Prometeu instaurou nos humanos a sua maneira de resistir ao devir e ao poder. É são estas maneiras que exploraremos no capítulo seguinte.

## 5. OS MITOS ESPECULARES

*“Vai, Profeta, tu mereces um bom repouso – disse. – Mas vem procurar-me quando voltares. Espero te recompensar pelos serviços que me prestaste”.*  
- Getúlio Vargas para o jornalista Samuel Wainer, 1950.

### 5.1 Para Abrir os Olhos

Comprendemos no capítulo anterior que o Jornalismo, tal como a própria vida humana, sofre com o assédio do tempo devorador. Porém, é justamente a partir de sua relação com o devir inexorável que suas próprias limitações e características essenciais são fundamentadas. Se por um lado, o rescaldo desta ação imaginante vai fazer com que o jornalismo se perca em um presente estendido – sempre galopante e superficial, por outro, ao se olhar para trás na própria história, o passado se mostra inalcançável e idílico. Tempos áureos eternamente perdidos. Para além disso, atualidade e periodicidade se tornam estratégias para responder à devoração. Um trabalho incessante de resistência que, talvez justamente por isso, tenha encontrado resposta afetiva entre o público, uma vez que enquanto gênero humano, todos sofremos com a fome implacável de Cronos.

Diante à imediaticidade do Presente, o Jornalismo prepara armas, e elas se apresentam a partir de um “imaginário heroico”. Quando Durand apresenta a existência deste universo mítico, não está se referindo a ideias vinculadas a um imperativo de fazer o bem ou enfrentar o mal – como na referência de Herói da vulgata-, mas centrada na luta entre duas forças distintas que são postas em ativa oposição. É por isso que este universo é também chamado “diairético”, de diarese, “divisão” em grego.

O imaginário heroico se engendra a partir de um gesto postural (esquema) comum ao ser humano, o da *ascensão*, isto é, o ato de se colocar de pé, liberando as mãos para a luta e os olhos para distinguir o outro. Esse universo é identificado ainda por um conjunto de ações ligados aos verbos Separar, Distinguir, Cortar e seus semelhantes (DURAND, 2004, p. 40).

O ato de Distinguir está fundamente ligado a um conjunto de imagens simbólicas que se articulam nos chamados “mitos especulares”, palavra que deriva

de *speculum*, termo latino para espelho, mas também para artefatos relativos à visão. De maneira mais evidente, podemos compreendê-los como aqueles que se relacionam aos olhos e suas derivações: a testemunha, o observador, o vigia. Todas imagens facilmente reconhecíveis no campo epistemológico do jornalismo.

Entretanto, é possível ir além. Como sugere Paul Virilio, ver é um ato que antecede a ação; ou seja, uma pré-ação. Nesta relação de antecipação, a ação consecutiva é transformada pelo que foi visto. Assim sendo, a constatação é uma só: *ver também é prever* (2011, p. 129). Mais uma vez encontramos no imaginário do jornalismo o mito daquele que “vê antes”, o titã Prometeu.

Explanamos anteriormente que Prometeu foi condenado por Zeus por roubar o fogo divino para os humanos. Imortal, o Titã não poderia ser meramente eliminado pelo pai dos deuses. Desta forma, sua maldição é ser mantido acorrentado ao Cáucaso, tendo diariamente o fígado devorado por uma ave – as vezes representada por uma águia, às vezes por um corvo, às vezes por um abutre. O pássaro pode variar de acordo com as narrativas correntes, mas o órgão dilacerado é sempre o mesmo. O motivo, explica o filósofo Bernard Stiegler, é que em diversas sociedades ocidentais, o fígado é utilizado para a prática da “hermenêutica adivinhatória”, de onde se interpretam as mensagens divinas durante o sacrifício (2002, p. 298). Assim, percebemos, o papel da águia e conter a potência divinatória de Prometeu, submetendo-o ao controle do mito de poder; Zeus.

A relação entre o titã e o Jornalismo já foi explorada por Luis Beltrão, ainda que sem a mesma acuidade mitocrítica. Na metáfora que compõe, Jornalismo tal como Prometeu, estaria preso à atualidade como o titã ao seu rochedo. “Os acontecimentos que se sucedem são outros tantos abutres a devorar as inextinguíveis entranhas daquele que transmite à humanidade o fogo do conhecimento” (2003, p. 75). O roubo, entretanto, foi apenas o derradeiro ato de desagrado cometido pelo Titã em favor dos humanos e contra sua estirpe.

Em outro de seus logros notórios, anterior ao suplício divino, Prometeu sacrifica um boi e pede que Zeus escolha uma parte para si e que entregue a outra para os humanos. O deus escolhe seu quinhão atraído pela aparência mais aprazível e apetitosa. A beleza, entretanto, estava apenas no invólucro, sendo que



o interior era composto apenas por gordura, vísceras e ossos, enquanto os humanos receberam as melhores partes. Prometeu deu a bonança aos homens e, no processo, apontam diversos intérpretes, revela simbolicamente a vitória da razão sobre o Espírito, manifesto na figura de Zeus (TÁVOLA, 1985, p. 47).

A relação que se estabelece entre as ações de Prometeu e o desafio do Espírito estão ligadas aos elementos-chave que permeiam suas histórias. Alberto Felipe Araújo (2004), ao investigar as características deste mito, levanta seus principais mitemas. Encontramos nos episódios envolvendo Prometeu, de início, sua *Revolta* e a *Desobediência divina*. É um mito da Liberdade e, mesmo quando é posteriormente acorrentado e privado deste direito fundamental, resiste ao martírio na certeza de que será finalmente libertado. Há ainda a *Filantropia*, característica que abarca tanto o seu altruísmo quanto a solidariedade para com os humanos. Ele próprio assume a consciência dos seus atos na peça de Ésquilo: "Eu quis cometer o meu crime! Eu o quis, conscientemente, não o nego! Para acudir os mortais, causei minha própria perdição (2005, p. 22).

O pensamento previdente, sugere Araújo (2004, p. 19), representa o princípio da *Intellectualização*. Esta capacidade de antever acontecimentos lhe teria permitido, inclusive, reconhecer a própria queda dos deuses e sua suplantação pela primazia da humanidade. É este o raciocínio que guia *Prometeu Acorrentado*. Questionado sobre quem "tomará o cetro" de Zeus (ÉSQUILO, 2005, p. 49), o titã responde que diferentemente dos golpes que depuseram Urano e Cronos, desta vez não será outra divindade que destituirá o grande pai. Ele próprio o perderá, como consequência de seus atos. "Seu pensamento desprovido de ciência e, por isso, arrogante, levará Zeus primeiramente à humilhação e depois ao aniquilamento", aponta Galimberti (2006, p. 55). Prometeu de antemão já sabe como isso ocorrerá: "o uso mais sábio do fogo, que se revelará mais poderoso do que o raio e superior ao estrondo do trovão" (2006, p. 55).

O fogo que o titã leva aos homens pode, por um lado, ser considerado como a epitome da técnica. É ele que leva a distinção e controle do mundo natural, permitindo ao homem se proteger das feras, transformar objetos, cozinhar alimentos. Mas as chamas também permitem romper a barreira das trevas, trazendo

iluminação onde antes só havia escuridão. É a metáfora viva da revelação entre conhecimento e verdade, que foi amplamente explorada durante o Iluminismo do século XVIII. E é neste contraponto que é frequente dispor a oposição entre Prometeu e Zeus como a da razão contra o Espírito, do humano contra o divino.

Entretanto, não podemos esquecer de uma outra pulsão igualmente ancestral que movimentava o mito de Zeus. Ele, assim como seus sucessores, representa o Grande Pai. Não um pai criador da vida, como Urano, mas um deus conquistador (FARIA, 2006, p. 53). Zeus é um mito de poder, e a revolta de Prometeu é também reflexo desta insubmissão a ele. Característica que suas crias também carregam. É o que vemos no poema de Goethe (1789), que carrega o nome do titã.

Pois aqui estou!  
Formo Homens  
À minha imagem,  
Uma estirpe que a mim se assemelhe:  
Para sofrer, para chorar,  
Para gozar e se alegrar,  
E pra não te respeitar,  
Como eu!  
(GOETHE apud STEPHANIDES, 2016).

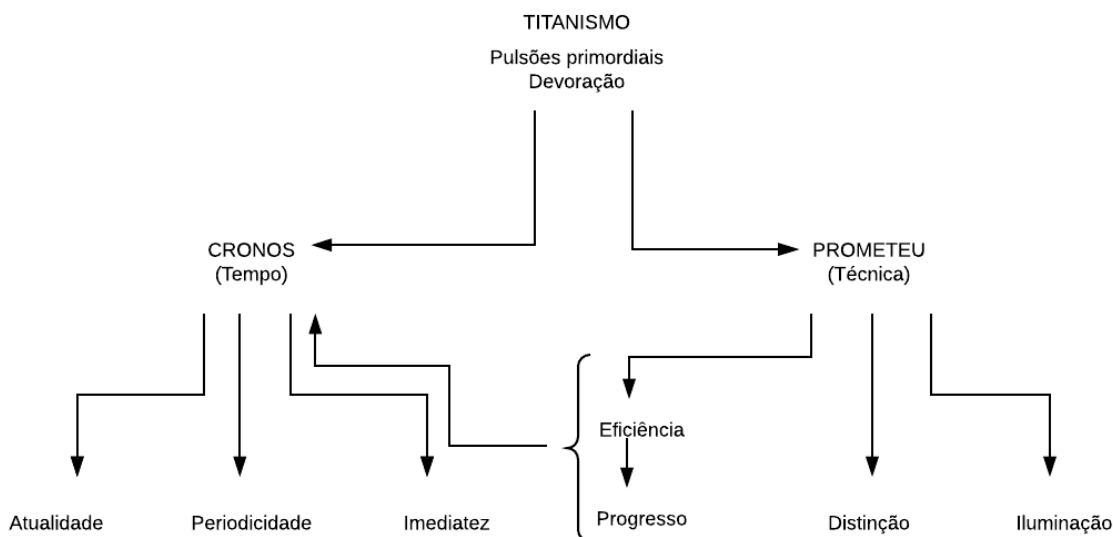
A relação entre o titã da segunda geração e o poder centralizador sempre foi problemática e baseada na tensão. Prometeu esteve do lado de Zeus em sua luta contra os titãs da primeira leva, que derrotou Cronos e banuiu os outros seres poderosos para o Tártaro (ÉSQUILO, 2005). Isso, entretanto, não os torna aliados permanentes, meramente circunstanciais. O crime de Prometeu, que o levou à prisão no monte Cáucaso, não foi a simples desobediência, mas sim duas violações imperdoáveis: saber demais e fugir ao controle.

Prometeu, o mito civilizador que tira o aspecto divino da técnica e o oferece ao homem, constela sobre si imagens ligadas à *Distinção* (razão/espírito, homem/natureza, etc.); à *Iluminação*, pelo conhecimento e a verdade que antecipa e que traz a partir da secularização das chamas divinas; e ao *Progresso*, a partir de sua previsão e de um mundo no qual o fogo controlado supera o relâmpago e a ânsia pelo que virá exige o movimento constante. A partir da ânsia progressista,

aliada à intelectualização da técnica, encontramos mais uma arma para tentar resistir à devoração do tempo: a *Eficiência*.

Podemos relacionar, desta forma, os dois últimos capítulos a partir deste diagrama:

**GRÁFICO 1 – Mito do Tempo x Mito da Técnica**



Fonte: Produção do autor

Pelas características, percebemos, Prometeu é o grande mito diretor da Modernidade, inspirada pelo Iluminismo e cujo impulsionador será a Revolução Industrial. E isso não é mera imposição de uma análise posterior feita pelos mitólogos; a presença do titã também fora notada ainda na época pelos diversos artistas que se inspiraram em sua narrativa. Do desafiador *Prometeu* de Goethe – que mais tarde daria forma ao seu Fausto, passando pelo *Frankenstein*, o “*prometeu moderno*” de Mary Shelley (1818) – desafiando a natureza e os desígnios divinos em nome da epítome da ciência. Não podemos esquecer ainda do *Prometeu Desacorrentado*, de Percy Bysshe Shelley (1820) – que reimagina o clássico de Ésquilo e acompanha a queda de Zeus, que permite ao titã finalmente libertar.

Liberdade, percebemos, seja contra a Igreja, seja contra o Estado, era uma aspiração poderosa daquele período.

Orientado também pelas pulsões prometeicas temos a emergência de dois elementos cruciais para o desenvolvimento desta tese. O primeiro é o Capitalismo, que herda do titanismo o impulso de devoração, sempre em busca de uma maior eficiência para a maximização de lucros, processos e lógicas. A outra é o próprio Jornalismo industrial, que ao abandonar a artesanania da fase das gazetas e – em tese - o vínculo puramente crítico-partidário da fase equivalente à *party press*, encontrou na produção massiva, na abrangência de público e na abertura para anúncios o caminho para consolidar características hoje tão familiares.

Qual o parentesco entre Jornalismo e Capitalismo? Adelmo Genro Filho compreende que é justamente este primeiro o filho mais legítimo do casamento entre “o novo tecido universal das relações sociais produzido pelo advento do capitalismo com os meios industriais de difundir informações” (2012, p. 32). Tradição grega, entretanto, é que as faltas e violações cometidas (hamártias), graves que sejam, implicam em uma maldição familiar (génos) na qual os filhos devem pagar pelos erros dos pais (BRANDÃO, 1986, p. 77). Tendo como ascendentes o Capitalismo e Industrialização, e se desenvolvendo no seio da ideologia burguesa, o jornalismo muitas vezes é penalizado pela sua herança.

O produto mais típico desta maldição é o seu não reconhecimento em sua *relativa autonomia e indiscutível grandeza* (GENRO FILHO, 2012, p. 32). Ou seja, por muito tempo o jornalismo foi visto como instrumento de dominação burguesa ou ferramenta de transmissão dos aparelhos ideológicos do Estado. Desta forma, por vezes acaba reduzido “às condições de sua gênese histórica e à ideologia da classe que ou trouxe à luz” (GENRO FILHO, 2012, p. 32). Ignorando qualquer potência transformadora.

Genro Filho recupera raciocínio de Ciro Marcondes, que compreendia que Capitalismo e Jornalismo industrial eram sinônimos - irmãos gêmeos que compartilhariam dos mesmos vícios. Com isso em vista, Marcondes crava a necessidade de que uma imprensa revolucionária e libertária precisaria romper com a tradição do Capital e recuperar sua era de ouro crítica e politizada. Entretanto, o

autor de *O Segredo da Pirâmide* discorda. “No Capitalismo, o jornalismo é atravessado pela ideologia burguesa como uma fruta é passada por uma espada(...) de modo flagrante, evidente e doloroso. Nem por isso fruta será sinônimo de espada” (2012, p. 114).

Perceba que seria um erro compreender que a influência de um mito exclui o assédio de todos os outros. Assim, o Poder de Zeus sofreu certamente uma orientação prometéica (de eficiência, progresso, tecnização, racionalização), uma vez que este era o mito dominante na estrutura social. Este jogo de influências, todavia, não é constante e flutua e se alterna ao longo dos anos.

Assim, o Poder – que especialmente a partir da consolidação do grande capital burguês globalizado, já não pode mais ser distinto entre Político e Econômico - sempre teve para com o Jornalismo a mesma relação de tensão mútua que Zeus estabelecia com Prometeu. Aliados quando conveniente era, mas nunca foi confortável para os donos do cetro a consciência de que alguém os vigiava.

Barbosa Lima Sobrinho resgata os momentos iniciais dessa relação a partir dos exemplos da imprensa europeia e estadunidense nos séculos XVI e XVII. Dentre as observações curiosas, somos informados de que na Inglaterra havia uma censura acirrada sobre as gazetas impressas, sobre as quais um veto governamental impedia a circulação de qualquer conteúdo de cunho político.

Por outro lado, as gazetas manuscritas tinham muito mais liberdade para abordar discussões críticas e justamente por isso, durante as primeiras décadas, houve uma coexistência destes dois modelos mesmo sendo um deles mais tecnológico e eficiente. A passagem de imprensa artesanal pelas folhas impressas, foi celebrada como uma “conquista do progresso” (2008, p. 18-19).

Paulatinamente, Prometeu acorrentado foi sendo liberto de suas correntes. A queda da censura prévia à imprensa foi um grande marco, mas o regime restritivo havia se instaurado de tamanha maneira no imaginário que o desaparecimento da lei não emancipou o Jornalismo (LIMA SOBRINHO, 2008, p. 21). O grande medo era da técnica, que permitiria uma amplitude muito maior do alcance das mensagens.

Apenas a constituição de uma opinião pública pôde libertar a imprensa nascente dos rigores absolutistas. Carecia ao Titã reencontrar o mitema da Beneficência, voltando-se novamente para a pessoa humana.

Quando encontrou no povo um aliado em vez de inimigo o periodismo tomou incremento e começou a influir na luta dos partidos e na direção da coisa pública, invadindo a esfera do governo, se não lhe usurpando os poderes, ao menos lhe recusando aquela antiga liberdade de ação e sujeitando-o ao controle da censura pública (LIMA SOBRINHO, 2008, p. 21).

Na história da imprensa brasileira, percebemos também este temor manifesto quanto ao jornalismo materializado nesta forma impressa. Como relatamos, apenas em 1808, com a chegada da Família Real no Brasil que uma imprensa régia – ainda sobre a égide monarca – foi instituída. Conforme as pressões de grupos políticos foram aumentando, mais e mais veículos foram surgindo e ajudando na construção da opinião pública. E se com Berger e Luckmann (2008, p. 201-202) compreendemos que o jornalismo é apenas um dos elementos na construção social da realidade, e nem de longe o mais relevante em comparação com a opinião de familiares e conhecidos<sup>51</sup>, naquela época era a imprensa que fazia ecoar estas vozes na coletividade.

José Marques de Melo, em sua *Sociologia da Imprensa Brasileira* (1973) pondera que não havia necessidades materiais ou sociais para a existência da imprensa no País antes da chegada da família real. Não porque o povo não precisava ser informado sobre as narrativas do presente, mas porque este conhecimento da atualidade era supérfluo para uma burguesia emergente limitada a um país com os portos fechados para o comércio. Esta visão funcionalista está ainda fundamentalmente ligada à ideia de que a *função* do jornalismo era responder às necessidades da manutenção de um status quo burguês. De nossa perspectiva, diríamos, estaríamos defronte a um cerceamento deste poder centralizado, quase

---

<sup>51</sup> Algo que diz muito, hoje, sobre a dificuldade da mensagem jornalística ultrapassar as “verdades” instituídas por estes conhecidos a partir do momento em que o pós-industrial lhes permite vocalizar suas vozes na praça pública da internet.

divino, que temia sua derrocada e, para isso, protegia o fogo da técnica de cair nas mãos dos homens.

## 5.2 A Vista da Nação

Lima Sobrinho percebe que já na virada para o jornalismo industrial, o Jornalismo se mostrava uma *força irresistível* que os governos tentam cooptar de todos os meios possíveis. Inclusive a violência. É notório, por exemplo, o caso do assassinato do jornalista Líbero Badaró em 1830, supostamente a mando do próprio Dom Pedro I. Não por acaso, o nome da folha que fundou e redigia era *O Observador Constitucional*. Suas últimas palavras, tendo ou não sendo ditas, entraram para a história: “morre um liberal, mas não morre a liberdade” (2008, p. 110).

Citando o jurista Léon Duguit, Sobrinho subscreve: “A maior parte dos governos viram na imprensa periódica verdadeiro perigo e ensaiaram entevá-la por todos os meios (...) Os governos mais violentos são os que mais se batem por uma lei de imprensa opressora” (2008, p.23).

O Poder perseguidor julgava-se “senhor absoluto da verdade e do acerto, considera a grita da imprensa e do rádio como manobra de despeitados, inconformados ou ignorantes” (BELTRÃO, 2003, p. 29). Todavia, quando se deparou com o apoio da opinião público, se viu obrigado a repensar suas táticas. Os métodos para exercer a dominação passam a ser eufemizados. “e procuraram ter nas suas hostes estes infatigáveis combatentes” (2008, p. p.107). Entretanto, que ninguém se enganasse. Como sintetiza Beltrão, “o Estado faz-se paternalista contanto que o ‘filho’ obediente não viole o quarto mandamento” (2003, p. 29).

Instituía-se então um controle pela sedução, não mais pela força. Era Mefistófeles quem assumia, e o Prometeu que inspirava o jornalismo começa a perder o mitema da beneficência (e a previsão) e se torna Fausto (DURAND, 1998, p. 256). Exploraremos no próximo capítulo esta transformação no mito diretor. O que podemos nos ater agora é sobre a falta de ética dessas relações que não são novas – vide a Pecúnia personificada na peça de Ben Jonson, mencionada na

Iniciação. Mas o Jornalismo, àquela época, não tinha a força da indústria a seu dispor, e o Poder ainda não se submetera à eficiência progressista da Técnica que desumaniza.

Encontramos exemplo máximo dessa eufemização pela qual passa a relação entre Jornalismo e o Poder na obra *Imprensa e o dever de verdade*, texto resultado de uma conferência escrita por Rui Barbosa em 1920 e publicado em sua terra natal, Salvador/BA. Nele, o autor tece duras críticas a promiscuidade entre governo e os jornais republicanos, e postula que essa aproximação interesseira pode impedir o jornalismo de cumprir seu papel fundamental enquanto vigia – não *contra* o governo, mas a favor da Nação.

Cremilda Medina recupera este livro de Rui Barbosa (1920) juntamente com *O problema da imprensa*, de Barbosa Lima Sobrinho (1923) como primeiras balizas ou clássicos do jornalismo nacional (1993, p. 38). Obras nas quais os autores davam vazão “a inflexão para as regulações jurídicas, a ética da informação jornalística e algumas regras de como operar na profissão” (1993, p. 13). Um conjunto que ela classifica como obras de *inspiração jurídica*.

De fato, essa era uma preocupação fundamenta dos primeiros anos do jornalismo industrial, ainda fortemente marcado pelos discursos do liberalismo inglês e, é claro, da revolução francesa. O desejo era de fundamentar um princípio de jornalismo livre e democrático, capaz de encontrar seu respaldo na credibilidade construída com o público e não em leis tirânicas que o cerceassem.

Aos 71 anos, doutor Barbosa, como era conhecido, não conseguiu se fazer presente para proferir a conferência ao vivo devido a problemas de saúde. Não foi capaz, portanto, de repetir os famosos discursos de três ou quatro horas ininterruptas pelas quais era reconhecido (1990, p. 7) e se reconhecia (1990, p. 18).

A hesitação entre os dois universos, o jornal e o poder, se explica ao compreendermos o lugar de fala de Barbosa. Intelectual influente, fez seu nome enquanto articulista defensor da liberdade mesmo sem ser contra a monarquia. Seus insuflados textos lhe valeram o prestígio para integrar o governo de Deodoro da Fonseca, de 1889 a 1891, como Ministro da Fazenda.



Obrigado a renunciar ao cargo devido a perseguições políticas sofridas graças à impopularidade de suas medidas, experimentou o assédio tanto de correligionários quanto da imprensa e encontrava sempre refúgio no jornal para “tornar a defender a constituição”. (VIANA FILHO, 1987, p. 28)

*Imprensa e o dever da verdade* carrega em seu bojo inquietações que ainda hoje movimentam o campo. Primeiramente com a ideia de “dever”, a normatividade da função social da imprensa – discussão muitas vezes objeto de tergiversação e principalmente, pela relação imperativa com a Verdade, condição apresentada como basilar para a existência do jornalismo e também mobilizada por uma relação luminescente com o fogo da modernidade. Cabe pontuar ainda que Barbosa – especialmente em seus últimos anos - não confunde a Nação brasileira, a qual defendia ardentemente, com o Poder que a dirigia, corruptível e por vezes perverso.

Informações mentirosas ou distorcidas para serem apresentadas de modo sensacionalista sempre existiram na historiografia da imprensa. No entanto, no contexto em que a bolha da conectividade em rede, da ditadura do clique e dos equívocos no modelo de negócios do jornalismo on-line finalmente explodiu, mais do que nunca o pressuposto ontológico da verdade nas notícias vem sendo questionado. O termo *fake news* extrapolou o universo de interpretes e profissionais da área. “Se é falso, não é notícia”, dizem alguns. Seria isso distinguível para o público? Estas e outras perguntas movimentam debates contemporâneos fundamentados na mesma centralidade que Rui Barbosa: a ética e o compromisso do jornalismo nas sociedades livres.

Os ideais evocados pelo autor têm muito da discussão de vocação sacerdotal do jornalismo que exploramos anteriormente. Desacreditado com os ataques sofridos e conhecendo os expedientes escusos dos quais o poder se utiliza para dominar o Jornalismo, assegura: se a República se consagrou ao culto da mentira, ressalta Barbosa, à imprensa cabe a “idolatria à religião da Verdade” (1990, p 36).

Seu grande desafeto político foi ninguém menos do que Campos Salles, o quarto presidente a governar a República, entre 1898 e 1902. Passado seu governo, o político havia declarado, após o fim de seu mandato, que a prática de fornecer subsídios aos jornalistas para que fossem simpáticos ao governo era comum.

“Debaixo de instituições que tiram da opinião a origem de todo poder e que com ela devem viver (...) só resta fatalmente ao governo o recurso do jornalismo industrial” (SOBRINHO, 2008, p. 111).

A declaração enervava Barbosa. No Brasil, ressalta o autor, a Monarquia não padecia, sensivelmente, desse *vício* da cooptação da imprensa. A República, por outro lado, logo de início “simpatizou com esses modelos, e foi já, desde os seus mais verdes anos, prematurando, com a corrupção da sua primeira idade, a obra do tempo” (BARBOSA, 1990, p. 24).

Críticas tão duras em oposição a uma exaltação ao Brasil Imperial – que, como sabemos, teve relação igualmente corrupta com a imprensa – podem surpreender quem conhece a face democrática do “Águia de Haia”, mas não são estranhas à sua biografia. Em 1897 ele diria: “velho liberal, defendi a liberdade contra o Império, que por isso me qualificava de republicano. Hoje, a república, pela mesma razão, me acoima de monarquista... Não tenho escudos da heráldica republicana. (VIANA FILHO, 1987, p. 232).

Em uma ação imaginante nitidamente diairética, o autor distingue a boa da má imprensa. Mais do que isso, postula um lugar solarizado para o Jornalismo – enquanto um iluminador de acontecimentos e desvelador de mentiras – que, uma vez corrompido pelo Poder, espalharia o miasma apodrecedor sobre todo o campo. Se isto ocorrer, diz o autor, nada haverá de mais nefasto do que a própria imprensa na transposição do seu papel (1990, p. 22). O grande prejudicado seria então a Nação, o povo brasileiro.

A imprensa, sentencia Rui Barbosa, é a *vista da Nação* (1990, p. 20). Ocupa o papel dos olhos do País, através do qual ele é capaz de distinguir o bem e o mal que lhe afligem. “Sem vista mal se vive. Vida sem vista é vida no escuro, vida na soledade, vida no medo, morte em vida” (1990, p. 21). O que é do ser humano, pontua Mayra Gomes, diz respeito ao ver, a visadas específicas de mundo. Justamente por isso, na antiguidade clássica, era comum entender “o momento final de uma vida não como último suspiro, mas como último olhar”. (GOMES, 2003, p. 17). A riqueza da imagem simbólica é pungente. Perceba os verbos na descrição que se segue. Barbosa descreve que é graças aos olhos do jornalismo que o Brasil:

[...] Enxerga o que lhe malfazem, devassa o que lhe ocultam e tramam, colhe o que lhe sonégam, ou roubam, percebe onde lhe alvejam, ou nodoam, mede o que lhe cerceiam, ou destroem, vela pelo que lhe interessa, e se acautela do que a ameaça (BARBOSA, 1990, p. 20)

Ora, o verbo que se faz ação é um componente importante utilizado por Durand para caracterizar as manifestações de um regime do imaginário. Isto é, um arranjo específico de imagens simbólicas que se dinamizam em torno de três universos míticos que já mencionamos anteriormente: o *heroico*, sob o regime diurno, e o *místico* e o *dramático* sob o regime noturno.

Inspirado na reflexologia, Durand postula que cada um destes universos está vinculado a uma ação fundadora e a um gesto dominante. Os verbos aos quais recorre Rui Barbosa estão todos ligados ao enfrentamento entre aquilo que se revela e o que se escamoteia. Enxergar, devassar, perceber, medir, velar, acautelar. Verbos que se relacionam diretamente a um universo Heróico, cuja ação fundamental é a de *Distinguir* (DURAND, 2012).

Da mesma maneira que os olhos permitem a distinção dos perigos e acontecimentos, a cegueira, em oposição, é símbolo máximo da ignorância, do desconhecimento, do oculto que deve ser revelado pela luz da imprensa. Isso é uma constante mitológica. Segundo sua hagiografia, Longinus, soldado romano que teria transpassado Jesus com a lança para verificar se estava morto, teria problemas de visão. Após receber as gotas do sangue de Cristo, passou a enxergar perfeitamente. Largou então o exército de Pilates e se converteu (DE VORAGINE, 1900, p. 70).

Se há algo capaz de macular os olhos do jornalismo, ao soprar sobre eles os miasmas que enublam os caminhos, este algo é a Política e aquilo que sobre ela constela: o poder – seja econômico, de direito ou de fato. “O hálito governamental deve ter algo de pestilencial: cresta o jornalismo a que bafeja” (SOBRINHO, 2008, p. 112). A luz que ilumina e clareia os caminhos, por outro lado, são os que levam à Verdade buscada pela modernidade.

Guiado pelo ímpeto das luzes do esclarecimento, Barbosa não admite qualquer escuridão. E neste duplo papel entre político e jornalista, aponta normativas também para a vida pública. “O poder não é um antro: é um tablado. A

autoridade não é uma capa, mas um farol. A política não é uma maçonaria, e sim uma liça”, conclama o autor (1990, p. 49). No entanto, não é esse ideal luminoso que a prática faz emergir. A política não é feita no tablado, mas na alcova. Há um tensionamento a partir do universo mítico dramático, que se engendra tendo a rítmica sexual como ação fundamental. “A política é feita de luz e sombra, mas o fim da corrupção, a condenação do delator, dependem de uma luminosidade total” (SANTOS, 2018, p. 116).

Rui Barbosa não usa esse termo, mas ao se referir à imprensa anterior à República, também está evocando uma Era de Ouro idílica. Em determinado momento, Barbosa recupera o antigo ditado popular: *Em pessoa de cetro não há vício secreto*. Antes, diz ele, o cetro era uso exclusivo da monarquia, que estava ciente da transparência necessária à vida pública. Hoje, na democracia, todos usam o cetro, mas não compartilham do mesmo pressuposto (1990, p. 49). O cetro, assim como o olho, é também uma imagem simbólica ligado ao universo heróico durandiano, relativo à elevação (DURAND, 2012). Mais uma vez é a *distinção* que fala: entre o nobre e o plebeu, entre o justo e o injusto.

As ações da política não se dão às claras, mas de boca em boca, ouvido em ouvido, sussurro em sussurro, corrompendo jornalistas, “endeusando os seus emporcalhadores, e atassalhando com ultrajes inauditos os seus homens de honra” (1990, p. 26). Invadem o texto as imagens de sujeiras, de podridão. É a “lepra, com que a política dos nossos dias está grassando o jornalismo brasileiro” (1990, p. 36), os miasmas que cegam o país (1990, p. 22). É a descida dos céus, o princípio da queda. Aí está a dinâmica do imaginário, onde universos míticos coexistem e se enfrentam o tempo todo.

Chama a atenção que as observações feitas por Barbosa encontram eco ainda no século seguinte. Ciro Marcondes Filho pondera que o jornalismo, filho direto dessa ideologia das Luzes na modernidade, articula desde então este “Mito da transparência” no qual tudo deve ser exposto até se queimar (2000, p. 21). Para o autor, a bandeira mais recente que o jornalismo carrega neste oceano de informação é pela “conformidade de todos ao regime da transparência, pelo fim do segredo e da alteridade” (2000, p. 112). Não interessa a quem seja preciso se

submeter para ter clareza – na segurança pública, nas ações políticas, na saúde. Tudo é válido se as trevas forem varridas.

Com isso, ressalta-se a ideia de que a iluminação traria a verdade, e com ela a mentira seria imediatamente revelada. “Uma imprensa livre cuidará da divulgação de fatos verdadeiros, desde que as falsidades cedo serão descobertas e desacreditadas”, defendia Sobrinho (2008, p. 35). Para ele, a concorrência permitiria uma verificação coletiva na qual aqueles que reconhecem a importância da verdade para o povo trabalharão por este discernimento. Algo que, segundo o autor, já dominava os países democráticos, “nos quais a liberdade de imprensa vale como uma arca da aliança”. (SOBRINHO, 2008, p. 35). “Deixemos que a verdade e a falsidade se batam. Quem jamais viu a verdade levar a pior num combate franco e livre?”, dizia John Milton que, anos depois, ocuparia um cargo de censor, mantendo a verdade dentro do poço quando isso interessava ao Poder. Como lembra Lage, “verdade e falsidade não existem fora de um contexto do qual participam interesses e motivações” (2012, p. 25).

Gabriel Jacobsen Santos, em uma dissertação que investiga o imaginário da vigilância no jornalismo, a força das imagens simbólicas que constelam a partir da ideia da transparência. Portais de transparência expondo gastos do governo, lei de acesso à informação e outros projetos e órgãos fiscalizadores semelhantes são iniciativas que se valem a partir deste ideal máximo de clareza, mas que em verdade servem como chamariz que mascara as ações escamoteadas. E a supervalorização de um único aspecto certamente cobrará seu preço.

Não há peso morto no Imaginário. Os excessos são sempre compensados. Esse investimento demasiado que as instituições sociais fazem à luz, à clareza, à transparência, no regime esquizomorfo, decorrentes de uma negação de recursos “noturnos” (imagens do regime místico) fundamentais para o descobrimento do ser e dos fenômenos, volta na forma de *violência*. (...) A repressão do silêncio faz com que ele retorne, metaforicamente, como um barulho tão alto que ensurdece. (SANTOS, 2018, p. 121)

A transparência, aponta ele, retorna violentamente na forma de opacidade, “como luz que, forte demais, no limite, cega, desorienta e mata” (2018, p. 122). É preciso mediar também esta relação com a transparência para não se deixar

enganar pelo lusco fuso e preparar o público para ela. Este valor, tipicamente moderno, é tão forte ainda hoje que Marcondes Filho entende que tudo acaba sendo perdoado desde que esta clareza exista. "Um poder que age abertamente, mesmo na injustiça, terá como crédito pelo menos um valor, a transparência" (2000, p. 124). Não por acaso comentários indisfarçadamente racistas, homofóbicos e intolerantes de membros do governo ganham a simpatia de parte do público por "dizerem o que pensam"<sup>52</sup>.

Outra forte relação especular é com a imagem do Espelho. No âmbito do jornalismo contemporâneo, inclusive, é esta a mais antiga das teorias da notícia surgida justamente na virada da modernidade industrial (TRAQUINA, 2001). Ao abandonar o partidarismo, a imprensa teria buscado nova legitimação diante o público a partir de uma aproximação com a racionalidade positivo-cartesiana das ciências, que se instituíam como única forma válida de acesso à verdade. Este, todavia, não foi um movimento exclusivo do Jornalismo. Da filosofia até mesmo às artes estavam, à época, "dominadas pela preocupação positivista com observações objetivas, análises e classificações da vida humana" (SCHUDSON, 1978, p. 72).

A partir deste vínculo com as gramáticas científicas e aliada à emergência da fotografia, surge a Teoria do Espelho na segunda metade do século XIX. Nela, a objetividade era apresentada enquanto uma estratégia da imprensa para a representação do real de maneira tão flagrante que poderia espelhar a verdade em suas páginas. A teoria ganharia nova força, e uma ligação ainda mais estreita com a objetividade, nas primeiras décadas do século XX (SCHUDSON, 1978).

Anderson, Bell e Shirky sintetizam que essa *infância do jornalismo* foi, em suma, "a história de uma nova instituição que buscava instituições mais estabelecidas para alimentar a 'roda de hamster' do século 19" (2012, p. 51). Ou seja, a velocidade pela velocidade. A corrida que não leva a lugar algum que não o já esperado. Neste momento, ocorrências como a máquina de propaganda nazista teriam colaborado para expor o poder de distorção dos fatos pela comunicação.

---

<sup>52</sup> Ver o artigo *Tenho medo das pessoas comuns que veem em Bolsonaro um exemplo*. Publicado pelo Justificando em 5 out. 2018. Acesso em 01 jan. 2019. Disponível em <http://www.justificando.com/2018/10/05/tenho-medo-das-pessoas-comuns-que-veem-em-bolsonaro-um-exemplo/>

Sacralizar os fatos ante os comentários, recusar o inverificável, instituir as aspas como distanciamento declaratório entre repórter e entrevistado foram resultado desta tentativa de fortalecer a imagem especular da imprensa.

Nas obras que analisamos, esta síntese do relato jornalístico enquanto representação espelhada da verdade é evidenciada especialmente na primeira metade do século passado. Referências explícitas ao espelho, entretanto, encontramos apenas em Luiz Beltrão, que atesta:

Como veículos jornalísticos a imprensa, o rádio, a tv e o cinema têm de manter uma perpetua vigilância sobre a sequência dos fatos; são espelhos que não podem deixar de reproduzir aquilo que lhes passe frente à polida superfície. E, como os espelhos, também substituem a cada momento as reproduções, jamais repetindo exatamente as imagens, estratificando-as como fossem placas sensibilizadas de negativos fotográficos (BELTRAO, 2003, p. 75).

### 5.3 Ver é Prever

Para além da relação direta enquanto espéculo do Poder, como apresenta Rui Barbosa, encontramos no imaginário do Jornalismo uma grande quantidade de imagens simbólicas e, mais diretamente, de metáforas envolvendo a importância da visão: testemunha ocular da história<sup>53</sup>, vigia, observador, sentinela. Todas ligadas ao ato de ver e, a partir disto, de distinguir – tanto no sentido de reconhecer quanto no de separar e categorizar.

As metáforas são marcas mais evidentes do que as recorrências míticas que a mitocrítica procura, mas podem nos servir como bons indícios a serem explorados. Mais do que mera figura de linguagem baseada na substituição de uma palavra por outra, elas devem ser compreendidas como tendo a função de “criar uma imagem de uma dada realidade dotada de significação emocional” (ALVES; RABELO, 1999, p. 177). Por conseguinte, propõe Paul Ricoeur, “a metáfora assemelha-se mais à resolução de um enigma do que a uma associação simples baseada na

---

<sup>53</sup> Frase clássica da abertura do Repórter Esso, que estreou na Rádio Nacional em 1941.

semelhança” (1995, p. 99). A partir delas, podemos nos aproximar ainda mais desse imaginário que perseguimos.

A própria imagem de cão de guarda também está bastante ligada à visão. No nosso idioma, podemos relacioná-la com mais facilidade à outra metáfora, a do “faro jornalístico” – uma mistura de intuição com internalização do habitus da profissão. No entanto, em inglês, temos o *watchdog*, palavra composta entre o substantivo animal e o verbo ligado à observação, à necessidade de estar alerta (*keep watch*) manter atenção. Segundo os dicionários Oxford, inclusive, *watchdog* também pode ser utilizando enquanto verbo, significando “monitorar”<sup>54</sup>.

No período industrial era muito frequente a imagem do jornalista enquanto *gatekeeper*, aquele que controla os portões da informação, definindo o que entra e o que fica de fora. Com o advento do período industrial, Bruns sugere que este papel agora foi transformado (2005). Afinal, o virtual supera as limitações de espaço que restringiam a imprensa em seus formatos tradicionais e os faziam privilegiar um acontecimento em relação a outro. Só que mais do que isso, ela também oferece alternativas à essa seleção, evidenciando, por exemplo, exclusões motivadas por princípios políticos, econômicos ou ideológicos. Perdendo o monopólio da chave midiática de controle informacional, uma função que emergiria com maior força no jornalismo é o do *gatewatcher*, o vigia dos portões. Caberia a estes profissionais segundo o autor:

Observar que material está disponível e é interessante, e identificar novas informações úteis com um escopo de canalizar este material em relatos noticiosos estruturados e atualizados que podem incluir guias para conteúdos relevantes e trechos dos materiais selecionados (2005, p. 18).

Percebemos, desta forma, a insistência na relação com o tempo e com a eficiência, uma vez que ao *gatewatcher* incide a responsabilidade de vigiar os portões de informação de modo a “identificar o material importante assim que ele

---

<sup>54</sup> Ver o verbete para Watchdog no Oxford Dictionaries. Acesso em 01 jan. 2019. Disponível em <https://en.oxforddictionaries.com/definition/watchdog> .



se tornar disponível” (BRUNS, 2005, p. 17). Diante dessa necessidade de estar vigilante frente o Presente, o Jornalismo deve manter-se sempre de olhos abertos.

O simbólico do Olho é recuperado por Barros para descrever a fotografia, que evocaria as imagens do “olho do Pai”, a vista celeste de Urano que a tudo enxerga e percebe (2014b). É o céu, afinal, este observador implacável que capta tudo o que ocorre na face da terra.

Erguendo-se em direção ao céu, este regime do imaginário dito heróico vai se povoar com o simbolismo ascensional, do qual símbolos como a soberania uraniana e o chefe participam, junto com o simbolismo especular e suas derivações em torno da luz e do sol, do olho e do verbo (BARROS, 2014b, p. 38)

Em comparação com o historiador, provoca Jobim, o jornalista investiga a “olho nu, desarmado, quase, de qualquer outro instrumento que não a sua intuição, beneficiando-se enganosamente do fato de ser ‘testemunha ocular’ da história” (JOBIM, 1992, p. 33). Por que enganosamente? Ora, porque a história que conhecemos menos é a que vemos diretamente. É no narrar plural que a história se complexifica e ganha forma.

Para platônicos e neoplatônicos, resgata André Parente, são os nossos olhos que fazem as coisas serem vistas: “os olhos são fogos e luzes que iluminam as coisas, tornando-as luminosas. Conhecer é olhar para as coisas com o olho do espírito” (2011, P 12). Percebemos, portanto, que os olhos são o caminho para chegar à Verdade tão cara ao Jornalismo.

Existe uma sacralidade no ato de olhar que persiste inclusive em tempos pós-industriais, no qual o trajeto da apostasia já anda tão avançado. “O ato de testemunhar, descobrir ou entender o que é importante, e de transmitir essa informação de modo inteligível a públicos distintos, é o papel sagrado” (ANDERSON, BELL, SHIRKY, 2012, p. 109). Mais do que isso, para os autores do relatório, a preocupação com instituições jornalísticas só assume caráter de urgência pública por serem elas capazes de prestarem apoio a indivíduos que exercem esse papel.

Nos estudos do imaginário, cabe ainda chamar a atenção para a quantidade de olhos que um mito expõe. Um par de globos oculares é o número padrão, compartilhado por todos os seres cuja capacidade intelectual ou perceptiva – salvo nota – não exceda a do próprio ser humano. Quando se fala de criaturas bestiais, notoriamente violentas e ligadas a estágios mais selvagens ou primitivos, é bastante comum que estas sejam representadas com um único olho.

É bastante conhecido o caso dos Cíclopes da mitologia grega, que possuíam apenas um olho solitário no meio da testa. Estas criaturas não eram animais – afinal, dominavam no mínimo a técnica da forja, e foram os responsáveis pela criação dos relâmpagos, as armas de Zeus. Todavia, sempre foram descritos enquanto forças da natureza e, portanto, incontrolláveis pelos impulsos da razão (BRANDÃO, 1986, p. 204).

As imagens de vigilância permeiam todo o corpo de Argos, gigante dotado de 100 olhos na mitologia grega que recebeu a incumbência de guardar a formosa Io, amante de Zeus que foi transformada em novilha por Hera para afastá-la do pai dos deuses. Não podendo iludir a vigilância dos cem olhos de Argos, Zeus o mandou matar.

O paralelo não passou despercebido por Barbosa Lima Sobrinho, que vê a imprensa democrática invulnerável como o vigilante Argos, o que faz com que o “Zeus contemporâneo procura reduzir e prejudicar a força do indispensável guardião” (SOBRINHO, 2008, p. 119). Quem assassina o sentinela não é ninguém mais do que Hermes, o mensageiro dos deuses, mito da conexão.

Um terceiro olho, por outro lado, traz uma mensagem exatamente oposta. É o olho da clarividência, da profecia, da previsão, daqueles capazes de ver além do evidente. E é especialmente curioso o quanto imagens relacionadas a esta capacidade de “ver antes”, como o titã Prometeu, também estão presentes no imaginário do jornalismo.

Mencionamos ainda nesta seção o amplamente referido “faro jornalístico”. Dentro de gramáticas tão objetivas e racionalizadas quanto as estabelecidas pelo jornalismo industrial, chama atenção identificar em algo tão intrínseco à cultura profissional um elemento vinculado de maneira indissociável ao saber intuitivo

(ROSA, 2013). Seria, por que não dizer, uma manifestação deste terceiro olho acima levantado. Pode não haver clareza nos motivos que levaram à decisão, mas há uma inquietação difícil de ser ignorada. Intuição esta que, por vezes, é o grande norte do “discurso divinatório” que o jornalista dispõe ante acontecimentos inesperados (BELTRÃO, 2003, p. 84).

O faro ultrapassa as lógicas consolidadas da modernidade racionalizada para levar ao seio da prática profissional um elemento que, mais que subjetivo, é a-racional. É curioso perceber como os repórteres que, como assume Lage, são por vezes “idiotas da objetividade” (2012) – no sentido de que a tem enquanto norte a ser perseguido, sem quaisquer desvios – valorizam justamente aqueles que encontram a abertura para perceber o inefável. Talvez não no sentido de sensibilidade aos afetos e à transgressão, mas no reconhecimento do valor desta antevisão prometéica e de como ela nos permite uma presteza no agir.

Encontramos referências a este chamado à ultrapassar a visão para chegar à previsão nas mais variadas formas, inclusive em sentenças imperativas. Luis Beltrão assegurava que ao Jornalismo cabia a tarefa não apenas de apontar significados, mas de “prevenir consequências” a partir das narrativas do presente (2003, p. 81).

Além dos olhos, propriamente ditos, o espéculo oferece ferramentas para ampliar a visão. Para Rui Barbosa, além de ser os próprios olhos da Nação, o jornalismo pode ser “o cristal que lhe clareia” (1990), uma perspectiva que reconhece maior agência por parte do público ante as informações transmitidas pela imprensa. Não sem motivo, a cristalomania é uma forma bem frequente de leitura oracular, baseada na transparência superlativa transmitida pelos cristais.

O ato de ver – ou, ainda mais, o de *fazer ver* – está ligado a um verbo muito poderoso no jornalismo, o *revelar*. Revela-se verdades escondidas, crimes ocultos, conhecimentos herméticos. E, para Beltrão, a responsabilidade da imprensa não está apenas na revelação, mas também no discernimento. A revelação nua e crua pode destruir reputações, alerta. Deve ser dita sem intenção maliciosa, com imparcialidade. E, mais ainda, cabe ao jornalista a tarefa de *prever* as consequências sociais dessa divulgação (2003, 152-153).

O jornalismo, indica Beltrão, busca satisfazer *três necessidades do espírito humano*: “informar-se do novo e, através dele, recordar-se do quase perdido nos arcanos da memória; receber uma mensagem de orientação, alerta-se para o futuro, para a ação; e entreter-se” (BELTRAO, 2003, p. 75). O alerta permite a agência fundamentada. Danton Jobim, na série de conferências que se tornaram o livro *O Espírito do Jornalismo* menciona, por sua vez, o caso de um erro de julgamento cometido por um jornalista “apesar de sua intuição profética” (JOBIM, 1992, p. 28). Não é o terceiro olho bode expiatório, fruto do erro e do engano, mas sim uma potência que não foi suficiente para preveni-lo da falha.

Para Jobim, esta sensibilidade com o futuro deve estar presente nos jornalistas principalmente na relação com o leitor. A verdade tem muitas faces, reflete, e na seleção da face a ser retratada, é preciso escolher aquela “que, lhe segrega o instinto, deve agradar aos leitores” (JOBIM, 1992, p. 56). A ideia, contida no argumento, é a da permeabilidade para captar a voz do social – sendo que esta não é realmente vocalizada. Jornalismo, para Jobim, é compreendido como este “diálogo sui generis em que um dos interlocutores é mudo e o outro lhe tem de adivinhar as perguntas” (JOBIM, 1992, p. 43).

Mais do que narrar o presente, o leitor exigiria dos profissionais da imprensa que estes lhe expliquem, “enciclopédica e profeticamente, tudo o que de significativo está acontecendo ou vai acontecer” (JOBIM, 1992, p. 43). Ler um jornal, seria assim, uma consulta aos oráculos. Quase como jogar as runas ou visitar as pitonisas<sup>55</sup>. Quando estas previsões, entretanto, não se realizam – seja quando o jornalismo é incapaz de perscrutar o discurso silente do social, seja quando, de posse das informações do presente, falha em prever suas consequências - temos instituídos novos motivos para descrédito e falta de fé. A incapacidade de prever adequadamente, acreditamos, está muito ligada à transformação de Prometeu em Fausto, que no processo reforça a ânsia pelo progresso, perdendo, entretanto, a beneficência e a antevisão do titã.

Em diálogo com as imagens de profecia no Jornalismo, na abertura deste capítulo trazemos uma frase de Getúlio Vargas, registrada no livro de memória do

---

<sup>55</sup> Sacerdotisas previdentes do templo de Apolo, em Delfos.

jornalista criador do *Última Hora* (1951-1970), Samuel Wainer. Após ter sido deposto com o fim da ditadura do Estado Novo, o ex-presidente retirou-se momentaneamente da vida pública, sendo acompanhado de perto pelo jornalista. Quando às vésperas de sua posse, em 1950, Vargas convocou Wainer para uma entrevista que simplesmente não deu. Esperava que, com base nas conversas anteriores, o texto fosse redigido. E assim o jornalista o fez.

Luis Carlos dos Passos Martins compreende que o apelido "carinhoso" foi dado em referência ao nome de inspiração bíblica e de ascendência judaica de Wainer (2007). Fica patente, entretanto, que a motivação foi outra. Samuel era o profeta pois "sabia" as palavras que saíam da boca de Getúlio antes mesmo delas serem proferidas (WAINER, 2003). Era a relação promíscua com o poder daria origem ao *Última Hora*, voz do getulismo na imprensa.

Ao aceitarmos a constatação de que ver é prever, a partir da poderosa relação entre os mitos especulares e os do tempo, adentramos ainda mais no raciocínio de Paul Virilio. É a partir dessa consciência que o autor perceber, por exemplo, como o ato de antever se tornou recentemente uma força indústria, com o desenvolvimento de simulações, antecipações organizacionais e até mesmo a chegada de "máquinas de visão" ou de "percepção sintética" capazes de tecerem previsões calcadas em operações ultrarrápidas.

Ante estas máquinas, pondera o autor, "nossas próprias capacidades visuais são insuficientes devido à limitação, não da profundidade de campo de nosso sistema ocular, mas devido à fraca profundidade de tempo de nossa tomada de imagens fisiológica" (VIRILIO, 2011, p. 129). É a previsão que nos leva a um novo nível da relação com o tempo, o desejo pelo avanço, a busca pelo progresso.

## 6. OS MITOS DO PROGRESSO

*De toda essa embrulhada o pensamento dele sacou bem clarinha uma luz:  
Os homens é que eram máquinas e as máquinas é que eram homens.  
- Mário de Andrade em "Macunaíma"*

### 6.1 As Luzes da Técnica

A influência do mito de Prometeu sobre a modernidade e com ela sobre o jornalismo industrial – filho legítimo gestado em suas bases racionalistas, iluministas, positivas e tecnicistas – foi tão pungente que precisamos abrir este novo capítulo para expandir suas relações. Prometeu pode ser visto como o ladrão do fogo para o Olimpo, mas para os humanos é o mito civilizador que fundou as bases para o estar no mundo e forneceu as estratégias para resistir à devoração do tempo. Com isso, ele próprio titânico, acaba nos devorando em alguma medida. Se há algo que o impede de prosseguir é a beneficência (no ato de doar-se para o bem estar humano). Sem isso, entretanto, somos tomados pelo binarismo separador, pela refutação do espírito e pela ausência de limites.

A busca de expansão e crescimento contínuos e ilimitados, que se tornou explicitamente identificável na Modernidade, mas que, como sabemos, já estava lá em Prometeu, é um dos traços fundamentais de nossas sociedades contemporâneas e é também um dos sinais básicos, para os sistemas vivos, de que se está prestes a colapsar, como não cansam de nos alertar os cientistas da complexidade (CONTRERA, 2004, P. 2 -3).

Já exploramos brevemente as formas como o jornalismo do século XIX encontrou na racionalidade positiva um modelo de valorização, dando forma a “gramáticas comuns” também entre as metodologias de pesquisa do conhecimento científico (MEDINA, 2008, p. 18). Todd Gitlin citado por Traquina fala da ascensão de “um vasto movimento intelectual em direção ao distanciamento científico e à separação cultural dos fatos do valor” (TRAQUINA, 2004, p. 52). A modernidade, afinal, era guiada pelas imagens de iluminação, e Durand nos lembra que há um notável isomorfismo – a relação de contingência simbólica – entre a luz e a ascensão, em oposição direta à queda e aos símbolos tenebrosos (2012, p. 146).

Se é verdade que tanto cientista quanto repórter “trabalham com a mediação da realidade, alcançada por meio da apuração e da investigação dos fenômenos” (SPONHOLZ, 2009, p. 20), não foi por mera afinidade de objeto que os métodos se equipararam. Certamente não se deve pensar que isso foi algo imposto ou consciente, mas é a nível do imaginário que essas pulsões agem inicialmente, para que então sejam canalizadas em modos de agir. Mesmo a arte estava, naquela época, “dominada pela preocupação positivista com observações objetivas, análises e classificações da vida humana” (SCHUDSON, 1978, p. 72).

Para Traquina era a caça hábil dos fatos que dava ao repórter a categoria comparável à do cientista, do explorador e do historiador (TRAQUINA, 2004, p. 53). A mesma separação entre sujeito e objeto peculiar ao método científico vai dar origem à uma abordagem *objetiva* dos acontecimentos – distante, de modo a não contaminar a sacralidade dos fatos com impressões pessoais; mensurável, para que haja verificabilidade; direta e eficiente, para que não haja tergiversação na comunicação estabelecida.

Mas que não se pense que a validação foi o único motivo para esta aproximação. Gaye Tuchman defende que a objetividade tornou-se um ritual estratégico do jornalista, que a partir dela assegura credibilidade como parte não interessada e defende-se de acusações de parcialidade, críticas ou mesmo de acusações judiciais. “Atacados devido a uma controversa apresentação de ‘fatos’, os jornalistas invocam a sua objetividade quase do mesmo modo que um camponês mediterrânico põe um colar de alhos à volta do pescoço para afastar os espíritos malignos” (TUCHMAN, 1993, p 75).

Ainda no sentido da conveniência, Lage atribui ao conceito de objetividade da maneira como se apresenta no campo jornalístico (descrever os fatos tal como aparecem) pode ser resumido ao “abandono consciente das interpretações, ou do diálogo com a realidade, para extrair desta apenas o que se evidencia” (2012, p. 32). Quanto mais exato e minucioso, mais objetivo e, portanto, mais privilegiado o texto jornalístico se torna. Essa valoração, todavia, ignora – ou finge ignorar – o processo subjetivo de seleção, ordenação e hierarquização dos acontecimentos. “A interferência da subjetividade nas escolhas e nas ordenações será tanto maior

quanto mais objetivo, ou preso às aparências, o texto pretenda ser” (2012, p. 32). Mais um exemplo de ação que, ao mostrar-se em evidência, esconde e mascara o que se passa fora do evidente.

Outra crítica encontramos em Powers. Conforme o autor, a imprensa popular demonstrou seu comprometimento com o bem público porque sabia que esta seria uma abordagem lucrativa. “A objetividade se desenvolveu no jornalismo americano por razões econômicas, mas se tornou uma filosofia de trabalho” (2009, p. 1032). É a introjeção do modo de fazer nos modos de pensar. Isso gera inclusive críticas fundamentadas na forma como os sentimentos impedem a perfeita dominação do raciocínio objetivo, como vemos em Jobim: “Nosso temperamento latino dificulta a adoção da objetividade” (1992, p. 29-30).

A crença de que a realidade poderia ser entendida através da coleção, classificação e interpretação dos fatos passou a dominar a sociologia, a ciência política e a economia. Assim, segundo Mindich, em paralelo a estas mudanças nas ciências sociais, teve início também à ascensão de noções objetivas em jornalismo: o empiricismo, o levantamento de dados e o método científico (*apud* SPONHOLZ, 2004, p. 147). Este movimento, claro, teve contribuições pragmáticas incontestáveis para esta forma de conhecimento da atualidade. Como pondera Medina, a reportagem recupera a experiência humana, traz a cena viva em contraponto à abstração, e tudo isso é feito a partir de um modo de fazer peculiar. Que seria das narrativas da contemporaneidade se encontrássemos na mídia apenas discursos abstratos, opiniões difusas, argumentos imprecisos? (MEDINA, 2008, p 27).

Todavia, foi preciso pagar um preço para este processo. Para Jobim, a imprensa atingiu a perfeição enquanto órgão de informação ao sacrificar bens preciosos e velhas virtudes. “A informação quer clareza, variedade, pitoresco, entregar-se à pintura de quadros cada vez mais sumários, apressa-se em deduzir causas e consequências (...)”. (JOBIM, 1992, p. 39). É a pressa, o julgamento, a ânsia pelo resultado.

Durand quem alerta que o imaginário é nossa primeira interface de contato com o ambiente exterior. Nessa perspectiva, o ser humano não tem acesso total à realidade, esta é sempre a tem mediada pela imagem, criada a partir de nossa



faculdade fundamental: a imaginação simbólica. “Não existe corte entre o racional e o imaginário, não sendo o racionalismo, entre outras coisas, mais do que uma estrutura polarizante particular do campo das imagens” (1995, p. 75). Todavia, ao estabelecerem este tipo de relação – reforçada no metadiscurso – temos a impressão de uma existência apriorística dos fatos, que deveriam ser coletados pelo jornalista “como se fossem pedrinhas coloridas” (GENRO FILHO, 2012, p. 197). Reiterar esta visão dos fatos a priori é ignorar que ao jornalista não cabe coletar dados, mas sim *considerar* imagens (BARROS, 2010, p. 178).

A realidade não é algo que está aí o tempo todo, esperando ser descoberta; ela tem de ser inventada. Ela não existe sem a subjetividade, e uma vez instaurada, nunca é a mesma: depois que a percebemos, nossa percepção a altera, e vice-versa, de modo a ser impossível atribuir a alguma ponta desse processo a anterioridade fundadora. (BARROS, 2010, p. 178-179).

É desta mediação entre o imaginário que permeia o jornalismo e aquele que permeia o social que as matérias são produzidas. E este imaginário, vale ressaltar, nunca é criação puramente pessoal, delírio ou ficção individual. São, por assim dizer, invenções coletivas. Daí a importância do jornalista “prestar atenção às imagens que o visitam e que visitam os protagonistas da reportagem que faz” (BARROS, 2010, p. 179). Sentir a respiração do social.

Perceba que mesmo considerando estas pulsões ancestrais, ainda há espaço para a agência individual – que se mobiliza a partir das negociações com a influência das imagens simbólicas. O que apresentamos aqui é esse reconhecimento de que tais decisões nunca são feitas sozinhas e nem mesmo apenas com base nas forças institucionais, mas em imperativos primários que nos conectam em nível antropológico.

O status inalcançável defendido pelo jornalismo industrial não se torna meramente um norte, mas uma forma consolidada e retificada pelo imaginário. Como alerta Lage, “um jornalismo que fosse a um só tempo objetivo, imparcial e verdadeiro excluiria toda outra forma de conhecimento, criando o objeto mitológico da sabedoria absoluta” (2012, p. 32). Um mito atualizado diariamente pelo rito cotidiano da produção noticiosa, mas *nunca* alcançado. Nunca revivido.

A verdade, pontuamos anteriormente, é um fundamento muito referido na epistemologia do jornalismo, uma vez que é ela que deveria ser revelada a partir da capacidade distintiva e preditiva dos *mitos especulares*. Não obstante, essa verdade a qual o jornalismo se refere, não seria mais que um só aspecto do imaginário regido por Prometeu (BARROS, 2010, p. 140-141). Instituído esse aspecto único, mônada, o jornalismo “contribuiria, na nossa sociedade, mais para a normatização do que para a simples informação” (BARROS, 2010, p. 141).

Morin pondera que, como desdobramento da Revolução Industrial vivenciamos o advento de uma segunda industrialização, a do Espírito, e uma segunda colonização, a da Alma humana - que se processa no âmbito das imagens e dos sonhos. “Através delas, opera-se esse progresso ininterrupto da técnica, não mais unicamente votado à organização exterior, mas penetrando no domínio interior do homem e aí derramando mercadorias culturais” (MORIN, 2009, p. 13).

Mas o que é esta técnica de que tanto falamos? Para começar, vale pontuar, a interrelação com este conceito para além dos modos de fazer, mas também no âmbito dos modos de pensar, não é exclusividade da atividade jornalística, mas da própria sociedade ocidental. A técnica não é apenas uma ação do homem, mas “um modo de ser que nos caracteriza enquanto civilização”. (CRITELLI, 2002, p. 87).

Conforme Galimberti, ao pensar a técnica, compreendemos “tanto o universo dos meios (as tecnologias), que no seu conjunto compõem o aparato técnico, quanto a racionalidade que orienta o seu emprego em termos de funcionalidade e eficiência” (GALIMBERTI, 2006, p. 9). Aplica-se a técnica como um meio para atingir um fim, para proporcionar determinada funcionalidade com direcionamento e eficiência. A técnica, de fato, “não promove um sentido, não inaugura cenários de salvação, não redime, não desvela a verdade: a técnica funciona” (GALIMBERTI, 2006, p. 8). Neste processo, todavia, a técnica pode justamente dar a impressão de que faz tudo o acima mencionado.

A origem da técnica é motivo de disputa ainda no universo da filosofia. Para Ellul, o próprio homem das cavernas conheceu técnicas. Afinal, era preciso caçar e sobreviver, e assim o fazia por meio de certas ferramentas, dobrando em certa medida o mundo da natureza. Mais do que isso, Ellul afirma que no mundo helênico,

as técnicas orientais, como a pólvora, chegaram muito antes que a ciência grega pudesse compreendê-la. Era puramente a prática funcional e operacional do objeto técnico que ditava sua utilização. “A técnica, voltada toda para a aplicação, não conhece teorias gerais” (ELLUL, 1968, p. 28). A atividade técnica é então vista como a primeira atividade do homem, senão a origem de toda a cultura.

Para Heidegger, por sua vez, o emprego de instrumentos por parte do homem não basta para definir a técnica assim, enquanto conceito. Esta poderia ser compreendida apenas de uma perspectiva historial a partir ideia da *Techné* grega. O uso de um objeto ou de uma técnica não implicaria no comprometimento com o projeto que acabou por se investir nela no Ocidente – nem implica em uma questão reflexiva ou poder histórico originário da relação entre Homem e Natureza (RUDIGER, 2014, p. 55).

Ainda que discordem quanto à sua origem, ambos os autores assumem que, mesmo que o homem pré-moderno tenha conhecido a técnica, não é possível traçar um percurso teleológico que leve da invenção da roda até a bomba atômica. Neste intervalo, há um *detour* fundamental: a passagem da técnica para a técnica moderna – a *tecnologia*.

O marco histórico deste fenômeno não é outro que não a Revolução Industrial, que não foi marcada pelo uso do carvão, mas pela mudança de atitude de toda uma civilização em relação às técnicas. Vimos anteriormente que para Ellul não é possível vincular a técnica à ciência, já que ela existe independente do conhecimento articulado produzido, mas para ele é justamente o desenvolvimento científico que faz a técnica evoluir em progressão geométrica, propondo avanços atrás de avanços.

Nesta lógica da eficiência, a máquina – epítome da técnica materializada – automatiza-se a tal ponto que o próprio homem se torna supérfluo. Para Ellul, o homem “não está adaptado a este mundo de aço” (1968, p. 5), mas a técnica o adapta. Ao integrar a máquina na sociedade, em um processo que a torna social e sociável, é ela que permite ao homem enfrentar a angústia de ser entregue ao inumano. Na construção deste mundo desumanizado, a máquina – e portanto, a técnica que a opera – torna-se indispensável.

Esta preocupação já se encontra na obra de Beltrão ao discutir o futuro do jornalismo ainda nos anos 1950. O autor compreendia que a primeira revolução industrial substituiu a força muscular do homem e do animal pela da máquina, mas que o controle humano ainda fora mantido. Todavia, quando passamos de uma simples mecanização para a automatização, com o *servo-mecanismos*<sup>56</sup> pensando pelas máquinas, o homem passou a ser expulso do processo de produção. “A revolução industrial moderna depreciará necessariamente o cérebro do homem, ao menos nas suas funções simples e rotineiras” (2003, p. 139-140).

Em diálogo muito pertinente com o contemporâneo, aponta que os jornalistas já não saem mais às ruas pois recebem os fatos por ondas hertzianas, pelas agências de notícias. O que diria ele da internet? São sintomas de uma “automatização dos espíritos” (2003, p. 143). Beltrão já antevia cérebros mecânicos capazes de “escrever editorias, fazer comentários, explorar acontecimentos” (2003, p. 144). Só que mais pungente do que isso, era a perspectiva de que a escravização pela máquina faria surgir um *servo-mecânico jornalista*. “Os homens irão pedir a técnica uma receita de prudência e até de felicidade, e em seu socorro procurarão o técnico, miraculoso alquimista em sua torre de marfim” (2003, p. 145). Como veremos adiante, com a iminência do jornalismo robô, este momento no qual os algoritmos se tornaram as novas tábuas da lei já foi alcançado.

Além de estar representada por objetos, atividades e modos de saber, a técnica, tanto a tradicional quanto a moderna (tecnologia), “encarna certa atitude humana perante a Natureza, diferente de outras atitudes como a científica, a religiosa ou a artística” (MOCELLIN, 2012, p. 18). Atitude esta que, como alerta Morin, “transforma as relações entre os homens e as relações entre o homem e o mundo; ela objetiva, racionaliza, despersonaliza. Tudo parece dever reduzir-se a algarismos” (MORIN, 2009, p.171-172).

Heidegger explica o processo a partir do reposicionamento da figura do matemático. Para o pensador alemão, a moderna ciência físico-matemática da natureza, e, portanto, das revoluções industriais e sociais por ela trazidas, afetam

---

<sup>56</sup> A etimologia da palavra “robô” é o tcheco *robotá*, que significa “servo”, “servidão”. Beltrão a utiliza no seu sentido original.

não apenas os modos de fazer humano, mas a política, a economia, a religião e as relações humanas. Desta feita, temos a consumação do ser em valor de troca; da natureza domada em fornecedor de matérias primas; da lógica expropriativa do capitalismo tardio em único modelo econômico viável (VATTIMO, 1996, p. 12). Todas passam a seguir a lógica da racionalidade e da eficiência.

Quando a técnica penetra em todos os domínios e no próprio homem, ela passa a simbolizar a si mesma e coloniza o próprio imaginário (ELLUL, 1990, p. 77). Assim, conforme Galimberti:

Pelo fato de habitar um mundo tecnicamente organizado em todas as suas partes, a técnica não é mais objeto de nossa escolha, mas é o nosso ambiente, no qual fins e meios, objetivos e planejamentos, condutas, ações e paixões, até mesmo sonhos e desejos são tecnicamente articulados e precisam da técnica para se expressar (GALIMBERTI, 2006, p. 9).

Muito se defende uma possível liberdade humana antes os domínios da técnica moderna. “O homem ainda é o que aperta o botão”, argumentam, defendendo que a técnica seria neutra e só caberia ao homem transformá-la em benção ou maldição. Heidegger questionava esta visão. Não que exista uma “técnica demoníaca”, mas sua inquietação não é de que o mundo se transforme em domínio completo da técnica, mas sim de que o homem não está preparado e nem tem consciência daquilo que emerge em nossa época (HEIDEGGER, 2007, p. 390).

Esta preocupação é atualizada por Galimberti, um dos mais importantes pensadores contemporâneos da técnica. Para ele, a grande questão é que o homem, inserido em uma sociedade tecnificada, não pode optar por servir ou não a técnica. Alerta ele: “A técnica não é neutra, porque cria um mundo com determinadas características que não podemos deixar de habitar e que, habitando, nos levam a assumir hábitos que nos transformam inelutavelmente” (2006, p. 8).

Existem motivações profundas que nos levam a aceitar o abraço da técnica moderna. Como indica Beltrão, o jornalista vê no desenvolvimento da técnica a sua libertação do tempo – para além de suas pressões e opressões. Está na natureza prometeica, como vimos, este desejo de controlar o espírito “na sua luta incessante contra as forças da natureza, visando colocá-las ao seu serviço” (2003, p. 146). Já

abordamos a devoração do tempo, agora enfrentamos a devoração do homem. Tudo isso mobilizado por este profundo desejo de controle.

Encontramos os nexos também entre esta velocidade imediata dos mitos do progresso com os mitos especulares a partir de um raciocínio de Jean Baudrillard. Para ele, na realidade virtual, a transparência absoluta converge com a simultaneidade absoluta, na forma do *tempo real*. Desta forma, reflete o autor:

O tempo real pode ser visto como o Crime Perfeito perpetrado contra o próprio tempo: pois, com a ubiqüidade e a disponibilidade instantânea da totalidade da informação, o tempo atinge o seu ponto de perfeição, que também é o seu ponto de desaparecimento. Porque, naturalmente, um tempo perfeito não tem memória nem futuro. (BAUDRILLARD, 2001, p. 71-72)

A técnica/tecnologia é eixo fundamental para compreender o desenvolvimento do jornalismo, tanto como prática profissional quanto como campo acadêmico. A cultura profissional e o habitus do jornalismo vem da introjeção e internalização de técnicas de reportagem e entrevista. Da mesma maneira, é a introdução de novas tecnologias que permite que a imprensa se transforme e atualize, acompanhando a sociedade a qual faz parte tal qual produto cultural de seu tempo – da prensa de tipos móveis às rotativas, da fotografia à realidade aumentada. Ou ainda, do repórter ao algoritmo.

Inspirada em Teixeira Coelho, Barros afirma que é no desejo de “dar o real” que o jornalismo apela para a técnica. Nesta lógica, a técnica está inserida em um sistema que impõe um código, ao qual se estabelece na repetição e manutenção. Desta forma, “dar o real se torna uma tarefa burocrática, que poucas coisas vai colocar em relação, pois acaba podendo tudo o que não está no formulário da técnica (2008, p. 77). Ou, como resumia Medina, “As técnicas jornalísticas, fixadas sob a égide do paradigma positivo-funcionalista, tendem a se estratificar em uma mentalidade reducionista” (1990, p. 195).

O processo de globalização expandiu a racionalidade técnica do jornalismo norte-americano para os demais países ocidentais. Como lembra Lage, mesmo a imprensa dos países não-industrializados “adaptou-se à técnica para relatar os eventos em seu âmbito de cobertura, cuidando de assumi-la como símbolo de

modernidade” (2012, p. 50). O pináculo desta tecnização globalizada no Brasil se deu a partir da instituição do *lead*, a maneira de estruturação das informações em uma notícia que buscasse responder de início às perguntas baseadas em Que, Quem, Quando, Como, Onde e Por que. Foi o jornalista Pompeu de Souza, que na época era editado no Diário Carioca por Danton Jobim, o responsável pela adaptação da técnica, em um manual escrito, segundo consta, durante a semana do Carnaval. Enquanto o país festejava, diz o subtexto, havia quem trabalhasse para trazer a ordem.

Muito se fala dos dois méritos poderosos da instituição do *lead*: O primeiro, elenca Cardet, estaria no fato de que supostamente ao leitor bastará ler esse primeiro parágrafo para inteirar-se sobre um acontecimento. O segundo, por que mesmo que não haja tempo de ler o texto completo, o essencial da informação estará todo fixado no começo (apud GENRO FILHO, 2012, p. 146). Para Genro Filho, entretanto, o *lead* assume o reducionismo como método. Essa nova estrutura da notícia, que veio substituir a narrativa cronológica dos fatos, não foi planejada para chamar o leitor à reflexão, mas apenas "para informá-lo superficialmente, para adormecê-lo, fazê-lo indiferente e, evitar que pense". (GENRO FILHO, 2012, p. 200

O manual, a padronização de modos de fazer, criou um discurso de iniciados que distingue aquilo que é, e aquilo que não é jornalismo, sugere Felipe Pontes (2015). E muito disso vem da introjeção no campo de experiências profissionais daqueles jornalistas que passaram a levar para a academia suas lógicas e rotinas vividas no mercado.

Os textos de jornalistas e scholars como Danton Jobim, Pompeu de Sousa, Alberto Dines e Nilson Lage passam a cristalizar a profissão e seus profissionais, fazendo de suas próprias trajetórias modelos de como os jornalistas enxergam o seu próprio fazer e o valorizam. (PONTES, 2015, 69)

O modelo de organização do *lead*, onde as informações são dispostas dos fatos mais “importantes” para os menos importantes tornou-se popularmente conhecido como estrutura da *pirâmide invertida*. Adelmo Genro Filho, todavia, propõe que a pirâmide seja recolocada de pé, assentada sobre sua base natural,

dispondo os elementos a partir do que é mais singular para o menos singular - ou seja, tendendo ao universal (GENRO FILHO, 2012, p. 201).

Perceba que a sutileza da mudança não está no seu formato, mas no raciocínio que se faz sobre os acontecimentos. Talvez ainda percebamos em uma notícia escrita com base na singularidade defendida por Genro Filho a mesma resposta aos seis elementos do lead logo no começo, mas é na forma que o jornalista se relaciona com os fatos – não hierarquizando uma importância cravada pelo jornalista, mas em uma dialogia com a sociedade para perceber aquilo que singulariza os acontecimentos.

Compreendemos que foi a tecnificação das organizações jornalísticas, inseridas na lógica da racionalidade econômica e da eficiência, que permitiram que o jornalismo atingisse o local onde hoje se encontra na sociedade pós-industrial. A colonização da técnica sobre o pensamento e do imaginário à maquinização do próprio trabalho do repórter. Assim, concordamos com Anderson, que já afirmava: “Para dar continuidade ao processo evolutivo, os jornalistas devem dar início a um processo árduo de repensar quem são, o que fazem e para quem realmente trabalham”. (2013, p. 5)

O reconhecimento destes processos não é suficiente para evitar o domínio da técnica. Entretanto, conforme Galimberti, oferece ao menos a consciência de sua influência e evita que, de condição essencial para a existência humana, a técnica se traduza em causa de sua extinção.

Com isso não pensamos ainda na supressão ‘física’ do homem, mas na supressão da sua cultura, da sua moral, da sua história. De fato, é preciso evitar que a idade da técnica marque esse ponto absolutamente novo na história, e talvez irreversível, onde a pergunta não é mais: ‘O que nós podemos fazer com a técnica?’, mas: ‘O que a técnica pode fazer conosco?’ "(GALIMBERTI, 2006, p. 829).

## **6.2 Um Jornalismo sem Jornalistas**

Quando, diante do senso comum, pensamos em um fenômeno ou objeto técnico, é comum vincularmos imediatamente esta noção junto a de máquina. Ambos os autores, no entanto, são categóricos em lembrar que ainda que a



máquina seja, certamente, uma manifestação concreta da técnica, esta não pode ser reduzida a ela (ELLUL, 1968, p. 5). A máquina “é” a partir da racionalidade técnica, e não o contrário. “A técnica moderna não existe em virtude da máquina; ao invés, a máquina é tal em função da técnica. Portanto, nada se diz sobre a essência da técnica moderna representando-a como técnica maquinística” (HEIDEGGER apud RUDIGER, 2014, p. 30).

Nesse processo de colonização do imaginário e do inconsciente, até mesmo os sonhos e a capacidade de simbolização do homem seriam condicionados pela tecnologia. “Não é mais o homem que simboliza a natureza, mas a tecnologia que simboliza a si mesma” (ELLUL, 1990, p. 178). É o que Beltrão apontou anteriormente sobre a conversão do próprio homem em máquina, que escravo do pensamento tecnicista engendra sempre a si mesmo. Encontramos um exemplo máximo deste processo no ambiente pós-industrial a partir do desenvolvimento do jornalismo automatizado, produzido por *bots*, ou, no jargão tradicional, por robôs.

Já tivemos a oportunidade de explorar as imagens simbólicas que permeiam o jornalismo robô a partir da análise das matérias escritas pelo *Quakebot*, algoritmo do L. A. Times em atividade desde 2013 (COSTA, SANTOS, 2015). Conectado à base de dados do *U.S. Geological Survey* (USGS), o “robô” está programado para sempre traduzir as informações recebidas sobre abalos sísmicos diretamente do sistema em forma de notícia – seguindo um lead básico, linkando para notícias relacionadas e ilustrado com um mapa geolocalizado da área de impacto. Tudo isso em questão de instantes após o acontecimento.

Eficiente, ágil e aparentemente preciso, o “repórter robô” automatiza o trabalho jornalístico a um nível inatingível para qualquer repórter humano. O que mais atrasou a publicação foi justamente o elemento humano: cabia ao programador acessar o sistema e liberar a matéria para entrar no site<sup>57</sup>.

O algoritmo do LA Times é um exemplo de uma prática jornalística cujo nome ainda não é alvo de consenso na área, mas cujas descrições apontam mais ou

---

<sup>57</sup> LA TIMES. *Earthquake: 3.1 quake strikes near Greenville, California*. **LA Times**, Los Angeles, 21 Jul. 2013. Disponível em <http://articles.latimes.com/2013/jul/21/news/earthquake-31-quake-strikes-near-greenville-california-fmlbgn>. Acesso em 25 Ago. 2015.

menos para o mesmo caminho: é jornalismo robô, o jornalismo algorítmico, ou ainda o jornalismo automatizado (CLERWALL, 2014). Todas estas nomenclaturas variadas são tentativas de cercar este objeto que descentra o homem do processo de produção jornalística – seja no âmbito da apuração, da escrita ou mesmo da diagramação de material noticioso.

Estes “jornalistas do futuro, sem cabeça para pensar ou mãos para escrever”<sup>58</sup> não são objeto de tempos vindouros ou mera especulação, mas uma realidade nas grandes redações. O repórter robô é capaz de acompanhar em tempo real placares esportivos, eleições para cargos públicos e até mesmo assassinatos. A Associated Press (AP) é outra empresa que já trabalha com automação. Antes dela, os jornalistas da AP faziam textos com 130 palavras, em média, que eram distribuídos de 15 a 20 minutos após a divulgação de dados sobre o desempenho de algumas empresas. Depois do robô, os textos aumentaram para 500 palavras, em média, e são postados 1 minuto após a divulgação (LECOMPTE, 2015).

Além de produzir a notícia diretamente, o jornalismo algorítmico também serve para mediar a relação com o acontecimento. Em 2013, por exemplo, o Washington Post inaugurou a versão beta de um aplicativo chamado *Truth Teller*. Baseado na tecnologia de transcrição de áudio da Microsoft<sup>59</sup> e em um software proprietário, o aplicativo transcrevia em tempo real o conteúdo dos vídeos de discursos políticos no site do Post. Cada afirmação em tela recebia uma etiqueta de Verdadeira ou Falsa. Serviços semelhantes não foram suficientes para impedir que em 2016 uma campanha massiva de notícias falsas ajudasse na eleição de Donald Trump. Teriam sido os sistemas de checagem automáticos pouco eficientes? Ou é o lugar do jornalismo como atestador é que foi deslocado?

Lastro direto do jornalismo de precisão, explorado por Philip Meyer há mais de 50 anos, e da reportagem assistida por computador, a elaboração autônoma de conteúdo noticioso produzido por algoritmos programáveis leva a mediação do

---

<sup>58</sup> Ver a notícia *Robôs que transformam dados em textos chegam às redações*, publicado pela **Revista Exame** em 16 jun. 2016. Disponível em <http://exame.abril.com.br/tecnologia/noticias/robos-que-transformam-dados-em-textos-chegam-as-redacoes>.

<sup>59</sup> No caso, a *Microsoft Azure Media Services Indexer*. Ver. <https://customers.microsoft.com/en-US/story/the-washington-post-builds-truth-teller-app-with-cloud>

dispositivo no fazer jornalístico a um novo patamar. Mas não é apenas à reportagem que se limita o papel do algoritmo. Latar identifica dois pilares fundamentais para o jornalismo robô: o desenvolvimento de softwares capazes de extrair conhecimento das gigantescas bases de dados, e algoritmos capazes de converter automaticamente estas informações em narrativas (2015, p. 66).

Se o trabalho do jornalista tem sido o de transformar em matéria o caos do universo de informações que permeia a História humana (MEDINA, 2003), hoje esta tarefa se torna paulatinamente mais inquietante. Como pontuam Anderson, Bell e Shirky, é mais barato do que nunca reunir dados sobre qualquer mudança mensurável, com algoritmos capazes de reordenar essa informação em frações de segundo. Tudo sem a intervenção de um jornalista (2012, p. 21).

Noam Latar nos lembra que a cada 40 meses, a quantidade de informação digital humana armazenada é multiplicada por dois. Vivemos a “era do Big Data” (2015, p. 66), num contexto onde não há *opt out*. Estamos submersos em um oceano de dados – naquilo que Pierre Levy chama de um “segundo dilúvio”. Desta vez, no entanto, ao invés de uma única barca de Noé, excludente e restrita, temos diversas barcas interconectadas. Conforme ele: “O segundo dilúvio não terá fim. Não há nenhum fundo sólido sob o oceano de informações. Devemos aceitá-lo como nossa nova condição. Temos que ensinar nossos filhos a nadar, a flutuar, talvez a navegar” (2000, p. 15).

A curadoria automatizada desta informação se torna então uma necessidade dos tempos pós-industriais. Tão importante quanto a produção e o armazenamento destas informações, portanto, é a capacidade de acessar estes dados com facilidade. Scoble propõe o curador como o responsável por uma química informativa, produzida mediante a recombinação de “átomos informativos formadores de info-moléculas” (SCOBLE, 2010). Mais que um químico, podemos pensar em um alquimista em busca da pedra filosofal, capaz de transmutar metais em ouro. Reflexo direto das empresas que tentam transformar informação em mercadoria.

Mais do que apenas acessar e processar dados em velocidade, a expectativa é também que o algoritmo seja capaz de “ajustar o tom e a estrutura da narrativa a

histórias adequadas para cada perfil de audiência” (LATAR, 2015). A personalização também é tendência neste novo ambiente, em que matérias são escritas e pautadas com base nos levantamentos de tendência do Google Analytics, nos comentários na postagem, no burburinho das redes sociais. A automatização deste processo caminha em direção à eficiência máxima. É a cobertura instantânea, a distribuição imediata, a mensuração precisa do que foi lido e do que foi ignorado para calcular aquilo que é de maior interesse.

O tempo real da comunicação do ciberespaço, muito longe de reproduzir ou respeitar a realidade do tempo real da comunicação humana primária, da comunicação dos corpos humanos, propõe a velocidade e a vertigem dos sistemas artificiais, impondo um instantaneísmo que a tudo funde numa operação de indiscriminação, abolindo os rituais comunicativos e as marcas organizacionais (CONTRERA, 2004, p. 10).

A problemática torna-se ainda mais complexa tendo em vista que Clerwall, em estudo realizado na Suíça, aponta que a percepção de uma notícia de “conteúdo autônomo” – como ele chama, é indiscernível da escrita por um jornalista. É o chamado teste de Turing. A pesquisa indica ainda que aspectos de qualidade como “clareza” e “leitura agradável” foram ligeiramente mais destacados em textos produzidos por humanos, enquanto que “confiabilidade”, “informatividade” e “objetividade” se destacaram nos textos produzidos pelos algoritmos (2014, p.9). Se retomarmos a máxima já bastante questionável de Protágoras, segundo o qual “o homem é a medida de todas as coisas”, além da agilidade sobre-humana, os *bots* são também mais precisos, diretos e confiáveis.

Carlson acompanhou as declarações públicas de diretores da Narrative Science e levanta que os discursos de legitimação da empresa revelam duas crenças comumente expressas sobre como sua tecnologia vai melhorar o jornalismo: a automação vai aumentar o número de jornalistas humanos e expandir a produção de material original. Conforme sua avaliação, o algoritmo tem condições de escrever histórias que ninguém escrevia – por contingências de tempo, equipe, dinheiro... – mas, ao mesmo tempo, não precisa ser assumido como a narrativa definitiva, mas sim uma parte que deve continuar a ser explorada pelo jornalista humano (CARLSON, 2015, p. 420-421).

Caminhamos para a automação deste *hardnews* factual em meio a dúvidas e promessas sobre como será este jornalismo que está por vir. Seria ele o fim do Jornalismo, acabando com empregos e com a já fadada indústria de notícias? Seria, por outro lado, sua salvação, permitindo que o repórter se preocupe menos com o furo e o tempo real, e mais com o trabalho de fundo? Carl-Gustav Linden fez entrevistas estruturadas com 31 profissionais de imprensa ligados a jornalismo de dados e áreas de tecnologia para compreender a visão que compartilhavam sobre a presença do jornalismo algorítmico nas redações. Conforme seu levantamento, a partir de exemplos já consolidados, percebeu-se que a notícia gerada autonomamente foi capaz de economizar dinheiro – redistribuído para outras áreas do jornal - e de transformar o fluxo de trabalho, incentivando um trabalho mais criativo por parte dos repórteres (2017). Van Dalen, por outro lado, é mais incisivo: “quando tarefas rotineiras dos jornalistas puderem ser automatizadas, os jornalistas serão forçados a oferecer melhores produtos para sobreviver” (2012, p. 653).

Em matéria de custo e velocidade, certamente, a eficiência foi atingida. Mas e quando ao núcleo da atividade jornalística, a notícia? Em nosso estudo anterior percebemos dois equívocos significativos. O primeiro foi que apesar de toda a celeridade em noticiar e geolocalizar o acontecimento, o algoritmo identificou uma cidade como sendo o epicentro, enquanto em verdade foram outros dois distritos os grandes afetados. O motivo, explicaram os técnicos, foi que o sistema de prevenção a terremotos ao qual o robô está vinculado não possuía em seu banco de dados as duas cidades, fazendo com que o *bot* selecionasse a opção mais próxima (COSTA, SANTOS, 2015, p. 487).

Outro detalhe que se destacou foi que, na escrita da primeira notícia envolvendo o ocorrido, um abalo sísmico de escala muito inferior ganhou destaque no lead e na chamada, enquanto aquele considerado o terremoto mais intenso dos últimos quatro anos, ocorrido pouco antes, foi mencionado apenas no terceiro parágrafo. A partir do observado, depreendemos alguns questionamentos:

O acontecimento está lá, registrado, mas a hierarquia dos fatos chama atenção. Quais critérios de noticiabilidade prevaleceram na decisão da máquina? Seria a atualidade, visto que um terremoto era mais recente do que o outro? O critério teria sido a distância da

capital, Los Angeles? Certamente os parâmetros foram estabelecidos pelo programador, mas quando a mediação do homem passa a ser apenas a decisão de apertar ou não o botão *Publicar*, percebemos a limitação do processo. A máquina disse ao homem que um fato era notícia, sendo que toda a cultura profissional do jornalista indicaria outro. Mesmerizados pela presença do robô, os leitores e mesmo os demais profissionais de mídia não se dão conta do ocorrido. (COSTA, SANTOS, 2015, p. 486-487)

A eficiência, percebemos, não está vinculada à qualidade ou ao conteúdo, mas àquilo que Dean Starkman chama de *roda do Hamster*. Não se trata apenas de velocidade, mas do movimento pelo movimento. “A roda do hamster é volume sem pensamento. É pânico da notícia, uma falta de disciplina, uma falta de habilidade para dizer não. Uma cópia produzida para corresponder a métricas de produtividade arbitrárias (2010). Isto, todavia, não serve de argumento para desencorajar as grandes empresas de mídia. Robert Capps fala sobre uma “revolução boa o suficiente”, que seria representada pela emergência de tecnologias cujo sucesso não se devia à qualidade, mas a serem funcionalmente adequadas e mais baratas do que as soluções tradicionais (2009). E isso, o jornalismo robô atinge perfeitamente. *Fazer mais com menos*, ressaltam Anderson, Bell e Shirky, é a grande norma do jornalismo pós-industrial (2012).

Outra aparente vantagem para este modelo de produção é apontado por Latar. Conforme o pesquisador, “além do seu grande potencial para economizar custos profissionais, os jornalistas robôs nunca perdem fatos, nunca ficam cansado e – se programados objetivamente – são livres de enviesamento” (LATAR, 2014, p. 67). Uma visão no mínimo inocente, tanto sobre a neutralidade da técnica, quanto da objetividade no jornalismo. Mais do que isso, devem ser sempre claros os critérios de programação, seleção e exclusão que norteiam o trabalho da máquina. Se isto não for transparente tanto para a redação quanto para os programadores, o jornal poderá se tornar refém de uma racionalidade oculta que, ancorada no discurso da eficiência superior da máquina, é capaz de atestar valor de verdade a situações irrefletidas durante a programação<sup>60</sup>.

---

<sup>60</sup> Os dados são mudos, falam a partir de suas interpretações. No caso do algoritmo, a interpretação é pré-programada por um humano que pode ter tido o imaginário já colonizado pela técnica. Ver *Of*

O jornalismo, como produto cultural, está em constante transformação. Não cabe, como nos lembra Groth, procurar invariâncias nas suas práticas, dinâmicas profissionais ou meios de circulação – e sim em uma essência comum (GROTH, 2011). Assim, reconhecemos a importância da desnaturalização da ideia de que existe um modo único de fazer jornalismo. Todavia, como faz Felipe Pontes, discordamos que não exista jornalismo, mas sim vários jornalismos. O que deve existir é a “compreensão do radical jornalismo em toda e qualquer manifestação”. (PONTES, 2015, p. 25). Encontramos o jornalismo na notícia produzida por algoritmos, o que não encontramos é o ser humano.

No universo acadêmico, muitos criticam a limitação que é encarar jornalismo apenas como “técnica” – no sentido mais aplicado da palavra, utilizando-se deste argumento inclusive para justificar a importância da formação universitária na área. Destaca-se o foco na sensibilidade e subjetividade do repórter, do “faro jornalístico” apurado, do traquejo do profissional ou mesmo do simples contato humano como determinantes para a construção social da notícia. No entanto, como podemos observar, quando o jornalismo perde de vista o humano para se focar na epiderme do big data, da inteligência coletiva, dos algoritmos, em que isso realmente nos distingue? E quando o próprio repórter se maquiniza, qual a nossa saída?

Muitos se perguntam se um algoritmo pode fazer melhor seu trabalho que um jornalista, mas, dentro da lógica acima, fica a provocação: ao servir à técnica, de que forma um humano produz melhor jornalismo que um robô? Quantas vezes, dentro das dinâmicas das horas de fechamento, não nos deixamos robotizar, produzindo sem introjeção ou reflexão, repetindo fórmulas, chavões e estereótipos? Para que e a quem serve um jornalismo como esse? (COSTA, SANTOS, 2015, p. 494)

Pierre Levy (2000) lembra que, tal qual os nômades no passado perseguiram rebanhos, o ser humano na contemporaneidade persegue a si mesmo – e o seu

---

*course algorithms are racist. They're made by people.* Publicado pelo News Statesman America em 29 jan. 2019. Acesso em 01 fev. 2019. Disponível em <https://www.newstatesman.com/politics/staggers/2019/01/course-algorithms-are-racist-they-re-made-people>

futuro. Quando se encontrar, será capaz de dizer, como Fausto, “ó, pare, és tão formoso”? Ou seguirá, indistintamente, já sem se permitir os afetos?

### 6.3 O Pacto Fáustico

Rogério de Almeida defende que não é que Prometeu progressista tenha saído de cena para abrir espaço a outro mito, “mas que no palco pós-moderno, na disputa pelo protagonismo da trama que ora se convencionou, Prometeu perdeu espaço e hoje é coadjuvante” (2014, p. 60). Acredita ele que hoje vivemos sob a égide de Hermes, um mito da conexão. No entanto, apesar de todas as tecnologias de rede à nossa disposição, estamos realmente conectados ou nos segregamos em grandes grupos incomunicáveis? Se Prometeu se recolhe, foi para dar lugar algo ainda mais impositivo.

Podemos começar a delinear respostas para as tantas perguntas que se aglomeraram quando pensamos no lugar do homem neste jornalismo desumanizado a partir do entendimento da passagem do mito diretor de Prometeu para outro que compartilha sua mesma “família mítica” enquanto mito da técnica: o mito de Fausto.

Encontramos registros de um mago errante alemão conhecido como Jörg Faust ou, em alguns registros, Doutor Fausto, que teria vivido entre 1480 e 1540. Personalidade notória, atuou como mestre das ciências ocultas para os poderosos (CORSO, 2003, p. 17). Sendo ou não real sua existência – ou de seus poderes – o fato é que as narrativas sobre este homem misterioso que teria vendido a alma para o demônio em troca de poderes misteriosos se consolidou na cultura popular da Alemanha, derivando em diversos contos folclóricos. Foi assim que, ainda no século XVI, foi publicado um dos registros mais antigos sobre os episódios fantásticos do mítico feiticeiro.

A lenda de Fausto se dá no mesmo momento do nascimento da imprensa, quando os primeiros livros a preços populares começam a circular. (...) Um dos populares livros desta época, que é o grande responsável pela difusão do mito, é o *Faustbuch* (Livro de Fausto), a primeira versão conhecida é de 1587. Este primeiro Fausto que conhecemos é anônimo e suas sucessivas reimpressões vão



aprimorando o mito, cada editor o aumentava ou ajustava conforme seu gosto, são conhecidas inúmeras versões diferentes que chegaram a circular naquela época. (CORSO, 2003, p. 18).

Foram mais de 40 reimpressões do livro de contos, aponta Durand. Sempre mantido nesse âmbito folclórico e, por vezes, evangelizador. “É como se, no século XVI, o mito de Fausto fosse incessantemente bloqueado pelos ventos fortes da cristandade, dos códigos ainda vigentes, e só conseguisse exprimir-se, finalmente, a partir de Goethe”. (1998, p 110)

Foi a partir desse período que tivemos a profusão de obras inspiradas no mito. Da peça de teatro de Goethe – cuja primeira parte, a que nos interessa, foi finalizada em 1806 -, até o romance *Doktor Faustus* de Thomas Mann (1947), que reimagina a lenda de Fausto agora no século XX, traçando paralelos com a ascensão e queda do regime nazista. Uma alegoria para o pacto estabelecido pelo próprio país com o Terceiro Reich.

É interessante pensar como as narrativas sobre pactos demoníacos eram frequentes no século XV e XVI, quando surgem as primeiras versões do mito. Nos contos populares, frequentemente encontramos o tema do “demônio logrado”, o inimigo que – poderoso ou ardiloso que seja – sempre terminará vencido pela astúcia humana ou pela misericórdia divina (CASCUDO, 2004, p. 16). Algo que não acontece em Fausto, que realmente é condenado pelo pacto aceito.

A tradição folclórica da derrota do demônio se espalhou especialmente graças à influência religiosa. Como pontua Pimentel, o diabo, enquanto antítese de Deus, popularizou-se na Idade Média por meio dos Ministérios. Sua presença era tão importante quanto à dos membros celestiais (1995, p. 160). Em uma Alemanha fundamentalmente luterana, temos um fundo histórico propício para que a narrativa do homem que vende a alma para o demônio em busca do descomedimento da experiência se espalhasse, mas não apenas isso. Fausto comunica conosco a nível ancestral. Sua história fala sobre o rompimento de limites do tempo, do conhecimento, do desejo, e nisso não há ser humano que não tenha se sentido tentado por Mefisto em algum momento de sua vida.

Em Goethe, a versão que se tornou um marco para a modernidade, encontramos um doutor já velho, desencantado com a vida. Fausto, cujo nome deriva do latim *Faustus* (o próspero, o venturoso) por mais que fosse dotado de grandes saberes, sentia falta não apenas de conhecer mais, como também do reconhecimento de seu nome, da fortuna incompatível com sua glória e do amor das belas mulheres – representado no livro pela figura da donzela Margarida.

Tentado pelo diabólico Mefistófeles, firma um acordo. O demônio – que restaura sua juventude - deveria cumprir todas as suas vontades na terra, e Fausto seria seu servo no inferno. Entretanto, o doutor acrescenta um novo elemento ao pacto que é fundamental para a compreensão deste mito no imaginário: sua vida só se encerraria quando Mefisto lhe mostrasse algo tão maravilhoso que ele desejasse se deter naquele momento por mais alguns instantes. Incitado ao progresso incessante, a mera pausa para contemplação é suficiente para que o Tempo o alcance. Fausto seria então devorado de corpo e alma, o primeiro por Cronos e a segunda pelo diabo.

Mefistófeles, nome que segundo algumas versões derivaria do grego para “aquele que não ama a luz”, é justamente quem leva o homem da modernidade iluminada até sua apoteótica tragédia. O mito de Fausto, pondera Durand, é um desdobramento de um mito da técnica, como Prometeu. Entretanto, seduzido pelas promessas obscuras, caminha em direção ao progresso e à desumanidade (1998). Sua ligação com o Nazismo, como já vimos em Mann, é indesviável. Basta lembrar que durante o *Shoah*, homens e mulheres foram não somente desumanizados, como tornaram-se fruto da máxima objetificação – a transformação em mercadoria. Seus corpos foram usados para experimentos científicos, seus cabelos raspados e vendidos para a indústria têxtil, de onde se tornavam cadarços para botas<sup>61</sup>.

Despido da capacidade de se surpreender ou de se relacionar, Fausto é incapaz de amar. É movido apenas pela ânsia de desejar e possuir. Sua gana egoísta leva à perdição dos que lhe cercam, que encontram em seu destino a morte

---

<sup>61</sup> Ver *German car company 'used hair from Jews murdered at Auschwitz'* publicado no The Telegraph em 03 Mar. 2009. Acesso em 01 jan. 2019. Disponível em <https://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/europe/germany/4930165/German-car-company-used-hair-from-Jews-murdered-at-Auschwitz.html>

ou o enlouquecimento. O doutor a tudo vivencia sem se deixar afetar, incapaz de interromper-se no caminho do progresso para o maravilhamento. Quando finalmente encontrar algo que lhe mobilize a emoção, ao ponto de dizer “ó, pare, és tão formoso!”, será o dia que encontrará seu fim.

Jarger, ao refletir sobre a frase derradeira de Fausto, indica sua relação com o mito de progresso. “Torna-se evidente que dessa proibição do deter-se resulta um culto da velocidade, da inovação desenfreada, da tropelia permanente de imagens e sensações” (JAEGER, 2007, p. 310). Mal ganham forma as imagens e notícias, continua o autor, que de imediato já se veem desvalorizadas pelo seu mero existir.

Rudiger compreende que é possível distinguir a relação que os diferentes autores estabelecem com a técnica entre Prometéicos e Fáusticos. Os primeiros acreditariam que a tecnologia traria grandes progressos para os seres humanos, enquanto os segundos a vislumbram como uma armadilha montada pela humanidade progressista (2011). Os dois mitos, entretanto, não devem ser vistos como opositores. Fausto, lembra Durand, não é titânico, é *demoníaco* (1998, p. 104). Nos leva não a caminho da devoração, mas da perdição e da corrupção. É um Prometeu amplificado no que há de mais pérfido, mas sem o amor aos humanos e incapaz de prever as implicações de seus atos.

Não está distante esta relação demonizada para com a imprensa. O jornal, conforme Eça de Queiroz, em 1900, exerceria então “todas as funções malignas do defunto Satanás, de quem herdou a ubiquidade; e é não só o pai da mentira, mas o pai da discórdia” (SOBRINHO, 2008, p. 116). Se a imaginação era a mãe do erro e da falsidade É curioso perceber neste aforismo a presença da ubiquidade, elemento tão presente hoje nas discussões de um ecossistema pós-industrial. Os três “negros pecados sociais” que matam uma sociedade seriam “intolerância”, “ vaidade” e “juízos ligeiros”. Ou seja, egoísmo, aversão ao outro e pressa, claramente características fáusticas.

Essa perversão, no âmbito do poder, já havíamos percebido nos mitos especulares quando era a corrupção o miasma que cegava à imprensa. Sobrinho assume a metáfora e acusa os governos brasileiros de se vestirem à Mefisto para tentar os jornais, os *nossos Faustos*. A prática se espalhou de tal forma que agora

eram os próprios Faustos que procuravam seduzir o demônio. “O mercado de consciências tem mais movimento, agitação e ofertas do que o de cereais”. (SOBRINHO, 2008, p. 108).

Fausto segue sempre rumo à próxima sensação, que nada lhe diz, como o bombardear de imagens técnicas que nos cercam pelas múltiplas telas. Nesta negação incessante do presente (ou, talvez, na sua extensão infinita), não há espaço para a contemplação ou a autorreflexão. E a experiência sem a introjeção do que foi vivido leva, inevitavelmente, a uma heteronomia do sujeito. Como se o acontecimento experienciado tivesse ocorrido com uma outra pessoa, e permanecesse alheio ao sujeito. “O pacto de Fausto com Mefisto parece, portanto, exprimir (...) de modo preciso e concreto, a lei estrutural da modernidade e, por conseguinte, também do nosso mundo atual” (JAEGER, 2007, p. 310). E isto, percebemos, se imiscui em todos os âmbitos da vida, inclusive na Política.

A despeito de resistências esparsas e episódicas, não há nenhum chefe de Estado que não proclame a necessidade de produzir sempre mais, mais eficazmente, de exportar sempre mais, mais eficazmente, enfim, de manter e se possível melhorar a taxa de crescimento sob o signo da mundialização-globalização, híbrido todo poderoso pilotado somente pela Eficácia. O conceito de crescimento mantém, com efeito, a ilusão de uma melhora linear, marcada pelo esquema do progresso positivista e pelo progresso de uma evolução, segundo os quais somente os mais aptos subsistem e tem direito à prosperidade. (BERGER, 2003, p. 40)

Este ímpeto de celeridade, que acompanhamos ao longo de todo o trabalho mas cuja epítome, neste ambiente pós-industrial, se manifesta na forma do jornalismo robô é reflexo de uma pulsão no âmbito do imaginário. Assim como também o são esse abraçar tão confortável das redes sociais da internet no nosso cotidiano. O Twitter, por exemplo, grande concorrente do Jornalismo na construção do discurso da atualidade, é representado pela logo de um pássaro azul. Cada postagem que preenche a linha do tempo é disposta cronologicamente, e feita por vezes diretamente do local onde o acontecimento se desenrola. Por certo que este não é um movimento racional, mas podemos relacioná-lo a um lastro simbólico muito forte. Como pondera Durand, “asa e o pássaro opõem-se à teriomorfia

temporal, provocando os sonhos da rapidez, da ubiquidade e do levantar vôo contra a fuga desgastante do tempo” (DURAND, 2012, p. 180).

Anderson, Bell e Shirky compreendem que essa ubiquidade da informação, sempre disponível, sempre acessível e em atualização constante são desafios para o jornalismo em ambiente pós-industrial. Uma das saídas pode ser uma contraposta à velocidade: *paywalls*, acessos limitados, atualizações não diárias. “Para que organizações jornalísticas detenham o posto de principal fornecedor de notícias, será preciso instalar barreiras (*speed bumps*) na internet (2012, p. 75). O público, todavia, carece do acesso para a transformação. A celeridade desmedida tende a incentivar o consumo de notícias baseado somente na manchete ou no post compartilhado nas redes, pervertendo por vezes o conteúdo em uma outra narrativa.

Como Fausto, o jornalismo busca fugir do tempo e a partir do pacto mefistotélico ganha meios para isso: o progresso. O preço a ser pago é a perda da alma, a desumanidade, o analfabetismo afetivo. Esta eficiência prometida pela técnica, todavia, quando perde de vista o humano, leva a uma simbolização de si mesmo. A velocidade pela velocidade, o lucro acima de tudo, o enxugamento das redações e da reportagem para priorizar uma cobertura constante, ampla, porém superficial. Goethe, sugere Jarger, converte Doutor Fausto em “arquétipo da disposição de consciência característica de uma Modernidade que principia na segunda metade do século XVIII e alcança o seu apogeu, ou possivelmente a sua fase final, nos dias que hoje vivemos” (JAEGER, 2007, p. 312).

Tragicamente, toda a velocidade que encontramos sendo evocada pelo imaginário do jornalismo nunca é suficiente. Por mais que se fale em tempo real, em cobertura por autômatos, em imediatistas ao invés de jornalistas, a corrida sempre parece perdida. “A evolução do meio editorial se dará à velocidade da internet, não à velocidade de redações digitais”, sentenciam Anderson, Bell e Shirky (2012, p. 43).

Ao jornalismo, mesmo frente a tamanho ímpeto à agilidade, resta a metáfora do sapo na panela de água quente – inerte ante as mudanças distribuídas pelo presente. Somos mais “inteligentes” do que o sapo, ressaltam os autores, mas o destino que se ameaça é o mesmo. “Estamos nadando num mar eletrônico no qual

a certa altura poderíamos ser devorados – ou ignorados, como um desnecessário anacronismo. Nossa meta é não sair da revolução eletrônica como um sapo escaldado” (2012, p. 103).

Cabe, todavia, lembrar que o Imaginário funciona como um equilibrador. Pulsões e imagens reprimidas por coerções antropológicas ou sociais, retornam com força arrasadora. “Quanto mais o mundo se torna objetivo, mais o homem se torna subjetivo”, reflete Morin (2009, p.173). Talvez não seja uma reflexo, mas uma saída. Uma forma de resistir a essa devoração e perversão humana. Como nos lembra Santos, os mitos cobram seu preço. No caso de seu estudo sobre a vigilância e a transparência, ela veio na forma de controle (2018). No caso dos mitos do progresso, vem na forma de degradação. Da extrema racionalização e liberdade do indivíduo, vem a fé cega e manipulatória, o anticientificismo, a ânsia por gurus.

E chegamos à grande revelação do fim do século XX: nosso futuro não é teleguiado pelo progresso histórico. Os erros da predição futurológica, os inúmeros fracassos da predição econômica (apesar e por causa de sua sofisticação matemática), a derrota do progresso garantido, a crise do futuro, a crise do presente introduziram o vírus da incerteza em toda parte. (MORIN, 2000, p. 60)

Ante a incerteza do presente continuado engendrado pela técnica, cego para o futuro e em eterno temor do devir, os imperativos da ordem falam cada vez mais alto no imaginário contemporâneo.

## 7. OS MITOS DA ORDEM

"O caos é uma ordem por decifrar"  
- José Saramago no fictício Livro dos Contrários

### 7.1 O Caos Primordial

Estamos nos aproximando do fim da perseguição à presa mítica. Compreendemos sua relação fundamental com o Tempo e, mais especificamente, com o presente estendido. É esse medo do devir que engendra suas estratégias de enfrentamento que, cada vez mais eficientes no ponto de vista produtivo, se mostram paulatinamente menos engajantes. Entendemos também as lógicas que fundamentam este Jornalismo prometeico que, ao abraçar Mefistófeles, perde de vista o ser humano e se torna fáustico – distante, objetivo, incapaz de sentir nada ante os acontecimentos que se desvelam a sua frente.

Neste momento, retornaremos a algo ainda mais profundo que o tempo. Anterior ao próprio Cronos e ao Pai primeiro, Urano. E se o fazemos agora, ao fim da pesquisa, e não logo no começo é justamente porque este caminhar temporal, calcado na sucessão de acontecimentos, nunca foi o tempo do mito (HESÍODO, 2007). Era preciso compreender o que de mais básico direciona o imaginário do jornalismo para que enfim pudéssemos chegar à sua pulsão mais complexa.

O temor ao devir permitiu que o público se identificasse com o Jornalismo a partir de um compartilhamento empático do mesmo sofrimento ante a devoração. Mas esta identificação, que gerou a aproximação da opinião pública e o estabelecimento do contrato comunicativo não escrito, nunca pôde ser traduzida em simpatia. A imprensa era respeitada, tolerada, mas também temida e até odiada (SOBRINHO, 2008, p. 132). Incomodava que aqueles sob a sua égide, os jornalistas – também humanos! - tivessem tamanha influência sob os assuntos “divinos”. Estranha o leitor que particulares “tenham em mãos esse poder, capaz de fazer a paz e a guerra na sociedade em que atua” (JOBIM, 1992, p. 56).

Ao buscar os fundamentos epistemológicos para sua crise simbólica, percebemos que o que fez realmente com que o jornalismo fosse *tolerado*, e encontrasse um espaço cativo na mente das pessoas ao ponto de que fossem

geradas imagens solarizadas sobre ele – que se proliferam ou degradam com o passar dos anos – não foi a resistência ao tempo, mas justamente sua ação organizadora. Os jornais são “enciclopédias cotidianas oferecem um retrato dinâmico de todo o universo em incessante mudança” (JOBIM, 1992, p. 29). Ao narrar o tempo presente a partir dos acontecimentos mais singulares, o Jornalismo traria a Ordem para essa variância incessante e, neste processo, romperia com o Caos.

Caos não é um titã, é anterior a isso. Trata-se, na verdade, do primeiro deus primordial. Mitos de criação no Ocidente, do épico babilônico Enûma Elish – estudado por Fonseca (2006) até o Paraíso Perdido de Milton, costumam representar o caos como um estado negativo, um vazio desordenado que deve ser conquistado para que a criação ocorra (HAYLES, 1991, p. 2).

Na linguagem bíblica, lembra Galimberti, caos é sinônimo de magma, mistura indissociável de elementos que devem ser ordenados para ganhar sentido no mundo – o cosmo. “A essência do cosmo é pensada em função de um ato voluntarista que, intervindo, separa, e ao separar, ordena, definindo o caos e assim pondo um fim nele” (2006, p. 307). Não podemos deixar de notar que, a partir destes verbos de distinção, encontramos como ação engendradora pelo ordenamento do caos o mesmo imaginário heroico em regime diurno que investigamos nos capítulos anteriores.

Por certo que há nestes exemplos uma predominância da lógica binária no ocidente. “Se a ordem é boa, o caos é ruim, uma vez que é conceituado como o oposto da primeira” (HAYLES, 1991, p.2). Podemos superar esta estrutura estanque. Os mitos não são bons ou maus, mas sua influência sobre nós pode ter consequências assim valoradas. O que trabalharemos aqui não é uma caracterização do caos enquanto algo nefasto, mas sim enquanto pulsão poderosa que nos afeta e que exige respostas imaginantes tal qual o tempo titânico.

Podemos encontrar esta relação de desordem e mistura também nos estudos de Gilbert Durand. Ao observar o imaginário teriomórfico – isto é, aquele que assume a forma de animais – o autor aponta que nosso horror ao “fervilhar” (*grouillement*) dos vermes, serpentes ou insetos amontoados está conectado a essa



pulsão arquetipal do Caos: a animação, o movimento incontrollável, a angústia diante a mudança (2012). Assim, conclui Barros, “É pela necessidade de dominar o caos, de organizá-lo em cosmos, que o homem busca a partilha de informações, ideias, conhecimentos” (2010, p. 130). Esta aí a ancestralidade que ainda hoje guia nossa relação com o jornalismo.

Ao observarmos a etimologia da palavra Caos, encontraremos uma plethora de significados que podem nos ajudar a compreender sua influência. Hayles argumenta que uma tradução frequente é a de vazio, abismo (1991, p. 2). De acordo com Galimberti, a raiz latina de caos indica hiato, abertura – e não desordem, confusão ou mistura. O caos é o espaço do abrir-se, do desvelar-se, do que oferece o espetáculo da totalidade. “Caos não é situação anterior à evocação da ordem (...) mas é a abertura originária que hospeda, em seu seio, todas as teogonias, todas as cosmologias, todas as gerações de deuses, de homens e de mundos” (2006, p. 307). Algo tão imenso, tão profundo, não poderia gerar outra reação que não a angústia. E é a isso que o ser humano busca responder para resistir a caos.

Não podemos deixar de mencionar que, durante a segunda metade do século XX, o caos atraiu pesquisadores das mais diversas áreas. Fala-se em uma teoria do caos, uma ciência do caos que, mais tarde, derivaria em uma ciência da complexidade. Para Edgar Morin, este tensionamento indicaria inclusive o surgimento de um novo paradigma na qual a desordem e a organização não são mais colocadas em polos antagônicos, mas complementares. Conforme o pensador, o paradigma anterior, centrado na Ordem do mundo, sofreu fissuras em inúmeros pontos a partir da transformação no pensamento científico que teria superado a concepção determinista-mecanicista do Universo. “A missão da ciência não é mais afastar a desordem de suas teorias, mas estudá-la. Não é mais abolir a ideia de organização, mas concebê-la e introduzi-la para englobar disciplinas parciais” (MORIN, 2000, p. 114).

Difícil saber se essa transformação paradigmática defendida por Morin realmente está em andamento. Se ao final do século XX havia um espírito do tempo (ou mito diretor) que começava a se insinuar na direção de perspectivas complexas, transdisciplinares e abertas ao ponto de considerar integrar estes hiatos caóticos

enquanto elementos constitutivos, com o caminhar da primeira década do século XXI percebemos um movimento exatamente contrário.

A virada conservadora faz regredir discussões antes já avançadas no âmbito das identidades de gênero, sexualidades, direitos humanos e individuais e até mesmo no que diz respeito ao mérito de pesquisas acadêmicas alinhadas à essa abertura epistemológica – inclusive por parte de vozes da própria imprensa<sup>62</sup>. Não tendo “utilidade” a nível de eficácia imediata, o olhar fáustico não tarda a lhes penalizar.

Ainda sobre a ciência da complexidade, percebemos, como aponta Hayles, que os nexos que a vinculam à ideia do caos não se dão pela perspectiva de hiatos de totalidade, mas como uma atualização de uma tentativa de controlá-lo a partir de formulações acadêmicas. “No centro da teoria do caos está a descoberta de que, escondido dentro da imprevisibilidade dos sistemas caóticos estão estruturas de ordem profundas” (HAYLES, 1991, p. 2). Certamente é uma ideia que traz conforto, mas não passa de mais uma estratégia de ação imaginante.

Em Maffesoli, encontramos esta elegia a um saber dionisíaco que poderia ser “capaz de integrar o caos” (1998, p. 12), algo que não acontece nos regimes da ordem, onde a necessidade de distinguir e categorizar é entendida como a estratégia vigente. Neste regime ordeiro, uma mesma sensibilidade se exprime: “a da separação, a de uma razão abstrata que não consegue, não sabe, perceber as afinidades profundas, as sutis e complexas correspondências que constituem a existência natural e social” (1998, p. 43).

Ainda instaurados na lógica binária da modernidade, é fácil compreender a aversão dos cientistas ao universo do sensível, do inefável e do a-racional. “Seu medo é essencialmente do retorno ao caos primordial que só a razão pode e sabe

---

<sup>62</sup> A Gazeta do Povo, periódico de Curitiba, tem há anos insistido na discussão sobre a deslegitimidade das pesquisas em Ciências Humanas e sobre como seu resultado é dinheiro público mal investido. Essa “campanha” se apresenta tanto na forma de matérias provocativas quanto com a tradução de matérias estrangeiras que envolvem o tema para engrossar as críticas. Ver, por exemplo, *Dez monografias incomuns bancadas com dinheiro público*, publicada pela Gazeta em 13 jun. 2017. Acesso em 01 jan 2019. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/dez-monografias-incomuns-bancadas-com-dinheiro-publico-a8q52qvze7py9r8qavfieakyl/>.

pôr em ordem. Tudo o que tende a relativizar essa ordem é, potencialmente, suspeito” (MAFFESOLI, 1998, p. 44).

E qual seria o caminho para este ordenamento? O mito do Caos, resume Brandão (1986, p. 153), constela imagens simbólicas de vazio primordial; vale profundo; espaço incomensurável; matéria eterna, informe, rudimentar, mas também dotada de energia prolífica. A partir da Teogonia de Hesíodo, o autor sugere que o percurso apontado pelo poeta era para que do Caos – as “trevas” – se chegasse a Zeus – a “luz”.

O poeta faz o deslocamento do Caos da massa informe e confusa para Zeus, isso é, das trevas para a luz. As trevas são vencidas pela luz, os deuses ctônicos pelos olímpicos, o matriarcado pelo patriarcado, Eros, símbolo da promiscuidade, é dominado pela logos, pela razão, pela ordem, pela lei (BRANDÃO, 1986, p. 161).

O ser humano, já exploramos, sofreu a degradação da Era do Ouro para a Era do Ferro, enquanto o Cosmos passou das Trevas à Iluminação. Neste processo, conclui Brandão, “quem sabe se o homem, apoiado em Zeus, símbolo da *díke*, da justiça, não há de emergir do caos social para a luz? Da Idade de Ferro não há de retornar à Idade de Ouro?” (1986, p. 16). São os nexos que unem nosso percurso entre os mitos da Ordem, enquanto resposta ao Caos, aos do Tempo.

Nos deparamos frente a frente com o Caos a partir do influxo infinito de acontecimentos que nos afetam – em diferentes grandezas – neste mundo globalizado e em rede. Seja da perspectiva do magma confuso, seja na da imensidão em hiato que nos absorve, a angústia ante sua consciência é uma pulsão ancestral que nos direciona enquanto gênero humano. E é o Jornalismo, mesmo em tempos de crise, um dos grandes seus organizadores sociais. Aquele que “perante o caos da realidade, cria um cosmos simbólico – a narrativa” (MEDINA, 2008b, p. 88).

Este percurso que leva do caos ao cosmo é fundamental para compreender a relação do homem com esta pulsão ancestral e o papel da imprensa nesta mediação. Galimberti nos lembra que, diferente do que se costuma afirmar, a raiz etimológica de *kósmos* não faz referência necessariamente a ordem ou harmonia. Tem raiz indo-européia e significa “anúncio com autoridade”.

A essência do cosmos está calcada em um ato voluntarista que separa e, ao separar, ordena, “de-finindo o caos e, assim, pondo um fim nele” (GALIMBERTI, 2006, p. 307). Quando o Deus cristão separa a luz das trevas, a terra do firmamento, ele organiza, define e nomeia cada um destes elementos antes indistinguíveis. O que dá origem à existência é o anúncio. A narrativa separa, mas também da forma ao mundo.

Já indicamos que a integridade do real não é um dado a priori na percepção, mas se revela através da abstração e do conhecimento. O jornalismo não desintegra e atomiza a realidade, pelo simples motivo que essa realidade não se oferece imediatamente à percepção como algo íntegro e totalizado. É no processo do conhecimento que a realidade vai sendo integrada, já que ela se mostra primeiro como caos, como algo desconhecido e imprevisível (GENRO FILHO, 2012, p. 221).

Para Danton Jobim, o grande dever da imprensa não é outro que não o de “orientar o leitor no tumulto dos acontecimentos que um sem número de meios de comunicação diariamente lhe apresenta” (JOBIM, 1992, p. 61). Se o autor já acreditava nisso nos anos 1950, que dirá neste ecossistema midiático contemporâneo, quando o aumento das vozes que promovem o discurso público ultrapassou e muito o controle da antiga indústria de notícias?

Anderson, Bell e Shirky admitem que é fácil associar este crescimento de vozes a um aumento no caos, mas minimizam: “o que parece irremediavelmente confuso hoje será normal amanhã. A velha ordem não será restituída, mas todos vão se acostumar à nova ordem que agora desponta” (2012, p. 106). Mais uma vez encontramos a ideia do caos como algo a ser superado (desta vez pela costume, a normalização) e não pela sua integração como sugeria Maffesoli. Este processo de restituição, percebemos, é mais uma resposta combativa de um imaginário diurno.

É o mesmo lastro da modernidade atualizado para os dias de hoje. Os autores do relatório do jornalismo pós-industrial compreendem que no trajeto em direção ao pós-industrial, passamos de um mundo de informação limitada para um mundo de informação infinita (ANDERSON, BELL, SHIRKY, 2012, p. 63). Mais correto, entretanto, seria dizer que a grande mudança está na circulação dessa informação e, mais ainda, nos imperativos para o seu consumo. Sempre estivemos

imersos no magma de informações caóticas e dependemos de diversas instâncias para organizá-las e permitir o agir sobre o mundo. A primeira delas, e a mais básica de todas é o nosso próprio corpo, e os limites de sua percepção, como indica Harris: “Para cima, para baixo, à esquerda, à direita, para trás e para frente são termos usados para descrever as direções e orientações de nosso mundo. Esses termos são antropocêntricos, derivados da nossa experiência corporal (*apud* ANDERS, 2003, p. 50).

O humano é constantemente chamado pela infinitude, provocado por esta exterioridade que lhe preenche de medo e imensidão. Neste contexto, a simples orientação espacial já é uma forma fundamental de organização. Galgando vários níveis depois, encontramos as instituições como formas de conservar a ordem perante a mudança: Governo, Religião e, claro, Imprensa. Como nos lembram Berger e Luckmann, as instituições “foram criadas para aliviar o indivíduo da necessidade de reinventar o mundo a cada dia e ter de se orientar dentro dele” (2004, p. 54). Se tem um caráter conservador, é pelo conforto da inércia.

No jornalismo, este impulso de conservação pode estar desde a manutenção de formatos tradicionais de impressão, ainda que pouco práticos ou confortáveis – como o apontamento de Lage sobre os jornais standard (2012) até para a própria estrutura das notícias. Se enquanto forma de responder rapidamente à devoração do tempo, são técnicas que armam os repórteres para a ação rápida, por outro acabam se instituindo enquanto formas confortáveis de difícil ruptura. “O jornalista, se quer ter real influência sobre seu meio, não pode tentar formulas novas e insólitas” (JOBIM, 1992, p. 50). A estrutura de organização da empresa jornalística também tende a um conservadorismo institucional. Para Anderson, Bell e Shirky, esta rigidez é quase militaresca e a mudança raramente é bem-vinda (2012, p. 58). O imaginário da modernidade facilita ainda mais esta organização, que dispõe e categoriza os acontecimentos de modo binário, sem espaço para o terceiro excluído. Tentativas de interpretações mais complexas ainda geram a insegurança do leitor não saber qual o lado “certo” e o “errado”.

Este conservadorismo interno no âmbito jornalístico é reflexo da agonia humana diante da mudança. Lemos jornais para saber as *novidades*, para sermos

informados sobre o tempo presente, mas no processo subjaz a segurança de saber que as coisas continuam como estão. Claro que há mudança, há alternância de poderes, há violações das leis, mas, como exploramos anteriormente, se estes acontecimentos são inesperados, não se podem dizer que sejam inesperados para a experiência humana. "A civilização, extinto o jornalismo, nos daria a impressão de um como fim do mundo". (BARBOSA, 1990, p. 23)

À medida que eram desenvolvidos códigos éticos, técnicas e indústrias, o jornalismo "se tornou uma instituição indispensável para a formação e orientação dos povos" (BELTRÃO, 2003, p. 99). Percebemos que no movimento de ordenar o caos dos acontecimentos, outra imagem vai se instituindo no imaginário do campo epistemológico do jornalismo: a de Orientador. O guia que, bem informado, é capaz de direcionar o social. Ao vincularmos esta imagem com a dos mitos especulares, temos um papel quase de conselheiros ou vizires dos reis.

Le Bom, citado por Beltrão, insiste que a imprensa provoca sobre as multidões reações primárias, mediante dois recursos principais: afirmação categórica (ou seja, a certeza prometéica, a falta do espaço para a dúvida) e a repetição constante. Isso formaria, ao seu ver, uma unidade mental das multidões, uma alma coletiva. "Um laço invisível que une a todos os homens por algo que reclama a sua atividade ou que serve de fundamento ao seu juízo" (2003, p. 100). Trata-se, percebemos, do Imaginário.

Toca a imprensa elogiar, explicar, ensinar, guiar, dirigir, toca-lhe examinar os conflitos e não agravá-los com um juízo apaixonado, não encaminhá-los com alarde de adesão talvez extemporâneo, toca-lhe, enfim, propor soluções, amadurecê-las, tomá-las fáceis, submetê-las a censura, reformá-las, toca-lhe estabelecer e fundamentar ensinamentos se pretende que o país a respeite e que conforme os seus serviços e merecimentos, a proteja e honre. (MARTI apud BELTRÃO, 2003, p. 66).

Obviamente este processo de direcionamento não é despido de críticas. Movido pelos interesses mercadológicos, acusa Jobim, o jornal passou a "cortejar as massas, renunciando seu papel de orientação" (1992, p. 59). Sobrinho, por sua vez, tem outro olhar. Percebe como, muitas vezes, o jornalismo ao escravizar-se

aos desejos do povo, cede a impetuosidade e a violência que tanto animam as paixões mais baixas do ser humano e se rende ao sensacionalismo. “É mais vantajoso depravar a multidão que lhe ensinar deveres”, constata Delafosse (SOBRINHO, 2008, p. 40-41). Novamente são reflexos de um imaginário de enfrentamento solar.

Para além disso, por vezes, a imagem ultrapassa a de um aconselhador para um agente da transformação social. Às vezes buscando o Poder pelo controle, às vezes relingando-se com a do guerreiro, paladino, sacerdote ou arauto que encontramos com tamanha força na imemorable Era de Ouro, tomando uma postura combativa e revolucionária antes de retornar para sua constituição ordeira.

## **7.2 Ânsia pelo Controle**

Aquele que organiza o caos possui grande influência sobre o povo. É uma pulsão ancestral, o desejo de se ver livre da angústia do fervilhar. Percebemos que por vezes o lugar privilegiado da organização, que está vinculado a um domínio ou monopólio da circulação da informação, permite converter esta relação em Poder. Como explora Marques de Melo, por muito tempo a circulação da informação esteve restrita (1973). Durante a Idade Média, este monopólio pertencia à Igreja; depois é secularizada e passa a estar sobre domínio dos governos despóticos. Por fim, a partir do século XIX, com as aberturas democráticas, temos o controle especialmente em posse da elite burguesa.

Quando o jornalismo se firma na modernidade, filho do capital burguês, emerge enquanto resultado de um tensionamento. A "indústria da informação surge como uma extensão da indústria propriamente dita e encontra nela sua base material, seu corpo de existência", registra Genro Filho (2012, p. 182). Nesta lógica industrial, a imprensa busca levar para o maior número de pessoas a mensagem que comunica. A lógica da eficiência, em um escalonamento progressivo, levaria invariavelmente à ampla distribuição dessas informações que, para o interesse burguês – onde nasce o jornalismo-, não deveriam ser expostas. É nesse enfrentamento constante que a imprensa moderna se institui.

Vale pontuar também que o jornalismo enquanto ele próprio uma instituição, embora de maneira não intencional, legitima outras instituições de controle social ao apresentar lógicas institucionais ao público como “leis da natureza” (ANDERSON, BELL, SHIRKY, 2012, p. 51). Mais do que meramente informar, já citamos Barros, o jornalismo contribuiria, ao reforçar imagens de verdade objetiva, para a normatização da sociedade (2010, p. 141).

*Scientia potentia est*, o conhecimento é poder, já era uma frase corrente no século XVI. Todavia, percebemos que o jornal tinha influência não exatamente por ter contato privilegiado com as informações que organizava do caos, mas por gerenciar o acesso a elas. O Sol dá vida ao homem, lembra Beltrão, mas não se pode mirá-lo diretamente. “O público sente horror diante toda verdade nova (BELTRAO 2003, p. 154). Era preciso consciência do que divulgar e quando. E desta decisão o jornalismo experimenta o controle.

“Os jornais, as notícias, procedem por redundância, pelo fato de nos dizerem o que é ‘necessário’ pensar, reter, esperar”. (DELEUZE e GUATTARI, 1995, apud GOMES, 2003, p. 102). Eis uma das críticas mais comuns ante a atuação da imprensa. Tendo ela ou não realmente este poder, é mais um dos elementos que colaboram para a desconfiança. A repetição, vimos há pouco, é realmente uma das características da notícia, mas também é do mito. Como identificou Lule (2001), o jornalismo fala não do que acontece hoje, mas do que tem acontecido sempre. E assim como o mito reforça ações pela repetição narrativa, levando à mitopraxis, a narrativa jornalística pode colaborar para fazer o mesmo.

Nilson Lage identificava esta relação com o controle por parte da imprensa, que reforçava imagens de ser um *objeto mitológico* da sabedoria absoluta. “Não é por acaso que o jornalista do século XX mantém, às vezes, a ilusão de dominar o fluxo dos acontecimentos apenas porque os contempla, sob a forma de notícias”. (2012, p. 32). Esse imaginário do poder da imprensa se reforça também em outro de seus aspectos.

Manifestação direta desta imagem está na metáfora do jornalismo enquanto Quarto Poder. É o juiz capaz de discernir o bem e o mal, o certo e o errado, e punir aqueles que rompem as normas. Sob a teoria do quarto poder, reforça James



Carey, a imprensa começou, cada vez mais, a se enxergar como representante do público na arena política. Para isso, entretanto, os leitores deveriam não apenas ver na imprensa sua legítima representante, mas acreditar que o jornalismo é capaz de escutar suas demandas e vocalizar suas necessidades. E se sondagens de confiança contemporâneas servirem de indicador, nenhuma dessas condições parece se sustentar mais (ANDERSON, BELL, SHIRKY, 2012, p. 74).

Ainda a partir de Carey, os autores do relatório de jornalismo pós-industrial, recuperam trechos nos quais estes mitos especulares evidentes no texto fonte começam a dar lugar a uma perspectiva desencantada.

James Carey afirma que a “ideia da imprensa como cão de guarda, de uma imprensa independente de toda e qualquer instituição, imprensa que representa o público, imprensa que expõe interesses e privilégios, imprensa que lança a *luz ardente da transparência* sobre toda esfera da república, imprensa que busca o conhecimento especializado entre uma barafunda de opiniões, imprensa que busca informar o cidadão, são ideais e funções que nos ajudaram muito em momentos sombrios”. Mas, continua Carey, “com o século avançando, as deficiências do jornalismo moderno foram ficando cada vez mais evidentes e debilitantes (ANDERSON, BELL, SHIRKY, 2012, p. 76) [Grifo nosso].

Santos percebeu em sua dissertação (2018) que a vigilância – as imagens especulares, portanto – são uma instância do controle. É a clássica imagem do panóptico, na qual a sensação de ser constantemente observado é suficiente para impedir ou incentivar as ações públicas. Suas observações todavia estão mais circunscritas à maneira como essa vigilância se manifesta em matérias jornalísticas. Centramos aqui em outro aspecto, como o próprio jornalismo constela sobre si as imagens vigilantes que levam ao controle.

É o caso da metáfora do Cão de Guarda, também uma das mais consagradas. “O jornal fiscaliza o governo, serve-lhe de freio e estova a desonestidade”, observa Sobrinho (2008, p. 118). É sua ação de vigilância que respalda e serve de anteparo para as liberdades individuais e de controle. “O temor da imprensa é que faz esbarrar a arremetida usurpadora dos governos. (...) A imprensa é a única coisa que limita as fúrias ditatoriais” (2008, p. 119).

Todavia, pontuam Anderson, Bell e Shirky, mais do que um cão de guarda, por vezes o Jornalismo assume uma outra função; a do espantalho.

Embora o espantalho “não faça nada”, sua simples existência – o fato de que o corvo sabe que está ali, de guarda – costuma bastar para coibir a má conduta de corvos e afins. O mesmo vale para o jornalismo. A imprensa vigilante, reconheçamos, raramente ladra. Mas a continuidade dessa imprensa, o fato de que está de guarda, volta e meia basta para inibir a má conduta de instituições poderosas (ANDERSON, BELL, SHIRKY 2012, p. 54-55).

Há um problema, porém relacionado a essa imagem. O espantalho não inibe os pássaros pela sua mera presença. Ele os inibe pelo *medo*. E se este pode ser um sentimento paralisador, já vimos a partir das diversas ações imaginantes levantadas nesta pesquisa que muitas vezes ela pode levar também a respostas antagônicas rigorosas.

Erik Neveu já se manifestou contrário ao que chama de "Mitologia da onipotência jornalística". O autor pondera que diversos campos sociais são impermeáveis à interferências das opiniões midiáticas, entre eles o campo econômico e o político. O primeiro por estar vinculado diretamente ao fundo empresarial da imprensa – seja na forma de acionistas, seja na de anunciantes capazes de promover boicotes. O segundo teria sua autonomia comprovada pela falta de correspondência entre os candidatos apoiados pela mídia e seu efetivo resultado nos processos eleitorais (2006, p. 153).

Compreendemos esta ponderação de Neveu por uma outra perspectiva. Não como uma prova da inverificabilidade da mitologia jornalística, mas como uma contra-resposta mítica a partir de sua relação dinâmica com outros campos. Política e Economia, abordamos, são ambas faces manifestas do Poder. E este, diante uma instituição que o desafia, que busca controla-lo a partir do medo, evoca uma ação mítica igualmente combativa. É o Zeus que, incapaz de realizar suas vontades graças aos muitos olhos do gigante Argos, decide matá-lo.

Se nas sociedades totalitárias do século XVIII era possível controlar a imprensa a partir de sua subserviência ao governo, na qual qualquer falha resultaria em morte e condenação, nas sociedades democráticas essa morte é eufemizada.

Seja na forma dos miasmas da corrupção, do excesso de transparência para cegar com luz as ações que escamoteia ou mesmo no legalismo controlador que cerceia o acesso à papel ou redes de distribuição. O Poder revive a castração primordial feita por Cronos contra o observador Urano. Para poderem mascarar a verdade de seus atos, alerta Barbosa, para os Governo “era mister, pois, inutilizar a imprensa, tirando-lhe a virilidade, emasculando-a n’alma” (BARBOSA 1990, p. 25).

Em uma alternativa contemporânea, percebemos, o Poder estabelece uma nova estratégia para minimizar a influência da imprensa: é o que Durand nomeia de Gulliverização, “onde se vai assistir ao derrubamento dos valores solares simbolizados pela virilidade e pelo gigantismo” (2012, p. 211). O termo deriva do clássico *As Viagens de Gulliver* (1726), de Jonathan Swift. Seu lastro, entretanto, não está ligado ao protagonista, o marinheiro Leonel Gulliver, mas sim aos habitantes do primeiro reino que visita, Lilliput. Lugar onde todos tem apenas 15 centímetros de altura.

Gulliverizar, portanto, talvez seria melhor nomeado “Lilliputizar”. Trata-se de uma resposta imaginante na qual o outro é não apenas eufemizado, mas diminuído, apequenado, de modo a facilitar sua devoração. Existem duas perspectivas distintas ligadas a este processo: a primeira está ligada à beneficência, no qual a imagem gulliverizada é encaixada, acolhida, no estômago do devorador. Algo como Jonas e a Baleia (DURAND, 2012, p. 244). Outra perspectiva, já despida do caráter protetor, é a que minimiza para tornar contrário, evocar valores negativos. É o diminuir o outro para agigantar-se no processo.

O jornalismo que se vê lutando contra a devoração do tempo, do caos, do homem, acaba neste processo sofrendo com a voracidade do outro. Emily Bell, uma das autoras do relatório do jornalismo pós-industrial, percebe este processo especialmente no que diz respeito ao Facebook: “As mídias sociais não engoliram apenas o jornalismo, mas a tudo. Elas engoliram campanhas políticas, sistemas bancários, histórias pessoais a indústria do entretenimento, o varejo e até mesmo o governo e a segurança” (2016).

Entendemos esta observação por outro prisma. É, em verdade o Poder quem gulliveriza o Jornalismo. Podemos ver o desenvolvimento deste processo ao

acompanhar constantes acusações de *fake news* levantadas pelo próprio governo; as idas e vindas nas declarações – de modo a minar a credibilidade da imprensa; a atribuição do caráter de “inimigos do povo” a organizações jornalísticas; a subscrição de influenciadores digitais aliados como os verdadeiros donos de credibilidade, capazes de atestar a verdade ou a falsidade de argumentos. As redes sociais que engolem o Jornalismo foram cooptadas por este Zeus controlador que envia Hermes, o argicida, para promover a derrocada do vigia.

Quando esta resposta violenta era esporádica, antevia Rui Barbosa “a imprensa defrontava os abusos do poder como um poder de correção dos seus abusos, poder temeroso e temido”, (1990, p. 53). No entanto, quando percebemos cada vez mais esta dominância no poder do Zeus como um mito diretor, tomando o controle todo para si, enfrentando as trevas com uma luz cegante, assassinando e punindo ao seu bel prazer os oponentes e recuperando espírito ante à razão (aí está a vitalidade da religião enquanto instância política de grande poder), não haveria como evitar o choque com o profético Prometeu.

Se a meta fundamental do jornalismo é levar ao público a informação de que este necessita para se autogovernar, e se parte dessa informação é o conhecimento que advém do monitoramento vigoroso e não raro hostil de uma série de instituições sociais, por que alguém revestido de algum poder falaria com um jornalista? Por que os alvos desse olhar vigilante não se comunicariam simplesmente uns com os outros, e com o público diretamente, evitando qualquer contato com profissionais da imprensa?  
ANDERSON, BELL, SHIRKY, 2012, p.52

A resposta, para os autores, era composta. Parte estava ligada a ideia de que falar com a imprensa era sempre uma oportunidade de “dar sua versão os fatos”. Parte por temerem as consequências de se manterem calados (2012, p. 52). Pouco tempo depois das observações do relatório, já num processo de gulliverização em andamento, percebemos que este medo já inexistia. Contas no twitter e transmissões ao vivo via redes sociais assumiram as vezes de

pronunciamentos oficiais<sup>63</sup>, assuntos relacionados a decisões públicas são tratados como de foro íntimo<sup>64</sup>. “Em pessoa de cetro não há vício secreto”, dizia Rui Barbosa (1990, p. 49). O cetro de Zeus está empunhado pelo Poder, mas suas ações só revelam a falsa transparência do controle.

### 7.3 Crise e Caos

A angústia diante à indefinição do caos nos fazem retornar ao ponto de partida desta investigação: a crise do jornalismo. As incertezas que marcam os tempos pós-industriais para o jornalismo fazem com que diante da palavra crise diversas vozes se levantem – das mais apascentadoras às mais apocalípticas. Resume Zelizer:

Meyer (2006) e McChesney e Nichols (2010), de maneira independente, basearam suas previsões sobre uma ampla disseminação da crise na falência dos modelos de negócio tradicionais, enquanto Fuller (2010) apontou a mudança na relação com a audiência como a principal causa desse mal contemporâneo. Mindich (2005) lia o desencanto entre os jovens com o noticiário como a ameaça fundamental ao processo democrático e a relevância do jornalismo no futuro. Enquadrando o pessimismo dominante de maneira mais sucinta, McChesney e Pickard (2011) solicitam: "o último repórter a sair, poderia fazer o favor de desligar as luzes?". (ZELIZER, 2015, p. 891)

De maneira bastante provocativa, Leal, Jácome e Manna, por sua vez, questionam o fundamento histórico deste momento crítico. “A ‘crise do jornalismo’ parece menos do próprio jornalismo e mais dos seus modos de compreensão. (2013, p. 11). Ou seja, não seria a instituição jornalística que estaria em crise, mas sim a teoria e seus acadêmicos que foram incapazes de acompanhar suas transformações. Um questionamento mais do que válido, mas que se esvazia ao se

---

<sup>63</sup> Ver *Por "segurança", Bolsonaro se nega a dar entrevista coletiva domingo*. Publicado no Valro em 26 out. 2018. Acesso em 20 fev. 2019. Disponível em <https://www.valor.com.br/politica/5951337/por-seguranca-bolsonaro-se-nega-dar-entrevista-coletiva-domingo>

<sup>64</sup> Ver *Presidente não tem 'foro íntimo'* publicado pela Folha de S. Paulo em 19 fev. 2019. Acesso em 20 fev. 2019. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/clovisrossi/2019/02/presidente-nao-tem-foro-intimo.shtml>

centrar em disputas centradas no campo acadêmico enquanto os ouvidos permanecem surdos para o povo. Se a própria noção de crise do jornalismo foi sensocomunizada e, mais do que isso, sentida, essa percepção não deve ser negligenciada.

“Torture os dados por tempo o suficiente e eles confessarão qualquer coisa”, diz o famoso aforismo. Um entendimento completo de um momento de crise não deve ser baseado apenas em relatórios capazes de costurar o argumento desejado. Se a crise, como acreditamos, é no âmbito do simbólico, outro ferramental deve ser mobilizado. Ao pesquisador do campo é preciso, vale lembrar, “aguçar a escuta poética, despoluir a consciência, captar ressonâncias transcendentais e se deixar contaminar pelas vozes inconscientes”. (MEDINA, 2003, p. 78). Sem disponibilidade, não é possível haver comunhão.

Na leitura de Fábio Pereira e Zélia Adghirni, o jornalismo contemporâneo estaria sendo tensionado especialmente em três fatores: mudanças estruturais na produção das notícias; no perfil dos jornalistas, e na relação com o público. Para os autores, esta tensão caminha na direção de uma estabilização futura, que resultará numa modulação dessas transformações. Deste raciocínio, depreendem, o estado de crise não passaria de uma hipérbole não corroborada pelas evidências empíricas.

Podemos, então, assumir que a famosa “crise dos jornais” não passa de um mito. Na verdade, os dados sugerem um ligeiro deslocamento dos leitores dos meios tradicionais para as mídias on-line e digitais – do mesmo jeito que o mercado de trabalho evidencia um deslocamento dos jornalistas para os setores de comunicação institucional. (PEREIRA, ADGHIRNI, 2011, p. 50)

A argumentação dos autores traz muito de Thomas Kuhn que, ao fazer um levantamento das principais revoluções científicas – como as promovidas pelos trabalhos de Copérnico, Newton e Einstein – sugere a crise como um momento constituinte de uma mudança de paradigmas. Neste ponto, uma nova teoria deve surgir para dar conta das novas descobertas que, de outro modo, não poderiam ser devidamente contempladas pelo paradigma então vigente. “O significado das crises

consiste exatamente no fato de que indicam que é chegada a ocasião para renovar os instrumentos” (KUHN, 2006, p. 105).

Todavia, Pereira e Adghirni não se limitam a reconhecer a crise como um processo intrínseco à uma mudança (do industrial ao pós-industrial, de um jornalismo de informação para um de comunicação). Os autores a qualificam como “mítica”, enquanto advogam pela sua recusa ou menosprezo. Ao longo deste trabalho, fica evidente, percebemos sim a crise como estando ligada ao mito. E justamente por isso ela é tão real, e capaz de influenciar de tamanha maneira a vida das pessoas.

Encontramos nexos desta crítica da crise enquanto algo “meramente simbólico” também em Barbie Zelizer, que ataca o uso do termo "crise" pela academia enquanto um conceito que pouco colabora para tirar o véu de incerteza sob os desafios contemporâneos para o jornalismo (2015, p. 890). Mais do que isso, conclui a autora – sem esconder o deboche - a crise pareceria ter um fundamento imaginário, representando o mesmo papel que a “crença iluminista no progresso humano ou na noção utópica da transparência das instituições” (2015, p. 904). O desejo de um futuro melhor pós-crise “esconderia o fato fundamental de que a incerteza é nossa e devemos viver com ela, não tentar controlá-la ou erradicá-la” (2015, p. 904).

Curioso perceber que nosso percurso mitocrítico nos levou tão próximo das observações de Zelizer, ainda que com constatações tão diferentes. As imagens simbólicas que ela levanta sem reconhecer a potência dizem respeito aos mitos Especulares, de Progresso e Ordem levantados nesta pesquisa. Sua grande crítica, a da falta de racionalidade nas ações imaginantes é para ela uma crença falsa a ser eliminada. Ao abrir os estudos do Jornalismo para as heurísticas do simbólico, porém, o que se pretende é justamente entender este lugar do a-racional que não se desenrola sem motivo, mas – pelo contrário – devido à pulsões ancestrais que são maiores do que nós. Não é possível resistir ao desejo de controlar a incerteza, queremos plasmar o caos em cosmos. É por isso que contamos histórias. É por isso que narramos o presente e enfrentamos o devir.

Ávila e Berlinck, que se debruçam sobre a crise pela perspectiva da psicopatologia, recuperam que o termo se difunde no ocidente a partir do vocabulário médico – como nas obras de Hipócrates e Galeno (2014). O paciente entrava em “crise”, ou atingia um estado “crítico” a cada sete dias da evolução da doença – momento no qual se esperava tanto a sua cura quanto a morte. Ou seja, a crise gerava este estado de indefinição que só era resolvido, para bem ou para mal, no momento em que se encerrava. Aquele que se encontra permanentemente em estado crítico é incapaz de experienciar essa transformação.

Ocorre, entretanto, que com o passar dos anos a possibilidade de cura acabou se perdendo no lastro da palavra, ficando apenas a conotação negativa. Sobre o termo, inclusive, hoje se pode fixar os mais diversos predicados: há crises políticas, econômicas, morais e, como defendemos, crises simbólicas. Justamente por isso, em um projeto que se dedica a empreender uma leitura mítica sobre o objeto jornalístico, não seria possível ignorar o próprio lastro mitológico que acompanha esta palavra.

No início da *Ilíada*, texto clássico de Homero, que narra os momentos decisivos da Guerra de Troia encontramos o comandante do exército grego, Agamêmnon em acalorada discussão com um sacerdote do deus Apolo, chamado Crises.

Aquiles, famoso herói de guerra, havia sequestrado a filha do sacerdote - indicada no texto apenas pelo nome de Criseida (epíteto para “filha de Crises”) - e a oferecera como esposa a Agamêmnon. Satisfeito com seu prêmio e indo contra a opinião de seus conselheiros, o comandante se recusou a aceitar o resgate que o sacerdote pedia por sua filha. Não obstante, escorraçou o homem para fora de suas terras sobre a ameaça de nunca mais voltar para não sofrer as consequências.

Tão logo se viu longe, Crises rogou ajuda a Apolo, que desceu do Olimpo e munido de seu arco de prata, efetuou disparos durante nove dias contra o acampamento dos gregos. Primeiro atingiu as mulas e os cães – animais ligados ao transporte das tropas e a vigilância. Depois mirou os homens, e a doença se espalhou, juntamente com as piras funerárias. Com o objetivo de desvendar qual a



origem do mal que assolava os seus, Aquiles busca um oráculo que, mesmo temendo sua vida, revela:

Tomando então coragem, falou o adivinho irrepreensível: “Não é porque o deus censura alguma promessa ou hecatombe, mas por causa do sacerdote, que Agamêmnon desconsiderou. Não libertou a filha nem quis receber o resgate; por isso nos dá desgraças o deus que acerta ao longe. E não afastará dos Dânaos a repugnante pestilência, até que ao querido pai seja restituída a donzela de olhos brilhantes, gratuitamente e sem resgate, e seja levada até Crise<sup>65</sup> uma sagrada hecatombe<sup>66</sup>. Então convencê-lo-emos a acalmar-se (HOMERO, 2013, p. 112).

Este episódio tem uma relação fundamental com o sentido grego para a palavra κρίσις, ou *krisis*. O termo, que vai dar origem a “crise” e “crítica”, como não poderia deixar de ser, tem significados plurais: Separação, Divisão, Quebra, fazendo referência a ruptura com um estado previamente estabelecido (ÁVILA, BERLINCK, 2014). Seu radical, *krino*, traz o infinitivo destes verbos diairéticos, ao mesmo tempo em que também é utilizado para indicar um julgamento divino (SIEMIENIEC, 2017).

É possível reencontrar a história da Filha de Crises em fragmentos de textos recuperados do mitógrafo romano Higino, que relata que Criseida retornou grávida do comandante dos Aqueus. Seu filho, por sua vez, também se chamou Crises, em homenagem ao sacerdote, e seria responsável pela morte de um rei, Toas (ALVES, 2010, p. 118-119).

Deste resgate mítico, podemos tirar duas leituras. A primeira é que crise é geracional, e que mesmo quando parece ter sido resolvida e administrada, outra sempre está destinada a surgir no horizonte. A segunda, inquietante que seja, é a certeza de que uma crise não acontece sem motivo.

A sofrimento mitológica que se abate sobre os gregos não é causada pelo sequestro da filha do sacerdote, posto que a narrativa estabelece que frequentes eram os casos de prisioneiros de guerra tomados para fins de barganha política ou resgate – sendo as mulheres, por vezes, tomadas por esposas, como faz Aquiles

---

<sup>65</sup> Nome da cidade troiana onde ficava o templo de Apolo de onde veio Crises.

<sup>66</sup> O sacrifício de 100 bois em homenagem aos deuses.

com Briseida após matar seu esposo e filhos (HOMERO, 2013). O que faz com que se rompa um estado natural é a fúria divina, motivada por uma ofensa ao sagrado.

Se aceitarmos esta constatação, cabe nos questionarmos: que ofensas o jornalismo cometeu – em seus mais variados campos de atuação – para atrair sobre si a ira dos deuses? Será ainda um castigo de Zeus sobre aquele que, tal qual o desafiador Prometeu ousou roubar o fogo do Olimpo e oferecer aos homens? E como reagir quando estes próprios homens, de posse das chamas sagradas, decidem imolar seu interventor?

Outra possibilidade seria que a ofensa cometida, e o tormento que se segue, seja o resultado de uma maldição familiar, a génos do qual falamos nos primeiros capítulos, na qual os pecados do pai – o capitalismo industrial – implicam em faltas que ainda hoje são penalizadas.

Agamêmnon oferece inutilmente os mais variados tributos aos deuses na tentativa de conter a pestilência. O esforço é fútil quando não se sabe – ou não se quer aceitar – qual foi a falta cometida. É preciso, percebemos, saber ouvir as críticas e responder a elas, sob a pena de escolher caminhos distorcidos como alternativas a crise que só a agravam ou maquam.

Acompanhamos o movimento no qual o jornalismo encontra no povo seu aliado contra os déspotas e passa a vocalizar suas queixas. Ainda assim, como pontua Beltrão, uma vez que o descrédito contra a imprensa é promovido, o “conceito que as elites fazem do jornalismo vai ganhando prosélitos nas massas populares, que passam a descrer da sinceridade e da honestidade dos profissionais desses seres privilegiados” (2003, p. 29). Passa-se a impressão de que o jornalista sempre deve estar a soldo de alguém (2003, p. 29), quando sabemos muito bem de onde vieram as ofertas mefistofélicas.

Na década de 1950, acreditava Jobim, o povo ainda não havia perdido a fé na imprensa. “Quando se sentem ameaçados os brasileiros vão ao jornal, não aos patrões ou autoridades universitárias. Não a um governante” (1992, p. 68). Em que medida isso ainda é válido?

O coro das vozes se levanta contra o Jornalismo. Apegado ao controle da resposta direta ao Caos e ao Tempo, este ainda luta para se manter atuante. “Às

vezes os produtores preferem morrer a ter que abrir mão do controle", alertava Jenkins (2013, p. 293). Viver ou morrer enquanto uma resposta binária é ainda uma ação imaginante ligada à solarização. Anderson, Bell e Shirky preferem outra: adaptar-se (2012). Mas se a exigência é por uma solução muito mais integradora e sintetizadora (portanto, noturna) do que combativa, percebe-se de início este descompasso entre o que a epistemologia do jornalismo reforça no âmbito do imaginário e o que se aconselha.

#### **7.4 Revelação, Revolução**

O poder da imprensa era uma imagem muito forte do início do século XX e que se perpetua durante toda a fase do jornalismo industrial. O jornal é um "ditador à Napoleão governando despoticamente todas as manifestações do espírito humano", acusa Sobrinho (2008, p. 28). Da mesma maneira como se alternam em sua obra as referências a uma empresa que já foi e que ainda é um sacerdócio, também fica ambígua a relação que tem com o impacto da imprensa para com a sociedade. Ainda assim, ressalta que mesmo com seu *poder ilimitado*, o jornalismo "procurou curvar a sua tirania ao dever de utilidade, cumprindo um destino benéfico" (SOBRINHO, 2008, p. 28).

É interessante ver como se falava nessa relação entre jornalismo e o bem, ou o bem comum, algo que muitas vezes sequer é considerado no ecossistema pós-industrial. Se há jornalistas, é porque o público precisa saber o que aconteceu, e os motivos para o acontecimento, justificam Anderson, Bell e Shirky. "A maneira mais eficaz e confiável de transmitir uma notícia é por meio daqueles com profundo conhecimento do assunto e capacidade de levar a informação ao público na hora certa" (2012, p. 20). Essa é uma justificativa das mais insuficientes. Traz à baila a eficiência, a expertise das técnicas, e a necessidade de se manter informado. Mas a troco de quê? Qual o objetivo desta busca por informação? Por que todos estes elementos levantados, mais cedo ou mais tarde, poderão ser encontrados perfeitamente fora das instâncias jornalísticas.

Beltrão, por sua vez, não perde isso de vista: o objetivo da imprensa, para ele, era difundir conhecimentos e orientar a opinião pública, *no sentido de produzir o bem comum* (2003, p. 20). Há um chamado à ação e um direcionamento, mas o resultado final está ligado àquele mitema da beneficência que identificamos no mito de Prometeu. Sem ele, resta apenas a busca pelo controle na direção dos seus próprios interesses.

Curioso perceber como falar em promover o bem no jornalismo, ou agir pela transformação, podem soar como inocência. Nas próprias faculdades de jornalismo, é com cinismo que observamos o amadurecer do aluno para formando, atingido quando finalmente abandona o “desejo de mudar o mundo” para se render à lógica do mercado. É o mundo que o desencanta ou é o jornalismo? Mais um elemento que integra o trajeto da apostasia.

Cláudia Lago investigou a persistência de um ethos romântico no jornalismo, muito ligado ao que já discutimos no âmbito da Era de Ouro. Ela subscreve esta presença de uma ideação nostálgica que persiste inclusive nos textos científicos, mas distinto da lógica do mercado. O jornalista é, desta forma, apresentado enquanto “personagem ímpar (herói) e individualizado, ligado por vínculos de paixão e estoicismo à busca da verdade, ao exercício da profissão enquanto missão, relacionada a uma responsabilidade social concreta que pressupõe um engajamento com o ofício” (2003, p. 10).

Para autora, vivemos em tempos sombrios nos quais a sobrevivência destes valores é reflexo das pulsões iluministas que guiaram o jornalismo na modernidade, e não trazem correspondência com o que é experienciado no campo nos dias de hoje. Por outro lado, conclui, é justamente esse romantismo “que permite distinguir o jornalismo de outras formas de transmissão de conhecimento” (2003, p. 11).

A dimensão desta frase talvez não tenha sido considerada da maneira que deveria. Não é a ação de resistência imediata ao tempo devorador, na forma de circulação de informações em tempo real; não é uma expertise técnica e historicamente construída de lidar com a informação; não é um compromisso iluminista com uma faceta da verdade apresentada como totalidade que peculiariza o jornalismo. É esse ethos romântico, marcado pelo desejo de transformação.

Este imaginário romântico – diríamos – está morrendo. Mas sabemos que ante a voracidade de Cronos, *tudo* está morrendo. A história humana é composta daquilo que persiste. A página que se escreve em um dia, cita Beltrão, salvo casos especiais, morreu e dissipou-se no dia seguinte. “Mas a influência, a sugestão que ficam desses esforços aparentemente perdidos e esquecidos constituem uma ação persistente e eficaz como nenhuma” (2003, p.74). Um gatilho que ajuda no mobilizar, convencer, apaixonar e destruir.

Um destes românticos que nos deixou recentemente, em 2018, foi Alberto Dines. Jornalista que em seus mais de 60 anos de carreira, dedicou um momento para escrever uma “carta ao jovem jornalista”, ao melhor estilo Rilke. E lá está o desejo incondicional de mudança, transmitido para as próximas gerações.

O que é indispensável para mudar o mundo a partir do jornalismo? Uma pequena caixa de ferramentas e nela um apetrecho essencial: o conhecimento da história. Não me refiro à história da humanidade, que é disciplina obrigatória para todos os que fazem parte dela. A história que você deve, obrigatoriamente, conhecer é a história do jornalismo. Ou melhor: como o jornalismo vem mudando o mundo antes mesmo de chamar-se jornalismo. (DINES, 2010, p. 22).

A chave para esta vontade de potência está guardada dentro de uma pequena caixa, tal e qual a caixa de Pandora que vimos ao acompanhar o mito de Prometeu. Nela podemos encontrar a Esperança que se fala na vulgata, a aspiração, o sonho de que é realmente possível trabalhar pela transformação. Mas, em particular, acreditamos mais na versão dos mitólogos. Dentro está preservado o medo causado pela Antecipação, para evitar que se sofra antecipadamente pelos constrangimentos organizacionais, pressões políticas, perseguições individuais, imposições do mercado que possam se colocar diante deste desejo de informar para promover o bem comum. Para mudar o mundo, é preciso saber que é possível mudar o mundo. E que isso já foi feito.

O jornalismo, que também pode agir no sentido da conservação do *status quo* para evitar o caos, carrega a potência revolucionária. “Em 30 anos de República a atuação do jornalismo não tem esmorecido e ao contrário, ele se tornou o veículo de todas as agitações nacionais”, demarca Sobrinho nos primeiros anos do século

XX (2008, p. 100). Mesmo antes – precedendo inclusive a industrialização – esse caráter de agente de mudança já era manifesto. Jornal do Comércio, por exemplo, engajou-se na campanha que levou a abdicação de Pedro I. Depois voltou a sua feição moderada ou conservadora (JOBIM, 1992, p. 35). É essa relação dual entre conservar e transformar que gera sua pulsão complexa.

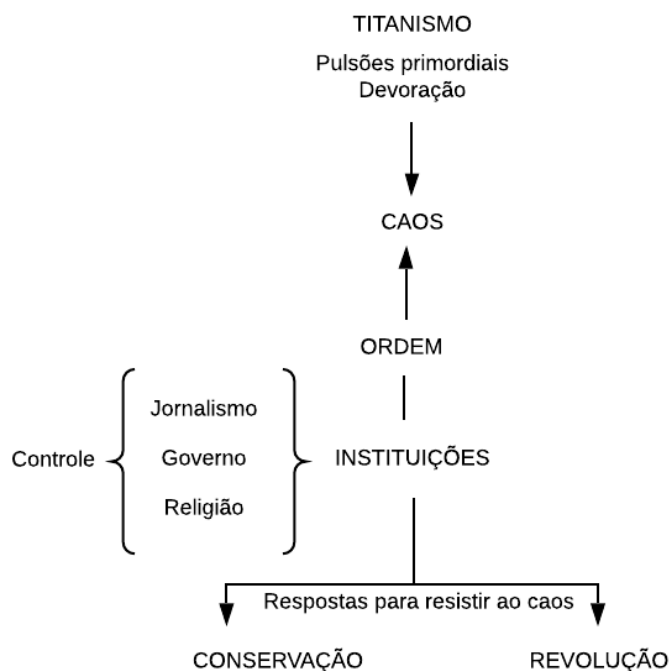
Podemos encontrar referência a este aspecto revolucionário do jornalismo a partir da obra de Adelmo Genro Filho. Centrado em uma perspectiva marxista, o pesquisador trazia contudo uma visão “diametralmente contrária às leituras sobre jornalismo realizadas pelo marxismo até então” (PONTES, 2015, p. 23). Não como um aparelho ideológico do estado, ou como instituição reiteradora do status quo vigente. O jornalismo, para o autor, era capaz de mesmo tendo sido gestado no ventre do capitalismo e da ideologia burguesa, superar os limites em que foi engendrado e agir pela transformação.

Mas se vimos que a força do jornalismo está em ser uma instituição que traz a ordenamento do caos, sobre o qual se deriva sua força conservadora – na tentativa de manter a ordem – de onde viria esta possibilidade de mudança? Ora, um governo, uma situação social, uma instituição virulenta, são todas variâncias que podem ser consideradas elas próprias instâncias do caos e por isso enfrentadas.

Não se trata aqui de uma perspectiva Funcionalista, de combate a uma anomia social, mas de uma pulsão de ordenamento que vem da distinção de oponentes a partir dos mitos especulares que permeiam o Jornalismo. São os resquícios desta visão previdente de Prometeu que permitem que se identifique e se revele as ações a serem tomadas. Neste sentido, não há contradição, mas tensionamento. Conversação e revolução são ambas faces do mesmo desejo.

Podemos observar na imagem abaixo um ordenamento mais claro destas pulsões titânicas. Toda tentativa de trazer a ordem traz imperativos de controle, experienciados nos mais variados níveis. Por vezes este desejo de poder e dominação se sobressaem e agem no sentido egoístico e fáustico de conservação. Todavia, quando a beneficência prometéica se manifesta, o desejo de agir movimenta um outro mitema que também mencionamos: a desobediência divina.

## GRÁFICO 2 – Mito do Caos e os imperativos da Ordem



Fonte: Produção do autor

Perceba como a beneficência é fundamental para a construção deste imaginário do Jornalismo. Sem as bases de uma consciência social e ética, insiste Beltrão, "a força que detém, consciente ou inconscientemente, não estará nunca a serviço do progresso humano, da justiça social e do bem comum. Será simples joguete de outros, manobrado por interesses ocultos e grupos de pressão" (2003, p. 21). Neste contexto, como ponderava Barbosa, a imprensa se torna um poderoso instrumento de perversão. "Quanto maior o bem, maior o mal, que da sua inversão procede" (1990, p. 22)

Quando falamos do direcionamento para uma mudança de modo a responder de modo diferente ao caos, não se trata de uma reafirmação do controle ordeiro do quarto poder. O jornalismo, alerta Beltrão, não se destina a *executar* o bem comum. Falta-lhe autoridade, baseada no reconhecimento pela lei, e a força para fazer cumprir as suas decisões. Ele não é força executiva nem elabora a legislação, mas

é uma “espécie de fonte de energia, que impele a sociedade à ação” (2003, p. 69). Caberia a ele a tarefa de “advertir e orientar para que assim o público a promova” (2003, p. 103).

Há nesta disposição um elemento fundamental: a participação ativa do povo no processo de transformação do social, sendo o jornalismo não um mandante, mas o gatilho. Diferente de muito do que ainda hoje no campo epistêmico do jornalismo: “Instituições jornalísticas em geral veem o consumidor de notícias como um receptáculo vazio de informação pública que, quando preenchido com o conhecimento adequado, passará a exibir condutas democráticas” (ANDERSON, BELL, SHIRKY, 2012, p. 68).

É possível dialogar a partir desta perspectiva com a visão de Genro Filho da singularidade, a pedra fundamental sobre a qual se assentava o jornalismo. Para ele, como vimos anteriormente, por mais que haja um direcionamento de opinião, viés político ou de visada da verdade, o singular convida à subjetividade do leitor. Caberá a ele, a partir dos elementos transmitidos pela notícia, integrá-los “numa totalidade mais ampla dotada de sentidos e valores” (2012, p. 143).

A mera informação não basta, a exposição de fatos verdadeiros é insuficiente para insuflar mudanças. É como lamenta Nilson Lage:

Para o bem ou para o mal, nunca se denunciou tanto, e nunca foram tão inúteis as denúncias; também nunca se exaltou tanto a modernidade cosmopolita contra o conservadorismo nacional e popular; ou se mostrou tão unânime o discurso da mídia - submissa a uma espécie de onda que varre o mundo, define como simpáticos os Estados e os políticos que se deixam levar, e silencia ou condena aqueles que tentam resistir. A liberdade, hoje sabemos, é do capital. E a verdade impressa também lhe pertence (LAGE, 2012, p. 44).

Podemos depreender a partir do que observamos ao longo de todo este trabalho, ao perseguir a presa mítica, que a *Revelação* promovida pelo jornalismo e que será o norteador para responder ao Caos não está em abraçar a exposição da Verdade factual como argumento definitivo. Uma verdade objetiva e moderna que, inclusive, se traveste de totalidade ao invés de aceitar sua captura limitada pela percepção. A *Revelação* está no sentimento de hierofania, da manifestação sagrada do mito que muda os sujeitos não pela mera presença, mas pela relação.



Suarée, citado por Beltrão, reforça: “Quatro linhas de jornal são mais demolidoras contra um regime tirânico do que quarenta mil esfarrapados tumultuando as ruas” (2003, p. 92). Será ainda verdade? Teria o jornalismo ainda tamanho poder?

José Hamilton Ribeiro, um dos maiores nomes da imprensa brasileira, era categórico: Sim. “E o jornalista que não acreditar nisso é um cínico e deve deixar a profissão. Tem que trabalhar em uma profissão que você acredita que ela é importante para você e que ajude a mudar o mundo” (2012).

Idealismo? Romantismo? Reflexão anacrônica diante de um ecossistema pós-industrial muito mais complexo? Pode ser, mas são imagens sobrevivem no campo epistemológico do jornalismo. E se persistem hoje, como um imaginário latente, ainda são capazes de inspirar pessoas a fazerem parte da imprensa, *apesar* da própria imprensa, de seus desafios e incertezas.

## 8. CONCLUSÃO – OU O FIM

*Todo jornalista é mentiroso*  
- Vô Oliveira

Esta jornada iniciou não com uma dúvida, mas como uma inquietação. Parte do percurso foi descobrir qual deveria ser a pergunta não verbalizada. Uma escolha errada, eu sabia, e a resposta poderia ser *Mu*. Ao longo de quatro anos caminhei na direção da presa mítica, sem saber o que faria quando e se a encontrasse. Reconheço que a evitei propositalmente, por medo, por não me sentir preparado. Adiei nosso encontro inúmeras vezes, até que seu chamado se tornou inevitável. O processo de iniciação foi doloroso (e não são todos assim?). Curiosamente o final, ainda que desgastante, não foi sofrido. Eu já não perseguia, me deixei carregar.

Nesse estado de “possessão preparada”, como reconhece Mário de Andrade<sup>67</sup>, se eu não tinha certezas, tinha impressões e intuições. Lembro de Bachelard: “No reino do pensamento, a imprudência é um método” (1972, p. 11). E a esse método me entreguei. Fazer a leitura simbólica que resultaria na mitocrítica é um exercício de interpretação, sensibilidade, mas também da capacidade de articular uma exegese coletiva de obras que ajudem a cercar o objeto. Não para desfiar erudição, não para proteger-me na palavra, mas para ouvir a respiração do social.

Apuro os ouvidos para entender a amplitude do problema. Beltrão acredita que o jornalismo deve ser capaz de “capturar o SOS que as coisas, seres e acontecimentos lançam a cada momento” (2003, p. 69), e é esse chamado que busco escutar. Quando falamos em um jornalismo em crise, este chamado não vem só da academia, não vem só do mercado; emana de todo o corpo societal e pede para ser ouvido. Está no aluno que se desencanta com a imprensa antes do fim do curso; nos eleitores que na posse presidencial entoam louvores ao Facebook e ao WhatsApp ante a presença da velha mídia<sup>68</sup>; no repórter dispensado em uma das

---

<sup>67</sup> Carta do escritor a Henriqueta Lisboa enviada em 30 de janeiro de 1942.

<sup>68</sup> Ver *Para repórter da Globo, apoiadores de Bolsonaro gritam WhatsApp e Facebook* publicada pelo Uol em 01 jan. 2019. Disponível em <http://bit.ly/UolWhats>

várias demissões em massa; no coletivo que investe em reportagem em profundidade e se mantém graças ao apoio do financiamento coletivo. E está no meu avô, o sertanejo grave e macambúzio que mesmo surdo e com pouco acesso direto a produtos midiáticos, carrega a certeza de que – seja qual for o assunto - todo jornalista é mentiroso.

E assim chegamos novamente ao início de tudo, em uma composição tipicamente mitológica. Persegui a presa mítica na busca pela verdade que me foi questionada. Encontro essa verdade nos mitos e nas imagens que deles constelam, em nenhum outro lugar. Aprendi com Bachelard que o ato de *imaginar* não está ligado à formação de imagens a partir da realidade. A imaginação “é a faculdade de formar imagens que ultrapassam a realidade, que cantam a realidade. É uma faculdade de sobre-humanidade” (BACHELARD, 1998, p.18). As imagens cantaram como as sereias antigas e eu, feito Ulisses, não passei por elas sem me transformar.

Para isso, entretanto, era preciso estar disposto a ouvir.

Escutei textos fundamentais para a consolidação da epistemologia do jornalismo e pesquisas correlatas, mas não apenas eles. Quis me atentar também para o senso comum, os ditos populares, as conversas de corredor. Busquei incorporar as notícias de jornal - enciclopédias diárias que ajudam a construir o mosaico de sua própria tragédia. Resgatei em minhas próprias memórias as marcas explícitas que o jornalismo cravou. Afinal, norteia Durand, nada de humano nos deve ser estranho (2012, p. 41).

Investir na TGI foi um exercício de movimento, tanto meu na direção das obras quanto na direção do leitor – sempre atento a possíveis pontos de confusão. A preocupação se justificava. Uma leitura superficial da teoria durandiana poderia levar facilmente a uma interpretação de que as diferenças são ignoradas. Como que, ao reconhecer as bases para um imaginário coletivo, fossem desprezadas todas as constantes raciais, de gênero, etc. a partir da simplificada afirmação de que *somos todos humanos*. Isso não procede. Às pulsões ancestrais somam-se as negociações sociais. “Mesmo na estrutura elementar mais rigorosa conserva-se certa liberdade de escolha, e mesmo na estrutura complexa mais vaga a escolha permanece sujeita a certas limitações (LEVI-STRAUSS, 1982, p. 20).

Retorno para minha casa simbólica, a chácara dos meus avós, mas não carregando o Elixir da vitória e com a certeza de que a jornada chegou ao fim, como no *monomito* de Campbell (2007). Volto com a humildade de um iniciado, que sabe que apenas deu os primeiros passos no caminho da revelação.

Contudo, fico feliz em notar, a jornada foi duplamente cumprida. Em primeira instância por responder ao objetivo manifesto: investigar as transformações e reminiscências do imaginário do jornalismo até esta virada do industrial para o pós-industrial. Em segundo, por responder a uma intenção, uma vontade: contribuir para os estudos do jornalismo a partir do aporte da Teoria Geral do Imaginário. Encontrar respostas deslocando o ponto de vista. Não me interessava encontrar as mesmas observações com outras palavras. E é este o ponto nevrálgico da análise: tirar as consequências desse grande recenseamento de imagens simbólicas.

O que identificamos, neste percurso mitocrítico, é um movimento composto de distanciamento de mitos diretores. A Modernidade era fundamentalmente prometeica, e todas as instâncias da sociedade – da ciência às artes, do jornalismo ao poder político - eram orientados por este mito da técnica, do progresso, da eficiência, da distinção binária e da supressão do espírito<sup>69</sup>. O jornalismo, com o caminhar da industrialização, centra-se num aspecto principal desta família mítica (o progresso) e perde de vista o ser humano para se concentrar na eficiência, no imediatismo, no tempo real, na vitória da atualidade.

Sem a previsão de Prometeu, não consegue antecipar a chegada de um ambiente pós-industrial marcado pela pluralidade de vozes, queda de receita e precarização do trabalho imaterial. “Ninguém podia se dar ao luxo de adiar a implementação do futuro”, concluem Anderson, Bell e Shirky (2012, p. 105). O jornalismo tentou. Neste processo, muitos veículos preferiram morrer do que abrir mão do controle, sendo que este há muito já lhes havia escapado das mãos. Enquanto não se reconhece a origem da ofensa que resultou na crise simbólica, as ações para responder a este julgamento divino que separa e divide.

---

<sup>69</sup> Por mais que pareça um contrassenso para aqueles alheios aos estudos do imaginário, a racionalização acaba sendo vista como mais um aspecto mítico.

Ainda que pareça um percurso retilíneo, por certo que vários mitos latentes tentaram se insinuar, influenciando uma ou outra tendência. Há muito de um imaginário noturno (que busca a síntese, a incorporação) no jornalismo narrativo, no *slow journalism*, na grande reportagem – elaborada com mais vagar, “de sorte que o jornalista com virtudes de escritor pode, neste caso, ordenar tranquilamente os dados, policiar a linguagem, trabalhar o estilo. (JOBIM, 1992, p. 40).

Por outro lado, ainda dentro do campo epistêmico do jornalismo, é possível perceber fortemente a influência prometéica (ou mesmo fáustica) em outras iniciativas que coexistem no ecossistema midiático. Exemplo disso é o *jornalismo algorítmico*, em que notícias são identificadas, redigidas, postadas e por vezes até mesmo diagramadas por autômatos. Ou ainda o *jornalismo guiado por dados*, em que as informações das planilhas de *big data* fazem as vezes da rua para esse novo jornalista que busca recuperar a figura de herói perdida, ao mostrar que é possível produzir reportagem apenas em frente ao computador (TRASEL, 2014). Isso sem falar nas famosas redações multimídia, em que o jornalista não deve apenas se preocupar em redigir a matéria, mas em fazer fotos, produzir vídeos, publicar spots e divulgar nas redes sociais – sem que a remuneração acompanhe as responsabilidades agregadas. Neste último caso, fica evidenciado a precarização das redações contemporâneas, cada vez mais enxutas e com sobrecarga de tarefas, buscando a eficiência (econômica) acima de tudo. Fazer mais com menos é a norma do pós-industrial. Mais conteúdo, menos humano.

Não se pode ignorar também os momentos em que o mito se disfarça para esconder seu nome. Esse jornalismo empreendedor tão elogiado, independente e em profundidade, pode mascarar redações igualmente precarizadas, em que a remuneração baixa exige um acúmulo de funções e atividades tal qual as redações tradicionais. Importante verificar também esse jornalismo que recusa a imparcialidade pode com isso abandonar também sua função de intérprete do tempo presente, abraçando o panfletarismo e a opinião como valores anteriores à informação e a responsabilidade. É o binarismo travestido de discurso.

Ao longo do trabalho encontramos a ideia de que o jornalismo não surge para responder apenas necessidades históricas e sociais, mas responde também

pulsões ancestrais ligadas à resistência à devoração do tempo e à angústia contra o caos. Desta organização do magma da infinitude de acontecimentos, surge o gérmen do controle. É natural. “Onde quer que haja discurso há palavras de ordem, a disciplina e o controle com que ele alimenta, e dos quais se alimenta”. (GOMES, 2003, p. 103). Todavia, quando este desejo de controle se encontra com um imaginário fáustico desumanizado, o jornalismo perde de vista seu principal objetivo ao informar: orientar a ação no sentido do bem comum.

Nesta disputa por controle, emerge a interferência de outro mito. É Zeus quem orienta o Poder – político, econômico, religioso – e age contra o Jornalismo que durante dois séculos reprimiu seus desejos tirânicos, a partir da vigilância constante de seus olhos uranianos, dos latidos do cão de guarda, do martelo judicial do quarto poder, do medo instituído pela presença do espantalho. A resposta é violenta: está ligada à castração do jornalismo, qual fez Cronos contra o próprio pai. Censura, perseguição econômica e política? Também. Mas a estratégia mais recente e efetiva é a gulliverização: desacreditando, ridicularizando e minimizando a importância do Jornalismo que, ao resistir à devoração dos titãs por tanto tempo acaba engolido pelo leviatã das redes sociais.

O público acompanha a perseguição. A humanidade não estima o jornalismo, mas o teme, diz Sobrinho. “Há mais memória dos seus defeitos que de suas qualidades, dos seus malefícios que do bem que produz” (2008, p. 115). O descompasso entre o imaginário do jornalismo e o da sociedade está na falta de entendimento daquilo que mais importava aos humanos e que os levava a consumir o jornal. E é esse desentendimento que direciona a esta crise simbólica de hoje.

O jornalismo buscava a verdade por entrar em diálogo com a objetividade das ciências iluminada por um mito de progresso. E enquanto a sociedade buscava este progresso, ou enquanto este progresso era mera estratégia para antever as ações do tempo, isso fazia sentido. Hoje, todavia, ao perder de vista o ser humano, centrar-se na velocidade pela velocidade, na eficiência para eficiência, talvez tenhamos aceso à faces da verdade de uma forma mais clara e transparente. Mas era isso realmente que importava?

O que buscamos é resistir a devoração do tempo, antever sua ação e sobreviver. O jornalismo que sente que venceu a batalha contra o tempo real não entendeu que lutava não para a vitória, mas porque na luta ele permanecia vivo. E era esse o heroísmo com que o público se relacionava. Mais do que isso, a relação era construída a partir de nossa angústia diante à infinitude do caos, e do desejo de que alguém o destitua para que o existir tenha continuidade.

O jornalista, ante ao caos do mundo, organiza os acontecimentos não como quem sabe que vai trazer a ordem – hierarquizada entre o que é mais ou menos importante -, mas por que é a única coisa que sabe fazer. Neste processo, finge que sabe, finge que ordena, finge que controla. Não somos mentirosos, diria ao meu avô, mas *somos excelentes fingidores*. E isso, acrescento, também é válido para os pesquisadores da academia, que finge certezas e conclusões num momento em que a incerteza cada vez mais é a norma.

Fingimos uns para os outros o tempo inteiro, mas nossa paixão é verdadeira.

Este ideal apaixonado sobrevive no imaginário romântico que persiste na ideia nostálgica das Eras de Ouro ou nos frustram levando ao cínico desencanto. São essas lembranças nunca vividas que nos conectam com este passado imaginário e nos enchem de exemplos heroicos para enfrentar não mais a Era do Ferro, mas do Silício. Não interessa se realmente existiu ou não essa era dos jornais independentes e conscientes de seu discurso público, articuladores de mudanças sociais responsáveis, dos jornalistas bem pagos, intelectuais e imbuídos da missão solarizada de trazer a luz onde houver as trevas. O que importa é que a partir destas narrativas, o presente se renova. Os mitos, sabemos, preservam e transmitem os modelos exemplares para o homem. “Em razão desses modelos paradigmáticos, revelados ao homem em tempos míticos, o Cosmo e a sociedade são regenerados de maneira periódica”. (ELIADE, 1992, p. 9).

Neste encerramento da tese, não busco as imagens de um fim do mundo apocalíptico, ou de uma escatologia milenarista que nos leve ao Éden da boa imprensa ante o mar de desinformação. O que busco é evocar a imagem mítica do recomeço, do Eterno Retorno. O presente que a tudo devora e nos leva até o fim dos tempos, Eliade nos relembra, é o mesmo que se regenera e faz o ciclo se

reiniciar (1992, p. 56). Mas nunca da mesma forma. A estrutura talvez se repita, mas há variâncias. Os mitos são prenes de eternidade, mas também são dinâmicos.

Como será o jornalismo que está por vir? Boa resposta encontramos em Genro Filho, que conclui:

Não importa, neste caso, qual seja o futuro, ele será diferente do passado e do presente. E que o jornalismo, algum dia, poderá também vir a ser radicalmente transformado. Mas o que estamos procurando acentuar é que o jornalismo não desaparecerá com o fim do capitalismo e que, ao contrário, ele está apenas começando a insinuar suas imensas possibilidades e potencialidades histórico-sociais no processo de autoconstrução humana. Como forma histórica de percepção e conhecimento ele está no fim do começo, não no começo do fim. (GENRO FILHO, 2012, p. 187)

A renovação nos dá novas oportunidades para responder ao titanismo. Insistir em validar o jornalismo pela capacidade de atestar o que é a Verdade é perda de tempo. Na era da pós-verdade, inclusive, este conceito não está ligado à pluralidade de sentidos possíveis, mas a uma superlativação do indivíduo. Não existem várias verdades possíveis, existe a minha. Quanto a isso, os fatos se tornam apenas detalhes. Haja vista o fracasso das agências de *fact-checking* ante a circulação massiva de notícias falsas nas redes sociais durante o período eleitoral. A verdade não é o que realmente importa, mas a ordem sim.

Caminhando na direção da mitanálise, quando é o corpo todo social que é perscrutado, é a partir dessas observações que se justificam o impacto tão profundo de gurus, coachs, pastores e “professores”. Ou mesmo de governos centralizadores e incisivos, cuja mensagem impõe a todos uma mão controladora. São estes que se apresentam como guias e, pelo medo, os seguimos. Reflexo ainda moderno de certezas indissolúveis, acrescidas pelo culto a figuras de autoridade.

O jornalismo não parece ter sido capaz de construir novas imagens sobre si próprio. Não que elas sejam inexistentes, mas durante muito tempo elas foram estáticas, sempre retornando à figura do interventor, do herói do povo, do cão de guarda, metáforas já desgastadas e que mesmo antes de serem verbalizadas dinamizavam aquilo que há muito o jornalismo exaltava e buscava transparecer.



Entretanto, como lembra o próprio Bachelard, essas imagens uma vez estáticas limitam a criatividade, dificultam o processo de ação imagética (1998).

Isso não significa que não há uma imprensa que não seja revolucionária. A tendência é que ela seja conservadora, é claro, mantendo os interesses burgueses que a subsidiavam. No entanto, esse caos primordial pode ser encarado de várias formas. Um governo pode ser encarado como a própria fonte de caos, da desordem, cabendo a medicina, a correção. “Esta lepra [da política] (...) este mal de mofo e bafio, criado à sombra e no charco, não se cura senão a poder de ar livre e luz solar” (1990, p. 36). É a iluminação trazida pela Revelação numinosa.

Os olhos estão sempre abertos e vigilantes. Essa busca pela ordem pode fazer com que empresas jornalísticas tomem posturas reacionárias ou transformadoras. A pulsão é a mesma. Talvez, inclusive, ocorra de jornais colaborem para gerar o caos que eles mesmos terão de combater. Nesse sentido, lembro Barbosa Lima Sobrinho: a imprensa é feita a lança de Parsifal – o único bálsamo para as feridas que ela mesmo abre (2008, p. 31).

O que significa investir no ordenamento e não na Verdade? Parte está no trabalho de curadoria, parte no da interpretação de planilhas da *big data*, mas é mais do que isso. É compreender as angústias fundamentais e responder a elas, mesmo que isso signifique romper com estruturas já consolidadas. Graças às idas e vindas das decisões do governo, por exemplo, a Folha de S. Paulo encontrou em uma *thread* no Twitter que organiza cronologicamente a sequência dos acontecimentos sua melhor estratégia de resposta<sup>70</sup>. É uma superação do lead a partir de uma lógica anterior a ele. O “mais importante” na informação não interessa, mas sim o desenrolar. Da mesma maneira, não é preciso nem mesmo clicar nas notícias caso o leitor não deseje, a linha do tempo se torna autoexplicativa. Não se gera clique, não se monetiza e nem se valoriza o texto, mas o trabalho de interpretação encontra seu lugar. O valor é outro.

Mais perigoso que o jornalismo robô é o jornalismo robotizado, aquele que nos escraviza – ao tempo, ao capital – e nos impulsiona sempre em direção ao próximo instante de modo que nada nos afete. Uma imagem desumanizada cada

---

<sup>70</sup> Ver <https://twitter.com/folha/status/1083862012730490881>

vez mais presente no imaginário do jornalismo. Difícil saber o que nos aguarda nos caminhos do jornalismo que está por vir, mas com a liberdade destas últimas palavras, faço de minha previsão também o meu desejo: que mesmo neste enfrentamento incessante contra o tempo, não tenhamos vergonha de encarar o cosmos e, diferente do pobre Fausto, tenhamos a coragem de pedir:

— Pare!

E assim, mesmo ante a crise, poder viver o encanto.

## REFERÊNCIAS

ADGHIRNI, Zélia Leal. O jornalista: do mito ao mercado. In: **Estudos de Jornalismo e Mídia**, v. 2, n. 1, 2005.

ADORNO, Theodor, W. O Ensaio como forma. In: **Notas de Literatura**. São Paulo: editora 34, 203. p. 15-45

ALMEIDA, Rogério de. As máscaras de Hermes: Uma mitanálise do pós-moderno. In: ARAÚJO, A. F.; GOMES, E. S.; ALMEIDA, R. **O mito revivido**. A mitanálise como método de investigação do imaginário. São Paulo: Képos, p. 55-78. 2014.

ALVES, Diogo Martins. O mito de Crises na Fábula 121 de Higino: um argumento singular. In: **Língua, Literatura e Ensino**. vol. V, 2010. pg. 113-122

ALVES, P. C; RABELO, M. C. Significação e metáforas na experiência da enfermidade. In RABELO; ALVES; SOUZA. **Experiência de doença e narrativa**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.

ANDERS, Peters. Ciberespaço antrópico: definição do espaço eletrônico a partir de leis fundamentais. In: DOMINGUES, Diana. **Arte e vida no séc. XXI**. Tecnologia, ciência e criatividade. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

ANDERSON, C.W; BELL, Emily; SHIRKY, Clay. **Post-Industrial Journalism – Adapting to the Present**. New York: Tow Center, 2012. Relatório. Disponível em <http://bit.ly/postindjorn>. Acesso em 17 Jun 2014.

ANDERSON, C. W. **Rebuilding the News**. Metropolitan Journalism in the Digital Age. Philadelphia: Temple University Press, 2013

ARAÚJO, Alberto Felipe. Da mitocrítica à mitanálise: um contributo metodológico em educação. In: ARAÚJO, A. F.; GOMES, E. S.; ALMEIDA, R. **O mito revivido**. A mitanálise como método de investigação do imaginário. São Paulo: Képos, p. 17-54, 2014.  
\_\_\_\_\_. Será Prometeu culpado? Para uma mitanálise da modernidade educativa das Luzes. In: **Revista Portuguesa de Educação**, v. 1, n. 17, 2004. pg. 5-27

ARAÚJO, Alberto Filipe; AZEVEDO, Fernando José. O imaginário educacional na perspectiva de Gilbert Durand. In: **Educação e Realidade**, v. 43, n. 1, 2018. pg. 73-95

AUMONT, Jacques. **A imagem**. Campinas: Papirus, 1993

ÁVILA, Carmen Silvia BERLINCK, Manoel Tosta. Reflexões sobre crise e estabilização em Psicopatologia Fundamental. In: **Tempo psicanalítico**. vol. 46 n. .2 Rio de Janeiro dez. 2014

BACHELARD, Gaston. **O ar e os sonhos** – Ensaio sobre a imaginação do movimento. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_. **A água e os sonhos**: ensaio sobre a imaginação da matéria. São Paulo: Martins Fontes, 1998

\_\_\_\_\_. Le surrationalisme. In: BACHELARD, Gaston. **L'engagement rationaliste**. Paris: PUF, 1972.

BAITELLO JUNIOR, Norval. **A era da iconofagia**: Reflexões sobre imagem, comunicação, mídia e cultura. São Paulo: Paulus, 2014.

BAUDRILLARD, Jean. **A Ilusão Vital**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2001.

BARBOSA, Rui. **A imprensa e o dever da verdade**. São Paulo: Com-Arte; Editora da Universidade de São Paulo, 1990, 80 p.

BARROS, Ana Taís Martins Portanova. Gilbert Durand, o montanhês que desafiou a margem esquerda do Sena. in: **Esferas**. ano 3, n. 5, vol. 1, 2014a.

\_\_\_\_\_. Fotografia, olho do pai. In: BONI, Paulo César. Fotografia: usos, repercussões e reflexões. Londrina: Midiograf, 2014b.

\_\_\_\_\_. O imaginário e a hipostasia da comunicação. In: **Comunicação, Mídia e Consumo**. ESPM/São Paulo, v. 10, n. 29, p. 13-29, set/dez 2013.

\_\_\_\_\_. Ciência e imaginário: a fotografia como heurística. In: **Flusser Studies**, v. 15, p. 1-16, 2013.

\_\_\_\_\_. Comunicação e imaginário - uma proposta metodológica. In: **Intercom - Revista brasileira de ciências da comunicação**. v. 33. n. 2, 2010.

\_\_\_\_\_. A saia de Marilyn: do arquétipo ao estereótipo nas imagens midiáticas. In: **e-compós**, v.12 n.1, 2009.

\_\_\_\_\_. **Sob o nome de real**: imaginários no jornalismo e no cotidiano. Porto Alegre: Armazém Digital, 2008.

BARROS, Ana Taís Martins Portanova; CONTRERA, Malena. Estudos do imaginário: A iniciação como método. In; ARAÚJO, Denize et at. (Orgs.) **Imag(eminário)**. Imagens e imaginário na Comunicação. Porto Alegre: Editora Imaginalis, 2018

BARTHES, Roland. **Mitologias**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 2010.

BELL, Emily. **Facebook is eating the world**. In: CJR, 7 mar. 2016. Acesso em 20 fev. 2019. Disponível em [https://www.cjr.org/analysis/facebook\\_and\\_media.php](https://www.cjr.org/analysis/facebook_and_media.php)

BELTRÃO, Luiz. O Ex-voto como veículo jornalístico. In: MELO, José Marques de; FERNANDES, Guilherme (orgs.). **Metamorfose da Folkcomunicação**. São Paulo: Editae Cultural, 2013. P. 229-234

\_\_\_\_\_. **Teoria e prática do jornalismo**. Adamantina: FAI, São Bernardo do Campo: Cátedra UNESCO/Methodista e Comunicação para o Desenvolvimento regional, 2006.

\_\_\_\_\_. **Iniciação à Filosofia do Jornalismo**. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 1992.

BERGER, Arthur Asa. **Media, Myth ad Society**. New York: Palgrave Macmillan, 2013

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 28.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido**. A orientação do homem moderno. Petrópolis: Vozes, 2004.

BERGER, René. Tornar-se os primitivos do futuro? In: DOMINGUES, Diana (Orgs.) **Arte e vida no século XXI**. São Paulo: Unesp, 2003

BIRD, S. Elizabeth, DARDENNE, Robert. W. Mito, registro e “estórias”: Explorando as qualidades narrativas das notícias. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”**. Lisboa: Vega, 1993.

BOND, Fraser. **Introdução ao jornalismo**: Uma análise do quarto poder em todas as suas formas. 2ªed . Rio de Janeiro : Agir, 1962.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRANDÃO, Junito de Souza. **Mitologia Grega Vol. 1**. Petrópolis: Vozes, 1986

BRANDINI, Laura. Roland Barthes no Brasil, via traduções. In: **Cadernos de Tradução**, v. 2, n. 34,

BRIGGS, Asa. BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

BRUNS, Axel. Gatewatching, not gatekeeping: Collaborative online news. Media International Australia Incorporating Culture and Policy. **Quarterly Journal of Media Research and Resources**, vol. 107, pp. 31-44, 2003.

CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces**. São Paulo: Pensamento, 2007.  
\_\_\_\_\_. **O poder do Mito**. São Paulo: Palas Athena, 1990.

CAPLOVITZ, David; SHERROW, Fredrick. **The religious drop-outs**: Apostasy among college graduates. Beverly Hills: Sage, 1977.

CAPPS, Robert. **The good enough revolution**: when cheap and simple is just fine. Wired Magazine. 17 set. 2009. Acesso em 20 fev. 2019. Disponível em <http://web.mit.edu/2.75/resources/random/The%20Good%20Enough%20Revolution...pdf>

CARLSON, Matt. **The Robotic Reporter** - automated journalism and the redefinition of labor, compositional forms and journalistic authority. In: Digital Journalism, vol 3, n. 3, p. 416-431, 2015.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. São Paulo: Global, 2000.  
\_\_\_\_\_. **Contos Tradicionais do Brasil**. São Paulo: Global, 2004

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra 2000, 4. ed.

CAVALCANTI, Everton de Albuquerque. **A mídia e o mito do herói**: analisando as matérias do caderno de esportes da Folha de São Paulo a partir do Caso Ronaldo (2008-2011). Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Paraná, 2013.

CHARRON, Jean; BONVILLE, Jean. **Natureza e transformação do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2016.

CHELEBOURG, Christian. Présence d'Hercule: étude culturelle des figures contemporaines de la force. In: **Magma**, v. 12, n. 3, 2014.

CLERWALL, Christer. Enter the Robot Journalism - Users' perceptions of automated content. In: **Journalism Practice**, v. 8 n. 5, 2014.

COMAN, M. Cultural anthropology and mass media: a processual approach. In: ROTHENBUHLER, E. W.; COMAN, M. (orgs.). **Media anthropology**. Thousand Oaks: Sage, 2005. p. 46-55.

COLL, Steve. "This is a great time to enter journalism". In: **On the Media**, 3 Jan. 2014, Acesso em 01 fev. 2019. Disponível em <https://www.wnycstudios.org/story/great-time-enter-journalism>

CONTRERA, Malena. **O Titanismo na Comunicação e na Cultura: os maiores e os melhores do mundo.** COMPOS, 2004

\_\_\_\_\_. **O mito na mídia.** A presença de conteúdos arcaicos nos meios de comunicação. São Paulo: Annablume, 2000.

CORBIN, Henry. **Mundus imaginalis or the imaginary and the imaginal.** Paris, 1972. Disponível em [http://www.bahaistudies.net/asma/mundus\\_imaginalis.pdf](http://www.bahaistudies.net/asma/mundus_imaginalis.pdf). Acesso em 02 abr. 2017.

CORSO, Mario. Sobre o nascimento do mito de Fausto. In: **Correio da APPOA**, n. 116, 2003. Acesso em 01 jan. 2019. Disponível em [www.apoa.com.br/uploads/arquivos/correio/correio116.pdf](http://www.apoa.com.br/uploads/arquivos/correio/correio116.pdf).

COSTA, Andriolli. **A lenda nas páginas do jornal** – a presença do imaginário no jornalismo a partir da cobertura dos tesouros enterrados no Paraguai. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

COSTA, Andriolli B; SANTOS, Francisco. **Reportagem algorítmica: Imagens de um jornalismo sem jornalistas.** In: II Congresso Internacional do CRI2i. 2015, Porto Alegre. Anais. Porto Alegre: Imaginalis.

CRITELLI, Dulce. **Martin Heidegger e a Essência da Técnica.** In: Margem, n. 16, 2002, p. 83-89

CUNHA, Karenine M. R. **Entre Hermes e Poseidon.** o jornalismo na Teoria do Acontecimento Comunicacional. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo, 2013.

DE VORAGINE, Jacobus. **The Golden Legend** - Lives of the Saints. London: J. M. Dent and Co., 1900.

DELEUZE, Gilles. **Bergsonismo.** São Paulo: Ed, 34, 2008. 2 ed.

DEUZE, Mark. The changing context of news work: Liquid journalism and monitorial citizenship. In: **International Journal of Communication** 2, 2008

DINES, A. Carta a um jovem jornalista. In: **Revista da ESPM.** São Paulo, v. 17, ed. 5, 2010.

DURAND, Gilbert. **De la mitocrítica al mitoanálisis**. Figuras míticas y aspectos de la obra. Barcelona: Anthropos, 2013.

\_\_\_\_\_. **As estruturas antropológicas do imaginário**: introdução à arquetipologia geral. São Paulo, Martins Fontes, 2012. 4 ed.

\_\_\_\_\_. Figures mythiques et visages de l'oeuvre. IN: **La sortie du XXe siècle**. Paris: CNRS Éditions, 2010, p. 187- 504.

\_\_\_\_\_. **Ciência do homem e tradição**. O novo espírito antropológico. São Paulo: Triom, 2008.

\_\_\_\_\_. **O imaginário**: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem. Rio de Janeiro: Difel, 2004.

\_\_\_\_\_. **Mitos y sociedades**: introducción a la mitodología. Buenos Aires: Biblos, 2003.

\_\_\_\_\_. **Campos do Imaginário**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

\_\_\_\_\_. **A imaginação simbólica**. Lisboa: Edições 10, 1995.

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 2011

\_\_\_\_\_. **Mito do Eterno Retorno**. São Paulo: Mercury, 1992

ELLUL, Jacques. **The Technological System**. New York: The Continuum Publishing Corp, 1990.

\_\_\_\_\_. **A técnica e o desafio do século**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

EMPEDOCLES. **The fragments of Empedocles**. Chicago: The Open Court Publishing Company, 1908.

FARIA, Durval Luiz de. Imagens do pai na mitologia. In: **Psi**. Rev., São Paulo, v. 1, n. 15, p.45-58, 2006

FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

FIDALGO, António. Jornalismo On-line segundo o modelo de Otto Groth. In: **Revista Pauta Geral**. Ano 11 – vol. 6, 2004

FONSECA, Mario Geraldo Rocha. **Agonia de um mito pós-moderno**: Narrativas míticas arcaicas e o relato jornalístico do 11 de setembro. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários. Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira. **Indústria de notícias**. Capitalismo e novas tecnologias no jornalismo contemporâneo. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

GALIMBERTI, Umberto. **O Homem na Idade da Técnica**. São Paulo: Paulus: 2006



GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide** - para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012.

GERALDES, Elen Cristina. Narrativas jornalísticas: porque o real é complexo. In: Antonio Teixeira de Barros; Jorge Antonio Menna Duarte. (Org.). **Comunicação: discursos, práticas e tendências**. 1ªed.São Paulo/Brasília: Rideel/UniCEUB, 2001, v. 1, p. 147-152.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Poder no Jornalismo**. São Paulo: EdUSP, 2003.

GREENBERG, Susan. Slow journalism in the digital fast lane. In: LANCE, R. TULLICH, J. (orgs.): **Global literary journalism: exploring the journalistic imagination**. New York. Peter Lang, pp. 381-393.

GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido**. Fundamentos da Ciência dos Jornais. Petrópolis: Vozes, 2011.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública/investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

HAYLES, Katherine. **Chaos and order: complex dynamics in literature and science**. Chicago: University Press, 1991

HEIDEGGER, Martin. **A questão da técnica**. In: Scientiæ Studia, São Paulo: USP, v. 5, n. 3, p. 375-98, 2007.

HESÍODO. **O trabalho e os dias**. Curitiba: Segesta, 2012  
\_\_\_\_\_. **Teogonia**. São Paulo: Iluminuras, 2007. 7 ed.

HUNSBERGER, Bruce. A Reexamination of the Antecedents of Apostasy. In: **Review of Religious Research**, v. 21, n. 2, 1980. p. 158-170.

JAEGER, Michael. A aposta de Fausto e o processo da Modernidade. Figurações da sociedade e da metrópole contemporâneas na tragédia de Goethe. In: **Estudos Avançados**, v. 21, n. 59, 2007. Acesso em 06 Jan. 2019. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10225/11839>

JENKINS, Henry; FORD, Sam; GREEN, Joshua. **Spreadable Media**. New York: NYU Press, 2013

JOBIM, Danton. **Espírito do Jornalismo**. São Paulo: EdUSP, 1992

JUNG, Carl Gustaff. **O Eu e o Inconsciente**. Petrópolis: Vozes, 2008

KERKHOVE, Derrick. A arquitetura da inteligência. Interfaces da mente, do corpo e do mundo. In: DOMINGUES, Diana (orgs.) **Arte e vida no século XXI**. Tecnologia, ciência e criatividade. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

KUNSCH, Dimas. A Comunicação e suas teorias: Pensar com, ou de como pensar compreensivamente. In: GOTTLIEB, Liana (org.). **Coleção comunicação em cena vol. 1**. São Paulo: Scortecci, 2012. p. 205-221.

LAGE, Nilson. Por uma história comparada do jornalismo testemunhal entre 1964 e 2016: o olhar de Nilson Lage sobre a História, a Comunicação e a Formação. Entrevista a Daniele Oliveira e Francisco Porto Junior. In: **Revista Observatório**, v. 2, n. 1, 2016.  
\_\_\_\_\_. **Ideologia e técnica da notícia**. Florianópolis: Insular, 2012.

LAGO, Cláudia. **De romântico e de louco...** reflexões sobre o romantismo jornalístico. In: Recife: Anais do XII Encontro Nacional da Associação de Programas de Pós Graduação em Comunicação, 2003.

LATAR, Noam Lemelshtich. The robot journalism in the age of social physics: the end of human journalism? In: EINAU, G. (orgs.) **The New World of Transitioned Media**. Digital Realignment and Industry Transformation. NY: Springer Science+Business Media, 2015

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Ed. Unesp, 2011

LEAL, Bruno Souza; JÁCOME, Phellipy; MANNA, Nuno. A "crise" do jornalismo: o que ela afirma e o que ela esquece. In: **Líbero**, n. 34, v. 1, 2014, p. 145-155

LECOMPTE, Celeste. **Automation in the Newsroom**. How algorithms are helping reporters expand coverage, engage audiences and respond to breaking news. Nieman Reports, 01 Set. 2015. Acesso em 01 jan. 2019. Disponível em <https://niemanreports.org/articles/automation-in-the-newsroom/>

LEGROS, Patrick et al. **Sociologia do Imaginário**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2007.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Mitológicas I - O Cru e o Cozido**. RJ: Cosac Naify, 2004.  
\_\_\_\_\_. **As Estruturas Elementares do Parentesco**. Petrópolis: Vozes, 1982.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.

LIMA, Edvaldo Pereira. Memória do futuro: jornalismo literário avançado no século XXI - 2.  
In: **Inovcom**, vol. 6, n. 1, 2014, p. 12-23.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. **O problema da imprensa**. São Paulo: EdUSP, 2008

LINDÉN, Carl-Gustav. **Algorithms for journalism**: The future of news work. In: The Journal of Media Innovations, v. 4, n. 1, 2017. p. 60-76.

LOPEZ, Maria Immacolata Vassalo. **Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2005. 8 ed.

LULE, Jack. **Daily news, eternal stories**: the mythological role of journalism. New York: Guilford Press, 2001.

MACHADO, Arlindo. **O quarto iconoclasmo e outros ensaios hereges**. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2001

MAFFESOLI, Michel. Michel Maffesoli: o imaginário é uma realidade. In: **Revista Famecos**, v. 8, n. 15, 2001, p. 74-82.

\_\_\_\_\_. **O tempo das tribos**. O declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Foesne Universitária, 1998a, 2 ed.

\_\_\_\_\_. **Elogio da razão sensível**. Petrópolis: Vozes, 1998b.

MALCOLM, Janet. **O jornalista e o assassino**. Uma questão de ética. São Paulo: Companhia da Letras, 2000

MALINI, Fabio. ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua**: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MAIA, Flávia Dourado. **O jornalismo entre o efêmero e o eterno**: Imaginário e Natureza na Globo Rural (1985-2010). 2011. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

MARCONDES FILHO, Ciro. **a saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker, 2000.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia: Dos pré-socráticos a Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

MARTINO, Luiz C. Abordagens e representação do campo comunicacional. In: **Comunicação, Mídia e Consumo**. Vol. 3, n. 8, p. 33-54, 2006.

\_\_\_\_\_. "História e identidade: apontamentos epistemológicos sobre a fundação e fundamentação do campo comunicacional", in **E-COMPÓS** – Revista da Associação Nacional dos Cursos de Pós-Graduação em Comunicação, no 1, dez./2005.

MARTINS, Luis Carlos dos Passos. A autobiografia de Samuel Wainer em Minha Razão de Viver. In: **Anos 90**, Porto Alegre, v. 14, n. 26, dez. 2007, , p.111-126,

MEDINA, Cremilda. **Atravessagens**. Reflexos e reflexões na memória de repórter. São Paulo: Summus, 2014.

\_\_\_\_\_. **Ciência e jornalismo** – Da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus, 2008.

\_\_\_\_\_. Déficit de abrangência nas narrativas da contemporaneidade. In: **Matrizes**, ano 2, v. 1, 2008b. p. 77-96

\_\_\_\_\_. **Entrevista – O diálogo possível**. São Paulo: Ática, 2005. 4 ed.

\_\_\_\_\_. **A arte de tecer o presente**: narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus Editorial, 2003.

\_\_\_\_\_. **Povo e Personagem**. Canoas: EdUlbra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos epistemológicos da informação jornalística**. 54 p. Tese (Titular). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

\_\_\_\_\_. Jornalismo e a epistemologia da complexidade. In: MEDINA, Cremilda (org.). **Novo Pacto da Ciência** – A crise dos paradigmas: 1º Seminário Transdisciplinar. São Paulo: ECA/USP, 1990. p.193-205.

\_\_\_\_\_. **Notícia – um produto a venda**. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1978.

MEDITSCH, Eduardo. As diretrizes críticas e a crítica das Diretrizes: o "conflito das faculdades" na área acadêmica de Comunicação. In: **Questões Transversais** - Revista de Epistemologias da Comunicação. vol. 3, n. 5, 2015. p. 22-26.

MEDITSCH, Eduardo; SPONHOLZ, Liriam. Bases para uma teoria do jornalismo 2.0 (prefácio). In: GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido**: fundamentos da ciência dos jornais. Tradução de Liriam Sponholz. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 9-25.

MELO, José Marques de. **História do Pensamento Comunicacional**, SP: Paulus, 2003.

\_\_\_\_\_. **Sociologia da Imprensa Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1973.

MEYER, Philip. **Os jornais podem desaparecer?** São Paulo: Contexto, 2007.

MOCELLIN, Vanessa Delazeri. **O ser da técnica conforme Martin Heidegger e Jacques Ellul.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Filosofia. Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

MOLINA, Matias. **A história dos jornais no Brasil.** São Paulo: CIA das Letras, 2015.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (org.). **História da imprensa no Brasil.** São Paulo: COntexto, 2008

MORETZSOHN, Sylvia. **A velocidade como fetiche** – o discurso jornalístico na era do "tempo real". Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Universidade Federal Fluminense, 2000.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX - Neurose - Vol 1.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

\_\_\_\_\_. **A cabeça bem-feita:** repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

\_\_\_\_\_. **O método III.** O conhecimento do conhecimento/1. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1996, 2 ed.

MUGGLI, Mark Z. Ben Jonson and the Business of New. In: **Studies in English Literature**, n. 32, p. 323-340, 1992.

NEGRI, Antonio. Trabalho imaterial e subjetividade. In: LAZZARATO, M.; NEGRI, A. **Trabalho imaterial:** formas de vida e produção da subjetividade. RJ: DP&A, 2001

NEVEU, Erik. **Sociologia do Jornalismo.** São Paulo: Loyola, 2006

NIETZSCHE, Friedrich. **O nascimento da tragédia, ou Helenismo e pessimismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

NOBLAT, Ricardo. **A Arte de Fazer um Jornal Diário.** São Paulo: Contexto, 2004.

NY TIMES. **Innovation report.** New York: New York Times, 2014.

OLINTO, Antonio. **Jornalismo e literatura.** Rio de Janeiro: MEC, 1955.

ORDINE, Nuccio. **A utilidade do inútil**. Um manifesto. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

PARENTE, André. **Os paradoxos da imagem máquina**. In: PARENTE, André (orgs.). Imagem-Máquina – A era das tecnologias do virtual.

PASCAL, Blaise. Imagination. In: **Pensée: Fragment Vanité** n. 31-38, s/d. Acesso em 21 jan. 2019. Disponível em <http://www.penseesdepascal.fr/Vanite/Vanite31-moderne.php>

PEREIRA, Fábio; ADGHIRNI, Zélia. O jornalismo em tempo de mudanças estruturais. In: **Intexto**, v. 1, n. 24, 2011, p. 38-5.

PEREIRA, Soraya Fonseca Pinheiro. **Jornalismo televisivo**, mito e narrativa. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília, 2008.

PETERSON, Theodore. The Social Responsibility Press. In: SIEBERT, F; PETERSON, T.; SCHRAMM, W. **Four theories of the press**: the authoritarian, libertarian, social responsibility, and Soviet communist concepts of what the press should be and do. Illinois: Urbana University of Illinois Press, 1956.

PEUCER, Tobias. Os relatos jornalísticos. **Estudos em jornalismo e mídia**, v. 1, n. 2, p. 13-30, 2004.

PIEPER, Marcélia Alves. **O retorno do herói** - Ronaldo fenômeno no cerne da constituição mítica e do comportamento midiático. Dissertação (Mestrado). 163 p. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PIMENTEL, Altamar de Alencar. **Estórias do diabo**. Brasília: Thesaurus, 1995.

PONTES, Felipe Simão. **Adelmo Genro Filho e a teoria do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2015.

PONTY, Merleau. **A prosa do mundo**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

QUEIROZ, Renato da Silva. **Um mito bem brasileiro**: estudo antropológico sobre o saci. São Paulo: Polis, 1987.

RAMONET, Ignacio. **A explosão do jornalismo**. Das mídias de massa à massa de mídias. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

\_\_\_\_\_. **A Tirania da Comunicação**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999.

RIBEIRO, José Hamilton. “**Jornalista que encosta no poder vira puxa-saco**”, diz **Zé Hamilton Ribeiro**. Portal Imprensa, 12 set. 2012. Acesso em 20 fev. 2019. Disponível em [www.portalimprensa.com.br/noticias/brasil/53478/jornalista+que+encosta+no+podervira+puixa+saco+diz+ze+hamilton+ribeiro+no+midiajor](http://www.portalimprensa.com.br/noticias/brasil/53478/jornalista+que+encosta+no+podervira+puixa+saco+diz+ze+hamilton+ribeiro+no+midiajor)

RICOEUR, Paul. **Teoria da Interpretação**. Porto, Portugal: Porto Editora, 1995.

ROSA, Luiza Martins da. **Jornalismo e intuição**: uma relação pela fotografia. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

ROSEN, Jay. **Jay Rosen on James Carey**: An Appreciation. Poynters, 2006a. Disponível em <http://www.poynter.org/2006/jay-rosen-on-james-carey-an-appreciation/75385/>. Acesso em 07 Abr. 2016.

\_\_\_\_\_. **The people formerly known as the Audience**. PressThink, 27 jun. 2006b. Acesso em 27 jan. 2019. Disponível em [http://archive.pressthink.org/2006/06/27/ppl\\_frmr.html](http://archive.pressthink.org/2006/06/27/ppl_frmr.html)

RUDIGER, Francisco. **Martin Heidegger e a questão da técnica** - Prospectos acerca do futuro do homem. Porto Alegre: Sulinas, 2014.

\_\_\_\_\_. **As teorias da cibercultura**: perspectivas, questões e autores. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. SP: Cortez, 2010.

SANTOS, Gabriel Róger Jacobsen. **Imaginários da vigilância**: as imagens simbólicas no jornalismo de referência brasileiro. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

SARDINHA, Gabriela Pavonato. **Estratégias de significação no jornalismo on-line: o espanto em narrativas dramáticas**. 2015, 200 p. Tese (Doutorado). Programa de pós-graduação em Comunicação e Semiótica. PUC-SP, São Paulo, 2015.

SCHUDSON, Michael. **Discovering the news**: A social history of American newspapers. New York: Basic Books, 1978.

SCOBLE, Robert. **The Seven Needs of Real-Time Curators**. in: Scobleizer - Entrepreneur in Residence, 2010. Acesso em 30 jun. 2016. Disponível em <http://scobleizer.com/the-seven-needs-of-real-time-curators/>

SIEMIENIEC, Tomasz. The Concept of Judgment according to Rev 11:15-18. In: **The Biblical Annals**. V. 7, n. 64, 2017. p. 87-106

SILVA, Francilene de Oliveira. **Protagonistas do cotidiano na revista piauí**. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2010.

SILVA, Gislene. Imaginário coletivo: estudos do sensível na teoria do jornalismo. In: **Revista FAMECOS**. v. 17 n. 3. p. 244-252, 2010.

\_\_\_\_\_. De que campo do jornalismo estamos falando? In: **Revista MATRIZES**. V. 3, n. 1, 2009. pg. 197-212.

SILVA, Juremir Machado da. **Golpe midiático-civil-militar**. Porto Alegre: Sulinas, 2014,

SIRONNEAU, Jean-Pierre; ARAÚJO, Alberto Filipe. La Mythocritique est bien une mythanalyse. Une contribution à l'herméneutique du mythe. In: **Esprit Critique** - Revue internationale de sociologie et de sciences sociales, v. 20, 2014

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media**. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2006.

\_\_\_\_\_. **Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e da mídia**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

\_\_\_\_\_. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chapecó: Argos, 2002.

SOUZA, Alexandre Carlos de Borges. **A representação do jornalista nas histórias em quadrinhos: cyberpunk e novo jornalismo numa leitura crítica de transmetropolitano**. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Universidade Federal da Paraíba, 2013.

SPONHOLZ, Liriam. **As ideias e seus lugares** - Objetividade em jornalismo no Brasil e na Alemanha. *Comunicação & Política*, Rio de Janeiro, v. XI, p. 144-165, 2004.

STARKMAN, Dean. **The hamster wheel**. Why running as fast as we can is getting us nowhere. In: *Columbia Journalism Review*, 2010. Acesso em 20 jan. 2019. Disponível em [https://archives.cjr.org/cover\\_story/the\\_hamster\\_wheel.php](https://archives.cjr.org/cover_story/the_hamster_wheel.php)

STEPHANIDES, M. **Prometeu, os homens e outros mitos**. São Paulo: Odysseus, 2016.

STIEGLER, B. **La técnica y el tiempo: el pecado de Epimeteo**. Hondarribia/Espanha: Editorial Hiru, 2002.



TÁVOLA, Artur da. **Comunicação é mito**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985

TEIXEIRA, F. **A presença de um mestre**: Daisetz T. Suzuki. São Leopoldo: IHU. Disponível em <http://bit.ly/koansuzuki>. Acesso em 10 jul. 2015.

TEIXEIRA, Alexandre Henrique Carvalho. **Mitiáticos e coexistentes**: Mídia, Mito e Mídiações. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Unesp de Bauru, 2005.

TORRANO, J. A. A. O mundo como função de musas. In: HESÍODO. **Teogonia**. São Paulo: Iuminuras, 2007. 7 ed.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo Vol. 2**. Florianópolis: Insular, 2008.  
\_\_\_\_\_. **Teorias do jornalismo Vol. 1**. Florianópolis: Insular, 2004.  
\_\_\_\_\_. Teorias das notícias: o estudo do jornalismo no século XX. In: **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2001.

TRASEL, Marcelo R. **Entrevistando planilhas**. Estudo das crenças e do ethos de um grupo de profissionais de jornalismo guiado por dados no Brasil. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, PUCRS, 2014.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Veja, 1993.  
\_\_\_\_\_. **Making news**: a study in the construction of reality. NY: The Free Press, 1978.

URBAN, Christine. **Examining our credibility**: Perspectives of the Public and Press. Virginia: ASNE, 1999.

VAN DALEN, Arjen. **The algorithms behind the headlines**: How machine-written news redefines the core skills of human journalists. In: Journalism practice vol 6, n. 5, 2012. P. 648-658.

VATTIMO, Gianni. **O fim da modernidade**. Niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna. São Paulo: Martins Fontes, 1996

VIANA FILHO, Luís. **A vida de Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

VIRILIO, Paul. A imagem virtual mental e instrumental. In: PARENTE, André (orgs.). **Imagem-Máquina** – A era das tecnologias do virtual, 2011

WAINER, Samuel. **Minha razão de viver**: memórias de um repórter. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

WHITE, David Manning. The "Gatekeeper": A case study in the selection of the selection of news. In: **Journalism Quarterly**, vol. 27, n. 4. P. 383-390, 1950

WUNENBURGER, Jean-Jacques. **O imaginário**. São Paulo : Edições Loyola, 2007.

ZELIZER, Barbie. Terms of choice: Uncertainty, Journalism and Crisis. In: **Journal of Communication**, v. 65, n. 5. 2015. p. 888-908